

O BRASIL PODE MAIS. MUITO MAIS...

Editor

Luiz Alberto Machado

Autores

Celina Martins Ramalho	Maria Alejandra Madi
Cláudio Gonçalves dos Santos	Mônica Beraldo
Deborah Hornblas Travassos	Nancy Gorgulho Braga
Eduardo José Monteiro da Costa	Odilson Gomes Braz Jr.
Francisco Prisco Neto	Paulo Brasil Corrêa de Mello
Gil Marcos Clarindo dos Santos	Paulo Francisco Monteiro Galvão Jr.
Jin Whan Oh	Reinaldo Cesar Cafeo
Joseph Couri	Roberto Macedo
Katya Hochleitner	Rodrigo Simões Galvão
Lauro Modesto dos Santos Jr.	Sergio Volk
Lucas Ferraz	Vera Martins da Silva
Marcelo Martinovich	Vladimir Fernandes Maciel
Marcos Cintra	

O
BRASIL
PODE MAIS.
MUITO MAIS...

O BRASIL PODE MAIS. MUITO MAIS...

Editor

Luiz Alberto Machado

Autores

Celina Martins Ramalho	Maria Alejandra Madi
Cláudio Gonçalves dos Santos	Mônica Beraldo
Deborah Hornblas Travassos	Nancy Gorgulho Braga
Eduardo José Monteiro da Costa	Odilson Gomes Braz Jr.
Francisco Prisco Neto	Paulo Brasil Corrêa de Mello
Gil Marcos Clarindo dos Santos	Paulo Francisco Monteiro Galvão Jr.
Jin Whan Oh	Reinaldo Cesar Cafeo
Joseph Couri	Roberto Macedo
Katya Hochleitner	Rodrigo Simões Galvão
Lauro Modesto dos Santos Jr.	Sergio Volk
Lucas Ferraz	Vera Martins da Silva
Marcelo Martinovich	Vladimir Fernandes Maciel
Marcos Cintra	

São Paulo/SP



SCRIPTUM
EDITORIAL & COMUNICAÇÃO

2026

Copyright © *Instituto de Inteligência Econômica*

Editor – *Luiz Alberto Machado*

Edição – *Scriptum*

Direção de arte – *Alcibiades Godoy*

Editoração – *MGDesign (mgdesign.art.br)*

Revisão – *Martha Jalkauskas*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Brasil pode mais. Muito mais-- / [editor Luiz Alberto Machado].
-- São Paulo : Scriptum Editorial, 2026.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-991738-3-7

1. Desenvolvimento econômico 2. Economia - Brasil
3. Política econômica 4. Recursos humanos - Brasil
5. Recursos naturais - Brasil 6. Textos - Coletâneas
I. Machado, Luiz Alberto.

26-376410.0

CDD-330

Índices para Catálogo Sistemático

1. Brasil : Economia 330

Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB - SP-010133/O

2026

Todos os direitos reservados à

Scriptum

contato@scriptumeditorial.com.br

Sumário

O que é o Instituto de Inteligência Econômica	9
--	---

Nancy Gorgulho Braga – Luiz Alberto Machado

Introdução	11
-----------------------------	----

Luiz Alberto Machado

O Brasil pode mais, mas...	21
---	----

Roberto Macedo

Saúde e capital humano: uma das escolhas políticas que define o futuro do Brasil	25
---	----

Celina Martins Ramalho

Fundos soberanos: lições do mundo e como o Brasil pode acertar	37
---	----

Cláudio Gonçalves dos Santos

Turismo no Brasil: gestão, cenários e reflexões	43
--	----

Deborah Hornblas Travassos

A Amazônia como projeto nacional	53
---	----

Eduardo José Monteiro da Costa

O agronegócio como alavanca propulsora da economia	61
---	----

Francisco Prisco Neto

Liberdade inacabada: o País que libertou, mas não incluiu	71
--	----

Gil Marcos Clarindo dos Santos – Nancy Gorgulho Braga

Autonomia monetária e a urgência de modernizar a supervisão financeira no Brasil 75

Jin Whan Oh

O empreendedorismo, a formalização e o desafio de fazer o Brasil poder mais 85

Joseph Couri

Arte brasileira e soft power 93

Katya Hochleitner

Crédito para pequenas e médias empresas no Brasil: assimetria informacional, racionamento e proposta de um score empresarial validado 105

Lauro Modesto dos Santos Jr.

Abertura comercial, desindustrialização e inserção internacional do Brasil: diagnóstico e agenda de reformas 111

Lucas Ferraz

Economia criativa: o Brasil rumo ao protagonismo . . . 123

Luiz Alberto Machado

Indústria 5.0: a nova fronteira estratégica 135

Marcelo Martinovich

O desafio da Previdência Social 147

Marcos Cintra

Brasil 2030: Estratégias para o desenvolvimento sustentável. 155

Maria Alejandra Madi

A Hora da Estrela: terras raras 163

Mônica Beraldo

Educação como eixo civilizatório: inclusão social e redução da pobreza pela porta da escola. 169

Nancy Gorgulho Braga

O Brasil pode mais na Educação 183

Odilson Gomes Braz Júnior

A importância da atuação dos tribunais de contas na gestão eficiente e responsável dos recursos públicos 195

Paulo Brasil Corrêa de Mello

O quarto país desenvolvido, democrático e continental será o Brasil ao longo do século XXI 205

Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior

Por uma distribuição de renda socialmente justa 215

Reinaldo Cesar Cafeo

O papel estratégico do setor comercial 227

Rodrigo Simões Galvão

Estratégia nacional de desenvolvimento verde 233

Sergio Volk

A questão fiscal 239

Vera Martins da Silva

Melhoria do ambiente de negócios 249

Vladimir Fernandes Maciel

O que é o Instituto de Inteligência Econômica

*Nancy Gorgulho Braga
Luiz Alberto Machado*

O Instituto de Inteligência Econômica nasceu em 2024, reunindo economistas experientes, inquietos e comprometidos com o futuro do Brasil. Profissionais de renome, com diferentes trajetórias e afinidades com diversas escolas de pensamento, decidiram somar forças para oferecer não apenas diagnósticos sólidos, mas também propostas viáveis e caminhos de desenvolvimento sustentável e inclusivo para o País.

Outro ponto comum entre os fundadores e associados do Instituto é a paixão pela profissão e o compromisso com um mundo melhor.

Criado com o objetivo de pensar o Brasil com profundidade, independência e responsabilidade, o Instituto busca articular conhecimento técnico com sensibilidade social. Queremos contribuir para um País mais justo, competitivo, inovador e, sobretudo, mais generoso com sua gente.

Ao focar não apenas na identificação dos problemas, mas na busca e na implementação de soluções eficazes, o Instituto adota uma postura construtiva diante dos desafios nacionais. Nosso objetivo é estimular propostas que aumentem a produtividade, gerem renda e emprego, e, consequentemente, reduzam as desigualdades. Pretendemos, assim, construir um banco de ideias promissoras, sempre considerando sua viabilidade política, econômica e social, além de sua sustentabilidade no longo prazo.

Com base nos princípios da ética, da transparência, do pluralismo de ideias e da análise prospectiva, o Instituto de Inteligência Econômica se propõe a suprir uma lacuna importante no País – ainda carente de centros de reflexão independentes – e a seguir o exemplo de reconhecidos *think tanks* internacionais. Inspiramo-nos em instituições que contribuem para o desenvolvimento de seus países por meio da reflexão crítica, da pesquisa sistemática, da capacitação institucional, da produção de conhecimento (livros, *papers*, artigos), da formulação de políticas públicas e da avaliação dos impactos das políticas implementadas, com o intuito de aperfeiçoar a eficiência do gasto público e corrigir distorções regulatórias e distributivas.

O lançamento do livro *O Brasil pode mais. Muito mais...* marca o segundo aniversário do Instituto e soma-se a outros projetos já desenvolvidos, entre eles:

- o lançamento dos livros *Ser economista* (2024) e *Pensadores da economia brasileira* (2025);
- a participação de seus integrantes em debates e entrevistas em diversas instituições e canais de comunicação;
- a criação do website: inteligenciaeconomica.org;
- a atuação nas redes sociais: Facebook e Instagram (@iinteligenciaeconomica).

Nossa convicção é de que o Brasil pode voltar a crescer – como já fez durante um longo período em que cresceu acima da média das maiores economias do mundo –, mas voltar a crescer com estabilidade, distribuir com justiça, inovar com criatividade e ser governado com seriedade e inteligência.

Acreditamos que o Brasil pode mais.

Esse é o nosso lema – e também a nossa esperança.

Introdução

Luiz Alberto Machado

Este livro, *O Brasil pode mais. Muito mais...* reúne diversas contribuições, em sua maioria de economistas vinculados ao Instituto de Inteligência Econômica (IIE), que comemora, com sua publicação, três anos de existência.

Cada autor foi convidado a escrever sobre tema de sua especialidade, fazendo um diagnóstico da situação do setor, para, a partir daí, expor um conjunto de propostas capaz de contribuir para que o País retome um ritmo de crescimento econômico e um grau de desenvolvimento compatíveis com seu reconhecido potencial.

As ideias dos autores foram integralmente respeitadas pelo editor, cuja atuação limitou-se a buscar um padrão de uniformidade destinado a favorecer a fluidez da leitura. Assim sendo, ficam preservadas diferenças quanto à metodologia ou ao posicionamento teórico-ideológico de cada colaborador, coerentemente com os valores e princípios defendidos pelo IIE desde sua criação.

O primeiro texto (termo escolhido em lugar de capítulo, uma vez que não há qualquer tipo de continuidade entre os diferentes temas) é de autoria de Roberto Macedo por focalizar o crescimento econômico insatisfatório registrado no País nas últimas décadas e, nesse sentido, abordar exatamente o tema proposto pelo livro: *O Brasil pode mais*.

Os outros textos seguem a ordem cronológica do primeiro nome dos(as) autores(as). Assim sendo, o segundo texto é de auto-

ria de Celina Martins Ramalho, versando sobre saúde e capital humano, tema de sua dissertação de mestrado e tese de doutorado. Com base nas conclusões de suas pesquisas, a autora afirma que a saúde influencia diretamente a produtividade do trabalho, a formação do capital humano e a capacidade de absorção tecnológica da economia. Tratar saúde apenas como política social é ignorar seu papel como investimento estratégico no desenvolvimento. Em economias modernas, sistemas de saúde eficientes são parte integrante da infraestrutura produtiva. No Brasil, a dissociação entre volume de gasto, desenho institucional e resultados obtidos revela historicamente um problema de escolha política, com efeitos adversos duradouros sobre crescimento, bem-estar e sustentabilidade fiscal.

Cláudio Gonçalves dos Santos recorre a experiências internacionais bem-sucedidas de fundos soberanos e aponta razões pelas quais no Brasil esse projeto não se sustentou. Chama a atenção, porém, para a relevância dos fundos soberanos nos dias atuais, quando tornaram-se instrumentos centrais de política econômica, funcionando como poupança estratégica, mecanismos de estabilização e veículos de investimento de longo prazo. Em um ambiente global marcado por volatilidade e transição tecnológica, a capacidade de transformar riqueza presente em segurança futura tornou-se um diferencial de desenvolvimento.

Incontáveis matérias, das mais diferentes fontes destacam o enorme potencial turístico do Brasil e tentam encontrar razões pelas quais o País permanece há anos numa posição pífia em comparação com as nações que lideram o *ranking* mundial de recepção de visitantes. Deborah Hornblas Travassos analisa o cenário atual, identifica problemas de gestão e reflete sobre possibilidades de avanço, que passam por melhor articulação entre as três esferas de governo.

Eduardo José Monteiro da Costa alia amplo conhecimento teórico à experiência de quem vive na região em seu inspirado texto sobre a Amazônia como projeto nacional. Para ele, há algo de profundamente equivocado na forma como o Brasil discute a Amazônia. Em anos eleitorais, a região costuma reaparecer como promessa,

slogan ou paisagem moral: ora celeiro ou almoxarifado do desenvolvimento alheio, ora santuário intocável, ora fronteira econômica, ora problema ecológico. Quase nunca, porém, como o que de fato é: uma questão central de Estado, de federação, de soberania, de desenvolvimento e de justiça territorial. O resultado dessa superficialidade é conhecido: a Amazônia produz riqueza, mas não bem-estar na mesma proporção; concentra ativos estratégicos, mas não centros decisórios; atrai grandes projetos, mas não consolida, no mesmo ritmo, capacidades duráveis, diversificação produtiva e inclusão social.

Francisco Prisco Neto exalta o papel destacado que o agronegócio vem desempenhando no crescimento do Brasil nas últimas décadas. Em seu texto, sustenta que a tecnologia no agronegócio está impulsionando produtividade, eficiência e sustentabilidade, que certamente fundamenta a premissa de que o setor alavanca a economia brasileira e mostra um caminho de crescimento e desenvolvimento no futuro. Com a crescente demanda global por alimentos, a tecnologia deve transformar o setor nas próximas décadas, com inovações para subsidiar a tomada de decisão na área. O avanço da tecnologia na área não é apenas uma tendência, mas uma necessidade estratégica para líderes e gestores que buscam melhorar a competitividade no setor. Há quem identifique esse movimento como “agricultura de precisão”, contemplando a utilização de sensores, drones aperfeiçoados, bem como a inteligência artificial, monitorando fatores como umidade do solo, saúde das plantas e necessidade de insumos, garantindo intervenções mais precisas e eficazes, e, principalmente, efetivando a conectividade rural e permitindo que máquinas e sistemas compartilhem dados e otimizem suas operações.

Gil Marcos Clarindo dos Santos e Nancy Gorgulho Braga abordam a questão do preconceito racial. Os dois afirmam que ainda há muito a fazer no que se refere à inclusão social, principalmente dos negros, e, enquanto persistir essa situação, não poderemos falar em existência no Brasil de uma liberdade completa.

Jin Whan Oh aborda o tema da política monetária, enfatizando a importância da autonomia do Banco Central e – aproveitando a

repercussão negativa provocada pelo episódio envolvendo o Banco Master – chamando atenção para a urgente necessidade de se modernizar a supervisão financeira no Brasil.

Joseph Couri, presidente da ASSIMPI (Associação Nacional dos Sindicatos da Micro e Pequena Indústria), enaltece o papel do empreendedorismo, assinalando que o empreendedorismo brasileiro apresenta uma trajetória peculiar. Ele não surge, historicamente, como resultado de políticas públicas bem desenhadas ou de um ambiente institucional estável. Surge, na maior parte das vezes, como resposta à necessidade. Quando o emprego formal não absorve, quando o Estado não chega, quando a renda precisa ser criada, o brasileiro empreende. Esse movimento espontâneo deu origem a uma base produtiva ampla, diversa e profundamente capilarizada, formada por MEI, micro e pequenas empresas espalhadas por todo o território nacional.

Katya Hochleitner aborda um tema que muitas vezes escapa à perspectiva dos economistas mais tradicionais. No texto intitulado *Arte brasileira e soft power*, traça um amplo diagnóstico da presença da arte brasileira no cenário internacional, salientando que ainda há muito espaço a ser conquistado.

A preocupação com as pequenas e médias empresas é retomada por Lauro Modesto dos Santos Jr., que examina especificamente a questão do crédito para esse segmento, mostrando quão prejudicado é por problemas de assimetria informacional e propondo, alternativamente, um sistema baseado em um *score* empresarial validado.

Lucas Ferraz utiliza seu rico conhecimento acadêmico, acrescido da experiência adquirida na Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Fazenda, para fazer um diagnóstico sobre a posição do Brasil e, a partir daí, propor uma agenda de reformas com o objetivo de expandir nossa inserção internacional.

Luiz Alberto Machado começa seu texto apontando os princípios norteadores da economia criativa brasileira definidos em seu

planejamento estratégico: a diversidade cultural, a capacidade de inovação, a sustentabilidade e o poder de inclusão social. Em seguida, destaca a descontinuidade das políticas públicas relacionadas à economia criativa como uma das principais razões para que esse segmento, que tem potencial para ser um dos carros-chefes do desenvolvimento do País, continue sendo um ilustre desconhecido para muitos brasileiros.

Os desafios da nova fronteira estratégica representada pela Indústria 5.0 são detalhadamente analisados por Marcelo Martinovich. Por muito tempo, falar em indústria significou falar em eficiência, custo e produtividade. A Indústria 4.0 ampliou esse foco, ao levar automação, sensores, dados e inteligência artificial para o centro da operação. O cenário atual, no entanto, é outro: cadeias globais frágeis, pressão regulatória crescente, consumidores atentos à ESG¹ e uma disputa acirrada por talentos. É nesse contexto que surge a Indústria 5.0. Ela não invalida a 4.0; ela a reorienta. A pergunta deixa de ser *Como automatizar tudo?* e passa a ser *Como usar tecnologia para fortalecer pessoas, sustentabilidade e resiliência – e ganhar vantagem competitiva com isso?* Por Indústria 5.0 entende-se o uso de tecnologias avançadas (IA, robótica colaborativa, gêmeos digitais, IoT, manufatura aditiva) para criar operações produtivas centradas nas pessoas, sustentáveis e resilientes, gerando valor econômico de longo prazo. Essa visão é norteada por três eixos: centrismo humano; sustentabilidade como vetor de negócio; e resiliência e continuidade operacional.

Outro que alia excelência acadêmica com vasta experiência na gestão pública é Marcos Cintra, que analisa o desafio da Previdência Social, tema que recorrentemente ocupa o centro das atenções de nossas autoridades. O que se tem observado até o presente momento é que as inúmeras tentativas de superá-lo encontram-se ainda longe de seu objetivo.

1 ESG, do inglês *Environmental, Social, and Governance* – Ambiental, Social e Governança.

Um tema de enorme atualidade é o da sustentabilidade – e é justamente sobre ele que se debruça Maria Alejandra Madi ao fazer um exame apurado do andamento das estratégias para o desenvolvimento sustentável, tendo por base a Agenda 2030, lançada pela Organização das Nações Unidas em 2015, que estabeleceu um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas destinadas a orientar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento em escala global (ONU, 2015). Relatórios internacionais destacam que o Brasil enfrenta desafios estruturais significativos, incluindo desigualdades persistentes, baixa produtividade e pressões ambientais (OCDE, 2023). A complexidade do quadro atual exige um reposicionamento de políticas que possam articular crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental, promovendo ações integradas e de longo prazo capazes de enfrentar simultaneamente múltiplas dimensões do desenvolvimento. Em sua conclusão, a autora considera que a redefinição de um padrão de investimento articulado às necessidades estruturais do Brasil requer uma transformação profunda na lógica de alocação de recursos públicos e privados, que permita ampliar a capacidade de investimento do Estado e estimule projetos privados.

Quem também se dedica a um tema atualíssimo é Mônica Beraldo, especialista em economia mineral. Seu texto tem o sugestivo título de *A Hora da Estrela: terras raras*. Considerando que o assunto tomou conta da mídia mundial, com disputa entre países querendo ter domínio sobre as reservas do planeta Terra, é urgente e necessário que o Brasil estabeleça políticas e estratégias de longo prazo, para integrar educação, ciência, tecnologia, indústria e mercado, especificamente para as terras raras.

Não há analista sério que não aponte deficiências da educação como um dos principais entraves para o nosso desenvolvimento. Não é de surpreender, portanto, que esse tema esteja presente em dois textos neste livro. Nancy Gorgulho Braga focaliza a educação como eixo civilizatório. Tomando por base sua própria experiência, afirma que o acesso a escolas de qualidade é um instrumento fun-

damental de inclusão social e redução da pobreza. Odilson Gomes Braz Júnior, por sua vez, oferece uma visão ampla da questão educacional, segundo a qual os avanços verificados no plano quantitativo, com o aumento substancial do acesso à escola, continuam aguardando por melhoras significativas no plano qualitativo.

Quem também se vale de sua ampla experiência no setor é Paulo Brasil Corrêa de Mello, cujo texto sobre a importância dos tribunais de contas começa com uma visão histórica, seguida por um detalhado diagnóstico e por um conjunto de propostas em direção a uma gestão eficiente e responsável dos recursos públicos.

O paraibano Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior faz um prognóstico ousado, qual seja: o Brasil será o quarto país desenvolvido, democrático e continental ao longo do século XXI.

Outro tema presente historicamente nas análises sobre o desempenho da economia brasileira é o da má distribuição da renda e da riqueza. Ele é analisado por Reinaldo Cafeo, que aponta uma série de ações capazes de viabilizar uma distribuição de renda socialmente justa.

Rodrigo Simões Galvão examina o papel estratégico do setor comercial brasileiro, que ocupa posição central na dinâmica econômica nacional. Mais do que um canal de distribuição de bens e serviços, o comércio funciona como elo entre a produção e o consumo, refletindo em tempo real os movimentos da renda, do crédito, da confiança das famílias e das decisões empresariais. Trata-se de uma atividade estratégica para o País, responsável por gerar empregos, arrecadar tributos e impulsionar a circulação de riqueza em todas as regiões. Seu desempenho, porém, tem sido muito inferior ao desejado, por diversos problemas, cujas soluções são sobejamente conhecidas: simplificação tributária, ampliação do acesso ao crédito, redução estrutural do custo financeiro, investimentos em infraestrutura, qualificação da mão de obra, digitalização dos pequenos negócios, segurança jurídica e estímulo permanente à inovação. Ao analisar esse segmento, no qual atuou por mais de três décadas, o autor afirma ter convicção de que o Brasil reúne todas as condições para

inaugurar uma nova etapa de prosperidade. Temos mercado, talento empreendedor e capacidade de adaptação. Com ambiente de negócios mais moderno, eficiente e competitivo, o setor comercial poderá entregar ainda mais inovação, produtividade e oportunidades para milhões de brasileiros.

Sérgio Volk parte da premissa de que o Brasil tem todas as condições de liderar a pauta de meio ambiente no quesito da ESG, tanto no efeito estufa quanto na falência hídrica. Não só liderar, mas proporcionar aos brasileiros um ganho no bem-estar social. Para tanto, defende um programa baseado em Parcerias Público-Privadas (PPPs) para realização conjunta de projetos de interesse da população, resolvendo as necessidades governamentais, empresariais e sociais. Além de resolver a questão do efeito estufa, ajuda a evitar a falência hídrica. Segundo relatório da Universidade das Nações Unidas, a humanidade está gastando os fluxos renováveis de água, como, rios, lagos, córregos, reservatórios e aquíferos rasos com voracidade maior que a capacidade de reposição, inclusive mais da metade dos grandes lagos do planeta está encolhendo.

Vera Martins da Silva, no penúltimo texto do livro, recoloca a questão fiscal como autêntico gargalo da nossa economia. Para romper esse gargalo, sucessivos governos têm dado preferência a ações que busquem soluções pela via do aumento da receita e não da redução da despesa. Com isso, a carga tributária tem aumentado ao longo das últimas décadas. Grande parte disso decorre da determinação de direitos pela Constituição de 1988, mas não é apenas esse o motivo. Efetivamente, num país com imensa desigualdade de renda e oportunidades, é razoável a luta dos diversos grupos de pressão por mais direitos e pela absorção de parte dos orçamentos públicos. O problema é que a aquisição de direitos, seja diretamente por despesas orçamentárias, seja por redução de tributos a serem pagos, acabou gerando um sistema caro, complexo e disfuncional, quando benefícios e custos tributários se embaralham e acabam anulando-se mutuamente. Já passou da hora de parar a expansão do gasto público e se promover a adequação com qualidade dos gastos públicos

ao efetivamente disponível no que diz respeito aos gastos correntes. Não é razoável a ampliação da carga tributária, mas, sim, seu melhor uso, ou seja, melhorar a efetividade dos gastos.

Fechando o livro, Vladimir Fernandes Maciel utiliza dados de relatórios de pesquisas nacionais e internacionais para mostrar que, não obstante alguns avanços verificados recentemente, nosso ambiente de negócios continua repleto de fatores que elevam os custos de transação das empresas brasileiras, impedindo a ocorrência de desejáveis ganhos de produtividade.

Assim, com esses textos, os(as) autores(as) esperam subsidiar ações e projetos futuros, sempre reafirmando o lema do Instituto de Inteligência Econômica: *O Brasil pode mais*.

O Brasil pode mais, mas...

Roberto Macedo¹

Precisa tomar várias medidas nessa direção. Entre elas cabe rever seu crescimento até aqui e examinar o que esteve errado. Fiz esse exercício examinando aspectos ligados às taxas de variação dos investimentos públicos e privados que condicionam as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

O Gráfico 1 que se segue mostra a taxa de crescimento anual do PIB de 1947 a 2024 e percebe-se que de 1947 até 1980 elas variavam principalmente entre 5 e 10%. De 1980 até 2024 elas ficam predominantemente entre 0 e 5%, com algumas taxas até negativas. Ou seja, há uma grande diferença entre as fases pré-1980 e pós-1980, a primeira boa e a segunda, má.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB (% a.a.)



1 Roberto Macedo é economista com formação na UFMG, USP e Harvard. Foi diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. No governo federal, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Economia e presidente do IPEA. E-mail: roberto@macedo.com

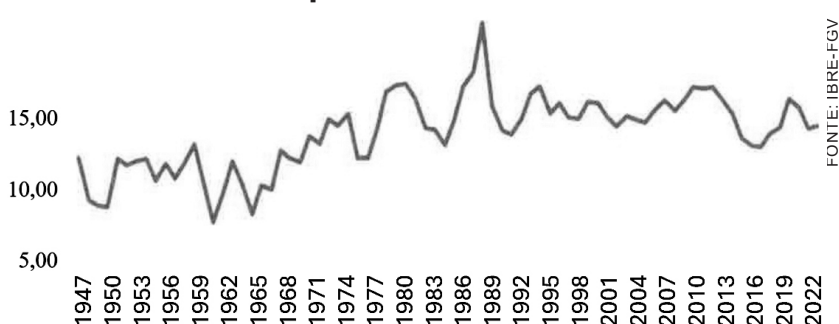
O Gráfico 2 revela que houve um aumento forte dos investimentos públicos na primeira fase e uma queda também forte deles na segunda. Hoje não se ouve mais falar de investimentos públicos do porte da ponte Rio-Niterói e da hidroelétrica de Itaipu.

Gráfico 2 – Investimento Público – Governo Geral + Empresas Estatais (% do PIB)



Já o Gráfico 3 apresenta os investimentos privados como proporção do PIB e nota-se que são bem maiores que os investimentos públicos, principalmente na fase final da série de dados. Os privados começaram em torno de 10% do PIB e, então, subiram até 1990 para 15% do PIB e ficaram por aí. Em 2024 ficaram perto de 14% do PIB. Acredito que teriam crescido mais se os públicos não tivessem caído.

Gráfico 3 – Investimento privado 1947-2024 – exclui empresas estatais (% do PIB)



Os investimentos públicos caíram em função de outras prioridades e necessidades dos governantes, principalmente na esfera federal. Com a Constituição de 1988 vieram mais gastos sociais e também vieram os gastos sociais de interesse eleitoral de presidentes voltados para a sua reeleição. Há também o caso da Previdência Social, que, com o envelhecimento da população, se defronta com mais despesas que os políticos não se interessam por conter. Em 2024 os investimentos públicos ficaram em apenas 2,5%. Somando-se os dois – públicos e privados –, chegamos a 16,5% do PIB como investimento total, o que é uma taxa muito baixa. O Brasil precisaria investir perto de 25% do PIB para crescer bem mais.

O que fazer? Isso não é apenas uma questão econômica, mas sobretudo política. É preciso que a sociedade pressione o Congresso a tratar do crescimento econômico, tema pelo qual os parlamentares não demonstram interesse. Há que pressionar os candidatos presidenciais sobre como eles vão encarar o crescimento e a queda dos investimentos públicos.

Sem atuações dessa natureza, vamos continuar dizendo que o País pode, mas não consegue.

Saúde e capital humano: uma das escolhas políticas que define o futuro do Brasil

Celina Martins Ramalho¹

Introdução

O crescimento econômico de longo prazo não é resultado apenas da acumulação de capital físico ou da expansão do investimento, mas da qualidade das escolhas estruturais feitas ao longo do tempo. Entre essas escolhas, a forma como um país organiza e financia seu sistema de saúde ocupa posição central, ainda que frequentemente subestimada no debate econômico.

Entre minha dissertação de mestrado e tese de doutorado, fiz a investigação científica de que saúde influencia diretamente a produtividade do trabalho, a formação do capital humano e a capacidade de absorção tecnológica da economia. Tratar saúde apenas como política social é ignorar seu papel como investimento estratégico no desenvolvimento. Em economias modernas, sistemas de saúde eficientes são parte integrante da infraestrutura produtiva. No Brasil, a dissociação entre volume de gasto, desenho institucional e resultados revela historicamente um problema de escolha política, com efeitos adversos duradouros sobre crescimento, bem-estar e sustentabilidade fiscal.

1 Celina Martins Ramalho é economista pela PUC-SP (graduação e mestrado) e doutora em Economia pela FGV-SP, com atuação em projetos para a economia brasileira e internacional, políticas públicas, desenvolvimento econômico e eficiência do Estado. E-mail: celinaramalho05@gmail.com

1. Saúde, capital humano e crescimento econômico: fundamentos analíticos e implicações para a política pública

A compreensão contemporânea do crescimento econômico resulta da convergência de diferentes contribuições teóricas. Os modelos neoclássicos, formulados por Robert Solow e Trevor Swan, demonstraram que a acumulação de capital físico isoladamente não sustenta o crescimento de longo prazo sem progresso tecnológico. Posteriormente, os modelos de crescimento endógeno, desenvolvidos por Robert Lucas e Paul Romer, incorporaram o capital humano e o conhecimento como motores internos da produtividade. Essa estrutura foi aprofundada com a inclusão da saúde como componente essencial do capital humano na análise econométrica da minha tese e, também, apresentada nos trabalhos de Michael Grossman e David Bloom – todos em busca da evidência do papel da saúde na elevação da produtividade, no retorno da educação e na capacidade de inovação das economias ao longo do tempo.

A análise do crescimento econômico de longo prazo exige a incorporação de determinantes que vão além da simples acumulação de capital físico. Modelos contemporâneos de crescimento – tanto na tradição neoclássica ampliada quanto nos modelos de crescimento endógeno – reconhecem que a qualidade da força de trabalho, expressa pelo capital humano, é um fator central para explicar diferenças persistentes de produtividade e renda entre países. Nesse contexto, o produto agregado de uma economia pode ser representado por uma função de produção do tipo:

$$Y = A \cdot K^{\alpha} \cdot (H \cdot L)^{1-\alpha}$$

em que Y é o produto; A representa o parâmetro tecnológico; K , o estoque de capital físico; L , o fator trabalho; e H , o capital humano médio. O termo H como parâmetro amplia a produtividade efetiva do trabalho, refletindo o estoque de habilidades, conhecimento e saúde física e mental da população economicamente ativa.

A introdução explícita do capital humano altera de forma substantiva a interpretação do crescimento econômico. O trabalho deixa de ser tratado como um fator homogêneo e passa a incorporar atributos qualitativos que afetam diretamente a eficiência produtiva. Educação e saúde, nesse arcabouço, não são variáveis acessórias, mas componentes estruturais do processo de desenvolvimento.

A saúde exerce papel duplo na dinâmica econômica. Em primeiro lugar, afeta diretamente o nível de produtividade do trabalho. Indivíduos mais saudáveis apresentam menor absenteísmo, maior capacidade cognitiva, maior esforço efetivo e maior permanência no mercado de trabalho. Em segundo lugar, a saúde influencia decisões intertemporais ao elevar a expectativa de vida e aumentar o retorno esperado de investimentos em educação e qualificação profissional. Dessa forma, saúde e educação atuam de maneira complementar na formação do capital humano.

Do ponto de vista analítico, a saúde pode ser tratada como um determinante do próprio parâmetro do capital humano. Economias com melhor saúde média tendem a inovar mais, absorver tecnologia com maior rapidez e operar processos produtivos mais complexos. A inovação, a difusão tecnológica e o aprendizado organizacional dependem fortemente de capital humano qualificado, o que reforça a centralidade da saúde como insumo produtivo de longo prazo.

Essa abordagem implica uma mudança relevante na interpretação do gasto público em saúde. Em vez de ser visto predominantemente como despesa corrente de caráter social, o gasto em saúde deve ser analisado como investimento em capital humano, com efeitos diretos sobre produtividade, crescimento potencial e sustentabilidade fiscal. O retorno econômico desse investimento, no entanto, não é automático nem proporcional ao volume de recursos alocados.

2. Evidência da distribuição dos recursos de saúde nos países

A evidência empírica internacional indica que níveis elevados de gasto em saúde não garantem, por si só, melhores resultados sanitá-

rios ou econômicos. O fator decisivo é a eficiência do sistema, determinada pela forma de organização, pelos incentivos institucionais e pela estrutura de alocação dos recursos. Sistemas fragmentados, excessivamente hospitalocêntricos e orientados por incentivos de volume tendem a apresentar custos crescentes com retornos marginais decrescentes, pressionando o orçamento público sem ganhos proporcionais de produtividade ou bem-estar.

Nesse sentido, a atenção básica emerge como eixo estruturante do sistema de saúde e como mecanismo central de proteção do capital humano. Ao atuar de forma preventiva, contínua e integrada, a atenção primária reduz internações evitáveis, melhora o manejo de doenças crônicas, amplia a detecção precoce de agravos e preserva a capacidade produtiva da população ao longo do ciclo de vida. Minha tese de doutorado concluiu que, do ponto de vista econômico, isso se traduz em menor perda de produtividade, menor pressão futura sobre gastos de alta complexidade e maior eficiência alocativa do orçamento público.

A ausência de uma atenção básica forte gera distorções relevantes de incentivo. O sistema passa a responder majoritariamente a eventos agudos e tratamentos de alto custo, internalizando custos elevados e externalizando perdas de produtividade e bem-estar. Esse arranjo compromete tanto a eficiência econômica quanto a sustentabilidade fiscal, criando uma trajetória de gasto crescente dissociada de ganhos estruturais em capital humano.

Portanto, a incorporação da saúde nos modelos de crescimento econômico tratada em minha tese sinaliza que políticas públicas nessa área devem ser avaliadas não apenas por seus impactos imediatos, mas por sua contribuição para o crescimento potencial de longo prazo. A saúde, ao lado da educação e da tecnologia, constitui um dos pilares centrais da acumulação de capital humano e da capacidade produtiva de uma economia. Sistemas de saúde bem desenhados, com incentivos alinhados e foco na atenção básica, não apenas melhoram indicadores sociais, mas ampliam de forma sustentada a eficiência econômica e o espaço fiscal do Estado.

Há evidências em países que, enfrentando restrições semelhantes às do Brasil, fizeram opções diferentes – e colheram resultados melhores. Fazer uma comparação internacional ajuda a dimensionar o problema. Entre os países da OCDE², o gasto médio em saúde situa-se em torno de 9 a 10% do PIB, valor próximo ao brasileiro. No entanto, os resultados são substancialmente superiores. A expectativa de vida média nesses países supera os 80 anos, enquanto no Brasil permanece em torno de 75 anos. Indicadores de mortalidade infantil, doenças evitáveis e anos de vida saudáveis também são consistentemente melhores.

O caso do Reino Unido é ilustrativo. O país gasta aproximadamente 10% do PIB em saúde, com predominância de gasto público. Ainda assim, apresenta indicadores superiores aos brasileiros com menor gasto per capita. O diferencial não está no volume absoluto de recursos, mas na organização do sistema. O modelo britânico é fortemente ancorado na atenção básica, que atua como coordenadora do cuidado, regulando o acesso à média e alta complexidade. Isso reduz exames desnecessários, internações evitáveis e duplicações de procedimentos, aumentando a eficiência do gasto.

A Coreia do Sul oferece outro exemplo relevante. O país gasta cerca de 8% do PIB em saúde, menos do que o Brasil, e ainda assim apresenta expectativa de vida superior e melhores indicadores de saúde. A Coreia do Sul investiu fortemente em prevenção, tecnologia da informação e integração do sistema. O resultado foi um rápido ganho em saúde da população e um aumento expressivo da produtividade do trabalho, elemento central de sua trajetória de crescimento acelerado.

Mesmo países de renda média demonstram que escolhas corretas fazem diferença. A Costa Rica destina aproximadamente 7% do PIB à saúde, valor inferior ao brasileiro, mas alcança indicadores comparáveis aos de países desenvolvidos. O segredo está na forte estruturação da atenção básica, com cobertura ampla, equipes bem treinadas

2 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (em inglês *Organisation for Economic Co-operation and Development*).

e foco em prevenção. Os ganhos aparecem não apenas na saúde, mas também na educação, no mercado de trabalho e na coesão social.

3. O Brasil pode mais na política de saúde

O Brasil não cresce pouco por falta de recursos, mas por escolhas políticas ainda equivocadas. Entre elas, poucas são tão decisivas e tão persistentemente mal compreendidas quanto a saúde. Durante décadas, o debate público brasileiro tratou a saúde quase exclusivamente como política social, associada a assistência, proteção ou mitigação da pobreza. Essa leitura, embora relevante em parte, é profundamente incompleta. Ao reduzir a saúde a um item de gasto social, o País ignora seu papel central na formação do capital humano, na produtividade do trabalho e na capacidade de sustentar crescimento econômico de longo prazo.

Nos países que conseguiram enriquecer e reduzir desigualdades de forma duradoura, a saúde nunca foi vista apenas como despesa corrente. Ela foi compreendida como investimento estratégico, com retorno mensurável ao longo do tempo. Populações mais saudáveis aprendem mais, trabalham melhor, produzem mais e dependem menos de transferências públicas. No Brasil, a dificuldade em incorporar essa lógica ajuda a explicar por que seguimos presos a um ciclo de baixo crescimento, elevada desigualdade e frustração recorrente com os resultados das políticas públicas.

Quando se observa o volume de recursos destinados à saúde, o diagnóstico surpreende. O Brasil não é um país que gasta pouco. Somando gastos públicos e privados, o dispêndio em saúde gira em torno de 9% do PIB, patamar próximo ao de várias economias desenvolvidas e acima de muitos países de renda média. Desse total, aproximadamente 4% do PIB correspondem a gasto público, enquanto o restante decorre de desembolso privado direto ou planos de saúde. Ainda assim, os resultados obtidos são modestos quando comparados internacionalmente.

Esse contraste revela o cerne do problema brasileiro, decifrado em minha tese: não é a falta de recursos, mas a baixa eficiência na

sua alocação. Gasta-se muito para os resultados que se entrega. O sistema é fragmentado, descoordenado e excessivamente orientado para o tratamento de doenças já instaladas, em vez da prevenção e do acompanhamento contínuo da população. O retorno econômico desse gasto, medido em capital humano, produtividade e renda, é significativamente inferior ao potencial.

A ineficiência do sistema de saúde tem efeitos profundos e duradouros sobre a formação do capital humano. A literatura econômica é clara ao demonstrar que saúde e educação são complementares, não substitutas. Crianças que enfrentam desnutrição, doenças infecciosas recorrentes ou falta de acompanhamento pré-natal apresentam menor desenvolvimento cognitivo, maior evasão escolar e menor acúmulo de habilidades ao longo da vida. Esse prejuízo inicial raramente é compensado depois.

Na vida adulta, os impactos persistem. Problemas crônicos de saúde reduzem a produtividade, aumentam o absenteísmo e encurtam a vida laboral. Trabalhadores adoecem mais cedo, produzem menos e se aposentam antes. O efeito agregado aparece no crescimento econômico, na arrecadação tributária e na pressão sobre o orçamento público. Assim, a saúde deixa de ser apenas uma questão individual e se transforma em um fator macroeconômico central.

Ignorar essa conexão leva a um erro recorrente das políticas públicas brasileiras: tratar saúde, educação e mercado de trabalho como áreas isoladas, cada uma com seu orçamento, sua lógica e suas metas próprias. Na prática, essas dimensões são inseparáveis. Por sua vez, a dinâmica dessas dimensões é circular. Não há política educacional plenamente eficaz sem uma base sólida de saúde na infância. Não há mercado de trabalho produtivo sem trabalhadores saudáveis. Não há crescimento sustentado sem capital humano bem constituído.

É nesse ponto que a atenção básica assume papel estratégico. Sistemas de saúde bem-sucedidos são aqueles organizados a partir da prevenção, do cuidado contínuo e da coordenação entre os diferentes níveis de atendimento. A atenção primária funciona como porta de entrada do sistema, acompanhando o indivíduo ao longo

da vida, evitando agravamentos e reduzindo a necessidade de intervenções caras e tardias.

Do ponto de vista econômico, a atenção básica preventiva é o componente com melhor relação custo-benefício do sistema de saúde. Investimentos nessa área reduzem internações evitáveis, melhoram indicadores educacionais, aumentam a produtividade futura da força de trabalho e diminuem gastos hospitalares no médio e longo prazo. Trata-se de um típico caso em que gastar melhor gera economia futura e retorno social elevado.

No Brasil, entretanto, a atenção básica permanece subvalorizada. Apesar de avanços pontuais, o sistema segue excessivamente hospitalocêntrico, reativo e orientado por emergências com necessidade de cura. Recursos financeiros, capital político e capacidade decisória concentram-se na média e alta complexidade. Hospitais e procedimentos de alto custo ocupam o centro do debate público, enquanto a atenção primária opera com restrições orçamentárias, alta rotatividade de profissionais e baixa integração com os demais níveis do sistema.

Essa escolha tem consequências diretas sobre os custos e os resultados. Sistemas hospitalocêntricos curativos são mais caros e menos eficientes. Ao tratar doenças apenas quando elas já se agravaram, o sistema consome mais recursos e entrega menos bem-estar. O resultado é um gasto elevado que não se converte em ganhos proporcionais de saúde, educação ou produtividade.

A própria estrutura do orçamento público reforça essas distorções. O financiamento da saúde no Brasil privilegia gastos de curto prazo, respostas emergenciais e expansão da alta complexidade em procedimentos curativos. Faltam mecanismos robustos de avaliação de impacto, metas claras e vinculação de recursos a resultados mensuráveis. Em vez de premiar prevenção, coordenação e eficiência, o sistema acaba recompensando volume de procedimentos, expansão de custos e judicialização.

O orçamento público, que poderia ser um instrumento poderoso de desenvolvimento, transforma-se assim em um fator de perpetua-

ção da ineficiência. Essa lógica não decorre de falhas técnicas inevitáveis, mas de escolhas políticas reiteradamente equivocadas ao longo do tempo.

4. Agenda e coordenação do planejamento em saúde no Brasil

O contraste dos resultados dos países com o Brasil é evidente. O País gasta tanto quanto – ou mais do que – diversas economias comparáveis, mas obtém resultados inferiores. A expectativa de vida cresce lentamente, doenças crônicas evitáveis, como diabetes, artrites e artroses, cardíacas e neurológicas avançam e a pressão sobre o sistema hospitalar aumenta ano após ano. A análise custo-benefício do gasto em saúde é desfavorável: muito recurso mobilizado para pouco retorno em capital humano.

Essa constatação desmonta a ideia de que o problema brasileiro se resolve simplesmente com mais orçamento. O desafio central na coordenação do planejamento em saúde no Brasil é redesenhar prioridades, corrigir incentivos e alinhar o sistema de saúde a uma estratégia clara de desenvolvimento econômico. Sem isso, aumentos de gasto tendem apenas a ampliar ineficiências existentes por corresponderem ao atendimento curativo.

Essa evidência dos países e a comparação com o cenário dos gastos em saúde no Brasil significa que tratar saúde como eixo da formação do capital humano exige uma mudança profunda de perspectiva. Significa deslocar o foco do gasto curativo e reativo para o investimento preventivo, fortalecer a atenção básica como porta de entrada efetiva do sistema e integrar políticas de saúde, educação e primeira infância. Significa, também, vincular financiamento a resultados mensuráveis, com metas claras de melhoria dos indicadores de saúde, aprendizado e produtividade.

Do ponto de vista fiscal, essa abordagem não é um risco, mas uma necessidade. Sistemas ineficientes pressionam continuamente o orçamento público, ampliam a judicialização e reduzem a base produtiva da economia. Um sistema orientado para resultados, ao contrário,

reduz custos no médio e longo prazo, aumenta a eficiência do gasto público e fortalece a sustentabilidade fiscal.

Não se trata, portanto, de gastar mais, mas de gastar melhor. Um país que investe corretamente em saúde colhe dividendos econômicos duradouros. Trabalhadores mais saudáveis produzem mais, arrecadam mais impostos e demandam menos gasto assistencial. A saúde deixa de ser um centro de custo e passa a ser um ativo estratégico.

A escolha diante do Brasil é clara. O País poderia continuar tratando saúde como despesa corrente, fragmentada e reativa, aceitando crescimento baixo e desigual como destino. Ou, estrategicamente, pode reconhecê-la como investimento estruturante em capital humano, capaz de elevar produtividade, renda e bem-estar ao longo do tempo. Essa decisão não é técnica nem ideológica: é uma escolha política.

O debate sobre saúde revela, em última instância, o tipo de país que o Brasil teria escolhido ser, mas que deve ter seu plano de desenvolvimento. Deve deixar de ser um país que reage a problemas para ser um país que investe no seu futuro. Capital humano não se forma por acaso; é resultado de decisões públicas consistentes, tomadas ao longo do tempo, com foco em eficiência, resultado e visão de longo prazo. Enquanto essa escolha continuar sendo adiada, o País seguirá desperdiçando potencial, talento e crescimento. O Brasil pode mais – mas apenas se decidir investir onde o retorno econômico e social é maior.

5. Conclusão

A saúde é uma das escolhas políticas mais determinantes para o futuro econômico do Brasil. Não se trata de gastar mais, mas de gastar melhor, alinhando o sistema de saúde à lógica de formação do capital humano e ao crescimento de longo prazo. A evidência econômica mostra que sistemas eficientes, com forte atenção básica e incentivos corretos, geram ganhos permanentes de produtividade e reduzem pressões fiscais futuras. O modelo atual, fragmentado e rea-

tivo, produz altos custos, com retornos limitados. Reorganizar a saúde como investimento estratégico é condição necessária para elevar o crescimento potencial do País. O Brasil pode mais em saúde ao fazer escolhas que transformem gasto público em desenvolvimento econômico sustentável.

Referências

- LARANJEIRA, Celina M. Ramalho. *Aspectos Econômicos da Atenção à Saúde no Brasil*. Dissertação de Mestrado. PUC-São Paulo, 1996.
- RAMALHO, Celina Martins. *Saúde Preventiva, Crescimento e Produtividade: uma Análise da Literatura e um Estudo Empírico*. Tese (doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo FGV-SP.

Fundos soberanos: lições do mundo e como o Brasil pode acertar

Cláudio Gonçalves dos Santos¹

Introdução

Fundos soberanos tornaram-se, nas últimas décadas, instrumentos centrais de política econômica. Funcionam como poupança estratégica, mecanismos de estabilização e veículos de investimento de longo prazo. Em um ambiente global marcado por volatilidade e transição tecnológica, a capacidade de transformar riqueza presente em segurança futura tornou-se um diferencial de desenvolvimento.

No mundo, esses fundos, chamados de *Sovereign Wealth Funds* (SWFs), administram mais de US\$ 13 trilhões. Os modelos bem-sucedidos compartilham atributos como: governança independente, objetivos claros, transparência e disciplina fiscal. O contraste com a experiência brasileira ajuda a identificar o que funciona – e o que deve ser evitado.

Como destaca Joseph Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2001, os fundos soberanos exercem papel relevante na estabilização econômica e no investimento de longo prazo, sendo instrumentos fundamentais para a gestão de receitas extraordinárias.

Nesse sentido, fundos soberanos são concebidos como instrumentos de estabilização e planejamento de longo prazo. Conforme ar-

1 Cláudio Gonçalves dos Santos é economista, mestre em finanças, conselheiro de administração, gestor de valores mobiliários, professor em cursos de pós-graduação na Universidade Presbiteriana Mackenzie e FECAP. Sócio da Planning. Membro do IBGC e da ABVCAP. E-mail: claudio@planningconsult.com.br

gumenta Summers (2006), sua boa gestão está associada à promoção da estabilidade macroeconômica. Entretanto, no caso brasileiro, observa-se que o Fundo Soberano do Brasil (FSB) foi utilizado para fins fiscais de curto prazo, contrariando também a perspectiva apontada por Krugman (2008) sobre a necessidade de mecanismos que evitem o uso imediato de recursos extraordinários.

1. O que ensinam as experiências internacionais

A Noruega se tornou referência com o *Government Pension Fund Global* (GPFG). Abastecido por receitas do petróleo, acumula cerca de US\$ 2 trilhões e segue regras rígidas de sustentabilidade, risco e ética. Sua lição central é simples: o governo só pode sacar o retorno real anual, preservando o patrimônio para as futuras gerações.

Singapura opera dois fundos complementares – GIC e Temasek Holdings. Um voltado a portfólios globais de longo prazo; outro, estruturado como *holding* estatal profissional. Ambos são exemplos de meritocracia, clareza estratégica e capacidade de execução.

Nos Emirados Árabes Unidos, fundos como ADIA e Mubadala investem pesadamente em inovação e energia renovável, preparando o país para o pós-petróleo. Já a China, com o China Investment Corporation (CIC), com mais de US\$ 1,3 trilhão sob gestão, utiliza seu fundo como instrumento geoeconômico, voltado a infraestrutura, tecnologia e energia, gerenciando parte das reservas cambiais chinesas, investindo no exterior para diversificar riscos e maximizar retorno.

Esses casos demonstram que fundos soberanos não servem apenas para poupar, mas para reduzir volatilidade, impulsionar setores estratégicos e fortalecer a resiliência econômica.

2. A experiência brasileira: um projeto que não se sustentou

Criado em 2008, o Fundo Soberano do Brasil (FSB) nasceu com objetivos amplos – estabilização macroeconômica, apoio a investimentos estratégicos e internacionalização de empresas. Recebeu

R\$ 14 bilhões do superávit fiscal da época. Sua concepção, porém, tinha falhas determinantes.

Investimentos: em 2010, o fundo aplicou R\$ 2,4 bilhões em ações ordinárias da Petrobras (PETR3). No processo de capitalização da estatal para viabilizar os investimentos no pré-sal, o FSB aportou mais R\$ 12,1 bilhões em ações da empresa. Em 2012, foi realizada uma operação de permuta – troca de ações da Petrobras por ações do Banco do Brasil – no valor de R\$ 1,14 bilhão. Outra parcela relevante do patrimônio foi alocada em títulos públicos.

Resgates: o FSB passou a ser utilizado como instrumento de gestão fiscal de curto prazo. Em 2012, foram resgatados R\$ 12,4 bilhões, transferidos ao Tesouro Nacional. Entre 2015 e 2016, houve novo resgate de R\$ 855 milhões para cobertura de déficit público, justificado pela queda de arrecadação. Com isso, o fundo foi progressivamente descaracterizado e esvaziado para melhorar o resultado primário.

O mandato era difuso e pouco priorizado. A governança, vulnerável à interferência política. A alocação de recursos, excessivamente concentrada, com forte exposição a ações da Petrobras. Em vez de funcionar como poupança de longo prazo, o fundo acabou sendo usado reiteradamente para fechar resultados fiscais no curto prazo.

O balanço final é ambíguo. Embora auditoria posterior do Tribunal de Contas da União tenha concluído que a gestão cumpriu o rendimento mínimo legal, o FSB acumulou perdas relevantes. O episódio mais emblemático ocorreu em 2011, quando aplicações concentradas em ações da Petrobras resultaram em prejuízo de cerca de R\$ 2,3 bilhões, corroendo parte importante do patrimônio inicial.

A partir de 2015, o fundo foi sucessivamente esvaziado por resgates destinados ao Tesouro Nacional, até sua extinção em 2019. A combinação de perdas, baixa diversificação e uso fiscal de curto prazo desvirtuou completamente a lógica de um fundo soberano. O caso evidencia que instituições sofisticadas dependem não apenas de desenho legal, mas de disciplina, governança e visão de longo prazo.

3. Como estruturar um fundo soberano moderno no Brasil

A experiência internacional fornece um roteiro claro:

- **Definir um propósito preciso:** é preciso escolher entre fundo de estabilização, poupança intergeracional, desenvolvimento estratégico – ou uma combinação claramente delimitada.
- **Criar fontes estáveis e automáticas de recursos:** *royalties* do petróleo, dividendos de estatais, concessões e superávits estruturais devem alimentar o fundo de forma permanente e blindada de disputas políticas.
- **Adotar governança realmente independente:** mandatos fixos, conselhos autônomos, seleção técnica de gestores, auditoria externa e adesão aos Princípios de Santiago são requisitos mínimos.
- **Estabelecer estratégia de longo prazo:** portfólios diversificados, metas claras de risco e retorno e proteção contra interferências conjunturais.
- **Criar regras rígidas de saque:** retiradas só em situações excepcionais e condicionadas por lei. O modelo norueguês – sacar apenas o retorno real – é referência.
- **Blindar o fundo por lei:** alterações estruturais devem exigir maioria qualificada, evitando que o fundo seja capturado por necessidades fiscais momentâneas.

Fundos soberanos bem construídos fortalecem a estabilidade, ampliam a competitividade e protegem futuras gerações. O fracasso do FSB não invalida o conceito; apenas revela que improvisado, objetivos difusos e governança frágil impedem qualquer iniciativa desse tipo de prosperar.

O Brasil dispõe de recursos naturais, capacidade técnica e maturidade institucional para criar um fundo soberano moderno e duradouro. Falta transformá-lo em política de Estado – com regras claras, autonomia real e compromisso efetivo com o longo prazo.

Se adotar as melhores práticas internacionais, o País poderá transformar riqueza volátil em prosperidade duradoura e estruturar um fundo soberano à altura de seu potencial. Como lembra Roberto Campos, “*o Brasil não perde oportunidades, perde tempo*” – e a criação de um fundo soberano moderno é uma dessas agendas que exigem decisão, consistência e perseverança. O Brasil pode mais, desde que faça o que precisa ser feito: com governança sólida, objetivos bem definidos, disciplina fiscal e visão de longo prazo.

Já dispomos de maturidade institucional para superar o amadorismo na gestão dos recursos públicos – que, como advertia Margaret Thatcher, não existem em abstrato: são, em última instância, “*recursos do contribuinte*”. No entanto, decisões políticas erráticas de agentes públicos ainda alimentam um ambiente recorrente de denunciismo – o “*pega-ladrão*”, na expressão de Campos –, que, somado à fragmentação partidária, dificulta a formação de coalizões capazes de viabilizar as reformas necessárias ao crescimento e ao desenvolvimento.

Romper esse ciclo é condição para que o País avance de forma consistente. Como observou o poeta inglês Samuel Coleridge, se os homens pudessem aprender com a história, quantas lições ela nos daria; mas paixões e interesses partidários frequentemente nos cegam, e a experiência acaba por iluminar apenas o caminho já percorrido, como uma lanterna na popa.

Referências

- ABU DHABI INVESTMENT AUTHORITY (ADIA). *Annual Review*. Abu Dhabi, vários anos. Disponível em: <https://www.adia.ae>.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. *Fundo Soberano do Brasil (FSB): Relatórios e demonstrativos*. Brasília, vários anos.
- BRASIL. Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008. *Cria o Fundo Soberano do Brasil*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2008.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. *Fundo Soberano do Brasil*. Brasília. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 28 mar. 2026.

- CHINA INVESTMENT CORPORATION. *Annual Report*. Pequim, vários anos. Disponível em: <https://www.china-inv.cn>.
- GOVERNMENT PENSION FUND GLOBAL. *Investment strategy and responsible management*. Oslo: Norges Bank Investment Management, vários anos. Disponível em: <https://www.nbim.no>.
- GIC PRIVATE LIMITED. *Annual Report*. Singapura, vários anos. Disponível em: <https://www.gic.com.sg>.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Fundos soberanos: experiências internacionais e o caso brasileiro*. Brasília: IPEA, 2010.
- INTERNATIONAL FORUM OF SOVEREIGN WEALTH FUNDS (IFSWF). *Santiago Principles*. Londres, 2008. Disponível em: <https://www.ifswf.org>.
- KRUGMAN, Paul. *The return of depression economics and the crisis of 2008*. New York: W. W. Norton, 2009.
- MUBADALA INVESTMENT COMPANY. *Annual Report*. Abu Dhabi, vários anos. Disponível em: <https://www.mubadala.com>.
- NORWAY. Ministry of Finance. *The Government Pension Fund Global: Annual Report*. Oslo: Ministry of Finance, vários anos. Disponível em: <https://www.regjeringen.no>.
- SOVEREIGN WEALTH FUND INSTITUTE. *Global SWF Rankings*. Disponível em: <https://www.swfinstitute.org>.
- SUMMERS, Lawrence H. *Reflections on global account imbalances and emerging markets reserve accumulation*. 2006.
- TEMASEK HOLDINGS. *Temasek Review*. Singapura, vários anos. Disponível em: <https://www.temasek.com.sg>.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Relatório de Auditoria sobre o Fundo Soberano do Brasil*. Brasília, vários anos. Disponível em: <https://www.tcu.gov.br>.

Turismo no Brasil: gestão, cenários e reflexões

Deborah Hornblas Travassos¹

O objetivo deste texto é uma breve análise do desempenho do Brasil no turismo internacional, sob o ponto de vista do receptivo, ou seja, quantos estrangeiros chegam ao País, qual seu potencial de atração e quais os gastos desses turistas, além de sugerir algumas ações para a melhoria do setor.

1. O desempenho histórico do turismo internacional no Brasil

O Brasil possui um imenso potencial no que se refere ao turismo, tanto nacional quanto internacional. Tem um extenso litoral de cerca de 9.200 km, sendo o 13º litoral do mundo. Além das praias, quase sempre ensolaradas, contamos com seis biomas definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): são eles: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa, sendo a Amazônia a maior floresta tropical do mundo. Outro grande atrativo, sem dúvida alguma, é o Carnaval, que é uma das maiores festas populares do mundo. O Carnaval de 2026, por exemplo, movimentou R\$ 18,6 bilhões em todo o Brasil, representando um crescimento de 10% em relação a 2025, de acordo com o IBGE (2026).

Os elementos apontados acima são extremamente atraentes e possuem a capacidade de trazer visitantes que buscam natureza, turis-

1 Deborah Hornblas Travassos é professora do curso de Gestão de Turismo da Fatec São Paulo desde 2008. Graduada em Economia pela FAAP, mestrado, doutorado e pós-doutorado em Antropologia pela USP. E-mail: dtravassos@uol.com.br

mo de sol e mar, cultura e festas populares. Mas, será que o Brasil corresponde à expectativa dos estrangeiros de maneira adequada? Temos capacidade de atrair a demanda nacional e internacional?

Historicamente o País nunca obteve resultados significativos quanto ao número de visitantes estrangeiros. Vejamos, na Tabela 1, alguns indicadores publicados pela Embratur.

Tabela 1 – Número de visitantes estrangeiros

2016	6,6 milhões
2017	6,6 milhões
2018	6,6 milhões
2019	6,4 milhões
2020	2,2 milhões
2021	0,8 milhões
2022	3,6 milhões
2023	5,9 milhões
2024	6,8 milhões
2025	9,3 milhões

FONTE: EMBRATUR

Os números da Tabela 1 apontam que entre 2016 e 2019 a quantidade de visitantes estrangeiros se manteve estável, sem tendências significativas para alta ou baixa. Já os anos de 2020 e 2021 foram estatisticamente pouco significativos, pois o mundo enfrentava nessa época a crise provocada pela pandemia de covid-19. O ano de 2022 mostrou uma boa recuperação em relação aos dois anos anteriores. Entretanto, em 2025, o turismo brasileiro surpreendeu com um crescimento considerável, apresentando uma alta de 37,1% em relação a 2024 – o maior valor da história.

O mau desempenho histórico do turismo internacional no Brasil deveu-se a inúmeros fatores. Entre tantos motivos, podemos citar a imagem ruim do Brasil no exterior, que por anos foi relacionado ao turismo sexual, em boa parte por culpa da própria Embratur, responsável por divulgar nossa imagem no exterior com campanhas de forte apelo sexual, ilustradas por mulheres seminuas em cenários em que mal se podiam distinguir as paisagens de pano de fun-

do. Essa imagem estereotipada era também fortemente aludida na filmografia internacional. Como exemplo, podemos citar o filme de 2008, *Velozes e Furiosos 5*, que retratou o nosso país como corrupto e violento.

Além disso, o Brasil é considerado longínquo e fora de rota para residentes do hemisfério norte do Planeta, que são os maiores emissores de turismo internacional. A título de comparação, a Tailândia recebeu, no ano de 2025, 30,3 milhões de visitantes, um número quase quatro vezes maior que o do Brasil. Os viajantes que vão para esse país do sudeste asiático são, em sua maioria, europeus, que nitidamente preferem essa localidade ao nosso país.

A política cambial também pouco favoreceu o turismo internacional. Por muitos anos a valorização do real tornou o Brasil caro e, assim, pouco atrativo para turistas de fora, que deram preferência a lugares considerados mais acessíveis.

A questão da infraestrutura, com a inadequação de aeroportos, portos e rodovias, também foi (e tem sido) gargalo extremamente apertado que prejudica a atração do viajante para as terras brasileiras. Os equipamentos turísticos, tais quais meios de hospedagem, receptivos, bares e restaurantes, placas bilíngues etc., são itens de importância capital, todavia é sabido que, muitas vezes, tais equipamentos não se adequam às reais necessidades dos turistas. Esses são apenas alguns dos motivos do desempenho sofrível do País durante várias décadas.

2. Por que o Brasil apresentou esse aumento no turismo em 2025?

No cenário global, o Brasil foi o destaque em 2025, segundo o relatório mais recente das Nações Unidas (ONU Turismo); no ano passado, foi o país com maior crescimento no tocante à chegada de estrangeiros, à frente de Egito, Marrocos e Seychelles. O relatório da consultoria internacional da indústria do turismo *Phocuswright*, que mede o número de reservas ligadas a viagens no mundo, mostra o Brasil liderando o crescimento mundial, como se vê na Tabela 2.

Tabela 2 – Nacionalidades que mais visitaram o Brasil em 2025

Argentina	3,4 milhões
Chilena	0,8 milhões
Norte-americana	0,8 milhões
Paraguaia	0,5 milhões
Uruguaia	0,5 milhões
Francesa	0,3 milhões
Portuguesa	0,3 milhões
Alemã	0,2 milhões
Colombiana	0,2 milhões
Italiana	0,2 milhões

FONTE: [HTTPS://WWW.BBC.COM/PORTUGUESE/ARTICLES/C1JEE9KDYLO](https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1jee9kdylo)

Segundo a ONU Turismo, os 9,3 milhões de estrangeiros superaram a meta de oito milhões prevista inicialmente para 2027, com crescimento 10 vezes maior que a média mundial. O gasto de turistas estrangeiros também aumentou expressivamente e atingiu US\$ 7,9 bilhões – um aumento de 7,1% em relação a 2024. Na América Latina, o Brasil se consolidou na 3ª posição de país que mais recebeu turistas em 2025, perdendo apenas para o México (1º lugar, com 45 milhões de visitantes) e a República Dominicana (2º lugar, com 11,7 milhões de visitantes), de acordo com a *Panrotas*, tradicional publicação especializada.

Além de superar o desempenho do ano anterior, o País também ultrapassou a meta prevista no Plano Nacional de Turismo (PNT) 2024-2027. A expectativa para 2025 era alcançar 6,9 milhões de chegadas internacionais, número que foi superado em 34,6%. “Os dados mostram que os grandes *hubs* turísticos e aeroportuários seguiram como as principais portas de entrada dos estrangeiros no Brasil. São Paulo liderou o ranking, com 2.753.869 visitantes internacionais, seguido pelo Rio de Janeiro, com 2.196.443, e pelo Rio Grande do Sul, que recebeu 1.535.806 turistas ao longo do ano” (Brasil, 2026).

2.1. Quais elementos levaram a esse aumento de desempenho do turismo brasileiro?

Em primeiro lugar, podemos falar do aumento da demanda internacional, impulsionado por uma taxa de câmbio favorável, que torna o Brasil um destino mais acessível e competitivo para estrangeiros.

Eventos como os shows de artistas internacionais de renome também podem ser apontados como um dos motivos que atraíram visitantes estrangeiros, principalmente de nossos vizinhos argentinos, paraguaios e uruguaios, como foi o caso da apresentação da artista Lady Gaga, no Rio de Janeiro, em 3 de maio de 2025 (projeto da Prefeitura do Rio de Janeiro chamado *Todo Mundo no Rio*), que reuniu 2,1 milhões de pessoas em uma apresentação com forte cobertura internacional. Esses shows são gratuitos, mas têm o potencial de atrair turistas para o setor de hotelaria, incrementando também os setores de alimentos e bebidas, transportes etc., gerando renda e emprego no setor.

Outro evento de suma importância tem sido a corrida de Fórmula 1, no Autódromo de Interlagos (São Paulo). O Grande Prêmio em 2025 bateu recorde histórico de público, com um total de 303.627 pessoas durante os três dias de evento. Esse número supera em 4% o público de 2024, consolidando o evento com a maior presença de público na história recente do GP no Brasil. Isso sem falar em festivais musicais, como Lollapalooza e The Town, além da parada LGBTQIAPN+, que são realizados na capital paulista.

Parte desse desempenho também está associado à estratégia da Embratur de relacionamento com a imprensa estrangeira, baseada na realização de *press trips* e na produção de matérias jornalísticas sobre os destinos nacionais. As publicações alcançaram mais de 200 milhões de pessoas em veículos digitais em todo o mundo. Essas matérias jornalísticas contemplaram todas as regiões do País, conectando o interesse dos mercados emissores à diversidade de experiências brasileiras, com destaque para experiências culturais, como ecoturismo no Pantanal, praias em Fernando de Noronha (PE) e Trancoso (BA), as cataratas de Foz do Iguaçu (PR) e, logicamente,

a cidade do Rio de Janeiro (RJ). A Embratur intensificou a produção de conteúdo institucional para a imprensa estrangeira. Em 2025, foram distribuídos cerca de 230 *press releases* em mercados estratégicos da Europa, América do Norte e Ásia.

Entretanto, é importante frisar que o desempenho do Brasil no Balanço de Pagamentos de 2025 não traz o correspondente crescimento do número de turistas que chegaram ao País. Como vem acontecendo há muito tempo, a conta Viagens Internacionais da conta Balança de Serviços, apresentou déficit, ou seja, brasileiros gastaram nas viagens internacionais mais do que estrangeiros no Brasil. Os estrangeiros gastaram cerca de US\$ 7,9 bilhões no País. Apesar desse número expressivo, o déficit permaneceu elevado, influenciado pelo alto volume de gastos de brasileiros no exterior, que somaram US\$ 21,7 bilhões, o maior valor desde 2014. É interessante notar que, apesar das restrições e do endurecimento da política imigratória, isso não afastou os visitantes brasileiros dos Estados Unidos.

3. O Brasil e as novas tendências para 2026 – algumas sugestões

Se um dos fatores fundamentais para o aumento do desempenho do turismo internacional no Brasil foi uma significativa mudança da nossa imagem no exterior, é preciso manter essa estratégia de comunicação com o objetivo de desconstruir décadas de estereótipos – o que, sabemos, não é tarefa nada fácil. A Embratur, órgão responsável pela divulgação do País lá fora, deve manter e intensificar campanhas que mostrem um país longe dessas imagens cheias de clichês que foram, por tanto tempo, semeadas.

Uma outra ação que precisa ser realizada é a de manter o alinhamento entre o Ministério do Turismo e a Embratur, que devem constituir uma parceria e trabalhar de forma estratégica, a fim de elaborar políticas públicas de aumento e manutenção da infraestrutura do *trade* turístico no País, como adequação de aeroportos e portos, estradas mais trafegáveis e menos perigosas, e cuidado com a segurança dos turistas e da população em geral. Essas são apenas algumas das ações

que devem ser atendidas por meio do Poder Público e da iniciativa privada, no curto, médio e longo prazo.

Entretanto, é necessário reconhecer que, quando se aborda o tema aviação, sabemos que é de fundamental importância promover um incremento no setor, aumentando a quantidade de voos para o Brasil. Para que isso seja realizado, porém, é necessário um aumento da demanda externa, tornando-se imprescindível uma divulgação de qualidade da imagem do País no exterior, capaz de convencer as pessoas a virem para cá. Isso, por si só é insuficiente, mas um transporte aéreo satisfatório em quantidade (e qualidade) é condição essencial para atender a um possível aumento dessa demanda.

Na lista de 2026 de destinos que serão tendência durante o ano, a *Booking.com*, plataforma de meios de hospedagem, colocou o Brasil pelo segundo ano seguido em suas apostas. A cidade escolhida deste ano foi Manaus (em 2025, a indicada foi João Pessoa). Essas opções são muito interessantes, pois fogem do eixo São Paulo-Rio-Salvador, apresentando um outro Brasil aos visitantes estrangeiros, com novas opções de lazer e cultura.

Segundo dados da Embratur, nossos principais visitantes estrangeiros em 2025, os argentinos, tiveram como destinos principais os estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), além do estado do Rio de Janeiro. Seria então muito interessante criar estratégias de fidelização desses estrangeiros, alocando uma quantidade maior de recursos nos destinos mais visitados por eles, como, por exemplo, melhorias de estradas (muitos chegam ao Brasil de carro) e aeroportos, mas também investindo em formação de profissionais que atendam a esses grupos de argentinos, realizando treinamentos tanto nas questões linguísticas quanto culturais e, dessa forma, produzindo um relacionamento mais eficiente para o atendimento desse público.

Os grandes eventos funcionam como alavancas de demanda e tendem a mudar a sazonalidade, que é uma fragilidade do setor. As baixas temporadas diminuem a procura, muitas vezes obrigando setores, como o de hotelaria, a aumentar o preço da diária, para fazer fren-

te aos seus custos, talvez com isso afastando ainda mais os hóspedes, ou, o que é mais costumeiro, ficando vazios nas baixas temporadas com uma enorme capacidade ociosa.

Assim, como estratégia para atrair turistas fora das temporadas, os municípios deveriam aumentar a oferta de shows musicais, com grandes nomes internacionais (como o da cantora colombiana Shakira, que se apresentou na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, em maio de 2026). Por que não trazer outros nomes de grande apelo popular do cenário musical internacional para outras cidades, de forma gratuita, incentivando regionalmente o setor hoteleiro, o comércio local, bares, restaurantes etc.?

Mesmo com o faturamento alto, os empreendimentos turísticos e de hospitalidade possuem como desafio do setor manter *tickets* médios lucrativos. A ideia é aumentar o gasto dos turistas no Brasil, oferecendo atrativos que consigam ir além do óbvio, superando a expectativa dos visitantes. Nesse sentido, podem ser oferecidos jantares temáticos, degustação de frutas tropicais, passeios a lugares menos conhecidos e explorados pelo turismo de massa, atrações culturais, como, por exemplo, apresentações teatrais e musicais.

É preciso refletir sobre formas de manter recursos no próprio país, estimulando o consumo de produtos nacionais. Por exemplo, se um turista pede em um bar um *Aperol Spritz*, parte da renda gerada vai para a fábrica desse drink na Itália; já se o turista pedir uma cerveja nacional, uma caipirinha de cachaça ou uma cajuína, a renda fica toda aqui no Brasil.

4. Considerações finais

O turismo internacional possui um imenso potencial no mundo e, logicamente, o País não foge a essa regra. Em tempos de guerra, como vivemos atualmente, lugares como o Brasil tendem a aumentar sua atratividade, já que ficam bem longe da região dos conflitos.

Temos elementos para crescer cada vez mais nessa área, por vezes tão desprezada e considerada de menor importância macroeconômica, o que constitui uma visão restrita, pois o turismo é uma atividade em

constante crescimento, produzindo enriquecimento e desenvolvimento regional, aumentando a oferta de empregos, criando um maior nível de confiabilidade do País, além de promover intercâmbio cultural.

Segundo dados da Embratur, em 2025 o turismo no Brasil consolidou uma participação expressiva, representando cerca de 7,7% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Esse dado indica a importância desse setor. Porém, se compararmos com a participação do turismo no PIB de países como a da Tailândia (cerca de 15%) e da França (9,7%), chegaremos à conclusão de que há ainda uma forte capacidade de crescimento nesse setor.

Os investimentos em infraestrutura, assim como atrair eventos caros e de grande porte para o País, podem parecer inicialmente muito onerosos para o Poder Público, ou mesmo para a iniciativa privada, mas a experiência em outros países e mesmo no Rio de Janeiro prova que o retorno econômico e financeiro é considerável. O Brasil melhorou muito seu desempenho na área em 2025 e, segundo a Embratur, espera-se a visita de 10 milhões de estrangeiros em 2026 e de 12 milhões em 2027. Tratam-se de números bastante auspiciosos. Resta aguardar a continuidade dessa trajetória, que certamente só trará benefícios para o País.

Referências

- ADIT BRASIL. Entenda fatores que fizeram Brasil despontar no turismo em 2025. Maceió: ADIT Brasil, 2026. Disponível em: <https://adit.com.br/entenda-fatores-que-fizeram-brasil-despontar-no-turismo-em-2025/>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Portal do Banco Central do Brasil. Brasília, DF: BCB, 2026. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- BBC NEWS BRASIL. O Brasil está na moda entre turistas estrangeiros? London/São Paulo: BBC, 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1jee9kdylo>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. Embratur. Em alta na imprensa internacional, publicações sobre destinos brasileiros alcançam mais de 200 milhões de pessoas no mundo em 2025. Brasília, DF: Embratur, 2025. Disponível em: <https://embratur.com.br/brasil-no-mundo/em-alta-na-imprensa-internacional-publicacoes-sobre-destinos-brasileiros-alcancam-mais-de-200-milhoes-de-pessoas-no-mundo-em-2025/>. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. Embratur. Portal da Embratur. Brasília, DF: Embratur, 2026. Disponível em: <https://embratur.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Brasil alcança recorde histórico e fecha 2025 com 9,3 milhões de turistas internacionais. Portal Gov.br, Brasília, DF, jan. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2026/01/brasil-alcanca-recorde-historico-e-fecha-2025-com-9-3-milhoes-de-turistas-internacionais>. Acesso em: 10 jul. 2026.

ONU NEWS. Organização Mundial do Turismo. Nova Iorque: Nações Unidas, 2026. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/organizacao-mundial-do-turismo>. Acesso em: 10 jul. 2026.

PANROTAS. Brasil dá grande salto no ranking dos países que mais recebem turistas na América Latina. São Paulo: PanRotas, mar. 2026. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/destinos/2026/03/brasil-da-grande-salto-no-ranking-dos-paises-que-mais-recebem-turistas-na-america-latina_227004.html. Acesso em: 10 jul. 2026.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Executiva de Comunicação. GP São Paulo 2025 bate recordes: público ultrapassa 303,6 mil, impacto econômico alcança R\$ 2,3 bilhões e empregos aumentam 17,3%. Portal da Prefeitura de São Paulo, São Paulo, nov. 2025. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/w/gp-s%C3%A3o-paulo-2025-bate-recordes-p%C3%BAblico-ultrapassa-303-6-mil-impacto-econ%C3%B4mico-alcana%C3%A7a-r-2-3-bilh%C3%B5es-e-empregos-aumentam-17-3->. Acesso em: 10 jul. 2026.

A Amazônia como projeto nacional

Eduardo José Monteiro da Costa¹

Há algo de profundamente equivocado na forma como o Brasil discute a Amazônia. Em anos eleitorais, a região costuma reaparecer como promessa, slogan ou paisagem moral: ora celeiro ou almoxarifado do desenvolvimento alheio, ora santuário intocável, ora fronteira econômica, ora problema ecológico. Quase nunca, porém, como o que de fato é: uma questão central de Estado, de federação, de soberania, de desenvolvimento e de justiça territorial. O resultado dessa superficialidade é conhecido: a Amazônia produz riqueza, mas não bem-estar na mesma proporção; concentra ativos estratégicos, mas não centros decisórios; atrai grandes projetos, mas não consolida, no mesmo ritmo, capacidades duráveis, diversificação produtiva e inclusão social.

Se quiser debater seriamente seu futuro em 2026, o Brasil precisará renunciar a dois vícios intelectuais que empobrecem a reflexão sobre a Amazônia. O primeiro é o da desculpa geográfica: a suposição de que a região seria, por sua própria natureza, complexa, extensa ou remota demais para sustentar uma trajetória consistente de desenvolvimento. O segundo é o da solução simplificadora: a crença de que o problema amazônico poderá ser resolvido apenas com mais obras, mais incentivos, mais crédito ou mais retórica ambiental. Nem o determinismo geográfico explica o impasse amazônico, nem o voluntarismo programático basta para superá-lo. A Amazônia foi

¹ Eduardo José Monteiro da Costa é economista, doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas e professor da Universidade Federal do Pará. Email: ejmcosta@ufpa.br

historicamente organizada por uma economia política do território que distribuiu seletivamente oportunidades, concentrou benefícios, territorializou custos e manteve a região subordinada a agendas formuladas fora dela. Por isso, enfrentar o desafio amazônico exige mais do que um novo programa: exige uma nova conversa nacional sobre regras, poder, coordenação e projeto de sociedade.

1. Por que a Amazônia continua presa ao subdesenvolvimento?

A Amazônia não permaneceu subdesenvolvida por falta de recursos, por maldição natural ou por simples ausência de Estado. Permaneceu subdesenvolvida porque sua trajetória foi moldada por decisões políticas reiteradas que organizaram o território como fronteira de extração, corredor de escoamento e plataforma de interesses externos.

Em vez de constituir uma base ampla de desenvolvimento regional, a ocupação econômica da região tendeu a produzir enclaves: mineração, energia, agropecuária, grandes obras e ciclos extrativos conectados prioritariamente a cadeias externas, com baixa densidade de encadeamentos internos, pouca verticalização e limitada internalização de renda. A riqueza foi gerada na região, mas não permaneceu nela de modo suficiente para financiar inovação, urbanização de qualidade, bens públicos e ampliação durável de oportunidades.

Esse padrão territorial foi agravado por um arranjo federativo profundamente assimétrico. Em termos simples: uma parte importante dos impactos sociais, urbanos, fundiários e ambientais fica na Amazônia, enquanto instrumentos decisórios, fiscais e administrativos decisivos permanecem concentrados fora dela. O território produtor suporta pressão sobre cidades, serviços, infraestrutura, fiscalização e recomposição ambiental, mas estados e municípios amazônicos não dispõem, em geral, de capacidade financeira e institucional compatível com esse ônus. Casos como a desoneração das exportações primárias e semielaboradas, e a lógica tributária que favorece territórios consumidores de energia, e não os produtores, ilustram essa dissociação entre decisão, benefício e custo. O resultado é perverso:

intensifica-se a ocupação econômica sem, na mesma proporção, consolidar-se capacidade local para transformar expansão em bem-estar para os amazônidas.

Ao mesmo tempo, a Amazônia foi sendo coberta por sucessivas camadas institucionais – agências, fundos, incentivos, marcos legais, programas especiais – sem que esse adensamento se convertesse automaticamente em impessoalidade, coordenação robusta e democratização do acesso a oportunidades. O problema amazônico, portanto, não foi falta de instituições, mas a natureza seletiva de muitas delas. Ao longo do tempo, normas, autorizações, crédito, benefícios fiscais e instrumentos de planejamento foram frequentemente apropriados por agentes com maior capacidade de organização, garantias patrimoniais e articulação política. Em vez de infraestrutura social impessoal de desenvolvimento, consolidou-se, muitas vezes, uma infraestrutura seletiva de acesso.

É nesse ponto que a tese central precisa ser afirmada sem rodeios: a Amazônia não é, propriamente, o resultado da ausência do Estado, mas de uma presença estatal seletiva, que organizou o território, distribuiu incentivos e concentrou benefícios sem converter essa intervenção em desenvolvimento amplamente compartilhado. A chamada “mão visível” do Estado brasileiro definiu rotas logísticas, hierarquizou atividades, distribuiu incentivos, abriu e fechou canais de acesso, e moldou a geografia contemporânea do subdesenvolvimento amazônico. Em várias épocas, mudaram as linguagens – integração, segurança nacional, desenvolvimento, sustentabilidade, transição ecológica –, mas um núcleo duro persistiu: grandes decisões tomadas fora da região, ganhos concentrados em coalizões organizadas, custos territorializados e baixa capacidade regional de condicionar contrapartidas. A política não apenas regulou mercados; delimitou quem pôde competir, em que condições e com quais proteções.

Por isso, o subdesenvolvimento amazônico deve ser compreendido como um equilíbrio político-institucional historicamente produzido. Trata-se de um arranjo resistente, capaz de acomodar modernizações seletivas sem democratizar de fato o acesso à terra, ao crédito,

à infraestrutura, à representação e às oportunidades econômicas. A Amazônia foi integrada ao País e ao mundo, mas de forma subordinada. Recebeu investimentos, mas não acumulou, na mesma escala, autonomia decisória e capacidade estatal durável. Incorporou novas agendas, inclusive ambientais, mas sem necessariamente alterar as regras efetivas de acesso. Em suma: a expansão econômica foi compatibilizada com uma governança que distribuiu benefícios seletivamente e territorializou custos. É isso que precisa mudar.

2. Uma agenda pública para destravar o desenvolvimento da Amazônia

Romper essa trajetória exige recolocar a Amazônia no centro do debate nacional, mas sob outra chave. Não como retórica episódica, nem como palco de disputas morais abstratas, e, sim, como projeto político-institucional de longo prazo. O ponto de partida é reconhecer que a transformação da Amazônia não será obra de um novo ciclo extrativo, de um pacote de incentivos ou de uma simples ampliação do investimento. Ela dependerá de mudar regras efetivas de acesso, reconstruir capacidades estatais, alinhar incentivos federativos e criar condições para que a riqueza gerada no território se converta em diversificação produtiva, inovação, bens públicos e bem-estar compartilhado.

A primeira frente dessa agenda é federativa. O Brasil precisa rever o modo como distribui receitas, competências e responsabilidades em torno da Amazônia. Não faz sentido que grandes projetos, cadeias exportadoras e infraestrutura energética gerem impactos territorializados de grande magnitude sem que haja mecanismos estáveis de compensação, equalização e financiamento para estados e municípios amazônicos. A região não precisa de favores fiscais ocasionais; precisa de uma arquitetura federativa coerente com seus encargos. Isso envolve rever mecanismos de compensação por perdas tributárias, repensar critérios de repartição que penalizam territórios de conservação e baixa densidade, e criar instrumentos que alinhem exploração econômica, arrecadação e responsabilidade territorial. Uma agenda

amazônica séria começa por enfrentar a dissociação entre onde o custo é produzido e onde a receita é apropriada.

A segunda frente é territorial. A Amazônia precisa de governança territorial efetiva, o que significa combinar impessoalidade e territorialidade. Impessoalidade, para reduzir discricionariedade, clientelismo, captura de políticas e incerteza jurídica. Territorialidade, porque não se governa a Amazônia apenas com programas setoriais desconectados. Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental não são itens acessórios: formam a base mínima sem a qual qualquer política de crescimento, conservação ou inclusão será absorvida pela desordem fundiária, pela violência, pela grilagem e pelas disputas predatórias de uso do solo. Em outras palavras, sem território governado, o desenvolvimento vira conflito; sem regras impessoais, a política vira seleção de privilegiados.

A terceira frente é econômica e produtiva. A floresta em pé só se sustentará politicamente e socialmente quando valer mais preservada do que derrubada, em termos de renda, emprego e oportunidades locais. Essa é talvez a frase mais decisiva de toda a agenda. Porém, ela não pode ser reduzida a slogan. O que ela exige, concretamente, é uma estratégia dual. De um lado, rigor no controle da ocupação predatória, do desmatamento ilegal e das economias ilícitas. De outro, indução sistemática de atividades econômicas de maior valor agregado, baseadas em conhecimento, tecnologia, inovação e adensamento de cadeias, especialmente nas áreas já antropizadas. O falso dilema entre devastação e paralisia precisa ser superado. A Amazônia não pode continuar sendo nem um almoxarifado do desenvolvimento alheio, nem um laboratório de restrições que conserva a floresta, mas conserva também a pobreza e a exclusão social.

Isso implica mudar a orientação da política econômica para a região. Incentivos públicos, crédito, compras governamentais e financiamento devem estar vinculados a contrapartidas territoriais verificáveis: inovação local, formação de fornecedores regionais, agregação de valor, emprego qualificado, mitigação de passivos socioambientais, reinvestimento de renda no território e provisão de bens públicos. A

política de desenvolvimento não pode mais premiar apenas escala e capacidade de *lobby*; precisa abrir espaço para novos entrantes, pequenas e médias empresas, cooperativas, arranjos produtivos locais e formas organizativas regionais. Desenvolvimento, aqui, significa também democratização do acesso à organização econômica.

A quarta frente é estatal. A Amazônia precisa deixar de receber apenas obras, programas e impulsos episódicos; precisa acumular capacidade institucional. Isso envolve burocracias técnicas qualificadas, sistemas de informação territorial, capacidade de *enforcement*, monitoramento contínuo, avaliação *ex ante* e *ex post* e coordenação transescalar entre União, estados e municípios. Sem isso, cada nova agenda será engolida pela improvisação, pela sobreposição de competências, pela competição por exceções e pela baixa continuidade. O grande problema amazônico não é apenas iniciar políticas; é fazê-las durar, aprender e acumular resultados. Um projeto amazônico sério precisa sobreviver ao calendário eleitoral.

A quinta frente é científica e tecnológica. Nenhuma estratégia de desenvolvimento regional consistente pode prescindir da construção de infraestrutura de conhecimento territorializada. Isso significa fortalecer universidades, institutos de pesquisa e centros tecnológicos amazônicos não como cartórios de diagnóstico, mas como núcleos de inteligência regional. Eles devem formar quadros, produzir conhecimento aplicado, desenvolver bases de dados, testar arranjos institucionais, avaliar políticas e apoiar a geração de soluções duráveis para problemas amazônicos. A região não sairá da condição reflexa enquanto continuar consumindo, de modo passivo, modelos analíticos, tecnologias e agendas formuladas integralmente de fora. A ciência amazônica precisa ser parte constitutiva da soberania e do desenvolvimento.

A sexta frente é política e social. A Amazônia não mudará de trajetória sem ampliar o protagonismo político e social dos amazonidas. Isso significa fortalecer densidade associativa, representação, participação efetiva e capacidade de barganha territorial. A região precisa deixar de ser apenas destinatária tardia de decisões

tomadas em outras arenas. Para isso, é necessário construir mecanismos permanentes de participação e controle social, ampliar transparência e responsabilização, e reforçar a capacidade regional de condicionar prioridades, exigir contrapartidas e arbitrar *trade-offs*. Sem esse ganho de agência, mesmo agendas bem financiadas tenderão a repetir o padrão histórico: ações na Amazônia, mas não para os amazônidas.

Por fim, há uma sétima frente, menos técnica e mais exigente: a das elites políticas e econômicas regionais. Sem um pacto mínimo que substitua rentismo, captura de rendas e curto-prazismo por compromisso verificável com diversificação produtiva, impessoalidade administrativa, provisão de bens públicos e construção de capacidades duráveis, a trajetória amazônica apenas se reacomodará. Novas narrativas serão absorvidas, novos instrumentos serão apropriados, e a modernização seletiva seguirá operando sob outra retórica. A mudança, portanto, exige responsabilidade política concreta: disposição de renunciar a privilégios de curto prazo em favor de capacidades de longo prazo.

Esse é o ponto central da agenda pública que deveria entrar no debate de 2026: a Amazônia precisa deixar de ser tratada como periferia administrada e passar a ser reconhecida como efetivo projeto nacional. Não haverá desenvolvimento amazônico consistente sem reforma federativa, sem governança territorial, sem capacidade estatal, sem diversificação produtiva, sem ciência regional forte e sem protagonismo amazônida. Não haverá nada disso sem enfrentar, explicitamente, os mecanismos de captura que historicamente bloquearam a transformação.

O Brasil pode mais. A Amazônia também pode mais – e talvez o País só descubra isso quando parar de tratá-la como problema lateral, fronteira de compensação ou vitrine moral. A pergunta que deve orientar o debate público não é se queremos crescimento ou conservação, integração ou autonomia, investimento ou direitos. A pergunta correta é outra: temos, como país, disposição institucional e coragem política para reorganizar as regras do jogo na Amazônia?

Porque, no fim, a questão amazônica não é apenas sobre floresta, minérios, energia ou exportações. É sobre que tipo de nação o Brasil quer ser. Continuaremos aceitando uma região estratégica organizada por benefícios concentrados, custos territorializados e decisões externas? Ou seremos capazes de construir, enfim, uma Amazônia em que desenvolvimento signifique poder local, riqueza internalizada, instituições impessoais e dignidade para quem vive no território?

Se o Brasil quiser mais, terá de começar por responder seriamente à Amazônia.

Referências

- COSTA, Eduardo José Monteiro da. *História econômica da Amazônia*. Tese (Professor Titular) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2026.
- COSTA, E. J. M. da. *A Geopolítica da Floresta: histórias não contadas da Amazônia*. Paper do NAEA, Belém, v. 1, n. 1, Edição 584, 2025a. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v1i1.19321>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/19321>. Acesso em: 25 ago. 2025.
- COSTA, E. J. M. da. *A Amazônia, Sustentabilidade e Soberania: estabelecendo a Arena para os debates durante a COP 30 em Belém*. Paper do NAEA, Belém, v. 1, n. 1, Edição 572, 2024a. DOI: 10.18542/papersnaea.v1i1.16818. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/16818>. Acesso em: 6 abr. 2025.
- COSTA, E. J. M. da. Amazônia, território e soberania nacional: história e memória de uma disputa territorial. Geopolítica(s). *Revista de Estudios sobre Espacio y Poder*, 16(2), 2025d. DOI:10.5209/geop.96692. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/96692>. Acesso em: 6 abr. 2025.

O agronegócio como alavanca propulsora da economia

Francisco Prisco Neto¹

Acompanhando as diversas publicações sobre a economia brasileira há mais de 50 anos, encontramos dados e informações que, em muitas oportunidades, causam confusão diante das controvérsias apresentadas. Exemplifico com diversas declarações observadas entre 2022 e 2026 atacando o setor do agronegócio, devido a posicionamentos políticos de alguns de seus componentes. As questões ideológicas envolvem até metodologia de coleta e elaboração de indicadores, não obstante o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – ser uma instituição de reconhecida capacidade técnica, no momento da elaboração do presente artigo, há cenário mostrando um tenso debate entre o corpo técnico e a gestão.

Importante apresentar esse contexto, vez que, muitas publicações deixam de apresentar a realidade do agronegócio, dando ao leitor menos avisado uma visão errônea do setor que vem, ao longo das últimas décadas, dando mostras da capacidade de gerar recursos, bons resultados e grande participação no crescimento do País, o que seria suficiente para orgulhar qualquer nação. Entretanto, as narrativas inversas confundem a população, colocando os empresários do ramo numa posição vulnerável.

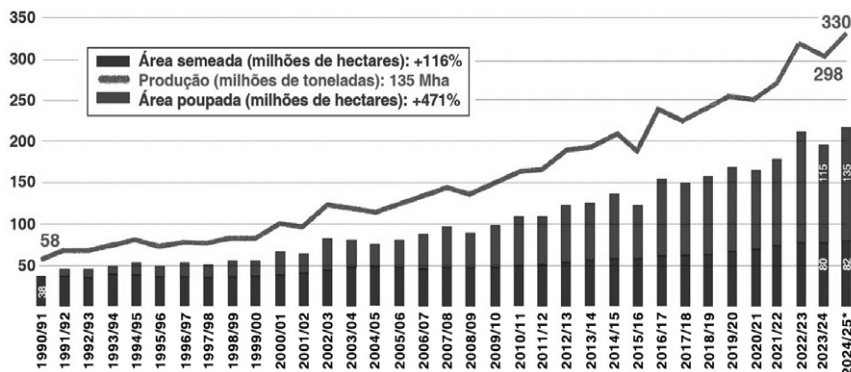
O presente texto visa demonstrar que os dados do agronegócio são luz e esperança para a sociedade, perspectivas de dias melhores para o País, e que o velho lema “*Brasil, celeiro do mundo*” é vigente

1 Francisco Prisco Neto é economista, pós-graduado em Finanças e mestrado em Alinhamento Organizacional/Estratégia Empresarial. E-mail: franciscoprisoneto@gmail.com

e, assim, o agronegócio é uma das principais variáveis que compõem a equação para o crescimento e desenvolvimento do País, portanto, números que nos dão certeza em afirmar que o Brasil pode mais, muito mais.

Segundo dados da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento –, em levantamento realizado em relação ao período das safras entre 1990/91 e 2024/25, números provisórios, a produção de grãos no Brasil cresceu 471%, enquanto a área plantada cresceu apenas 116% (Gráfico 1).

Gráfico 1



- Culturas de verão: algodão, amendoim, arroz, feijão, girassol, mamona, milho, soja e sorgo.
- Culturas de inverno: aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticale.

O agronegócio representa cerca de 25 a 29,4% do PIB nacional, sendo que o Brasil produz atualmente alimentos suficientes para as necessidades calóricas de aproximadamente 900 milhões de pessoas, ou seja, o que equivale a 11% da população global. Portanto, junto com China, Índia e Estados Unidos, são os maiores produtores de alimento no mundo. O Brasil é o terceiro maior produtor de alimentos do planeta, respondendo por 80% de todo suco de laranja produzido no mundo e pela metade da produção mundial de açúcar. A participação nacional no mercado global de soja atinge 42%; a de açúcar, 51%; de café, 36%; 11% de toda a produção de carne (bovina, suína e de frango). O País abastece até 32% do milho produzido mundialmente.

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), nos últimos 50 anos, a produção agropecuária brasileira se desenvolveu de tal forma que o Brasil se transformou em um dos principais produtores e fornecedores de alimentos, fibras e energia do mundo. Os números bem demonstram essa evolução que, ainda segundo a Confederação, é fruto de sucessivos ganhos de produtividade decorrente de investimentos em ciência e tecnologia, políticas públicas setoriais e de muita dedicação dos produtores rurais, grandes protagonistas dessa trajetória, em suas atividades dentro da porteira.

O efeito transformador da revolução agrícola das últimas cinco décadas é certamente o fato mais importante da história econômica recente do Brasil e continua abrindo perspectivas para o futuro do País. Como resultado desse desenvolvimento, temos atualmente uma agricultura adaptada às regiões tropicais, intensiva em tecnologia e constituída por uma multidão de produtores rurais que pautam sua produção na preservação dos recursos naturais, garantindo a sustentabilidade e a eficiência dos sistemas produtivos. Essas pessoas compõem o setor produtivo mais moderno e sustentável do mundo que vem transformando de forma consistente a economia brasileira.

Segundo levantamento do Insper Agro Global “WORKING PAPER n. 2/2025”, a partir de 2023, o Brasil tornou-se o maior país exportador de commodities agropecuárias e agroindustriais, ultrapassando os Estados Unidos. O relatório justifica os números da expansão das exportações de produtos agropecuários de forma acelerada nos últimos anos, principalmente após eventos como a guerra comercial entre a China e os Estados Unidos, a pandemia de covid-19 e a eclosão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, bem como a vasta disponibilidade de recursos naturais, aumento da produtividade, diversificação de culturas e crescente adoção de práticas tecnológicas inovadoras que posicionaram o Brasil como um forte *player* nas exportações de produtos mais brutos e de menor valor adicionado.

A conclusão do relatório é que a alta produtividade da agricultura brasileira, aliada a investimentos contínuos no setor, sugere que esse crescimento não é conjuntural, mas uma conquista de longo prazo, fundamento que motiva o título do texto: *O agronegócio como alavanca propulsora da economia*.

Outro fator importante que deve ser considerado para o desenvolvimento e o excelente desempenho do agronegócio nas últimas décadas deve-se, em grande medida, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Criada há 50 anos, a estatal pode ser considerada o alicerce tecnológico para a expansão do agrobusiness graças às pesquisas, desenvolvimento e inovação na agricultura, o que permitiu a introdução de novas culturas, inclusive com a incorporação do cerrado, bem como o aumento da produtividade do setor, como registra seu presidente (até 2023), Celso Martinez:

[...] para cada R\$ 1,00 aplicado na empresa, em 2022, o retorno para a sociedade brasileira foi de R\$ 34,70. Esse número mostra o acerto no investimento público em pesquisa e desenvolvimento, merecendo destaque no caso da Embrapa seu fundador, o então ministro da Agricultura do governo Médici (1969-1974), Alysson Paulinelli, e, do lado empresarial, Olacyr de Moraes, pioneiro na tropicalização da soja no Centro-Oeste. O sucesso do cerrado e as novas fronteiras agrícolas também tiveram grande contribuição de um visionário, Juscelino Kubitschek, que governou o país de 1956 a 1961 e que pode ser considerado o maior presidente do Brasil nos últimos 68 anos.

A Embrapa ainda destaca que o Brasil se tornou o maior produtor e consumidor de produtos de biocontrole, pois, durante muitos anos, devido à falta de forte concorrência com os defensivos químicos e ao desinteresse das grandes empresas, os produtos biológicos eram em sua maioria produzidos pelos próprios agricultores ou vendidos sem registro.

Ocorre que esse cenário mudou no início dos anos 2000, quando as empresas de produtos biológicos foram pressionadas a regis-

trar seus produtos na legislação de agrotóxicos, gerando crescimento dos negócios, inclusive o mercado latino-americano de produtos biológicos agrícolas está vivenciando um momento de expansão acelerada, com o Brasil despontando como o principal motor de crescimento global, como revela Mark Trimmer, presidente e sócio-fundador da Dunham Trimmer – International BioIntelligence em “Brasil lidera crescimento dos biológicos, mas concorrência aumenta” (AgroLink, 2026):

O Brasil já movimenta mais de US\$ 1,5 bilhão no mercado de bioinsumos e, segundo projeções da Dunham Trimmer, deve ultrapassar a marca de US\$ 3 bilhões até o final da década. “O Brasil é responsável por mais de 20% do crescimento global do biocontrole entre 2021 e 2030”, destacou Trimmer durante sua apresentação.

Os números impressionam: mais de 50 milhões de hectares de soja, milho, cana-de-açúcar e algodão já utilizam produtos biológicos no País, totalizando uma área tratada superior a 150 milhões de hectares. Atualmente, existem mais de 600 produtos de biocontrole registrados no Brasil, com predominância de tratamentos de sementes e solo com produtos microbianos.

“Nenhum outro país no mundo atingiu esse nível de uso de biocontrole em culturas de grãos”, enfatizou o especialista, ressaltando que a taxa de crescimento do mercado brasileiro de biocontrole é 7% superior à do resto do mundo.

Porém, não há como se falar sobre os biológicos sem consultar o biólogo e doutor em Agronomia, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ, Antonio Carlos Zem, uma referência no agronegócio, com mais de 40 anos de experiência na área, passando pela Embrapa e presidência para América Latina da FMC, acaba de abandonar a presidência da Biotrop, permanecendo no *Board*, mas iniciando um novo capítulo de sua trajetória com a Biovirtus – unindo experiência, inovação e propósito, picado novamente pela formigui-

nha do empreendedorismo, conforme consta da matéria *O case de sucesso da Biotrop, de Antônio Carlos Zem, vendida por quase R\$ 3 bi.*

Sua ideia era focar na saúde do ecossistema por meio do uso de microrganismos e extratos naturais para impulsionar a implementação da agricultura regenerativa. Assim, funda em 2018 a Biotrop. A empresa passou a promover uma forte aceleração em pesquisa e desenvolvimento, mercado e comercialização. Começou também uma expansão internacional estruturada, fortalecendo sua presença nos Estados Unidos e em parte da Europa, tanto que esse crescimento e avanço chamou a atenção do grupo belga Biobest, que efetivou a compra por 2,8 bilhões de reais.

Os investimentos em inovação e registros puseram a brasileira Biotrop como referência no mercado mundial de biológicos, contando atualmente com um portfólio que combina bioestimulantes, biocontrole e inoculantes. Além disso, desenvolve ferramentas aplicadas, como a Agrobiota, que integra a inteligência artificial ao manejo do solo. Para se ter uma ideia do tamanho do negócio, atualmente a Biotrop possui mais de 40 milhões de hectares atendidos, mais de 300 agrônomos em campo, mais de 1.200 ensaios por safra, oito unidades no Brasil e receita registrada em 2024 de R\$ 762 milhões.

Tudo isso só é possível, de acordo com o fundador da Biotrop, Antônio Carlos Zem, a partir de um processo extenso, eficiente e consistente de inovação. Segundo ele, os defensivos biológicos vieram para ocupar um espaço necessário no mercado. Isso porque a principal concorrência de defensivos químicos tem tido eficiência reduzida, especialmente pelo aumento de resistência de pragas. Em suas palavras:

“O segredo desse mercado é inovar. Inovar e inovar. Você não pode ficar achando que vai viver: ‘ah, meu negócio está bem, tendo rentabilidade, crescendo’. Não acredite que essa fase vai ser para sempre. Então, se prepare. A concorrência vai ser mais forte, haverá erosão, você tem que trazer um valor agregado ao seu produto, para que você possa se posicionar no mercado e continuar rentável.”

Antonio Carlos Zem finaliza justificando a premissa do artigo sobre agronegócio ser uma alavanca propulsora da economia, afirmando que o Brasil possui um mercado de biológicos que mais cresce no mundo; entretanto, cerca de 43% dos produtores desconhecem produtos biológicos para controle de pragas. Segue observando que, dentro de alguns anos, a curva vai mudar e os biológicos serão a regra na agricultura sustentável e regenerativa, com o biológico sendo superior ao químico.

Portanto, o mercado de biológicos cresce e impulsiona a agricultura, elevando produtividade e sustentabilidade, tendo em vista não apenas que a adoção desses insumos está em ascensão, especialmente em culturas como soja, cana-de-açúcar, café, milho e hortifruticultura, mas também o tamanho do mercado a ser explorado, inclusive internacional, em contrapartida com consumidores cada vez mais exigentes.

Essas condições justificam colocar os biológicos no centro da discussão sobre o avanço do agronegócio e os caminhos a percorrer no futuro.

Entre as inovações que podem abrir mais mercados está o etanol de milho, que chegou ao Brasil no ano de 2017, com a primeira planta de etanol 100% de milho instalada na cidade de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso. O biocombustível brasileiro é produzido a partir do milho de 2ª safra, produção que vem crescendo no País ano após ano e o que torna a produção mais sustentável. Na safra 2024/2025 o Brasil produziu oito bilhões de litros de etanol de milho, uma projeção que era prevista para o ano de 2030, portanto, antecipando o futuro, e, atualmente, 27% do etanol consumido em todo o País vem do milho. Diante desses avanços e da aprovação da Lei do Combustível do Futuro, há projeção de aumento de 27 para 30% na mistura de etanol à gasolina.

Finalmente, o presente texto, não obstante vasto material para pesquisa sobre o assunto, aborda que a tecnologia no agronegócio está impulsionando produtividade, eficiência e sustentabilidade, que certamente fundamenta a premissa de que o setor alavanca a econo-

mia brasileira e mostra um caminho de crescimento e desenvolvimento no futuro. Com a crescente demanda global por alimentos, a tecnologia deve transformar o setor nas próximas décadas, com inovações para subsidiar a tomada de decisão na área.

O avanço da tecnologia na área não é apenas uma tendência, mas uma necessidade estratégica para líderes e gestores que buscam melhorar a competitividade no setor. Há quem identifique esse movimento como “agricultura de precisão”, contemplando a utilização de sensores, drones aperfeiçoados, bem como a inteligência artificial, monitorando fatores como umidade do solo, saúde das plantas e necessidade de insumos, garantindo intervenções mais precisas e eficazes, e, principalmente, efetivando a conectividade rural e permitindo que máquinas e sistemas compartilhem dados e otimizem suas operações.

O Brasil pode mais, muito mais – e o agronegócio, com todas as possibilidades de crescimento e avanço, é um instrumento fundamental para que esse objetivo possa ser alcançado e, cremos, o melhor está por vir!

Antonio Carlos Zem acredita que o bom senso irá prevalecer e, com isso, poucos ajustes farão o agronegócio ainda mais promissor e propulsor da nossa economia, com a hegemonia e relevância no contexto global. Entre os ajustes propostos:

- a) Segurança jurídica no campo;
- b) Zero desmate e recuperação de pastagens degradadas;
- c) Agricultura degenerativa para grandes e pequenos produtores;
- d) Alimentos saudáveis, abundantes e de baixo custo para a população;
- e) Tecnologia para manejo das mudanças climáticas no agronegócio;
- f) Inteligência artificial e capacitação da mão de obra no agronegócio;
- g) Sucessão familiar.

Enfim, o agronegócio é mais do que produção. É conhecimento, inovação, responsabilidade e impacto positivo para milhões de pessoas.

Nessa linha, o Sistema de Inteligência Estratégica da Embrapa (Agropensa) coordena a plataforma “Visão de Futuro do Agro Brasileiro”, que reúne e sintetiza análises estruturais do ambiente de produção de alimentos, fibras e bioenergia, com horizonte de longo prazo, produzindo, assim, dados e informações muito importantes para a tomada de decisão e na elaboração do planejamento estratégico da Embrapa, bem como para nortear ações de atores do agro brasileiro. Os mais de 300 especialistas e lideranças do agro brasileiro, analisando documentos e discussões em eventos, consolidaram oito megatendências, como se descreve:

1. Sustentabilidade;
2. Adaptação à mudança do clima;
3. Agrodigital;
4. Intensificação tecnológica e concentração da produção;
5. Transformações rápidas no consumo e na agregação de valor;
6. Biorrevolução;
7. Integração de conhecimentos e de tecnologias;
8. Incremento da governança e dos riscos.

Encerra o trabalho com a conclusão:

Para assegurar um futuro justo e sustentável a todos, a sociedade contemporânea tem escolhas importantes a fazer ao longo das próximas duas décadas. Incertezas sobre disponibilidade de alimento, água, energia e limitações de recursos naturais envolvem a maioria delas.

O agronegócio vem evoluindo ao longo dos anos, demonstrando necessidade de inovações e, assim, está receptivo e bem posicionado para contribuir com o mercado brasileiro no enfrentamento de riscos, adversidades e desafios, sempre tendo como uma das estratégias nacionais e globais a redução da pobreza e da fome, bem como na ampliação da estabilidade política e do bem-estar social.

Referências

- AGROLINK. Brasil lidera crescimento dos biológicos, mas concorrência aumenta. Porto Alegre: Agrolink, 2026. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/brasil-lidera-crescimento-dos-biologicos--mas-concorrenca-aumenta_504506.html. Acesso em: 10 jul. 2026.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APROSOJA). Números do Agro. Cuiabá: Aprosoja MT, 2026. Disponível em: <https://www.abagrp.org.br/numeros-do-agro>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). Panorama do Agro. Brasília, DF: CNA, 2026. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Artigo: Como o Brasil se tornou o maior produtor e consumidor de produtos de biocontrole. Brasília, DF: Embrapa, out. 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/79156418/artigo-como-o-brasil-se-tornou-o-maior-produtor-e-consumidor-de-produtos-de-biocontrole>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Visão de Futuro. Brasília, DF: Embrapa, 2026. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao-de-futuro>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- INSPER AGRO GLOBAL. EUA x Brasil: análise comparativa de competitividade. São Paulo: Insper, fev. 2025. Disponível em: <https://agro.insper.edu.br/storage/papers/February2025/EUA%20x%20Brasil.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- MIGALHAS. O Brasil que dá certo e pode mais. Ribeirão Preto: Migalhas, nov. 2024. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/419529/o-brasil-que-da-certo-e-pode-mais>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- INFOMONEY e THE AGRIBIZ. O case de sucesso da Biotrop, de Antônio Carlos Zem, vendida por quase R\$ 3 bi | Raiz do Negócio. YouTube, 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hyMMMyC8SvzA>. Acesso em: 10 mar. 2026.

Liberdade inacabada: o País que libertou, mas não incluiu

Gil Marcos Clarindo dos Santos¹

Nancy Gorgulho Braga²

Em 1988, no centenário da abolição, a Estação Primeira de Mangueira atravessou a avenida com uma pergunta que não era apenas samba – era um incômodo sussurro na consciência nacional: “100 anos de liberdade, realidade ou ilusão?”.

Há perguntas que não envelhecem. Amadurecem. Essa continua nos olhando de frente. Ao revisitarmos a assinatura da Lei Áurea, em 1888, pelas mãos da Princesa Isabel, é preciso coragem para sair da versão confortável da história. Foi, sim, um gesto necessário. Encerrou juridicamente uma brutalidade de séculos – mas não foi suficiente. Talvez o maior equívoco brasileiro tenha sido justamente este: acreditar que libertar era o mesmo que incluir.

A liberdade, quando não é acompanhada de estrutura, transforma-se em abandono com outro nome. Milhões de pessoas deixaram de ser propriedade, mas não passaram a ser cidadãs plenas. Não receberam terra, não receberam educação, não receberam instrumentos para reconstruir a própria vida. Foram empurradas para as margens de uma sociedade que nunca havia sido pensada para elas.

1 Gil Marcos Clarindo dos Santos é economista pela Universidade de Mogi das Cruzes, especialista em Gerenciamento Financeiro pela FAAP. Ex-presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, ex-conselheiro do Conselho Regional de Economia de São Paulo e analista econômico-financeiro. E-mail: gil.clarindo@hotmail.com

2 Nancy Gorgulho Braga é economista, PhD em Business Administration pela FCU – Florida Christian University (USA), empresária, consultora financeira, autora e coautora de vários livros na área de Economia. E-mail: pronancy@terra.com.br

É nesse ponto que o samba da Mangueira se transforma em denúncia histórica: “Livre do açoite da senzala/preso na miséria da favela”. É duro – e é verdadeiro.

Este texto nasce de uma inquietação compartilhada. Em uma dessas conversas que começam com um tema e terminam atravessando o País inteiro, estive com meu colega e amigo Gil Clarindo dos Santos – economista engajado e comprometido com a valorização e o fortalecimento dos economistas negros no Brasil. Gil não fala do tema de fora. Ele vive, acompanha e constrói, diariamente, uma rede que ainda luta por espaço, reconhecimento e igualdade.

Falávamos justamente desse samba da Mangueira e, entre versos, dados e memórias, chegamos a um incômodo comum: passou-se mais de um século – e ainda há ausências que não deveriam existir. Falta acesso. Falta oportunidade. Falta continuidade. Falta base. Foi desse encontro que nasceu esta reflexão. Conversamos, debatemos, alinhamos ideias – e eu as trouxe para o papel, tentando dar forma a essa inquietação que é, ao mesmo tempo, individual e coletiva.

Ao longo da minha trajetória – especialmente no campo da educação e da formação de jovens – fui compreendendo algo que hoje me parece incontornável: não existe liberdade real sem educação e talvez seja exatamente aqui que a abolição brasileira tenha falhado de maneira mais profunda. Não faltou apenas política pública. Faltou visão civilizatória – porque educação não é apenas alfabetização. Educação é inserção. É repertório. É pertencimento. É possibilidade. Quando aboliu a escravidão sem um projeto educacional robusto para a população negra, o Brasil não apenas deixou de reparar o passado: ele comprometeu o futuro.

O samba insiste: “Não se esqueça que o negro também construiu as riquezas do nosso Brasil”. Aqui, porém, cabe um ajuste necessário: não foi “também”. Foi essencial. Foi fundamental. A base econômica do País foi construída pelo trabalho escravizado. Houve geração de riqueza, mas não houve distribuição. Houve produção, mas não houve inclusão. Houve exploração – e, depois, silêncio. Quando a liberdade chegou, chegou sem ponte. A evocação de Zumbi dos Palmares não é

apenas simbólica – é um chamado. Zumbi representa uma liberdade construída, não concedida. Palmares não era apenas resistência; era projeto de sociedade. A abolição foi um ato. A educação deveria ter sido o projeto – mas não foi.

Em vez disso, o Brasil incentivou a imigração europeia, financiou a reorganização econômica e ignorou aqueles que mais precisavam de inserção. Isso não é detalhe histórico. É decisão política – e decisões políticas constroem destinos sociais. O resultado é um país que aprendeu a conviver com a desigualdade. Que transformou heranças de exclusão em estatísticas. Que naturalizou o desconforto sem enfrentá-lo.

Ainda assim, eu acredito – profundamente – que o Brasil não é um país condenado. É um país inacabado. E países inacabados carregam consigo uma possibilidade rara: a de se refazer. Se há um caminho, ele passa, inevitavelmente, pela educação. Não como discurso, mas como prioridade. Uma educação que comece na infância e acompanhe a vida. Que forme autonomia, não apenas mão de obra. Que reconheça a história afro-brasileira como parte central – e não periférica – da identidade nacional. Políticas afirmativas são necessárias. Inclusão no mercado é essencial. O combate à desigualdade é urgente, mas, sem educação estruturante, tudo isso vira remendo – e o Brasil já viveu tempo demais de remendos.

Quando a Mangueira pergunta “onde está a liberdade?”, talvez a resposta mais honesta seja: ela ainda está em construção e construir exige mais do que reconhecer erros. Exige compromisso. Sempre acreditei no efeito cascata do conhecimento: um aluno transforma uma família; uma família transforma uma comunidade; e comunidades transformam um país. Isso, porém, exige decisão. Não há mais espaço para tratar educação como promessa. Nem igualdade como intenção. Justiça social não é favor – é fundamento. Inclusão não é concessão – é correção histórica. Educação não é custo, nem gasto – é investimento civilizatório.

Talvez, um dia, a pergunta da Mangueira deixe de ser necessária. Talvez, um dia, possamos afirmar que a liberdade não foi ilusão – mas

esse dia não virá por acaso. Ele será construído. E, se há um lugar onde essa construção começa, ele tem nome: ESCOLA³.

Referências

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Contracorrente, 2025.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Global Editora, 2006.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais.

IPEA. Estudos sobre desigualdade racial no Brasil.

3 Nota da Autora: Esta reflexão dialoga com o texto da autora sobre educação como eixo civilizatório, aqui ampliadas à luz da formação histórica e das desigualdades raciais no Brasil, em coautoria com Gil Clarindo dos Santos.

Autonomia monetária e a urgência de modernizar a supervisão financeira no Brasil

Jin Whan Oh¹

As instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são as restrições concebidas pelos humanos que moldam a interação humana.

Douglass C. North

A definição de Douglass North continua sendo uma das formas mais diretas de compreender por que alguns países prosperam enquanto outros permanecem presos a ciclos recorrentes de instabilidade. No caso brasileiro, essa ideia ganha contornos ainda mais concretos quando aplicada ao sistema financeiro. A qualidade das instituições que regulam, supervisionam e operam esse sistema não é apenas um detalhe técnico; ela é a infraestrutura pública estratégica sobre a qual se sustenta toda a atividade produtiva e define a capacidade do País de crescer com estabilidade, atrair investimento e proteger sua população de crises.

A tese central deste texto é simples, mas decisiva: a combinação entre a autonomia efetiva da autoridade monetária e a modernização tecnológica da supervisão financeira não é apenas desejável, mas condição necessária para preservar a estabilidade do sistema em um ambiente de inovação acelerada e crescente complexidade. Sem esses

1 Jin Whan Oh é economista com graduação e mestrado pela FEA-USP. Filósofo pela FFLCH-USP. Presidente do Conselho de Administração da Afinz Seguros S.A.; economista-chefe da Plurimax Asset Management. E-mail: jin@plurimax.com.br

dois pilares atuando de forma coordenada, o sistema financeiro deixa de ser um motor de desenvolvimento e passa a ser uma fonte potencial de fragilidade.

A história econômica brasileira ilustra bem essa realidade. Durante décadas, o País conviveu com hiperinflação, instabilidade cambial e fragilidade bancária. A estabilização monetária alcançada com o Plano Real, em 1994, não foi apenas um sucesso de política econômica, mas também um ponto de inflexão institucional. A partir dali, houve um processo consistente de fortalecimento da regulação e supervisão do sistema financeiro, com programas como o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), que promoveu ações para evitar uma crise sistêmica ao reestruturar instituições privadas em dificuldade, e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), que focou no saneamento, privatização ou transformação de bancos estaduais estruturalmente falidos em agências de fomento. Esses movimentos, embora politicamente custosos na época, evitaram uma crise sistêmica e elevaram o padrão de governança para a operação financeira no País.

Nas décadas seguintes, o Brasil adotou uma postura prudencial relativamente conservadora. O sistema bancário nacional passou a operar com níveis de capitalização frequentemente superiores aos mínimos recomendados pelos acordos internacionais de Basileia – enquanto Basileia III exige índices mínimos de capital de cerca de 10,5%, os bancos brasileiros frequentemente operam acima de 14%. Essa característica foi determinante para que o País atravessasse a crise financeira global de 2008 sem registrar quebras bancárias relevantes, ao contrário do que ocorreu em diversas economias avançadas. Esse histórico consolidou a percepção de que o Brasil possui um arcabouço institucional respeitável em termos de supervisão prudencial.

No entanto, esse sucesso passado não garante resiliência futura. O cenário atual é qualitativamente diferente e muito mais complexo. A digitalização do sistema financeiro, a engenharia financeira sofisticada e o surgimento de novos *players*, exemplificados pela ascensão das

fintechs, a expansão do crédito estruturado e a crescente interconexão entre bancos e mercados de capitais, criaram formas de risco que não se encaixam nos modelos tradicionais de supervisão. A inovação financeira tem avançado em ritmo mais acelerado do que a capacidade institucional de monitoramento, criando zonas de opacidade que desafiam reguladores em todo o mundo.

Eventos recentes, tanto no Brasil quanto no exterior, reforçam essa preocupação. No Brasil tivemos casos de crescimento atípico e fraudes envolvendo instituições de médio porte, tais como as que resultaram na liquidação do Banco Santos há duas décadas e, recentemente, do Banco Master, que são emblemáticos e não podem ser vistos como disfunções isoladas e fortuitas, mas, sim, como evidências que exigem uma reavaliação dos mecanismos de supervisão para fazê-las mais ágeis e mantê-las independentes.

Nesses eventos, verificou-se a persistência de uma engenharia institucional capaz de produzir narrativas patrimoniais sedutoras em torno de ativos inexistentes ou sobrevalorados, que provocaram enormes prejuízos aos investidores, alavancados por relações escusas com fundos de pensão e cumplicidade com entidades públicas e privadas.

Na Alemanha, o colapso da Wirecard revelou falhas graves de auditoria e supervisão, com bilhões de euros simplesmente inexistentes nos balanços. Nos Estados Unidos, a quebra de bancos regionais em 2023, como o Silicon Valley Bank, evidenciou como mudanças rápidas nas condições de mercado podem gerar crises de liquidez em instituições aparentemente sólidas. Esses episódios demonstram que a supervisão baseada exclusivamente em demonstrações de balanços trimestrais estáticos é insuficiente para deter crises em um mundo de fluxos instantâneos.

No Brasil, há indícios de riscos semelhantes associados à crescente complexidade das estruturas de crédito, especialmente na interação entre instituições financeiras e veículos como Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs). Quando uma instituição origina crédito e o transfere para estruturas que ela própria influencia ou administra, a transparência do risco pode ser comprometida. O

problema não está na existência desses instrumentos, que são legítimos e importantes, mas na dificuldade de rastrear, em tempo real, a qualidade dos ativos subjacentes e a real exposição ao risco onde quer que ele tenha sido “empacotado”, evitando que o chamado *shadow banking* se torne um duto de instabilidade.

Diante desse contexto de necessidade de substituição do paradigma tradicional, baseado em relatórios periódicos e análise retrospectiva, para um modelo mais dinâmico, capaz de antecipar riscos, uma proposta concreta é a implementação de sistemas de reporte regulatório por integração digital, nos quais as informações são transmitidas diretamente dos sistemas das instituições para o regulador, reduzindo erros e aumentando a velocidade de análise. Ganha relevância a adoção de tecnologias de supervisão, conhecidas como *SupTech* (abreviação de *Supervisory Technology*), inspirada no modelo da *Financial Conduct Authority (FCA)* do Reino Unido, que foi a primeira grande autoridade a adotar laboratórios de inovação e a utilizar algoritmos para supervisionar o mercado, com a implementação de:

- ***Digital Regulatory Reporting (DRR)***: em vez de as instituições interpretarem as regras e preencherem formulários, as normas são escritas em “código executável”. O sistema do regulador se comunica diretamente com o sistema do banco, extraindo os dados necessários automaticamente. Isso reduz erros humanos e custos de conformidade.
- ***Sandboxes Regulatórios***: espaços onde novas tecnologias de supervisão são testadas em ambiente controlado antes de serem aplicadas a todo o sistema.

A adoção de uma supervisão mais tecnológica implica uma mudança de paradigma: de um modelo “reativo e manual” para um modelo “proativo e automatizado”. Em vez de identificar problemas após sua materialização, o regulador passa a atuar de forma preditiva, detectando padrões de risco antes que se tornem crises. Isso é especialmente relevante em casos de crescimento acelerado de instituições, que historicamente têm sido associados a maior probabilidade de problemas de governança ou qualidade de ativos.

O regulador brasileiro, Banco Central do Brasil (BCB) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), agindo de forma integrada, poderia exigir que instituições com crescimento de ativos acima de 50% em doze meses – um patamar claramente fora da curva de mercado – sejam submetidas a um “*sandbox* de supervisão intensiva”, com a abertura integral de APIs² de risco para o regulador, permitindo testes de estresse diários, mediante o uso de tecnologias inovadoras, como inteligência artificial, *Machine Learning* e análise de *Big Data*, para monitoração e análise em tempo real.

No que tange ao objetivo de elevar a eficiência conjunta de atuação entre a CVM e o Banco Central, a proposta reside na busca pela unicidade de regras, compreendida como a convergência de *standards* regulatórios e a interoperabilidade informacional entre as autarquias. Para operacionalizar essa integração, sugere-se a institucionalização de comitês técnicos permanentes voltados à supervisão de produtos híbridos, a formalização de memorandos para troca de dados em tempo real e a criação de unidades conjuntas de investigação compostas por profissionais com expertise cruzada. Além disso, a estratégia inclui a harmonização de metodologias de valoração de ativos e a promoção de programas de capacitação conjunta e rotação de servidores, visando nivelar o conhecimento técnico e fomentar uma cultura colaborativa que elimine espaços para arbitragem regulatória ou opacidade no sistema.

Sob a perspectiva institucional, a articulação eficiente demanda que a cooperação seja convertida em deveres legalmente vinculantes por meio de iniciativa legislativa, superando soluções administrativas frágeis e garantindo a segurança jurídica necessária ao mercado. É fundamental que essa coordenação preserve a especialização funcional da CVM, rejeitando-se propostas de centralização absoluta no Banco Central que poderiam comprometer a proteção do investidor e a inteligência setorial do mercado de capitais. Nesse processo, cabe ao Poder Executivo promover a integração informacional sem politização, ao Legislativo atualizar o arcabouço normativo do Siste-

2 Interface de Programação de Aplicações (do inglês *Application Programming Interface*).

ma Financeiro Nacional e ao Supremo Tribunal Federal atuar como mediador constitucional para assegurar que a arquitetura regulatória resguarde a confiança pública e a estabilidade sistêmica.

Outra medida técnica vital é a recalibração do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, que sofreu acionamento de R\$ 52 bilhões, o maior na história do sistema financeiro brasileiro. Embora essencial para a estabilidade, o FGC não pode atuar como um subsídio ao risco excessivo, gerando o chamado “risco moral”, onde investidores buscam retornos desproporcionais alocando recursos em instituições agressivas sabendo que serão ressarcidos em caso de quebra. O debate precisa avançar para definir quanto uma instituição pode se alavancar com os depósitos garantidos pelo FGC e como funcionará a distribuição de ativos financeiros.

Uma proposta coerente seria escalonar a contribuição dos bancos ao fundo de acordo com o perfil de risco e a velocidade de crescimento, seguindo o modelo da *Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC)* dos Estados Unidos. Bancos em hipercrescimento deveriam pagar prêmios significativamente maiores, internalizando o custo do risco que impõem ao sistema coletivo. Essa medida não apenas fortaleceria o caixa do FGC, mas criaria um desincentivo econômico direto à gestão temerária, obrigando os administradores a ponderarem o custo de capital de estratégias de expansão desenfreadas.

A eficácia de qualquer reforma técnica, no entanto, depende intrinsecamente de uma autoridade monetária que possua a blindagem necessária para executá-la sem interferência política. A independência é o que viabiliza o rigor na supervisão. Um regulador capturado politicamente teria receio de intervir em instituições financeiras com conexões políticas profundas, como as que frequentemente cercam constelações de bancos de médio porte em hipercrescimento. A autonomia técnica confere ao Banco Central a “coragem institucional” para realizar intervenções corajosas no Banco Master ou em qualquer outra entidade, independentemente do prestígio político de seus controladores, acionistas ou conselheiros.

Ademais, nenhuma reforma na supervisão terá eficácia para promover o crescimento econômico sustentável se não estiver ancorada em uma política monetária robusta e independente, especialmente diante de um cenário fiscal preocupante. Vivemos um momento em que a política fiscal brasileira mostra sinais de pouca austeridade, focada primordialmente na criação de maior carga tributária para sustentar gastos públicos crescentes e um endividamento em trajetória ascendente. Esse desequilíbrio entre o que o Estado gasta e o que arrecada cria uma pressão inflacionária estrutural que coloca o Banco Central em uma posição de “último guardião”. Quando o governo expande despesas sem cortes compensatórios, a demanda agregada é estimulada de forma artificial, obrigando a autoridade monetária a manter taxas de juros mais elevadas para conter a alta de preços. O foco excessivo no aumento de impostos, em vez da eficiência do gasto, penaliza a produtividade e aumenta a incerteza dos agentes econômicos.

Nesse contexto, a autonomia formal do Banco Central (Lei Complementar nº 179/2021) torna-se o pilar inegociável da estabilidade. Sem essa independência, o risco de “dominância fiscal” seria iminente. A dominância fiscal ocorre quando o endividamento é tão elevado e o governo tão pouco austero que o Banco Central perde a capacidade de subir juros para controlar a inflação, pois um aumento na taxa Selic inviabilizaria o pagamento da dívida pública. Se o mercado percebe que o BCB pode sofrer interferência política para baixar juros “na canetada” para aliviar o caixa do governo, as expectativas de inflação disparam, o câmbio desvaloriza e o País entra em um círculo vicioso de empobrecimento.

A independência garante que o mandato de estabilidade de preços seja técnico – e não um instrumento de política partidária ou de financiamento de déficits. O paralelo com a Turquia de Erdoğan é um aviso: a intervenção política no Banco Central turco para manter juros baixos diante de gastos públicos descontrolados gerou uma inflação de quase 80%, destruindo o poder de compra da população.

É fundamental refutar a tese populista de que juros altos e autonomia do BCB servem apenas ao “rentismo”. A realidade é oposta:

a inflação é o imposto mais cruel sobre as camadas mais pobres da população, que não possuem ativos financeiros ou mecanismos de indexação para se proteger. Um Banco Central independente, ao perseguir a meta de inflação mesmo sob o fogo cruzado de uma política fiscal expansionista, está, na verdade, protegendo o salário real e a previsibilidade necessária para o investimento.

Além disso, a estabilidade monetária é o que permite a existência de um mercado de capitais profundo. Se o Estado foca em aumentar a carga tributária para sustentar sua máquina, o capital privado tende a se tornar mais escasso e caro. A solidez das instituições de governança financeira atua, portanto, como um amortecedor contra a irracionalidade fiscal. Se o regulador é visto como rigoroso e técnico – capaz de intervir em um caso como o do Banco Master independentemente de pressões – a percepção de risco-país é mitigada.

Em termos de paralelos internacionais, o modelo canadense de supervisão (OSFI³) oferece lições valiosas sobre a coordenação entre a política monetária e a supervisão prudencial. O Canadá manteve um sistema bancário resiliente durante as últimas crises globais porque trata a solvência dos bancos e a estabilidade da moeda como duas faces da mesma moeda. O Brasil deve caminhar para essa integração total, eliminando as barreiras de informação entre o mercado de crédito e o mercado de capitais. Muitas vezes, a fragilidade de uma instituição não aparece no balanço do banco, mas em debêntures ou notas comerciais emitidas por suas *holdings*, que circulam no mercado de capitais sem o devido escrutínio.

Para avançar, a reforma da governança deve também focar na responsabilidade dos administradores e auditores. O escândalo das Americanas, embora no setor varejista, revelou que a negligência ou a conivência da auditoria externa podem mascarar buracos bilionários por anos. No sistema financeiro, onde a alavancagem é a alma do negócio, uma falha de auditoria é letal. Propõe-se que a CVM e o BCB

3 Escritório do Superintendente das Instituições Financeiras (do inglês *Office of the Superintendent of Financial Institutions*).

estabeleçam um rodízio obrigatório e mais curto de firmas de auditoria para bancos de médio porte com crescimento acelerado. A credibilidade dos demonstrativos financeiros é a base da fé pública; quando essa credibilidade é abalada por escândalos de auditoria, como vimos em vários setores da economia brasileira, o custo do capital para todo o País aumenta. O rigor deve ser a regra, com multas severas, que representem uma fração real do patrimônio da firma de auditoria, e a responsabilização civil e criminal efetiva de gestores são instrumentos dissuasórios fundamentais para desencorajar a conduta temerária.

A busca pela adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) exige que o Brasil não apenas tenha leis modernas no papel, mas que demonstre uma aplicação rigorosa dessas normas. A percepção internacional de que o País possui reguladores técnicos, independentes e imunes a pressões de grupos de interesse é o que atrai investimentos de qualidade e reduz o risco-país. O fortalecimento das instituições de governança é, em última análise, a âncora de uma economia resiliente, transparente e previsível. A transição para um modelo de governança tecnológica e independente será o diferencial estratégico que influenciará no destino de prosperidade ou fracasso do País diante da complexidade da ordem financeira global.

Em síntese, o sistema financeiro brasileiro alcançou avanços importantes nas últimas décadas, mas enfrenta novos desafios, que exigem respostas igualmente sofisticadas. O episódio do Banco Master deve servir como o catalisador para uma nova era de supervisão com maior uso de tecnologia digital e integração entre reguladores. A combinação entre inovação financeira e complexidade institucional exige uma evolução com foco em antecipação e prevenção de riscos. Ao mesmo tempo, a preservação da autonomia do Banco Central permanece como um elemento central para garantir a estabilidade macroeconômica. A credibilidade da política monetária, especialmente em um contexto de incerteza fiscal, depende da percepção de que decisões serão tomadas com base em critérios técnicos – e não políticos.

Em última análise, países não enfrentam crises por falta de inovação financeira, mas pela incapacidade de regulá-la adequadamente. O

Brasil está diante dessa escolha. A forma como responder a esse desafio definirá se o sistema financeiro continuará sendo um instrumento de desenvolvimento ou se se tornará uma fonte de vulnerabilidade nos próximos anos.

Referências

ARIDA, Pêrsio. *A História do Plano Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Estabilidade Financeira* (REF). Brasília: BCB, 2023-2024.

BIS (Bank for International Settlements). *Core Principles for Effective Banking Supervision*. Basileia, 2012/2024.

FISCHER, Stanley. *Central Bank Independence Revisited*. American Economic Review, 1995.

GOLDEFAJN, Ilan; GUARDADO, Fernanda. *The Independence of the Central Bank of Brazil: Origins and Challenges*. IMF Working Paper, 2022.

O empreendedorismo, a formalização e o desafio de fazer o Brasil poder mais

Joseph Couri¹

Pensar o Brasil exige, antes de tudo, compreender como o País se move na prática. Não apenas nas estatísticas macroeconômicas ou nos discursos institucionais, mas na realidade cotidiana de quem produz, trabalha e empreende. O Brasil não é um país que se desenvolveu a partir de grandes consensos estruturais ou de projetos nacionais contínuos. Sua trajetória é marcada por avanços pontuais, por rupturas frequentes e pela extraordinária capacidade de adaptação de sua população.

O empreendedorismo brasileiro nasce nesse ambiente. Ele não surge, historicamente, como resultado de políticas públicas bem desenhadas ou de um ambiente institucional estável. Surge, na maior parte das vezes, como resposta à necessidade. Quando o emprego formal não absorve, quando o Estado não chega, quando a renda precisa ser criada, o brasileiro empreende. Esse movimento espontâneo deu origem a uma base produtiva ampla, diversa e profundamente capilarizada, formada por MEI, micro e pequenas empresas espalhadas por todo o território nacional.

Essa base produtiva sustenta o mercado interno brasileiro. É ela que gera a maior parte dos empregos, que forma trabalhadores na prática, que movimenta economias locais e regionais e que mantém a circulação de renda mesmo em períodos de crise aguda. Em muitos

1 Joseph Couri é presidente da ASSIMPI (Associação Nacional dos Sindicatos da Micro e Pequena Indústria), entidade civil que atua na defesa, desenvolvimento e fortalecimento das micro e pequenas empresas brasileiras. E-mail: presidencia@simpi.org.br

municípios, especialmente fora dos grandes centros, são os pequenos negócios que garantem arrecadação, serviços e dinamismo econômico. Ainda assim, por muito tempo, essa base foi tratada como secundária no planejamento econômico do País.

As grandes decisões nacionais historicamente se concentraram no topo da pirâmide produtiva. Grandes empresas, grandes obras, grandes projetos e grandes números sempre ocuparam o centro do debate. Enquanto isso, MEI, micro e pequenas empresas produziam, empregavam e pagavam impostos sem acesso proporcional a crédito, inovação, tecnologia, capacitação ou políticas públicas estruturadas de crescimento. Não por falta de competência, mas por ausência de prioridade estratégica.

Foi somente nas últimas décadas que esse quadro começou a ser parcialmente enfrentado. O reconhecimento do papel dos pequenos negócios não foi uma concessão espontânea do Estado, mas resultado de pressão institucional, articulação política e diálogo técnico. A criação do Simples Nacional representou um marco importante ao reconhecer que tratar igualmente realidades profundamente desiguais gera distorções econômicas. Posteriormente, a criação do MEI ampliou esse movimento ao permitir que milhões de brasileiros ingressassem na formalidade de maneira possível, reduzindo a distância entre a informalidade produtiva e a economia formal.

Esses avanços foram relevantes, mas não suficientes. Formalizar não é sinônimo de competir. Estar dentro do sistema não garante acesso às mesmas condições de quem já nasce grande, capitalizado ou integrado a cadeias globais. O grande desafio permanece: a desigualdade estrutural de condições competitivas.

Quando se fala em competitividade, é comum recorrer a conceitos genéricos. Na prática, competitividade é resultado direto de custos – e, no Brasil, os custos se acumulam de forma sistemática contra quem produz. O primeiro e mais determinante deles é o custo do dinheiro. O País convive historicamente com uma das maiores taxas de juros do mundo. Isso significa que qualquer empreendimento já começa sua trajetória em desvantagem. Investir, ampliar capacidade

produtiva, modernizar processos, inovar ou simplesmente manter capital de giro torna-se um desafio permanente.

Para MEI, micro e pequenas empresas, esse cenário é ainda mais restritivo. Sem acesso a crédito estruturado, sem garantias robustas e sem margem financeira, esses negócios enfrentam um ambiente em que o custo do financiamento muitas vezes inviabiliza o crescimento. O resultado é um paradoxo perverso: o País estimula, ainda que indiretamente, o comportamento rentista, remunerando mais quem aplica do que quem produz. O capital financeiro se torna mais atrativo do que o capital produtivo.

Nenhuma economia que alcançou desenvolvimento sustentável construiu esse caminho penalizando quem empreende. Países que avançaram entenderam que o investimento produtivo precisa ser estimulado, protegido e financiado em condições compatíveis com a geração de riqueza real. No Brasil, essa equação permanece desequilibrada.

O custo do dinheiro se soma a outro entrave estrutural: a logística. O Brasil é um país de dimensões continentais, mas com infraestrutura deficiente e mal integrada. Em muitos casos, transportar um produto dentro do território nacional custa mais do que importá-lo. Estradas precárias, ferrovias insuficientes, gargalos portuários e baixa integração entre modais encarecem a produção nacional e comprometem a competitividade.

Para MEI, micro e pequenas empresas, esse impacto é direto e severo. Sem escala para diluir custos, sem poder de negociação com grandes operadores logísticos e sem acesso a soluções eficientes, esses negócios absorvem integralmente o chamado *custo Brasil*. Produzem mais caro, vendem com margens menores e enfrentam concorrência desleal, inclusive dentro do próprio mercado interno.

A esse cenário soma-se o custo da energia. Apesar de uma matriz diversificada, o Brasil figura entre os países com energia elétrica e gás mais caros do mundo. Energia cara significa produção cara. Produção cara significa perda de competitividade. Trata-se de um

entreve sistêmico que afeta a indústria, o comércio e os serviços, especialmente na base produtiva, onde não há margem para absorver aumentos sucessivos de custo.

Quando esses fatores se acumulam – juros elevados, logística ineficiente, energia cara, carga tributária complexa, encargos sobre o trabalho e burocracia excessiva –, a pergunta deixa de ser retórica: como competir em igualdade de condições? O fechamento de empresas, a retração do investimento produtivo e o aumento da informalidade não decorrem de falta de capacidade empreendedora, mas de um ambiente estruturalmente adverso.

Defender igualdade de condições competitivas não é defender privilégios. É defender políticas públicas capazes de corrigir distorções históricas. Países que se desenvolveram compreenderam que o empreendedor não é um problema a ser contido, mas um ativo estratégico nacional.

A comparação internacional evidencia isso. Nos Estados Unidos, o Estado compartilha riscos com quem empreende, investe junto e participa do crescimento. Na Europa, a previsibilidade regulatória permite planejamento de longo prazo, com mudanças graduais e horizontes claros. No Japão e em outras economias desenvolvidas, o custo do dinheiro é tão baixo que manter capital improdutivo deixa de ser atrativo, estimulando o investimento produtivo.

No Brasil, ocorre o oposto. Taxas de juros elevadas inviabilizam a concorrência logo na largada. Regras mudam com frequência, incentivos desaparecem e o horizonte encurta. Para MEI, micro e pequenas empresas, esse ambiente instável é devastador, pois qualquer erro pode significar a interrupção definitiva das atividades.

A política cambial agrava ainda mais esse quadro. A valorização do real é frequentemente celebrada como sinal de estabilidade, mas seu efeito prático é o barateamento do produto importado. Isso pressiona a produção nacional, acelera processos de desindustrialização e empurra empresas para a informalidade. Não por incapacidade, mas por ausência de condições mínimas de concorrência.

Fazer o Brasil poder mais exige, portanto, uma mudança clara de lógica. Exige sair de um modelo excessivamente rentista e avançar para um modelo que valorize quem produz, investe e gera trabalho. Isso não se faz com discursos isolados ou soluções pontuais, mas com políticas públicas estruturadas, estáveis e de longo prazo, capazes de criar um ambiente econômico funcional e previsível.

O primeiro eixo dessa transformação passa, inevitavelmente, pelo custo do dinheiro. Enquanto o Brasil mantiver taxas de juros estruturalmente elevadas, qualquer esforço de estímulo ao empreendedorismo será limitado. É necessário construir mecanismos permanentes de crédito produtivo, com juros compatíveis com a realidade internacional, especialmente voltados a MEI, micro e pequenas empresas. Crédito não como exceção, nem como favor, mas como instrumento legítimo de desenvolvimento. Crédito com previsibilidade, horizonte claro e foco em investimento, inovação e capital de giro produtivo.

Esse esforço precisa caminhar junto com um segundo eixo fundamental: a infraestrutura logística. Um país de dimensões continentais não pode aceitar como normal que o transporte interno de mercadorias seja mais caro do que a importação. É indispensável um plano nacional de logística que integre rodovias, ferrovias, portos e centros de distribuição, reduzindo custos, encurtando distâncias e ampliando a competitividade da produção nacional. Sem logística eficiente, ganhos de produtividade se perdem antes mesmo de chegar ao mercado.

O terceiro eixo dessa agenda é o custo da energia. Energia cara inviabiliza a indústria, encarece serviços e compromete a competitividade. O Brasil precisa tratar energia como insumo estratégico de desenvolvimento – e não apenas como fonte de arrecadação. Ampliar a oferta, diversificar fontes, reduzir encargos e garantir previsibilidade de preços são medidas essenciais para se criar um ambiente produtivo sustentável, especialmente para quem opera com margens reduzidas.

A esses fatores soma-se a necessidade urgente de simplificação regulatória e tributária. A complexidade do sistema brasileiro consome tempo, recursos e energia de quem empreende. Simplificar não significa abrir mão de controle, mas tornar o sistema funcional. Um

ambiente regulatório racional reduz a informalidade, amplia a base de contribuintes e estimula o crescimento. Crescer não pode ser sinônimo de punição fiscal ou burocrática.

Nesse ponto, torna-se indispensável construir uma escada de crescimento real. O MEI deve ser porta de entrada, não ponto final. A transição do MEI para microempresa, da micro para a pequena e da pequena para a média precisa ser acompanhada por regras claras, graduais e previsíveis. Crescer não pode significar perder competitividade. Permitir maior capacidade de contratação, rever limites defasados e criar mecanismos de transição inteligentes são medidas concretas que impactam diretamente a formalização e a geração de empregos.

Outro eixo central dessa agenda é o enfrentamento das desigualdades regionais. O Brasil não é um país homogêneo, e políticas públicas eficazes precisam reconhecer essa realidade. Fortalecer economias locais, estimular cadeias produtivas regionais e ampliar o poder de compra fora dos grandes centros é condição essencial para um desenvolvimento equilibrado. Desenvolvimento concentrado não gera prosperidade duradoura; ao contrário, aprofunda desigualdades e fragiliza o mercado interno.

A previsibilidade institucional completa esse conjunto de fatores. Reformas que entram em vigor sem regulamentação clara, mudanças frequentes de regras e ausência de horizonte regulatório criam insegurança e paralisam decisões. O empreendedor precisa planejar, investir e assumir riscos calculados. Planejamento exige estabilidade. Estabilidade exige compromisso de longo prazo do Estado, independentemente de ciclos políticos.

A experiência internacional demonstra que essas medidas não são exceção, mas regra em países que decidiram se desenvolver. Economias que hoje são referência compreenderam que o Estado não deve competir com o empreendedor, mas criar condições para que ele prospere. Compartilhar riscos, estimular o investimento produtivo e valorizar quem gera trabalho são escolhas políticas conscientes – não concessões.

O fortalecimento do mercado interno é peça-chave desse projeto. Exportar é importante, mas deve servir ao desenvolvimento interno. Exportações só fortalecem o país quando geram empregos, investimento, inovação e capacidade produtiva doméstica. Um mercado interno forte, dinâmico e integrado é a base de qualquer projeto nacional consistente.

Fazer o Brasil poder mais, portanto, não depende de um único fator isolado. Depende de uma combinação de políticas públicas coerentes, integradas e persistentes. Depende de reconhecer que MEI, micro e pequenas empresas não são um problema a ser administrado, mas a base sobre a qual se constrói o desenvolvimento econômico e social do País.

O sonho que se coloca não é institucional, nem corporativo. É um sonho de país: um Brasil democrático, soberano e competitivo, em que produzir seja viável, crescer seja possível e competir seja uma condição justa. Um país que escolha valorizar quem trabalha, empreende e sustenta sua economia real.

O Brasil pode mais quando decide alinhar seu potencial produtivo com políticas públicas à altura desse potencial. Pode mais quando transforma entraves históricos em oportunidades estruturais. Pode mais quando escolhe, de forma consciente, construir um ambiente econômico que funcione para todos.

Esse é o caminho.

E ele começa pela base.

Arte brasileira e *soft power*

Katya Hochleitner¹

Introdução

Neste texto, examina-se a trajetória histórica da internacionalização da arte brasileira e seu papel na construção da imagem do Brasil no exterior. Ao longo da análise, observa-se a atuação de distintos agentes, tanto públicos quanto privados, na difusão dessa produção em circuitos internacionais. Por fim, apresentam-se recomendações para ampliar a presença do País no sistema global de arte, potencializando a produção artística brasileira como instrumento capaz de contribuir de forma consistente para a imagem do Brasil e para o fortalecimento de sua influência no mundo.

1. *Soft power*, imagem de país e arte na economia

O Brasil é reconhecido no cenário internacional por seu *soft power*, ou poder suave, isto é, sua capacidade de atrair e influenciar outras nações por meio da sua cultura, seus valores e sua atuação na política externa, em oposição ao *hard power*, que é a imposição da vontade de um país por uso de coerção militar ou de poder econômico⁽¹⁾.

1 Katya Hochleitner é graduada em Economia pela FEA-USP (1985), com mestrado (2016) e doutorado (2022) em Estética e História da Arte também pela USP. Pesquisadora de História e Mercado da Arte, participa do grupo de estudos "Economia do Mercado da Arte" na Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Desde 2023, coordena o Seminário de Economia do Mercado da Arte FGV EESP FGV INVEST. E-mail: katyahochleitner@uol.com.br

No entanto, em 2025, apesar de figurar entre as 11 maiores economias do mundo, o Brasil ocupava apenas a 29ª posição no ranking global de *soft power*, de acordo com o *Global Soft Power Index*, pesquisa anual baseada em mais de 170 mil entrevistados, que reúne percepções globais sobre os 193 estados-membros das Nações Unidas⁽²⁾. Os principais ativos do Brasil se concentram em alta familiaridade, reconhecimento global, cultura e patrimônio, esportes, sustentabilidade futura e relações internacionais – convivendo, porém, com percepções negativas ligadas à instabilidade política, desigualdade social, violência interna e insegurança institucional.

A imagem de um país tem impactos econômicos diretos em sua economia, influenciando turismo, investimentos, exportações e atração de talentos, por meio do chamado *efeito país de origem*⁽³⁾. O efeito país de origem impacta a percepção de seus produtos e serviços no exterior e, conseqüentemente, suas exportações e sua economia.

A imagem de um país é construída num processo cumulativo e multifatorial, a partir de percepções formadas ao longo do tempo por diferentes públicos, sendo suas principais dimensões: exportações, governança (percepção do governo), pessoas, cultura, investimento, imigração e turismo⁽⁴⁾. Entre essas dimensões, a cultura ocupa papel relevante, já que transmite os valores, as narrativas e a identidade de um país no plano internacional.

A arte, termo aqui utilizado como simplificação para artes visuais, integra a cultura de um país e constitui a base sobre a qual se estruturam outras atividades criativas. A arte é uma das principais fontes de conteúdo simbólico e estético, gerando repertórios continuamente apropriados por indústrias culturais, como cinema, televisão, música, editorial, design, moda, arquitetura, publicidade, games e mídias digitais⁽⁵⁾. Sem a arte, os setores criativos perderiam sua fonte original de conteúdo, tornando-se menos diferenciados, esvaziados de significado e menos competitivos globalmente.

O mercado de arte envolve artistas, colecionadores, galerias, leilões, feiras, consultores, plataformas digitais, instituições educacio-

nais e culturais, voltadas à preservação, pesquisa e exibição de obras, como os museus.

Em 2025, o mercado global de arte movimentou cerca de US\$ 60 bilhões, com liderança dos Estados Unidos (44% em valor), seguidos por Reino Unido (18%) e China (14%)⁽⁶⁾. O Brasil representa menos de 1% desse total, com forte dependência do mercado interno (77% das vendas em valor), concentração das exportações nos países Estados Unidos (56%), Reino Unido (22%), França (8%), Suíça (4%) e Bélgica (2%), tendo apresentado um surpreendente crescimento anual de 21% nas vendas reportadas por galerias em 2025⁽⁷⁾.

2. Arte brasileira: circulação e contribuição à imagem do Brasil

A imagem do Brasil nas artes visuais, durante o período colonial (1530-1822) foi inicialmente construída pelo olhar estrangeiro, já que Portugal temia a divulgação de suas riquezas naturais. Registros como os de Hans Staden, no século XVI, e Albert Eckhout, no século XVII, difundiram na Europa representações marcadas por exotismo, natureza exuberante e estereótipos sobre os povos locais, selvagens e, eventualmente, canibais.

Com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, D. João VI precisa reafirmar sua autoridade e legitimidade como monarca do império português vivendo fora da Europa. Encomenda a produção de imagens da corte como extensão civilizada da Europa, aos franceses Debret e Taunay. Retratos e representações projetando estabilidade e continuidade da dinastia Bragança no Brasil circulam na Europa, na forma de gravuras, por canais diplomáticos, e, às vezes, integradas a relatos de viagem, como nas imagens produzidas pelo austríaco Thomas Ender. A estratégia teve continuidade no reinado de D. Pedro I (1822-1831).

No reinado de D. Pedro II (1841-1889), ao objetivo de projetar o Brasil como uma monarquia estável e civilizada somou-se a construção de uma narrativa de identidade nacional por meio da pintura histórica. Obras desse período circularam no exterior, como *Primeira*

Missa no Brasil (1861), de Victor Meirelles. Reforçaram essa estratégia a concessão de bolsas de estudo a artistas brasileiros para estudar na Europa e a participação do Brasil em exposições universais, com pavilhões que exibiam produtos agrícolas, riquezas naturais, itens indígenas, mas também exemplos de industrialização e arte.

Na República Velha (1889-1930), a atividade diplomática cultural é voltada para a legitimação do regime democrático e para a projeção internacional do Brasil como nação moderna, civilizada e europeizada, também por meio da pavilhões em exposições universais. A Exposição Internacional do Centenário da Independência (1922), no Rio de Janeiro, representa um marco ao integrar no Brasil arte, indústria e ciência, com grande público⁽⁸⁾ e participação internacional, manifestando a imagem de um país em desenvolvimento.

Nas décadas de 1920 e 1930, a inserção da arte brasileira em circuitos internacionais também ocorre por iniciativas individuais de artistas modernistas, como Anita Malfatti. Cabe destacar a presença de treze artistas brasileiros na *Exposition d'Art Américain-Latin* (1924), em Paris.

A partir de 1930, o governo de Getúlio Vargas atua na construção de uma identidade nacional, com encomendas e legitimação de artistas. Após 1937, com o Estado Novo, as políticas culturais do Brasil são centralizadas e a arte passa a ser utilizada como instrumento político e diplomático, na construção da imagem de um Brasil em processo de modernização, étnica e culturalmente diverso, unido, ordeiro e trabalhador. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, coordena, controla, censura e difunde a produção cultural, projetando artistas alinhados à narrativa oficial, como Portinari.

No contexto da Política de Boa Vizinhança dos Estados Unidos (1933-45), amplia-se a inserção da arte brasileira modernista nas Américas, com destaque para nomes como Portinari e Di Cavalcanti. Na Europa, a circulação é limitada devido à guerra, mas o Itamaraty organiza a *Exhibition of Modern Brazilian Paintings*, em Londres (1944). Posteriormente, a *Exposition d'Oeuvres d'Artistes Latino-Américains* (1949), realizada pela UNESCO em Paris, inclui artistas modernistas brasileiros.

Após 1945, são criados importantes museus de arte no País, como o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (1947), o Museu de Arte Moderna de São Paulo (1948) e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1948), todos de natureza privada.

Também capitaneada pela iniciativa privada, em 1950 o Brasil participa, pela primeira vez, da Bienal de Veneza. Em 1951, acontece a primeira Bienal Internacional de Arte de São Paulo, que insere o País no circuito internacional de arte ao exibir artistas brasileiros ao lado de estrangeiros e atrair críticos, curadores, colecionadores, imprensa e instituições de fora do País.

Com Juscelino Kubitschek, presidente de 1956 a 1961, o Brasil busca se integrar ao capitalismo internacional. Em 1960, a fundação de Brasília impulsiona a projeção internacional do Brasil, com arquitetura e arte moderna e inovadora, obtendo ampla cobertura na imprensa estrangeira.

O Itamaraty organiza, com o MAM-RJ, a grande mostra *Ausstellung Brazilianischer Künstler* (Exposição de Artistas Brasileiros), em Munique (1959), apresentando modernismo, concretismo e neoconcretismo. Promove com o MEC (Ministério de Educação e Cultura), museus e a Bienal de São Paulo, a *New Art of Brazil*, nos Estados Unidos (1962), e a *Brazilian Art Today*, em Londres (1965), que viaja para Holanda e Alemanha; e viabiliza o pavilhão do Brasil na Bienal de Veneza (1964).

A partir da década de 1970, com o “milagre brasileiro” na economia, o mercado de arte se estrutura com galerias, leilões e a formação do público colecionador da classe média alta urbana.

Durante o início da ditadura (1964-1974), a arte é utilizada como instrumento de legitimação internacional do regime militar, que seleciona conteúdos e artistas compatíveis com a imagem de progresso e estabilidade que buscava projetar. Durante esse período, artistas exilados da vanguarda contemporânea brasileira, como Lygia Clark e Hélio Oiticica, se estabelecem nos Estados Unidos ou na Europa e conseguem suas primeiras exposições individuais, fomentadas por instituições estrangeiras.

Com a posse de um presidente civil, José Sarney (1985), a arte se torna ferramenta para a reconstrução da imagem do País, projetando uma identidade democrática, vibrante e moderna, em mostras coletivas internacionais, cofinanciadas pelo governo. Além das Bienais de Veneza, o governo apoia, em 1987, a importante exposição *Modernidade: art brésilien du 20^e siècle*, em Paris, em conjunto com a França. Em 1988 é realizada a coletiva *Brazil Projects*, em Nova York, com apoio do governo e de empresas brasileiras, e foco em arte contemporânea.

Na década de 1990, ganha força o movimento de globalização e, na arte, aumenta o interesse pela diversidade geográfica e por práticas experimentais produzidas fora dos centros tradicionais. Grandes exposições, organizadas e financiadas por instituições estrangeiras, inserem o Brasil na arte global, como *Magiciens de la Terre* (Paris, 1989); *Transcontinental: Nine Latin American Artists* (Nova York, 1990); *Brasilien: Entdeckung und Selbstentdeckung* (Brasil: Descoberta e Autodescoberta), em Zurique (1992); *Ultramodern: The Art of Contemporary Brazil* (Washington, 1993); *Latin American Artists of the 20th Century* (Nova York, 1993); e a Documenta de Kassel (Alemanha, 1997).

Nos governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a relativa melhora da economia brasileira e a abertura à internacionalização ampliam a previsibilidade econômica, fortalecem o mercado de arte e possibilitam a ampliação da atuação de galerias de arte brasileiras no exterior. Obras de artistas brasileiros começam a aparecer em leilões internacionais, ainda que com valores relativamente modestos em relação aos dos países hegemônicos. O Brasil participa das Bienais de Veneza, mas a legitimação da sua arte agora vem de outras instâncias internacionais.

Nos anos 2000, o mercado de arte brasileiro se consolida, com a instituição de feiras de arte anuais, de alcance internacional, como SP-Arte (2005) e ArtRio (2011), que atraem curadores de museus, galerias de arte e, em menor escala, colecionadores estrangeiros.

De 2002 até 2018, os governos de Lula, Dilma e Temer impulsionam a promoção internacional da arte brasileira, organizando exposições e iniciativas de grande escala, em parcerias privadas e com governos estrangeiros. Em 2005, acontece o Ano do Brasil na França; em 2011, o Brasil participa do festival Eurolalia, em Bruxelas; e, em 2012-2013, é o Ano do Brasil em Portugal. Em menor escala, em 2018, o Itamaraty organiza *The Art of Diplomacy*, em Londres.

Na iniciativa privada, destaca-se, nos anos 2000, a atuação da Brasil Connects, organizadora de *Brazil: Body and Soul* (Nova York, 2001), *Experiment Experiência: Art in Brazil 1958-2000* (Oxford, 2001), *Côte à Côte* (Bordeaux, 2002) e *Brazil: Body Nostalgia* (Tóquio, 2004), em parceria com instituições estrangeiras e apoio pontual do Estado brasileiro.

No início do século XXI, observa-se a presença da arte brasileira em grandes exposições internacionais organizadas por instituições estrangeiras, como *Tropicália: A Revolution in Brazilian Culture* (2006-2007), em Chicago, Londres, Lisboa e Nova York; *When Lives Become Form* (Tóquio, 2009); *Brazil Contemporary* (Roterdã, 2009); *O Desejo da Forma* (Berlim, 2010) e *Imagine Brazil* (2013), que circulou por Oslo, Lyon, Doha e São Paulo, com apoio do Estado brasileiro e/ou de patrocinadores privados.

Nesse período, retrospectivas de artistas brasileiras são organizadas e financiadas por instituições estrangeiras, como as de Lygia Clark (2014) e Tarsila do Amaral (2018), em Nova York, e a de Mira Schendel, em Londres (2013). Além disso, inúmeras exposições individuais demonstram o crescimento da inserção de artistas brasileiros no circuito internacional⁽⁹⁾.

Em 2007, é criado o projeto Latitude, pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, em um modelo de parceria público-privada, objetivando ampliar a inserção internacional de galerias brasileiras. Como exemplo, em 2008 a feira de arte ARCO Madrid, com foco no Brasil, parcialmente financiada por recursos federais e privados brasileiros, conta com a participação de 32 galerias brasileiras.

De 2019 a 2022, durante o governo Bolsonaro, o Ministério da Cultura é extinto, há cortes orçamentários, menor coordenação das ações artísticas internacionais e, conseqüentemente, menor exposição da arte brasileira no exterior. As exposições *Fotoclubismo: Brazilian Modernist Photography* (Nova York, 2021) e *Afro-Atlantic Histories*, que circulou por Washington, Houston e Los Angeles, em 2025, ocorrem com recursos de instituições internacionais. A *Brasil! Brasil! The Birth of Modernism* (Londres, 2025) é financiada por patrocinador privado e organizada pelo Itamaraty.

Cabe elogiar o esforço das galerias de arte brasileiras. A galeria do mercado primário, a primeira a vender uma obra no mercado, representa o artista, viabiliza sua produção, define preços, desenvolve mercado, vende as obras e promove a visibilidade de seus representados. Em 2010, quatorze galerias de arte participaram das cinco principais feiras de arte estrangeiras. Em 2015, este número subiu para quarenta. Em 2019, foram 42 galerias investindo em participação nas principais feiras internacionais de arte fora do Brasil⁽¹⁰⁾.

Por fim, uma pesquisa sobre cobertura jornalística da Bienal de São Paulo e da SP-Arte, na imprensa dos Estados Unidos e Inglaterra, de 2012 a 2019, mostrou que ambas transferem para a imagem do Brasil as ideias de continuidade, legado artístico e institucional, profissionalismo, crescimento, importância, respeito e relevância no âmbito das artes visuais, colaborando para a construção da imagem de um Brasil respeitável, profissional, criativo e importante na América Latina.

Conclusão: o Brasil pode mais

A trajetória apresentada neste texto demonstra que a arte brasileira sempre desempenhou um papel importante na construção da imagem do Brasil no exterior. Desde as representações coloniais produzidas por viajantes europeus, passando pelo uso estratégico da arte pela monarquia para afirmar uma ideia de civilização tropical, até a consolidação de um sistema artístico moderno e contemporâneo articulado entre Estado e iniciativa privada, a arte operou como um dispositivo de mediação simbólica entre o Brasil e o mundo. Ao longo

dos séculos, cada período político redefiniu não apenas os conteúdos dessa imagem, mas também os agentes responsáveis por sua projeção.

No Império, sob Dom Pedro II, observa-se o uso consciente da arte como instrumento de afirmação internacional, apoiado por políticas públicas como bolsas de estudo e participação em exposições universais. Na República Velha, há uma tentativa de adequação aos padrões europeus. Já no período de Getúlio Vargas, a arte passa a ser instrumentalizada politicamente e é ferramenta de construção da identidade e da imagem nacional.

Após 1945, com a criação da Bienal de São Paulo, é inaugurado um novo modelo de internacionalização da arte brasileira. O protagonismo do governo é compartilhado com a iniciativa privada. Desde então e, especialmente, nos anos 2000, observa-se maior coordenação entre Estado e iniciativa privada, resultando em ganhos concretos de visibilidade internacional da arte do País. Por outro lado, momentos de descontinuidade institucional evidenciam a fragilidade desse sistema quando não há visão estratégica.

Esse percurso confirma que a contribuição da arte para a imagem do Brasil no exterior é cumulativa e dependente da articulação entre diferentes agentes do sistema de arte, inclusive do governo. A eficácia desse processo depende de sua inserção em uma estratégia mais ampla e coordenada. A construção da imagem internacional de um país exige o alinhamento entre políticas públicas, ambiente de negócios, promoção do turismo, produtos de exportação, difusão cultural e comportamento de seus cidadãos e representantes no exterior.

No campo da arte, torna-se fundamental avançar na coordenação entre agentes públicos e privados, fortalecer a atuação de instituições, galerias e colecionadores, ampliar a presença em leilões e exposições internacionais, intensificar o uso estratégico da imprensa e das plataformas digitais, e criar condições institucionais que facilitem o empréstimo de obras para exposições no exterior.

Nesse ponto, destaca-se um aspecto estrutural: a necessidade de facilitar a circulação da arte brasileira no cenário internacional. A ele-

vada carga burocrática, a complexidade tributária e os entraves logísticos relacionados à importação e exportação de obras de arte reduzem o mercado e a visibilidade da produção artística do Brasil. Sem esse ajuste estrutural, o potencial de inserção internacional da arte brasileira permanece limitado.

O Brasil pode mais. Pode potencializar sua reconhecida criatividade como ativo estratégico, integrar arte, mercado e diplomacia de forma estruturada e consolidar uma presença internacional estável e forte. Para isso, será necessário reduzir a fragmentação institucional, garantir previsibilidade de políticas culturais, ampliar a internacionalização de artistas e instituições, e fazer reformas regulatórias e fiscais que facilitem a inserção internacional dos agentes do setor.

Referências

- (1) NYE, Joseph S. Soft power. *Foreign Policy*, Washington, n. 80, p. 153-171, out. 1990.
- (2) De acordo com o *Global Soft Power Index* publicado em 2026. Disponível em <https://mediatalks.uol.com.br/2026/01/23/brasil-sobe-em-ranking-de-soft-power-2026/#:~:text=Brasil%20retorna%20ao%20top%2030,a%20aspectos%20culturais%20e%20sociais>.
- (3) DINERI, Eda; BİLGİNER ÖZSAATCI, Fatma; KILIÇ, Yunus; ÇİĞDEM, Şemsettin; SAYAR, Gökçen. Unveiling the power of nation branding: exploring the impact of economic factors on global image perception. *Sustainability*, v. 16, n. 16, p. 6950, 2024.
- (4) ANHOLT, Simon. *Competitive identity: the new brand management for nations, cities and regions*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- (5) THROSBY, David. The concentric circles model of the cultural industries. *Cultural Trends*, v. 17, n. 3, p. 147-164, 2008.
- (6) MCANDREW, Clare. *The Art Basel and UBS Art Market Report 2026*. Basel: Art Basel; Zurich: UBS, 2026.
- (7) ABACT; APEXBRASIL; ACT ARTE. 7ª Pesquisa setorial do mercado de arte no Brasil 2024. São Paulo: Act Arte, 2025.

- (8) Foram 3.626.402 visitantes entre 7 de setembro de 1922 e 2 de julho de 1923, de acordo com a Revista oficial do evento, *A Exposição de 1922*, órgão da comissão organizadora.
- (9) e (11) HOCHLEITNER, Katya de Castro. *Arte e soft power: SP-Arte e Bienal de São Paulo, suas contribuições na internacionalização da arte brasileira e na construção da imagem do Brasil no exterior*. 2022. Tese (Doutorado em Artes) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- (10) MORENO, Ana Paula; HOCHLEITNER, Katya. The Relationship between Art Fairs and the Internationalization of the Brazilian Contemporary Art Market. *International Journal of Business and Economics Research*, v. 12, n. 2, p. 46-53, 2023.

Crédito para pequenas e médias empresas no Brasil: assimetria informacional, racionamento e proposta de um score empresarial validado

Lauro Modesto dos Santos Jr.¹

Resumo

O acesso ao crédito constitui fator decisivo para a sobrevivência, consolidação e expansão de pequenas e médias empresas (PMEs). No Brasil, entretanto, esse segmento enfrenta barreiras estruturais persistentes, como custo financeiro elevado, limites restritos, exigência de garantias reais e pessoais, e baixa previsibilidade na concessão. Este texto sustenta que o principal entrave econômico subjacente é a assimetria informacional entre tomadores e credores, que gera problemas clássicos de seleção adversa e risco moral, resultando em racionamento de crédito e encarecimento sistêmico do financiamento. A partir da literatura econômica e de evidências institucionais, argumenta-se que a redução estruturada da incerteza informacional pode produzir ganhos relevantes de eficiência alocativa. Como alternativa institucional, propõe-se um modelo inspirado na lógica americana de *credit score* e na figura do *Nominated Advisor* do *Alternative Investment Market* (AIM) de Londres: um score empresarial simplificado, alimentado por dados públicos sob consentimento e validado por um advisor certificado por entidade reconhecida, com regras claras de padronização, governança

1 Lauro Modesto dos Santos Jr. é economista e mestre pela USP, superintendente técnico do CEMEC – Centro de Estudos de Mercado de Capitais da FIPE. E-mail: lauromsj@uol.com.br

e responsabilização. O objetivo é reduzir incertezas, aumentar a comparabilidade entre empresas, diminuir o custo de monitoramento e permitir precificação mais justa e diferenciada do risco.

1. Introdução

O crédito é instrumento central para a dinâmica empresarial moderna. Ele viabiliza capital de giro, expansão operacional, aquisição de ativos produtivos, inovação tecnológica e estabilização do fluxo de caixa em períodos de oscilação de demanda. Para grandes empresas, o acesso a financiamento tende a ocorrer por múltiplos canais – bancário, mercado de capitais, fornecedores, investidores institucionais – com relativa previsibilidade. Para pequenas e médias empresas (PMEs com receita anual inferior a R\$ 300 milhões), contudo, o cenário é substancialmente distinto.

No Brasil, PMEs frequentemente enfrentam taxas elevadas, limites restritos, exigências desproporcionais de garantias e processos decisórios pouco transparentes. Embora fatores macroeconômicos – como taxa básica de juros, estrutura bancária concentrada e custo regulatório – influenciem o ambiente de crédito, este trabalho parte da hipótese de que a assimetria informacional é o componente mais relevante e persistente na restrição estrutural ao financiamento de PMEs.

Empresas de menor porte tendem a possuir menor padronização contábil, governança simplificada, forte dependência de sócios controladores e histórico financeiro menos documentado. Essa opacidade relativa eleva o custo de avaliação de risco e incentiva instituições financeiras a adotar mecanismos defensivos, como spreads elevados e exigência de garantias reais. O resultado agregado é um sistema que precifica incerteza de forma ampla, penalizando inclusive empresas de boa qualidade.

2. Assimetria informacional e fricções no mercado de crédito

A teoria econômica demonstra que mercados caracterizados por assimetria informacional não atingem em geral resultados eficientes.

Quando o tomador possui mais informações sobre a qualidade de seu projeto ou sua capacidade de pagamento do que o credor, surgem dois problemas clássicos: seleção adversa e risco moral.

A seleção adversa ocorre antes da concessão do crédito. O credor não consegue distinguir com precisão entre projetos de baixo e alto risco. Se a taxa de juros for elevada para compensar incerteza, tomadores prudentes podem se retirar do mercado, restando proporcionalmente maior participação de tomadores arriscados. O equilíbrio resultante pode levar ao racionamento de crédito, mesmo quando há demanda disposta a pagar os juros vigentes.

O risco moral surge após a concessão do crédito. Uma vez obtido o financiamento, o tomador pode adotar comportamentos não observáveis que alterem o perfil de risco do projeto, como aumento da alavancagem, mudança estratégica ou redução de esforço gerencial. Diante da dificuldade de monitoramento, o credor reage elevando custos, exigindo garantias ou restringindo oferta.

Contratos sofisticados e exigência de colaterais podem mitigar parcialmente essas fricções, mas não eliminam o problema estrutural da informação imperfeita. A exigência de garantias, por exemplo, funciona como mecanismo de triagem, porém penaliza empresas com poucos ativos reais, mesmo que apresentem fluxo de caixa consistente.

3. Por que as PMEs sofrem mais com a assimetria informacional

A intensidade da assimetria informacional é particularmente elevada no segmento de PMEs por razões estruturais. Primeiramente, a informalidade relativa ainda presente em parte do segmento reduz a qualidade dos registros históricos. Em segundo lugar, a governança corporativa costuma ser concentrada, com forte dependência de decisões dos sócios controladores.

Adicionalmente, o custo fixo de análise e monitoramento é proporcionalmente maior em operações de menor valor. Para uma instituição financeira, analisar uma operação de R\$ 500 mil pode exigir

esforço semelhante ao de uma operação de R\$ 10 milhões, tornando a primeira menos atrativa sob a ótica de custo-benefício.

Outro fator relevante é a heterogeneidade setorial. PMEs atuam em setores diversos, com volatilidade distinta e exposição diferenciada a ciclos econômicos. Sem bases padronizadas e comparáveis, a avaliação torna-se dependente de julgamento subjetivo, ampliando a dispersão de critérios.

4. Experiência internacional: crédito orientado por dados

Nos Estados Unidos, o sistema de crédito empresarial é fortemente orientado por histórico de dados e mecanismos padronizados de reporte. A presença de *bureaus* empresariais, relatórios de crédito, histórico consolidado de pagamentos e integração entre bases públicas e privadas permite diferenciação mais fina entre tomadores.

Embora o sistema também exija garantias e frequentemente envolva responsabilidade pessoal dos sócios, a lógica predominante é baseada em rastreabilidade e histórico documentado. O resultado é maior previsibilidade e menor necessidade de spreads generalizados. Empresas organizadas e com histórico consistente tendem a acessar crédito em condições progressivamente melhores.

Essa experiência sugere que o problema central não é apenas o nível de juros, mas a qualidade da informação disponível para precificação.

5. Proposta: score empresarial simplificado com validação certificada

Diante desse diagnóstico, propõe-se a criação de um modelo institucional composto por três pilares complementares.

5.1. Score empresarial simplificado

O primeiro pilar é a criação de um score empresarial voltado para PMEs, baseado em variáveis objetivas, padronizadas e comparáveis. O score não substitui análise completa, mas funciona como mecanismo inicial de triagem e precificação. Entre as variáveis sugeridas estão:

receita anual; margem EBITDA²; Dívida Líquida/EBITDA; histórico de atrasos nos últimos 24 meses e idade da empresa. Essas variáveis capturam porte, geração de caixa, alavancagem, comportamento histórico e maturidade empresarial. A simplicidade favorece replicabilidade e reduz custo de implementação.

5.2. Uso de dados públicos sob consentimento

O segundo pilar consiste no aproveitamento estruturado de bases públicas disponíveis mediante consentimento da empresa. Órgãos como Receita Federal, Secretarias da Fazenda estaduais, Banco Central e outras entidades mantêm informações relevantes sobre regularidade cadastral, situação fiscal e histórico de operações. O uso deve respeitar integralmente a legislação de proteção de dados, baseando-se em consentimento explícito e finalidade específica. A padronização desses dados em formato agregável pode aumentar substancialmente a confiabilidade do score.

5.3. Advisor certificado para validação técnica

O terceiro pilar é a criação de uma figura técnica independente responsável por validar a consistência das informações declaradas pela empresa. Inspirado na figura do *Nominated Advisor*, esse profissional – denominado *Advisor PME* – teria certificação específica concedida por entidade reconhecida, com regras claras de escopo, padrões de relatório e responsabilização. Suas funções incluiriam:

- a) Validar consistência cadastral e documental;
- b) Verificar plausibilidade e veracidade, quando possível, dos dados financeiros apresentados;
- c) Emitir relatório técnico padronizado.

Para evitar conflitos de interesse e captura regulatória, o modelo deve prever assinatura digital, rastreabilidade de consultas, auditoria amostral, sanções disciplinares e possibilidade de rodízio em operações recorrentes.

2 Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (do inglês *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*).

6. Impactos esperados e ganhos sistêmicos

A implementação de um score empresarial simplificado validado por advisor certificado pode produzir ganhos relevantes em quatro dimensões. Primeiramente, aumenta a previsibilidade para o empresário, que passa a compreender quais variáveis impactam seu risco percebido. Em segundo lugar, reduz custo de análise para credores, favorecendo competição. Em terceiro, estimula formalização e melhoria de governança. Por fim, permite precificação diferenciada, reduzindo subsídios cruzados implícitos entre bons e maus tomadores. Ao reduzir a incerteza estrutural, o sistema deixa de embutir risco médio elevado no preço e passa a diferenciar de forma mais precisa.

7. Conclusão

O crédito para PMEs no Brasil é restringido não apenas pelo custo financeiro agregado, mas principalmente pela ausência de informação padronizada, comparável e verificável. A assimetria informacional gera seleção adversa, risco moral e racionamento, incentivando spreads elevados e exigência excessiva de garantias.

A proposta de criação de um score empresarial simplificado, alimentado por dados públicos sob consentimento e validado por advisor certificado, representa tentativa institucional de atacar o núcleo do problema: a incerteza.

Ao estruturar mecanismos de confiança baseados em informação verificável e responsabilização técnica, o sistema pode evoluir de um modelo defensivo, baseado em desconfiança generalizada, para um modelo orientado por dados, histórico e diferenciação. Essa mudança não elimina risco, mas permite que ele seja precificado de forma mais justa, transparente e eficiente, contribuindo para um ambiente de negócios mais dinâmico e inclusivo.

Abertura comercial, desindustrialização e inserção internacional do Brasil: diagnóstico e agenda de reformas

Lucas Ferraz¹

1. O ciclo de alto crescimento (1947-1978) e o debate sobre proteção

Entre 1947 e 1978, o Brasil registrou um dos mais expressivos ciclos de crescimento econômico de sua história moderna, com expansão média do PIB de 7,2% ao ano, crescimento do PIB per capita de 4,3% ao ano e ganhos de produtividade do trabalho da ordem de 3,8% ao ano^[1]. Esse desempenho coincidiu com a industrialização acelerada sob forte intervencionismo estatal e com a estratégia de substituição de importações (ISI)^[2]. A coincidência temporal entre fechamento comercial e crescimento acelerado alimenta, até hoje, o argumento de que a proteção tarifária foi a causa do desenvolvimento – e não apenas seu contexto histórico.

Tal argumento ignora, contudo, um fator estrutural decisivo: o Brasil era, no início do período, uma economia predominantemente agrária. A migração rural-urbana gerou, por si só, um salto expressivo na produtividade agregada do trabalho, o chamado *efeito de realocação setorial*^[3]. Esse fenômeno, amplamente documentado na literatura do crescimento econômico, opera de forma independente do regime comercial vigente: ao deslocar trabalhadores de setores de baixa produtividade para atividades urbanas de maior

1 Lucas Ferraz é professor e coordenador do Centro de Negócios Globais da Escola de Economia de São Paulo da FGV. Foi secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia (2019-2022) e secretário de Negócios Internacionais do Estado de São Paulo (2023-2024). E-mail: lucas.ferraz@fgv.br

valor agregado, eleva mecanicamente os indicadores agregados de eficiência da economia. Ao tornar-se predominantemente urbano ao final dos anos 1970, o Brasil esgotou esse vetor e revelou uma estrutura industrial amadurecida, porém carente de competitividade internacional.

A comparação com o Leste Asiático é reveladora. Na Coreia do Sul, a proteção tarifária foi progressivamente retirada à medida que os setores atingiam escala e eficiência, obedecendo ao que Amsden denominou de *reciprocidade de subsídios*^[4]: o apoio estatal condicionado ao desempenho exportador. O modelo brasileiro, ao contrário, não contemplou uma estratégia gradual de exposição competitiva, perpetuando uma indústria insulada do mercado global e crescentemente dependente da demanda doméstica protegida.

2. Desindustrialização prematura e seus determinantes estruturais

Ao final dos anos 1970, a indústria de transformação respondia por cerca de 25% do PIB nacional; em meados da década de 2020, esse valor recuou para aproximadamente 10%^[5]. Rodrik classifica esse processo como *desindustrialização prematura*^[6]: diferentemente do que ocorreu nas economias hoje desenvolvidas, onde a redução da participação industrial acompanhou o aumento da renda per capita e a expansão de serviços de alta produtividade, o Brasil desindustrializou-se em nível de renda significativamente inferior, sem a contrapartida de ganhos sistemáticos de eficiência nos serviços.

Três grupos de fatores explicam esse processo. O primeiro é a contração do investimento público em infraestrutura: o Brasil chegou a destinar 6% do PIB a esse fim e, atualmente, essa cifra oscila entre 2 e 2,5%, insuficiente para cobrir a depreciação do estoque de ativos^[7]. A subprovisão de infraestrutura eleva os custos logísticos e reduz a competitividade sistêmica da produção nacional. O segundo fator é o descontrole fiscal crônico, que comprime a poupança interna, aprecia estruturalmente o câmbio real e onera a competitividade exportadora^[8]. A esse quadro soma-se um sistema tributário cumulativo e de ele-

vada complexidade, particularmente gravoso para setores de cadeias produtivas longas^[9].

O terceiro e menos discutido fator é o próprio fechamento da economia. O modelo de substituição de importações nunca foi reformado de maneira consequente e suas estruturas de proteção tarifária e não tarifária persistem até o presente^[10]. Esse isolamento impediu o Brasil de se integrar às cadeias globais de valor (CGVs), que emergiram a partir de meados dos anos 1980 com a queda dos custos de transporte e o avanço das tecnologias de informação^[11]. Regiões como a América Latina, excetuando-se o México integrado ao mercado norte-americano pelo Tratado de Livre Comércio da América do Norte, do inglês North American Free Trade Agreement (NAFTA), permaneceram à margem de um processo responsável pela retirada de mais de 1,5 bilhão de pessoas da pobreza em escala global^[12]. Apenas nos anos 1990, o comércio mundial cresceu, em média, três vezes mais rápido do que o PIB global^[13] e, desde a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994, mais de 300 acordos de livre comércio foram formalizados^[14].

A fragmentação produtiva internacional gerou um novo padrão de especialização: economias desenvolvidas concentraram-se na exportação de serviços de alto valor agregado, enquanto economias em desenvolvimento, sobretudo as asiáticas, especializaram-se em manufaturados. Esse fenômeno, denominado *servicificação*^[15], também atingiu o Brasil, porém por razões opostas: não como resultado de ganhos de especialização nas CGVs, mas como consequência da perda de competitividade industrial doméstica. Enquanto o mundo operou sob o paradigma do *made in the world*, o Brasil permaneceu circunscrito ao *made in Brazil*^[16].

3. Baixo dinamismo, produtividade e o fim do bônus demográfico

As últimas quatro décadas foram marcadas por um desempenho econômico medíocre. A despeito da estabilidade inflacionária conquistada pelo Plano Real (1994), o Brasil cresceu a uma taxa média

anual de aproximadamente 2,5%, com expansão da renda per capita de apenas 0,9% ao ano, sustentada por ganhos de produtividade do trabalho da ordem de 0,5% ao ano^[17]. Sem o bônus demográfico, fenômeno pelo qual o crescimento da população em idade ativa supera o das demais faixas etárias, ampliando a oferta de trabalho, a renda per capita teria avançado meros 0,5% ao ano^[18].

O problema é que esse bônus está próximo do esgotamento. O envelhecimento populacional acelerado projetado para as próximas décadas exigirá ganhos de produtividade substancialmente mais elevados para sustentar qualquer trajetória de crescimento da renda. A decomposição contábil do crescimento brasileiro revela que, enquanto nas décadas de maior dinamismo a acumulação de capital físico e a realocação setorial respondiam pela maior parte da expansão do produto, nas últimas quatro décadas a contribuição da produtividade total dos fatores (PTF) foi quase nula ou negativa em vários subperíodos. Isso significa que o País cresceu, quando cresceu, essencialmente por adição de insumos – e não por uso mais eficiente deles.

Nesse contexto, a evidência empírica sobre a relação causal entre abertura comercial e crescimento da produtividade torna o tema da inserção internacional ainda mais premente^[19]: a exposição à competição estrangeira estimula a adoção de tecnologias mais eficientes, a especialização em atividades de maior valor agregado e a incorporação de insumos importados de maior conteúdo tecnológico – todos fatores que se traduzem em ganhos de produtividade total dos fatores. Países que aprofundaram sua integração comercial nas últimas décadas apresentaram, consistentemente, trajetórias de crescimento da PTF superiores às de economias que permaneceram relativamente fechadas.

4. As evidências do fechamento comercial

As evidências do fechamento da economia brasileira são amplas e multidimensionais. Apesar de figurar entre as dez maiores economias do mundo, o Brasil ocupou, em 2025, a 27ª posição no ranking global de importações^[20]. Suas tarifas de importação situam-se, em média, em torno de 12%, com picos que alcançam 35% em setores como

o automotivo, cifra aproximadamente duas vezes superior à média mundial e três vezes superior à média dos países da Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE)^[21]. A corrente de comércio brasileira (bens e serviços) representou 36% do PIB em 2024 ante 57% da média global^[22]. Além das tarifas, o País mantém um robusto arcabouço de barreiras não tarifárias, incluindo Barreiras Técnicas ao Comércio, do inglês Technical Barriers to Trade (TBT) e Barreiras Sanitárias e Fitossanitárias, do inglês Sanitary and Phytosanitary Measures (SPS), que restringem a integração do País nas cadeias internacionais de abastecimento.

No plano dos acordos preferenciais, o desempenho brasileiro é ainda mais deficiente. Desde a fundação do Mercosul, em 1991, o único acordo de abrangência global foi o Mercosul-União Europeia, concluído em 2024 após mais de duas décadas de negociações^[23]. Mesmo com esse acordo, cuja plena vigência se projetará por cerca de quinze anos, as exportações brasileiras encontrarão condições preferenciais de acesso em aproximadamente 28% do total exportado pelo País ao mundo. Em contraste, os países da Aliança do Pacífico (Chile, Peru, México e Colômbia) já operam com acesso preferencial em 70 a 90% do total exportado para o mundo^[24].

5. Reglobalização seletiva, geopolítica e o papel dos países conectores

O ambiente geoeconômico global foi profundamente alterado pelos choques da última década: pandemia de covid-19, guerra na Ucrânia e escalada das tensões sino-americanas. Edward Fishman cunhou o conceito do *trilema da impossibilidade*: não é possível ter simultaneamente livre comércio, segurança econômica e aumento de tensões geopolíticas^[25]. Trata-se, contudo, não de desglobalização, mas de uma reglobalização seletiva: países adotam estratégias de *reshoring* ou *friendshoring* em setores estratégicos, como minerais críticos, semicondutores, telecomunicações e transição energética, enquanto buscam diversificar parceiros nos demais setores^[26]. Isso não elimina o imperativo da abertura, mas reorienta suas formas e prioridades.

Nesse cenário, Gita Gopinath^[27] identificou uma tendência à formação de dois grandes blocos comerciais sob as zonas de influência da China e dos Estados Unidos, com retração relativa do comércio interbloco da ordem de 10 a 20%. Um grupo de países, os chamados *conectores*, tem conseguido manter relações econômicas relevantes com ambas as potências. O Brasil enquadra-se nesse perfil privilegiado: a China destaca-se pelo volume de comércio bilateral de bens, cerca de US\$ 170 bilhões em 2025, e pelo crescente fluxo de investimentos; os Estados Unidos distinguem-se como o principal parceiro no comércio de serviços e no estoque acumulado de investimentos. Preservar e aprofundar ambas as relações, de forma pragmática, é um imperativo estratégico que deve orientar a política comercial brasileira.

6. Agenda de reformas para a inserção internacional

Diante desse diagnóstico, delineia-se uma agenda estruturada em quatro eixos principais, que combina instrumentos de política comercial, regulatória e de investimentos, e que deve ser conduzida de forma pragmática e gradual. É importante ressaltar que esses eixos são complementares e mutuamente reforçadores: a eficácia de cada um depende do avanço nos demais. Uma agenda de abertura tarifária sem a correspondente redução das barreiras regulatórias e dos custos de serviços, por exemplo, produz resultados muito aquém do potencial. Da mesma forma, a flexibilização do Mercosul perde impacto se não acompanhada da racionalização dos instrumentos de defesa comercial, que hoje oneram setores que seriam naturais beneficiários de uma maior integração.

O primeiro eixo é a flexibilização da arquitetura negociadora do Mercosul^[28]. Sem desconstruir o espaço de livre comércio intrazona, o bloco deve abrir a possibilidade de que seus membros negociem acordos em tempos distintos com parceiros externos, à semelhança do que já é permitido no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Essa flexibilidade aceleraria a inserção brasileira em redes preferenciais de comércio, ampliando a cobertura de mercados com acesso favorecido e reduzindo a assimetria competitiva em relação a seus pares internacionais.

O segundo eixo é a racionalização dos instrumentos de defesa comercial. O uso crescente de medidas antidumping, concentrado em setores produtores de matérias-primas industriais, onera os elos a jusante das cadeias produtivas nacionais^[29]. Uma revisão criteriosa dessas medidas, orientada pelos seus impactos no conjunto da cadeia produtiva e não apenas nos setores peticionantes, buscando o chamado “interesse público”, é condição necessária para o aumento da eficiência alocativa e ganhos de competitividade da indústria brasileira.

O terceiro eixo contempla a revisão das barreiras regulatórias ao comércio, notadamente as barreiras técnicas (TBT) e as medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS). Quando justificável sob critérios de proporcionalidade, sua eliminação deve ser perseguida; nos demais casos, acordos de convergência regulatória e de reconhecimento mútuo com parceiros estratégicos representam alternativas eficazes para a redução de custos de transação sem abdicação de objetivos legítimos de política pública^[30].

O quarto eixo abarca o aprofundamento da rede de acordos bilaterais de investimentos (ABIs), de Acordos para Evitar a Dupla Tributação (ADTs) e de iniciativas de desoneração do comércio de serviços. A competitividade dos serviços é determinante para o desempenho exportador do setor produtivo nacional, sobretudo de sua indústria de transformação^[31].

A literatura documenta amplamente a servicificação das exportações industriais^[32]; a competitividade industrial contemporânea é, em larga medida, função da qualidade e do custo dos serviços embutidos nos produtos. Isso significa que reduzir barreiras tributárias e regulatórias ao comércio de serviços, como restrições ao estabelecimento comercial, exigências de presença local, requisitos de licenciamento e limitações a transferência de dados, tem impacto direto sobre a competitividade de toda a cadeia produtiva, muito além do próprio setor de serviços.

O acesso a serviços de qualidade a custos competitivos, em especial financeiros, ambientais, logísticos, de tecnologia da informação e de telecomunicações, funciona como insumo crítico para a moder-

nização e a expansão da base exportadora industrial. Nesse sentido, a agenda de liberalização de serviços é indissociável da agenda de reindustrialização verde e digital, e de reconexão do Brasil às cadeias globais de valor. No plano específico do Mercosul, impõe-se ainda a consolidação do setor automotivo mediante sua incorporação definitiva ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (ACE-18) e uma ampla reforma da Tarifa Externa Comum (TEC), eliminando distorções acumuladas e adequando a estrutura tarifária aos parâmetros internacionais^[33].

O processo de aumento da inserção internacional brasileira pode ser acompanhado de políticas industriais bem desenhadas, sobretudo aquelas voltadas para a redução de possíveis “chokepoints”. Contudo, devem ser acompanhadas de metas claras e, em caso de fracasso, descontinuadas imediatamente. Como regra geral, políticas industriais baseadas em instrumentos de proteção comercial tendem a ser mal-sucedidas e devem ser evitadas.

7. Considerações finais

O Brasil enfrenta nas próximas décadas um duplo desafio estrutural: superar o baixo dinamismo produtivo que caracteriza sua trajetória recente e preparar-se para os efeitos do esgotamento do bônus demográfico sobre a renda per capita. Ambos os desafios convergem para a mesma resposta: a ampliação consequente da inserção internacional do País, não como receita ideológica, mas como imperativo de eficiência econômica solidamente amparado em evidência empírica. A relação entre abertura, produtividade e renda é uma das mais robustas da literatura econômica e o Brasil é um dos poucos países de renda média que ainda não a internalizou plenamente em sua política comercial.

A agenda de reformas aqui delineada não pressupõe abertura indiscriminada nem ignora os riscos do novo ambiente geopolítico. Propõe uma inserção pragmática, gradual e estrategicamente orientada: que preserve e aprofunde as relações com China e Estados Unidos, diversifique a rede de acordos preferenciais do Mercosul, reduza bar-

reiras regulatórias desnecessárias e aprofunde os laços em matéria de serviços e investimentos.

O custo da inação é alto e crescente: permanecer à margem das cadeias globais de valor em um mundo que se reglobaliza seletivamente significa condenar o País a uma especialização regressiva, ancorada em produtos de baixo valor agregado e crescentemente vulnerável às oscilações dos termos de troca. O Brasil dispõe dos ativos necessários para ocupar posição de maior protagonismo na nova arquitetura do comércio internacional; o que lhe falta é, sobretudo, a vontade política de reformar as estruturas que o mantém apartado dela.

Referências

- [1] BONELLI, R.; FONSECA, R. Ganhos de produtividade e de eficiência: novos resultados para a economia brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 273-314, 1998.
- [2] FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- [3] KUZNETS, S. *Modern economic growth: rate, structure, and spread*. New Haven: Yale University Press, 1966.
- [4] AMSDEN, A. *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. New York: Oxford University Press, 1989.
- [5] IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: mar. 2025.
- [6] RODRIK, D. Premature deindustrialization. *Journal of Economic Growth*, v. 21, n. 1, p. 1-33, 2016.
- [7] CNI – Confederação Nacional da Indústria. *Investimento em infraestrutura no Brasil: diagnóstico e perspectivas*. Brasília: CNI, 2023.
- [8] OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2, p. 229-247, 2010.
- [9] VARSANO, R. et al. *Uma análise da carga tributária do Brasil*. Texto para Discussão, n. 583. Brasília: IPEA, 1998.

- [10] WORLD BANK. World Development Indicators 2024. Washington, D.C.: World Bank, 2024. Disponível em: <https://databank.worldbank.org>. Acesso em: abr. 2025.
- [11] BALDWIN, R. *The great convergence: information technology and the new globalization*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.
- [12] WORLD BANK. *Poverty and Shared Prosperity 2022: correcting course*. Washington, D.C.: World Bank, 2022.
- [13] WTO – World Trade Organization. *World Trade Report 2014*. Geneva: WTO, 2014.
- [14] WTO – World Trade Organization. *Regional Trade Agreements Database*. Geneva: WTO, 2025. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/region_e.htm. Acesso em: abr. 2025.
- [15] LODEFALK, M. Servicification of manufacturing: evidence from Sweden. *International Journal of Economics and Business Research*, v. 6, n. 1, p. 87-113, 2013.
- [16] BALDWIN, R.; VENABLES, A. J. Spiders and snakes: offshoring and agglomeration in the global economy. *Journal of International Economics*, v. 90, n. 2, p. 245-254, 2013.
- [17] BONELLI, R.; PESSOA, S. *Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência*. Texto para Discussão, n. 7. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2010.
- [18] CAMARANO, A. A. (org.). *Novo regime: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro: IPEA, 2014.
- [19] WACZIARG, R.; WELCH, K. H. Trade liberalization and growth: new evidence. *World Bank Economic Review*, v. 22, n. 2, p. 187-231, 2008.
- [20] WTO – World Trade Organization. *Statistics Database: merchandise trade*. Geneva: WTO, 2025. Disponível em: <https://stats.wto.org>. Acesso em: abr. 2025.
- [21] WTO – World Trade Organization. *Tariff Profiles 2024*. Geneva: WTO, 2024.
- [22] WORLD BANK. *World Development Indicators 2024*. Washington, D.C.: World Bank, 2024.

- [23] EUROPEAN COMMISSION. *EU-Mercosur Trade Agreement: agreement in principle*. Brussels: EC, 2024. Disponível em: <https://policy.trade.ec.europa.eu>. Acesso em: abr. 2025.
- [24] PACIFIC ALLIANCE. *Trade and integration data 2024*. Santiago: Pacific Alliance Secretariat, 2024.
- [25] FISHMAN, E. *Chokepoints: American power in the age of economic warfare*. New York: Portfolio/Penguin, 2024.
- [26] SULLIVAN, J. *Renewing American economic leadership*. Washington, D.C.: White House – National Security Council, 2023. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov>. Acesso em: abr. 2025.
- [27] GOPINATH, G. *Geopolitics and its impact on global trade and the dollar*. IMF Blog. Washington, D.C.: IMF, jan. 2025. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Blogs>. Acesso em: abr. 2025.
- [28] THORSTENSEN, V.; RAMOS, D. *Mercosul: acordos comerciais e flexibilidade negociadora*. São Paulo: CEBRI/FGV, 2022.
- [29] VEIGA, P. M.; RIOS, S. P. *O uso de medidas antidumping no Brasil: tendências recentes e impactos setoriais*. Rio de Janeiro: CINDES, 2021.
- [30] OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. *Regulatory policy outlook 2023*. Paris: OECD Publishing, 2023.
- [31] LODEFALK, M. The role of services for manufacturing firm exports. *Review of World Economics*, v. 150, n. 1, p. 59-82, 2014.
- [32] MIROUDOT, S.; CADESTIN, C. Services in global value chains: from inputs to value-creating activities. *OECD Trade Policy Papers*, n. 197. Paris: OECD Publishing, 2017.
- [33] MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Agenda estratégica do Mercosul: tarifa externa comum e integração automotiva*. Brasília: MDIC, 2024.

Economia criativa: o Brasil rumo ao protagonismo

Luiz Alberto Machado¹

Considerações iniciais

O retorno de Cláudia Leitão à Secretaria da Economia Criativa enche de esperança todos aqueles – e eu me incluo nesse grupo – que se relacionam com a economia criativa ou que, pelo menos, acompanham sua evolução dentro e fora do Brasil.

Internacionalmente, ainda com a denominação de *indústria criativa*, o conceito surgiu na Austrália em 1994, quando houve o lançamento de um conjunto de políticas públicas com o objetivo de tornar o país uma nação criativa. O primeiro-ministro da Austrália, Paul Keating, referiu-se à importância da cultura e da arte para o desenvolvimento do país numa publicação intitulada *Creative Nation: Commonwealth Cultural Policy*. Embora utilizasse esporadicamente a expressão *economia criativa*, o conceito só se fortaleceu anos depois.

Ainda como indústria criativa, o tema ganhou notoriedade em 1996, no momento em que Tony Blair, em campanha para primeiro-ministro do Reino Unido, incluiu o tema em seu programa de governo. Criou, então, uma força-tarefa para que o país pudesse crescer a partir de seu patrimônio intangível, de Beatles a Shakespeare. Em conjunto com todos os ministérios, ele criou o que veio a se tornar o segundo maior setor da economia do país. O setor recebeu forte impulso e foi fundamental nos preparativos para a realização dos Jogos Olímpicos de

1 Luiz Alberto Machado é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie, mestre em Criatividade e Inovação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal), e consultor da Fundação Espaço Democrático. E-mail: lasam.machado@gmail.com

Londres, em 2012. De certa forma, seguiu os passos de Barcelona, que passou por amplo processo de revitalização para sediar as Olimpíadas de 1992. Na ocasião, vários projetos contribuíram para que Barcelona se transformasse num paradigma de cidade criativa, passando a ser, desde então, uma das localidades mais visitadas de todo o mundo.

Durante alguns anos houve certa confusão com o uso alternado das expressões *indústria criativa*, *economia da cultura* e *economia criativa*, que acabou prevalecendo. Com essa denominação, a economia criativa tornou-se, em muitos países, um dos carros-chefes do processo de desenvolvimento, colaborando decisivamente não apenas com o crescimento econômico, mas também com a ampliação do leque de atividades que proporcionam às suas respectivas populações um elevado padrão de bem-estar.

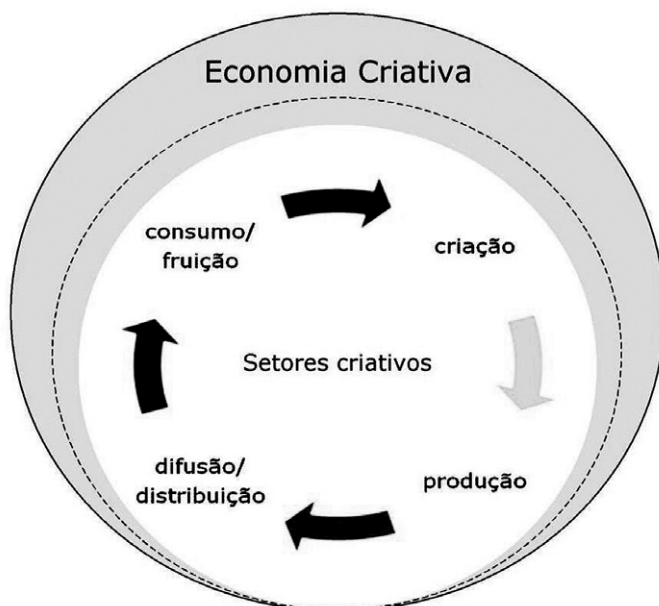
No Brasil, infelizmente, a trajetória da economia criativa tem se assemelhado à evolução da economia como um todo, alternando bons e maus momentos, naquilo que se convencionou chamar de *voo de galinha*, aspecto oportunamente captado pela jornalista Juliana Rosa no livro *De galinha a gavião*, que tem por subtítulo “Como impulsionar o voo da economia brasileira”, publicado em 2025.

Criada em 2011 no âmbito do Ministério da Cultura, a Secretaria da Economia Criativa, tendo à frente a dinâmica Cláudia Leitão, possibilitou um começo a todo vapor, apesar dos poucos recursos do Ministério que a abrigava. A publicação do *Plano da Secretaria da Economia Criativa*: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014 e o intenso esforço para divulgá-lo logo ganharam destaque. Ali se encontravam, de forma clara e acessível:

1. **A definição de economia criativa.** Definimos a economia criativa a partir das dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica.
2. **A dinâmica de funcionamento de seus elos.** A economia criativa é, portanto, a economia do intangível, do simbólico. Ela se alimenta dos talentos criativos, que se organizam indi-

vidual ou coletivamente para produzir bens e serviços criativos. Por se caracterizar pela abundância e não pela escassez, a nova economia possui dinâmica própria e, por isso, desconcerta os modelos econômicos tradicionais, pois seus novos modelos de negócio ainda se encontram em construção, carecendo de marcos legais e de bases conceituais consentâneas com os novos tempos (Figura 1).

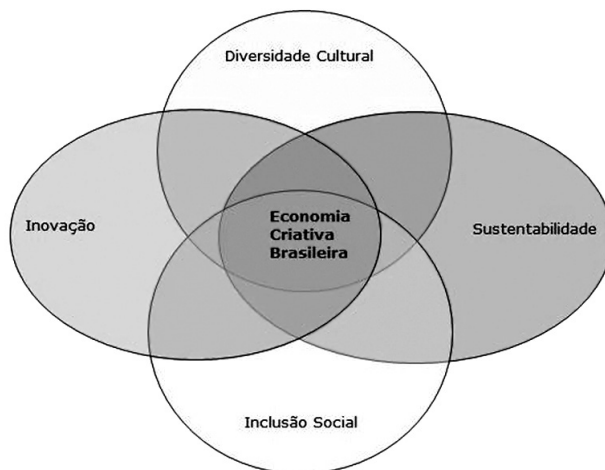
Figura 1 – A economia criativa e a dinâmica de funcionamento dos seus elos



FONTE: PLANO DA SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA: POLÍTICAS, DIRETRIZES E AÇÕES, 2011-2014, P. 24.

3. **Os princípios norteadores.** A economia criativa brasileira somente seria desenvolvida de modo consistente e adequado à realidade nacional se incorporasse em sua conceituação a compreensão da importância da diversidade cultural do País, a percepção da sustentabilidade como fator de desenvolvimento local e regional, a inovação como vetor de desenvolvimento da cultura e das expressões de vanguarda, e, por último, a inclusão produtiva como base de uma economia cooperativa e solidária (Figura 2).

Figura 2 – A economia criativa brasileira e seus princípios norteadores



FONTE: PLANO DA SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA: POLÍTICAS, DIRETRIZES E AÇÕES, 2011-2014, P. 32.

Como acontece, porém, em diversas situações, o que se observou em seguida foi uma enorme descontinuidade, incluindo troca de secretários, realocação ministerial e sucessivas ameaças de extinção da Secretaria. Com tudo isso – e mesmo continuando desconhecida por muita gente – a economia criativa brasileira seguiu crescendo em ritmo superior ao da economia brasileira.

O PIB desse setor cresce mais depressa do que o PIB nacional. Nele predominam os profissionais de nível médio e superior, o que se reflete na renda do trabalho. Em 2022, o salário médio foi de R\$ 4 mil mensais – 30% acima da média nacional. Para os que trabalham em publicidade e tecnologia da informação, os salários ultrapassam R\$ 7,5 mil mensais.

Em 2023, o professor José Pastore, utilizando dados extraídos do artigo “PIB da economia da cultura e das indústrias criativas” (*Revista Observatório Itaú Cultural*, nº 34), afirmou, em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, que 7,5 milhões de profissionais trabalhavam nas áreas da economia criativa no Brasil em 2022, o equivalente a 7% da força de trabalho, que geram quase R\$ 300 bilhões anuais, ou seja, mais de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. É uma contribuição expressiva, que está à frente da indústria automotiva (2,5%).

1. Abrangência da economia criativa

Abrangendo áreas que utilizam mão de obra intensiva e pouca tecnologia, como artesanato e gastronomia, a economia criativa inclui áreas que estão na fronteira tecnológica, como softwares de lazer e jogos de vídeo e computador, como se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Abrangência da economia criativa
Sistemas de classificação das economias criativas derivadas de diferentes modelos

Modelo do Departamento de Cultura, Mídia e Esporte do Reino Unido	Modelo de textos simbólicos industriais culturais centrais	Modelo dos círculos concêntricos Artes Criativas Centrais	Modelo de direitos autorais da Organização Mundial de Propriedade Intelectual Indústrias centrais de direitos autorais
Propaganda/ Publicidade Arquitetura Mercado de arte e antiguidades Artesanato/ Ofícios manuais Design/ Desenho Moda Cinema e vídeo Música Artes cênicas Publicação/ Editoração Software/ Programa de computador Televisão e rádio Jogos de vídeo e computador	Propaganda/ Publicidade Filme Internet Música Publicação/ Editoração Televisão e rádio Jogos de vídeo e computador Indústrias culturais periféricas Artes criativas Indústrias culturais limítrofes Eletrônica de consumo Moda Software/ Programa de computador Esportes	Literatura Música Artes cênicas Artes visuais Outras indústrias culturais centrais Filme Museus e bibliotecas Indústrias culturais ampliadas Serviços de herança, patrimônio e sucessão Publicação/ Editoração Gravação de som Televisão e rádio Jogos de vídeo e computador Indústrias relacionadas Propaganda/ Publicidade Arquitetura Design/Desenho Moda	Propaganda/Publicidade Sociedades de gestão coletiva Cinema e vídeo Música Artes cênicas Publicação/Editoração Software/Programa de computador Televisão e rádio Arte visual e gráfica Indústrias independentes de direitos autorais Material de gravação em branco Eletrônica de consumo Instrumentos musicais Papel Fotocopiadoras Equipamento fotográfico Indústrias parciais de direitos autorais Arquitetura Vestuário, calçados Design/Desenho Moda Utensílios domésticos Brinquedos

FONTE: RELATÓRIO DE ECONOMIA CRIATIVA 2010, P. 37.

Vale observar que essa tabela, que privilegia as chamadas *indústrias criativas*, não incorpora áreas que são atualmente consideradas parte da economia criativa, entre as quais, paisagismo, turismo e gastronomia.

2. Cidades criativas

À medida que a economia criativa tinha sua importância reconhecida, surgiam estudos e pesquisas sobre temas correlatos, destacando-se, entre eles, o das cidades criativas.

Diversos especialistas, nacionais e estrangeiros, debruçaram-se sobre o tema buscando oferecer sua visão sobre o que é uma cidade criativa e o que fazer para tornar uma cidade criativa. Embora não seja objetivo deste texto entrar na discussão, alguns pontos consensuais merecem ser relacionados:

1. Não há uma caracterização padronizada de cidade criativa, devendo ser respeitadas as características e vocações de cada localidade.
2. Toda cidade pode ser criativa, independentemente de seu tamanho, localização geográfica ou perspectiva histórica.
3. Uma cidade criativa não pode atender apenas a interesses de visitantes ocasionais ou temporários; é fundamental que seus atrativos sejam tanto para seus próprios habitantes, quanto para aqueles que estão de passagem com permanência de menor ou maior duração.

Vale destacar, nesse sentido, a criação, em 2004, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Rede de Cidades Criativas, que tem como objetivo promover a cooperação internacional entre cidades que identificam a cultura e a criatividade como estratégias centrais para o desenvolvimento urbano sustentável. A Rede abrange sete áreas criativas: artes midiáticas, artesanato e artes folclóricas, cinema, design, gastronomia, literatura e música.

Em 2025, no dia 31 de outubro, internacionalmente reconhecido como Dia Mundial das Cidades, a UNESCO oficializou a admissão de

58 novas cidades em sua Rede de Cidades Criativas, entre as quais São Paulo, que passa a ser a décima quinta cidade brasileira a fazer parte da referida rede (Tabela 2).

Tabela 2 – Cidades Criativas Brasileiras integrantes da Rede da UNESCO

Artes Midiáticas
Campina Grande (PB)
Artesanato e Artes Folclóricas
João Pessoa (PB)
Cinema
Penedo (AL)
Santos (SP)
São Paulo (SP)
Design
Brasília (DF)
Curitiba (PR)
Fortaleza (CE)
Gastronomia
Belém (PA)
Belo Horizonte (MG)
Florianópolis (SC)
Paraty (RJ)
Literatura
Rio de Janeiro (RJ)
Música
Recife (PE)
Salvador (BA)

As novas 58 cidades anunciadas em 31 de outubro vêm se somar às 350 anteriormente selecionadas, compondo agora o total de 408 integrantes da Rede de Cidades Criativas da UNESCO, que recomenda que, além de se destacar na área específica, a cidade dialogue com pelo menos outras três áreas – se possível com todas as outras.

Ao reassumir o cargo na Secretaria da Economia Criativa, que se encontra novamente no âmbito do Ministério da Cultura, Cláudia Lei-

tão tem plena consciência do volume de trabalho que tem pela frente. Porém, com a mesma determinação demonstrada no exercício do cargo anteriormente, deu início a intensa jornada com vistas a recuperar o tempo desperdiçado.

3. Referências e boas práticas

Costumo afirmar em minhas aulas e palestras, em tom de brincadeira, que há uma prática que no passado dava cadeia: *espionagem industrial*; atualmente é considerado chique com o nome de *benchmark*. Como o acesso às informações tornou-se generalizado, praticamente impossibilitando guardar algum segredo a sete chaves, fica todo mundo de olho no que os outros estão fazendo para produzir algo semelhante e, se possível, com um pequeno diferencial, que atua como uma espécie de cereja do bolo. Essa prática é generalizada, sendo utilizada por indivíduos, empresas e países.

Nesse sentido, é natural que o Brasil observe as boas práticas realizadas por outros países e considere a viabilidade de adaptá-las à sua realidade. Em se tratando de economia criativa ou de cidades criativas, o recomendável é buscar exemplos em países que sejam considerados de padrão de desenvolvimento mais ou menos comparável ao nosso.

Por essa razão, é natural que olhemos com especial atenção o que vem sendo realizado pela Coreia do Sul, cujo sucesso da economia criativa tem sido estudado como uma espécie de referência por muitos especialistas, incluindo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que a mencionou em seu relatório. Conhecida como efeito *Hallyu* ou “onda coreana”, o processo de expansão da indústria cultural e criativa sul-coreana espalhou-se pelo mundo a partir de uma extensa política de Estado, levada a cabo por décadas, no fomento à produção e exportação dos produtos de sua indústria cultural.

Esse processo de expansão global da economia criativa sul-coreana teve início na metade da década de 1990 e ocorreu em três fases: na primeira onda, os mercados vizinhos foram apresentados aos programas de TV e aos *K-dramas*; as ondas seguintes alcançaram regiões mais distantes, até se tornarem verdadeiros *best-sellers* da economia criativa mundial.

Assim, passaram a fazer parte do vocabulário da cultura musical *pop* mundial nomes como o do rapper Psy e seu hit viral *Gangnam Style*, seguido de perto pelos *Idols* que difundem o ritmo da música *pop* do país pelo mundo, amealhando uma quantidade impressionante de fãs – e de dólares – pelos países por onde passam. Em vídeo, a *Hallyu* foi o veículo de difusão para sucessos globais de produção mais recente, como a série *Round 6*, lançada na plataforma de vídeos *Netflix* no ano de 2021, ou mesmo distribuído em outro circuito, o filme de suspense *Parasita* (2019) do diretor sul-coreano Bong Joon-ho, vencedor do Oscar de Melhor Filme Internacional e da Palma de Ouro do Festival de Cinema de Cannes.

O relatório da UNCTAD baseia-se na abordagem de David Throsby, que identifica três características que singularizam a economia cultural: a primeira e mais relevante é a de que a economia cultural requer como condição *sine qua non* a participação de algum aspecto da criatividade humana na produção; a segunda refere-se à capacidade da economia cultural de produzir bens e serviços que possuem valores e significados simbólicos; por fim, a terceira característica reside na capacidade da economia cultural de criar propriedades intelectuais.

Em trabalhos anteriores, por sua vez, os pesquisadores da UNCTAD procuraram expandir a definição de Throsby com o intuito de incluir as conexões entre a economia do conhecimento e a tecnologia em sua relação com amplos setores das chamadas *indústrias criativas*, aspecto que assume destaque ainda maior em uma época de forte influência da inteligência artificial e das comunidades em rede. Outra interessante relação, também buscada pelos autores do relatório nas pesquisas de David Throsby, consiste em uma compreensão ampliada da definição de política cultural, propondo o entendimento de que setores culturais basilares, como a literatura, a música e as artes performáticas e visuais criam, em essência, os conteúdos que serão assimilados e difundidos por setores culturais de caráter mais comercial, como as produções audiovisuais, os videogames, a arquitetura e o design.

Relatos de quem conhece a realidade sul-coreana testemunham a incrível popularidade dos *gamers* que conquistam as principais

colocações nos torneios realizados dentro e fora do país, comparável à de ídolos do futebol internacional da magnitude de um Messi, Cristiano Ronaldo ou Neymar.

Encerro esta seção reproduzindo depoimento de Ana Carla Fonseca, uma das maiores especialistas brasileiras em economia criativa, que esteve na Coreia do Sul, a convite da UNESCO, para uma reunião com 20 especialistas internacionais para trabalhar nas bases do primeiro *framework* unindo artes e educação:

Vi, na prática, o que tanto sonhamos para a economia criativa no Brasil. O país dá uma aula magistral de como sinergizar talento, economia e identidade cultural para gerar vantagem competitiva global. A onda K é o resultado de décadas de estratégia contínua e transversal, uma política público-privada, com investimento (não apenas subsídios) em cultura, construção de ecossistemas criativos, alavancagem de conteúdos pelos meios digitais e respeito à propriedade intelectual como remuneração dos criadores.

4. Próximos passos

Em seu retorno à Secretaria da Economia Criativa, Cláudia Leitão não tem medido esforços para recuperar o tempo desperdiçado, percorrendo todas as regiões do País, participando de eventos no Brasil e no exterior, e fazendo contato com grandes referências da economia criativa, entre as quais merece destaque a economista e acadêmica Mariana Mazzucato, professora de Economia da Inovação e Valor Público na University College London (UCL).

Lugar especial no trabalho da secretária caberá à tentativa de implementar a Política Nacional de Economia Criativa, que corresponde a um avanço em relação ao *Plano da Secretaria da Economia Criativa*: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014, publicado em sua primeira passagem pela Secretaria. Entre os princípios da referida Política Nacional encontram-se:

- a tridimensionalidade da Cultura, em suas dimensões simbólicas, sociais e econômicas;

- a promoção dos valores da cultura democrática e cidadã;
- a biodiversidade cultural, com a incorporação da dimensão biológica e do uso responsável dos territórios, biomas e Ecossistemas Culturais e Criativos ao conceito de diversidade cultural
- a tecnodiversidade, via instrumentalidade da tecnologia em prol da valorização e proteção da biodiversidade e da diversidade cultural brasileira;
- a inovação, graças ao fomento a novas dinâmicas econômicas, sociais, ambientais, culturais, políticas e humanas, em busca do protagonismo e do acesso aos produtos culturais e criativos;
- a sustentabilidade, com a aproximação dos campos da Economia e da Ecologia, por meio do comprometimento com as dimensões econômica, social, cultural, política, humana ou, especialmente, ambiental do desenvolvimento;
- a inclusão social e produtiva, por meio do enfrentamento da desigualdade no acesso de qualidade à educação, saúde, segurança pública, habitação e alimentação, via acesso a oportunidades de trabalho decente e geração de renda digna;
- bem-comum e bem-viver.

Como instrumentos para implementá-la, com vigência de cinco anos, estarão, entre outras iniciativas, a cooperação entre os entes federativos, mediante adesão voluntária de estados e municípios, visando fomentar ações conjuntas, bem como a parceria internacional junto a organismos multilaterais e redes internacionais de economia criativa.

Resta torcer para que, livre da descontinuidade predominante até o presente, o Brasil consolide sua trajetória em direção ao protagonismo que tem todas as condições para assumir no campo da economia criativa.

Referências

BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações*, 2011-2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. Disponível em <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>.

- DAVILA, Anapaula Iacovino; MACHADO, Luiz Alberto; PAULA, Mauricio Andrade de; SANTOS, Sonia Helena. *Economia + Criatividade = Economia Criativa*. 2ª ed. revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Scriptum, 2024.
- MANZATTO, Rômulo. Hallyu, a onda coreana e as indústrias criativas. *Informações Fipe*, n. 524, 2024, pp. 61-62.
- PASTORE, José. Como gerar mais emprego e renda na indústria criativa? *O Estado de S.Paulo*, 29 de junho de 2023. Disponível em <https://www.estadao.com.br/economia/jose-pastore/emprego-renda-industria-criativa/>. Acesso em 30 de junho de 2023.
- RELATÓRIO DE ECONOMIA CRIATIVA 2010: ECONOMIA CRIATIVA, UMA OPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. Disponível em <https://www.setesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2024/07/Relatorio-de-economia-criativa-uma.pdf>.
- ROSA, Juliana. *De galinha a gavião: como impulsionar o voo da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2025.
- UNCTAD. *K-content goes global: how government support and copyright policy fuelled the republic of Korea's creative economy*. (UNCTAD/DITC/mar. 2024TSCE/2023/3). Acesso em 12 de fevereiro de 2026.

Indústria 5.0: a nova fronteira estratégica

Marcelo Martinovich¹

Por muito tempo, falar em indústria significou falar em eficiência, custo e produtividade. A Indústria 4.0 ampliou esse foco ao levar automação, sensores, dados e inteligência artificial para o centro da operação. Porém, o cenário atual é outro: cadeias globais frágeis, pressão regulatória crescente, consumidores atentos a ESG e uma disputa acirrada por talentos. É nesse contexto que surge a Indústria 5.0. Ela não invalida a 4.0; ela a reorienta. A pergunta deixa de ser “como automatizar tudo?” e passa a ser: como usar tecnologia para fortalecer pessoas, sustentabilidade e resiliência – e ganhar vantagem competitiva com isso?

O que, afinal, é Indústria 5.0?

Na prática empresarial, podemos resumir assim: “Indústria 5.0 é o uso de tecnologias avançadas: inteligência artificial, robótica colaborativa, gêmeos digitais, internet das coisas (IoT na sigla em inglês), manufatura aditiva para criar operações produtivas centradas nas pessoas, sustentáveis e resilientes, gerando valor econômico de longo prazo”. Três eixos norteiam essa visão.

1 Marcelo Martinovich é economista, pedagogo e matemático. MBA em Reforma Tributária e pós-graduado em Administração. Foi conselheiro federal de Economia; professor de graduação e pós-graduação em várias instituições. E-mail: marcelo.martinovich@martinovichassociados.com.br

1. **Centrismo humano.** A tecnologia deixa de ser um fim em si mesma para se tornar amplificadora das capacidades humanas. Robôs colaborativos assumem tarefas repetitivas e pesadas; pessoas ficam com o que exige decisão, criatividade, empatia com o cliente e visão sistêmica. Empresas que abraçam essa lógica redesenham postos de trabalho para reduzir esforço físico e riscos; investem em requalificação constante (*upskilling* e *reskilling*); e dão mais autonomia ao time de chão de fábrica, apoiado por dados.
2. **Sustentabilidade como vetor de negócio.** Sair do discurso para a prática passa a ser questão de sobrevivência. Eficiência energética, redução de desperdício, economia circular e gestão da pegada de carbono deixam de ser “custo ambiental” e viram diferenciais de margem, acesso a mercados e capital. Indústrias 5.0 utilizam tecnologia para medir, simular e otimizar impacto ambiental em tempo real.
3. **Resiliência e continuidade operacional.** A pandemia de covid-19 e as crises geopolíticas expuseram uma realidade incômoda: cadeias globalizadas ao extremo são eficientes, porém frágeis. A Indústria 5.0 busca o equilíbrio. Isso significa: cadeias de suprimentos mais diversificadas e transparentes; maior regionalização da produção; e uso de inteligência artificial (IA) e gêmeos digitais para simular cenários de ruptura e respostas possíveis.

Um passo além da indústria 4.0

A linha do tempo é conhecida:

- 1.0 – mecanização com máquina a vapor;
- 2.0 – eletricidade, linha de montagem, produção em massa;
- 3.0 – automação com eletrônica, tecnologia da informação (TI) e robôs;
- 4.0 – digitalização integrada: sensores, IoT, dados, nuvem, sistemas ciberfísicos.

A Indústria 4.0 trouxe ganhos expressivos, mas também novas tensões: risco de exclusão de trabalhadores menos qualificados; au-

mento da complexidade e da vulnerabilidade das cadeias globais; e pressão crescente por transparência ambiental e social. A Indústria 5.0 nasce como uma “correção de rota”: preservar os ganhos da 4.0, mas alinhando a transformação digital com objetivos de pessoas, planeta e perenidade do negócio. Ela não é um “upgrade tecnológico” e, sim, um upgrade de propósito. As tecnologias são as mesmas – o uso é outro. Quando se olha para o “arsenal” tecnológico, não há ruptura brusca entre 4.0 e 5.0. O que muda é o *para quê*:

- Inteligência artificial e Analytics

Ainda servem para otimizar produção e manutenção, mas também para simular cenários de crise, projetar impactos ambientais e apoiar decisões estratégicas – de compras a footprint de plantas.

- Robótica colaborativa

Robôs deixam de ficar isolados em células cercadas e passam a atuar lado a lado com operadores, sensores de segurança e interfaces intuitivas. Ganho duplo: produtividade e ergonomia.

- Gêmeos digitais (digital twins)

Permitem testar, no mundo virtual, mudanças de layout, processos, insumos e fornecedores, antes de gastar no físico. Isso vale tanto para custo e prazo quanto para emissões e riscos operacionais.

- Manufatura aditiva (impressão 3D)

Habilita produção sob demanda e próxima do cliente, reduzindo estoque, transporte e dependência de longas cadeias internacionais – um ponto central de resiliência.

- IoT e conectividade avançada

Sensores e sistemas conectados geram dados em tempo real sobre máquinas, energia, qualidade e segurança. Em uma lógica 5.0, esses dados não servem só à produção, mas também a recursos humanos (RH), sustentabilidade, supply chain e finanças. A mensagem para quem está no comando: sem estratégia clara de pessoas, ESG e resiliência, a agenda tecnológica fica manca.

Onde a indústria 5.0 já está acontecendo

A transição para a Indústria 5.0 não é apenas teórica. Empresas líderes, inclusive no Brasil, já implementam projetos que materializam seus pilares – centrado no humano, sustentável e resiliente – com resultados concretos de negócio. Embora o conceito ainda seja relativamente novo, várias empresas – inclusive no Brasil – já operam com práticas alinhadas à Indústria 5.0, mesmo sem usar esse nome.

1. Colaboração homem-máquina no chão de fábrica

O que é: linhas de produção onde humanos e robôs colaborativos (cobots) trabalham lado a lado, sem barreiras de segurança rígidas. O cobot assume tarefas repetitivas, de precisão milimétrica ou ergonomicamente desgastantes; o operador foca em atividades que exigem julgamento, adaptação e solução de problemas.

Tecnologias envolvidas: cobots com sensores de força e visão computacional, sistemas de IA para ajuste em tempo real, interfaces homem-máquina (IHM) intuitivas (tablets, comandos por voz ou gestos), *wearables* que monitoram fadiga e produtividade.

Casos reais e resultados

- Montadoras automotivas

Em estações de montagem final, cobots realizam a aplicação de adesivos, parafusamento de componentes internos e instalação de peças pesadas (como bancos e baterias de veículos elétricos). O operador supervisiona e realiza a inspeção final de qualidade. Resultado: redução de 15 a 20% no tempo de ciclo, diminuição de 30% em lesões por esforço repetitivo (LER) e aumento da satisfação do trabalhador.

- Indústria eletrônica

Na montagem de placas de circuito impresso (PCBs), cobots realizam a soldagem de componentes minúsculos, enquanto técnicos humanos programam as máquinas, gerenciam exceções e realizam testes funcionais complexos. Resultado: aumento de até 40% na flexibilidade para trocar linhas de produto, com redução de defeitos (PPM) na casa de 25%.

- Setor de alimentos e bebidas no Brasil

Empresas utilizam cobots para paletização de caixas e garrafas, uma tarefa fisicamente exaustiva. Os colaboradores são realocados para controle de qualidade, gestão de logística e manutenção preventiva. Resultado: queda significativa no absenteísmo por problemas osteomusculares e ganho de produtividade na linha de expedição.

Desafio crítico: requalificação da força de trabalho. Programas de *upskilling* são essenciais para que operadores se tornem “supervisores de cobots”, dominando noções de programação básica, análise de dados e manutenção preditiva.

2. Customização em massa sem perder eficiência

O que é: uso de dados, digitalização e manufatura flexível para produzir lotes unitários ou pequenos, altamente personalizados, sem perder a eficiência da produção em série. O cliente participa ativamente do design do produto.

Tecnologias envolvidas: configuradores online 3D conectados a sistemas de Planejamento de Recursos Empresariais (do inglês Enterprise Resource Planning - ERP) e sistemas de Gestão do Ciclo de Vida do Produto (do inglês Product Lifecycle Management – PLM), manufatura aditiva (impressão 3D industrial), robótica de fácil reprogramação, IA para otimização de processos de produção sob demanda.

Casos reais e resultados

- Fábricas *speed factory*

Usam impressão 3D e robótica avançada para produzir tênis personalizados. O cliente escolhe cores, materiais e até características de desempenho em uma plataforma online, e o pedido é fabricado em uma unidade regional próxima. Resultado: lead time reduzido de meses para dias, eliminação de estoque de produtos finalizados e criação de uma experiência premium que justifica preços até 30% superiores.

- Indústria de próteses médicas

A partir de escâneres 3D do paciente, próteses são projetadas digitalmente e fabricadas em impressora 3D, garantindo encaixe perfei-

to, conforto e design personalizado. Resultado: redução de custo de produção em até 70% comparado a métodos tradicionais e tempo de entrega de semanas para dias, impactando diretamente a qualidade de vida do usuário.

- Móveis sob medida

Plataformas online permitem que o cliente dimensione e visualize móveis em realidade aumentada. Os dados são enviados para fábricas com máquinas de corte de Controle Numérico Computadorizado (do inglês Computer Numerical Control – CNC) automatizadas que produzem peças únicas. Resultado: redução de desperdício de madeira em mais de 20%, maior margem por produto customizado e fidelização do cliente.

Desafio crítico: integração completa do *front-end* (plataforma do cliente) com o *back-end* (sistemas de produção e de supply chain). Requer investimento em plataformas digitais e mudança cultural para uma operação *make-to-order*.

3. Fábricas Verdes – sustentabilidade que gera economia

O que é: otimização sistêmica do uso de energia, água e matérias-primas, com minimização de resíduos e emissões, usando dados em tempo real. A meta é a eficiência máxima e a aproximação dos princípios da economia circular.

Tecnologias envolvidas: sensores IoT para monitoramento de consumo, gêmeos digitais para simulação de eficiência energética, IA para otimização de processos (ex.: ajuste de fornos, compressores), sistemas de reciclagem e reaproveitamento de água/calor.

Casos reais e resultados

- Indústria eletrônica de precisão

Utiliza um gêmeo digital para simular e otimizar o consumo de energia de toda a planta. Sensores monitoram cada máquina e a IA ajusta parâmetros em tempo real. Resultado: redução de 20% no consumo de energia e emissões de gás carbônico com payback do investimento em tecnologia em menos de três anos.

- Cosméticos

Implementou sistemas de cogeração de energia (biomassa) e reúso de água em suas fábricas. Usa analytics para otimizar a logística reversa de embalagens. **Resultado:** meta de carbono neutro até 2030 já em avanço, com redução de custos operacionais em utilities e fortalecimento da marca perante consumidores conscientes.

- Indústria de cimento

Aplicação de IA para otimizar a queima de fornos, o maior consumidor de energia do processo. Sistemas controlam a mistura de matérias-primas e combustíveis alternativos (biomassa, resíduos). Resultado: aumento da eficiência energética, redução no uso de combustíveis fósseis e menor custo por tonelada produzida.

Desafio crítico: o investimento inicial em sensoriamento e software de gestão energética. É crucial traduzir o retorno ambiental em métricas financeiras claras (ex.: redução de custos, isenções fiscais, acesso a linhas de crédito verde).

4. Cadeias de suprimentos mais transparentes e resilientes

O que é: uso de dados e tecnologias digitais para criar visibilidade total (end-to-end) da cadeia, permitir rastreabilidade e simular cenários de ruptura para se tomar decisões proativas.

Tecnologias envolvidas: plataformas de supply chain digital (baseadas em nuvem), blockchain para rastreabilidade imutável, IoT para monitoramento de condições de transporte, IA para demand forecasting e simulação de riscos.

Casos reais e resultados

- Alimentícias

Rastreiam a origem de ingredientes, como leite e café, do produtor rural ao supermercado. O consumidor pode escanear um QR Code e acompanhar toda a jornada. Resultado: maior confiança do consumidor, agilidade no recall de produtos (de dias para segundos) e garantia de padrões de sustentabilidade e qualidade.

- Aérea

Utiliza gêmeos digitais de sua cadeia de suprimentos para simular o impacto de atrasos de componentes, variações cambiais ou crises logísticas. Isso permite criar planos de contingência robustos. Resultado: maior resiliência durante a pandemia, com capacidade de reconfigurar fontes de suprimento críticas em semanas, não meses.

- Varejo

Implementa sistemas de IA para prever demanda em nível regional, combinando dados de vendas, clima e tendências de mídia social. A produção é ajustada em tempo quase real com fornecedores integrados. Resultado: redução de até 30% em estoques obsoletos e aumento da taxa de acerto nas coleções, reduzindo mark-downs e desperdício.

Desafio crítico: integração de dados entre múltiplos parceiros (fornecedores, transportadoras, clientes), que, muitas vezes, usam sistemas heterogêneos. Requer governança de dados e, em muitos casos, a criação de ecossistemas colaborativos.

5. Segurança e bem-estar como alavancas de competitividade

O que é: uso de tecnologia para antecipar e eliminar riscos ocupacionais, monitorar a saúde do trabalhador em tempo real e criar ambientes ergonomicamente otimizados, entendendo que um colaborador saudável e seguro é mais produtivo e inovador.

Tecnologias envolvidas: wearables (coletes, capacetes, óculos inteligentes), sensores de ambiente (gás, temperatura, ruído), exoesqueletos, realidade virtual para treinamento imersivo, análise de vídeo por IA para detecção de comportamentos de risco.

Casos reais e resultados

- Petróleo e gás

Utilizam wearables com sensores de gás e localização em tempo real para trabalhadores em plataformas e refinarias. Sistemas de reali-

dade aumentada (RA) em capacetes fornecem instruções de segurança sobrepostas ao campo de visão. Resultado: redução histórica no número de acidentes registráveis e no tempo de resposta a emergências.

- Montadoras

Implementam exoesqueletos passivos (sem motor) em estações de trabalho onde os funcionários realizam tarefas acima da cabeça. A tecnologia reduz a fadiga muscular em até 80%. Resultado: queda de mais de 50% em afastamentos por distúrbios musculoesqueléticos e aumento da produtividade no turno.

- Centros de distribuição

Utilizam análise de vídeo por IA para identificar, em tempo real, comportamentos inseguros (como dirigir empilhadeira muito rápido ou não usar equipamentos de segurança – EPIs). O sistema emite alertas sonoros imediatos. Resultado: criação de uma cultura de segurança proativa, com redução significativa de acidentes com afastamento.

Desafio crítico: equilíbrio entre monitoramento e privacidade. A implementação deve ser feita com transparência, diálogo com os colaboradores e total aderência à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), focando no benefício e proteção do trabalhador, não em controle punitivo.

Ponderações para os decisores

Esses casos demonstram que a Indústria 5.0 é um movimento *bottom up*, impulsionado por desafios operacionais reais e pela busca de vantagem competitiva. O padrão é claro: projetos que simultaneamente resolvem um problema de negócio (custo, qualidade, agilidade) e avançam em uma agenda de pessoas, planeta e resiliência têm maior taxa de sucesso e adesão.

O ponto de partida para qualquer empresa não é tecnológico, mas estratégico: identificar qual desses cinco campos oferece o maior potencial de valor no seu contexto específico e iniciar um projeto piloto com métricas claras de retorno. A jornada para a Indústria 5.0 é incremental, mas a direção é irreversível.

As grandes tendências no horizonte

No radar dos próximos anos, algumas direções são praticamente consensuais:

Pessoas no centro da transformação digital: transformação que ignora a força de trabalho tende a fracassar. Planos estruturados de qualificação, participação de operadores em decisões de tecnologia e modelos de liderança mais abertos passam a ser condição para que a agenda 5.0 aconteça.

ESG integrado ao core, não ao marketing: reguladores, investidores e grandes clientes estão olhando para dados concretos, não para slogans. Metas ambientais e sociais passam a entrar em metas de executivos, critérios de financiamento e processos de compras.

Produção mais perto do cliente: microfábricas, células flexíveis e impressão 3D ajudam a reduzir lead time, estoque e exposição a riscos logísticos. Isso vale tanto para mercados B2C quanto para B2B.

IA mais explicável e regulada: modelos de IA que impactam pessoas, processos críticos e decisões relevantes precisarão ser auditáveis e aderentes a regulações em evolução, inclusive na esfera trabalhista e de privacidade.

Servitização: produto + serviço + dados: a tendência de “produto como serviço” se intensifica – empresas vendendo horas de funcionamento, disponibilidade e desempenho – e não apenas equipamento. Isso exige operação robusta, conectividade e uma cultura de longo prazo no relacionamento com o cliente.

Os desafios que o *Board* não pode ignorar

A transição para uma lógica de Indústria 5.0 não é trivial. Três grupos de desafios se destacam:

1. Pessoas e competências

- Como requalificar a força de trabalho em escala?
- Como atrair talentos em um ambiente industrial que ainda é percebido como “tradicional” por muitos jovens?

- Como alinhar cultura e liderança a um modelo mais colaborativo e orientado a propósito?

2. Investimento e visão de longo prazo

- Projetos de digitalização e sustentabilidade muitas vezes não têm payback imediato.
- Isso exige alinhamento entre diretoria executiva e acionistas quanto ao horizonte de retorno e ao apetite a risco.

3. Governança de dados e ética

- Quem é dono dos dados gerados por máquinas, pessoas e parceiros?
- Como usar dados de colaboradores sem invadir privacidade?
- Como garantir que algoritmos não reforcem vieses ou gerem decisões opacas?

Responder a essas perguntas com consistência pode ser o diferencial entre ser protagonista ou espectador na próxima década.

Indústria 5.0: de *buzzword* a estratégia concreta

A Indústria 5.0, que já está no radar de governos, organismos internacionais e empresas líderes, representa uma mudança de lógica:

- da automação pura para a colaboração homem-máquina;
- da maximização de curto prazo para a resiliência de longo prazo;
- da visão de “custo ambiental e social” para a de “investimento em competitividade”.

Para quem lidera organizações industriais, o ponto de partida não é tecnológico, mas estratégico: que papel a empresa quer desempenhar em um mundo em que competitividade, sustentabilidade e responsabilidade estão cada vez mais entrelaçadas? A tecnologia necessária, em grande medida, já está disponível. O que fará a diferença é a capacidade de integrá-la a pessoas, processos, cultura e modelo de negócios.

Em uma frase: a Indústria 5.0 é a união da inteligência humana com a inteligência artificial para criar um futuro produtivo mais sustentável, personalizado e centrado nas pessoas.

Referências

- CNI/SENAI/IEL. Relatórios sobre Indústria 4.0, transformação digital e futuro da indústria no Brasil.
- FERREIRA, J. V.; et al. (2023). “Indústria 5.0 e sustentabilidade: uma análise das práticas emergentes no setor industrial brasileiro”. *Revista de Gestão Social e Ambiental* (RGSA).
- MELO, D. S. et al. (2022). “Indústria 5.0: o papel do trabalhador no contexto da manufatura avançada”. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação*.
- SANTOS, L. C. dos et al. (2022). “Indústria 5.0: uma revisão sistemática e agenda de pesquisa para o contexto brasileiro”. *Gestão & Produção* (UFSCar).
- SCHWAB, Klaus. *A quarta revolução industrial*. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.
- Estudos de consultorias como McKinsey, BCG, Deloitte, PwC sobre Indústria 4.0, ESG e cadeias resilientes.

O desafio da Previdência Social

Marcos Cintra¹

A Previdência Social brasileira caminha para a ruptura fiscal. Sua evolução histórica já não permite leituras otimistas – mas tem solução.

A questão previdenciária não é um problema conjuntural nem um desequilíbrio administrável por ajustes marginais. O sistema, na forma como está estruturado, consumirá progressivamente a capacidade fiscal do Estado, levando o País ao estrangulamento orçamentário, extinguindo o espaço para investimentos públicos e inviabilizando políticas de crescimento. Os números revelam algo que o debate público reluta em enfrentar: a Previdência, se mantidas as regras vigentes, vai quebrar o Brasil.

O Regime Geral de Previdência Social opera sistematicamente no vermelho desde a década de 1990 e a velocidade de deterioração aumentou na última década. A arrecadação vinculada à folha de salários não acompanha mais a expansão do número de beneficiários, nem a evolução dos gastos previdenciários indexados a regras constitucionais e a fatores demográficos. O Anuário Estatístico da Previdência Social mostra que a relação entre contribuintes e beneficiários se reduz ano a ano, pressionando ainda mais as contas públicas (BRASIL, 2023). Se esse movimento persistir, a despesa previdenciária consumirá parcela crescente do PIB, comprimindo o orçamento discricionário e tornando inviáveis investimentos estratégicos em infraestrutura, educação, inovação e serviços essenciais.

1 Marcos Cintra é economista. E-mail: marcos.cintra@fgv.br

Essa crise não se explica apenas pela transição demográfica. Apesar do envelhecimento populacional, reconhecido pela literatura (VAROTO; QUEIROZ, 2022), países com dinâmica etária semelhante não enfrentam desequilíbrios dessa magnitude porque sustentam seus sistemas de proteção social com bases tributárias amplas e aderentes ao funcionamento da economia contemporânea.

O problema brasileiro está na desconexão entre o modelo de financiamento e a transformação estrutural do mercado de trabalho. A automação, a economia de plataformas, a digitalização dos serviços e a informalidade elevada reduziram drasticamente a arrecadação baseada em vínculos formais de emprego. O financiamento previdenciário, apoiado em contribuições incidentes essencialmente sobre a folha, deixou de acompanhar a evolução do PIB. Como destacam Afonso e Zylberstajn (2015) e Cintra (2003), a deterioração da base contributiva é estrutural, e não conjuntural, colocando o sistema previdenciário brasileiro em uma trajetória insustentável. O resultado é uma equação fiscal perversa: despesas crescentes e receitas estagnadas ou em queda relativa.

Os sucessivos ajustes paramétricos – idade mínima, regras de transição, mudança em métodos de cálculo – apenas adiaram o problema. A literatura confirma que tais medidas desaceleram temporariamente o crescimento do déficit, mas não atacam sua causa fundamental. Giambiagi e Afonso (2022) explicam que reformas paramétricas atuam sobre o ritmo de expansão da despesa, mas são incapazes de reverter a erosão da base de arrecadação. A estrutura econômica brasileira deslocou-se para formatos produtivos que não geram, na mesma proporção, vínculos formais e contribuições tradicionais. Persistir com o modelo vigente é prolongar um sistema fadado ao colapso orçamentário.

O Tesouro Nacional registra aumento contínuo das transferências necessárias para fechar o rombo previdenciário, comprometendo a sustentabilidade do conjunto das políticas públicas (BRASIL, 2024). Mendes e Oreiro (2023) demonstram que essa compressão orçamentária reduz drasticamente a capacidade de investimento público e prejudica o crescimento de longo prazo, gerando um ciclo de baixa produtividade, menor arrecadação e dependência crescente de emis-

sões de dívida para financiar obrigações correntes. Infraestrutura, saneamento, mobilidade, modernização administrativa e outros bens públicos essenciais são sacrificados para sustentar uma estrutura previdenciária que não dialoga mais com a economia real.

Como observa Barbosa (2020), esse deslocamento compromete o futuro do desenvolvimento nacional. A incapacidade de investir deteriora a competitividade do País, reduz sua capacidade de atrair capital produtivo, prejudica o aumento da produtividade e impede a construção das bases para crescimento sustentado.

A raiz do problema previdenciário brasileiro está no sistema jurídico-normativo que a Constituição de 1988 definiu como universal, parcialmente não contributivo e de responsabilidade geral do Estado. A seguridade social brasileira – que engloba saúde, assistência e previdência – foi estruturada como direito social garantido a toda população. Entretanto, seu financiamento permaneceu majoritariamente vinculado a contribuições incidentes sobre um modelo de mercado de trabalho em processo de evidente deterioração. A incoerência entre o desenho constitucional e a forma de financiamento atual produz inconsistências institucionais graves.

Como destacam Castro e Ribeiro (2020), a separação artificial entre orçamento fiscal e orçamento da seguridade, somada à dependência da folha, cria um arranjo que fragiliza financeiramente o próprio Estado social. Contraditoriamente, a DRU (Desvinculação de Receitas da União) desvincula receitas vinculadas e torna necessário, por outro lado, transferências recorrentes do Tesouro para o sistema subsistir.

A proposta de solução é simples: criar uma nova base de financiamento. Em outras palavras, há que se extinguir as antigas fontes de financiamento da Previdência, majoritariamente as contribuições patronais e laborais ao INSS, a Cofins e a CSLL, e substituí-las por um imposto digital (ID) incidente sobre pagamentos, com alíquota que estimamos ser de 2,5% em cada ponta da transação. Esse arranjo cria um mecanismo que se expande com a economia, acompanha a evolução tecnológica, universaliza a base de incidência e reduz drasticamente a burocracia e o litígio tributário

A virtude do imposto digital está em sua capacidade de capturar a riqueza onde ela realmente circula. Em vez de tributar uma base que se contrai, o ID tributa o fluxo de pagamentos, que cresce em base exponencial. Diferentemente da CPMF, com a qual guarda semelhança aparente, esse novo imposto não seria um adicional sobre o sistema vigente, mas substitutivo do desgastado mecanismo do financiamento previdenciário hoje existente.

Cintra (2024) enfatiza que, embora frequentemente incluída no debate como mero tributo cumulativo, a CPMF era, na verdade, a primeira experiência de tributação sobre a base total de pagamentos – e não apenas sobre operações financeiras específicas. Com o avanço dos meios digitais, essa base expandiu-se de forma extraordinária. Segundo o Banco Mundial (2022), tributos sobre pagamentos apresentam elevada capacidade arrecadatória mesmo com alíquotas reduzidas, eliminam incentivos para evasão e simplificam sistemas tributários altamente complexos.

O ID não incidiria sobre transferências interbancárias, evitando dupla tributação e distorções no sistema bancário. Incidiria apenas sobre transações entre agentes econômicos mercantis, refletindo os fluxos reais de produção, consumo e circulação de renda. A complexidade de se fiscalizar a base de pagamentos é mínima, uma vez que todas as operações são registradas em tempo real, eliminando a necessidade de auditorias custosas ou disputas judiciais intermináveis. Como observam Tafner e Giambiagi (2010), um sistema tributário eficiente deve minimizar custos de conformidade e incentivar a formalização; a folha salarial, ao contrário, penaliza justamente o elo mais importante para o desenvolvimento social: o emprego formal.

Com a eliminação da tributação sobre a folha, reduz-se um dos maiores entraves à formalização do trabalho no Brasil. A economia brasileira, altamente informal, enfrenta custos trabalhistas que criam barreiras de entrada para pequenas empresas e ampliam o diferencial entre emprego formal e ocupações informais. Ao substituir esses encargos por um ID, alivia-se o custo de contratação, estimula-se a formalização e fortalece-se a arrecadação, que passa a depender do

volume de pagamentos – e não da proporção de trabalhadores registrados. Essa mudança elimina o incentivo à terceirização artificial, à pejotização e a outras formas de evasão contributiva amplamente difundidas na economia subterrânea, incluindo o crescente crime organizado.

O impacto fiscal dessa substituição é direto. O Tesouro não teria de cobrir déficits crescentes da Previdência com outras receitas, liberando recursos para investimentos públicos. A reconstrução da capacidade de investimento do Estado é elemento central para qualquer estratégia de desenvolvimento. Sem infraestrutura adequada, logística eficiente, energia confiável, saneamento básico e modernização tecnológica, o crescimento econômico de longo prazo é inviável. Barbosa (2020) destaca que a incapacidade de investir é um dos principais fatores que explicam a baixa produtividade crônica do País. A substituição da base de financiamento previdenciário cria espaço orçamentário para que o Estado volte a exercer seu papel histórico de indutor de crescimento.

O argumento de que um imposto sobre pagamentos seria inflacionário não se sustenta quando analisado no contexto de substituição tributária. Ao eliminar encargos trabalhistas e tributos sobre produção, reduz-se o custo das empresas. O efeito líquido tende a ser menor do que o repasse decorrente da tributação sobre a folha. Estudos empíricos da experiência da CPMF mostraram que seu impacto inflacionário foi residual e amplamente compensado por baixos custos de *compliance* (CINTRA, 2024). A cumulatividade, frequentemente mencionada como crítica, perde relevância quando as alíquotas são baixas e os custos eliminados são altos. A literatura internacional confirma que a cumulatividade só produz efeitos negativos significativos quando associada a alíquotas elevadas – o que não se aplica ao caso brasileiro (OECD, 2023).

O Brasil precisa de um sistema de financiamento previdenciário que cresça com o PIB, acompanhe a evolução tecnológica e não sobrecarregue o Tesouro. A Previdência deve ser financiada por um imposto universal, estável e compatível com o mundo digital. O Imposto

Digital, estruturado sobre a base de pagamentos, é a única proposta com aderência técnica ao problema real. Ajustes paramétricos não resolverão uma equação desequilibrada por definição.

Se o País insistir no atual modelo, a Previdência continuará a deteriorar as contas públicas, levando a economia a um ciclo de estagnação permanente. Um sistema de bem-estar requer financiamento sólido, transparente e sustentável. A transição para o Imposto Digital oferece o caminho para evitar a falência fiscal e permitir que a Previdência cumpra seu papel de proteção social.

Sim, a Previdência tem jeito.

Referências

- AFONSO, Luís Eduardo; ZYLBERSTAJN, Hélio. Evolução e sustentabilidade da Previdência Social no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 69, n. 2, 2015.
- BARBOSA, Fernando de Holanda. *A dinâmica fiscal brasileira e os desafios da Previdência*. Fundação Getulio Vargas (FGV), 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatórios do Sistema de Pagamentos. Brasília, 2024.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS). Brasília, 2023.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional – Séries Históricas do Déficit Previdenciário. Brasília, 2024.
- CASTRO, Jorge Abrahão de; RIBEIRO, José Aparecido. O financiamento da Seguridade Social no Brasil. IPEA, Texto para Discussão nº 2611, 2020.
- CINTRA, Marcos. Base de financiamento da previdência social: alternativas e perspectivas. Ministério da Previdência Social, março 2003
- CINTRA, Marcos. Movimentação financeira: a base de uma nova contribuição ao INSS em substituição à folha de pagamentos. *Revista de Administração Pública (RAP)*. Vol 44. Nº 6-2010
- CINTRA, Marcos. *A movimentação financeira para custear a Previdência*. Poder 360, 10 jun. 2024.

GIAMBIAGI, Fabio. *Reformas econômicas no Brasil: o que deu certo e o que falta fazer*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

GIAMBIAGI, Fabio; AFONSO, Luís Eduardo. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

MENDES, Marcos; OREIRO, José Luís. Sustentabilidade fiscal e Previdência: simulações para o longo prazo. PUC-Rio, Working Paper nº 987, 2023.

OECD. *Pensions at a Glance 2023*. Paris: OECD Publishing, 2023.

VAROTO, Roberto; QUEIROZ, Paulo. Demografia e Previdência: projeções de gasto e impacto fiscal para 2050. *Revista de Economia Aplicada*, v. 26, n. 3, 2022.

Brasil 2030: Estratégias para o desenvolvimento sustentável

Maria Alejandra Madi¹

1. Introdução

A Agenda 2030, lançada pela Organização das Nações Unidas em 2015, estabeleceu um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas destinadas a orientar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento em escala global (ONU, 2015).

Relatórios internacionais destacam que o Brasil enfrenta desafios estruturais significativos, incluindo desigualdades persistentes, baixa produtividade e pressões ambientais (OCDE, 2023). A complexidade do quadro atual exige um reposicionamento de políticas que possam articular crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental, promovendo ações integradas e de longo prazo capazes de enfrentar simultaneamente múltiplas dimensões do desenvolvimento.

2. O Relatório Nacional Voluntário de 2024

Segundo o RNV – Relatório Nacional Voluntário de 2024, que avalia o avanço dos ODS entre 2016 e 2022 com dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), poucas metas brasileiras avançam no ritmo necessário para 2030 (Governo do Brasil, 2024). A Tabela 1 resume metas e desafios de cada ODS com base no RNV 2024 e nos diagnósticos oficiais.

1 Maria Alejandra Madi é economista formada pela USP, mestre e doutora em Economia pela Unicamp. Professora aposentada do Instituto de Economia da Unicamp. Pesquisadora do Green Economics Institute (Inglaterra). Atua como consultora e conselheira da Câmara de Comércio Brasil-Argentina (Camarbra). E-mail: alejandra_madi@yahoo.com.br

Tabela 1 – Agenda 2030: Metas e desafios dos ODS no Brasil

ODS	META	DESAFIO
1. Pobreza	Reduzir pobreza; ampliar proteção social.	Desigualdades; pobreza multidimensional.
2. Fome e Agricultura	Erradicar fome; fortalecer agricultura sustentável.	Insegurança alimentar.
3. Saúde	Reduzir mortalidade; ampliar acesso; prevenção.	Queda vacinal, financiamento.
4. Educação	Universalizar ensino; melhorar aprendizagem.	Evasão; desigualdade; falta de infraestrutura.
5. Gênero	Combater violência.	Feminicídio; desigualdade salarial.
6. Água e Saneamento	Universalização.	Falta de acesso; poluição.
7. Energia	Expandir renováveis; universalização.	Ampliar solar/eólica.
8. Trabalho e Economia	Reduzir desemprego; informalidade.	Informalidade, baixa produtividade.
9. Indústria e Inovação	Modernizar infraestrutura; incentivar P&D.	Desindustrialização e logística.
10. Desigualdades	Reduzir desigualdades sociais e territoriais.	Multidimensional.
11. Cidades	Moradia digna; mobilidade.	Déficit habitacional; infraestrutura.
12. Consumo Sustentável	Reduzir resíduos; economia circular.	Reciclagem baixa.
13. Clima	Reduzir emissões; adaptação.	Desmatamento; eventos extremos.
14. Vida na Água	Proteger ecossistemas marinhos.	Poluição; limites pesca.
15. Vida Terrestre	Proteger biodiversidade; restaurar ecossistemas.	Perda de espécies; melhora em fiscalização.
16. Instituições	Fortalecer governança, dados.	Desinformação.
17. Parcerias	Cooperação; financiamento.	Baixa coordenação.

FONTE: BASEADO EM RNV, GOVERNO DO BRASIL (2024).

A análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) revela um quadro complexo, em que avanços pontuais coexistem

com desafios estruturais históricos. Assim, a compreensão dos desafios envolve uma reflexão crítica sobre os limites e possibilidades do desenvolvimento sustentável de forma a orientar ações.

Dentre os ODS mais desafiadores, o RNV 2024 considerou: 1 (Pobreza), 2 (Fome), 6 (Saneamento), 10 (Desigualdades), 11 (Cidades Sustentáveis), 13 (Ação Climática) e 14/15 (Biodiversidade). Pode-se afirmar que eles expressam nós críticos do desenvolvimento brasileiro, cuja superação exige transformações profundas na orientação macroeconômica, na estrutura produtiva e na capacidade de investimento do Estado. Isso, por várias razões.

O ODS 10 – Redução das Desigualdades é um eixo central para o cumprimento de metas ligadas à pobreza, educação, saúde e trabalho. O ODS 1 – Erradicação da Pobreza também é crítico, dado que políticas de transferência de renda não enfrentam causas estruturais, que exigem ações integradas em educação, saúde, trabalho e desenvolvimento regional. Quanto ao ODS 2 – Fome Zero e Agricultura, o desafio é duplo: garantir segurança alimentar e promover uma agricultura sustentável, equilibrando expansão agropecuária, conservação ambiental e justiça social. Ademais, a não universalização do saneamento básico (ODS 6 – Água Potável e Saneamento) compromete a saúde pública, o desempenho educacional e a produtividade econômica, aprofundando assim desigualdades territoriais historicamente enraizadas.

Esse cenário agudiza os desafios do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, em função do déficit habitacional, da mobilidade urbana precária, de ocupações em áreas de risco e ausência de planejamento integrado. Cumprir o ODS 11 exige investimentos e uma revisão profunda das políticas urbanas, com foco em justiça territorial e adaptação climática. Nesse particular, o ODS 13 – Ação Climática coloca em questão a transição ecológica, na medida em que resistências a políticas econômicas se manifestam nos conflitos entre conservação ambiental e expansão produtiva. Por último, os ODS 14 (Vida na Água) e 15 (Vida Terrestre) completam o conjunto dos objetivos mais desafiadores, dado que a perda de biodiversida-

de, o desmatamento, a poluição e a degradação de ecossistemas são problemas que comprometem não apenas o equilíbrio ambiental, mas também atividades econômicas.

A questão central que se coloca é se o desenho das políticas atuais é compatível com a urgência e a profundidade dos desafios apontados no RNV 2024. Alguns aspectos críticos podem ser aqui considerados. Do ponto de vista social, a ampliação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e a política de aumento real do salário mínimo contribuem para mitigar a pobreza, a fome e a desigualdade no curto prazo sem promover uma transformação estrutural das condições de produção e distribuição da renda e riqueza.

No campo macroeconômico, é difícil sustentar políticas de longo prazo em educação, saúde, saneamento e infraestrutura urbana (ODS 3, 4, 6, 11) com graves desequilíbrios fiscais. Com efeito, a combinação de baixa carga de investimento público, rigidez orçamentária e política monetária contracionista limita severamente a capacidade de financiamento público para o cumprimento da Agenda 2030.

2. Uma proposta alinhada à superação dos desafios estruturais

Do ponto de vista propositivo, uma política econômica mais alinhada à superação dos desafios estruturais requer três mudanças críticas e urgentes.

Em primeiro lugar, o Brasil só conseguirá avançar no ODS 9 se construir uma estratégia produtiva de longo prazo, baseada em inovação e agregação de valor. Isso significa priorizar setores estratégicos, articular instrumentos de crédito, compras públicas, regulação e pesquisa, além de condicionar incentivos a contrapartidas para a geração de emprego. Ademais, cabe integrar universidades, centros de pesquisa e empresas em redes de inovação. Sem uma política industrial robusta, o País corre o risco de continuar exportando commodities de baixo valor agregado, perder competitividade em cadeias globais de valor, além de poder agravar os desafios dos ODS 10, 14 e 15.

A segunda mudança crítica se refere ao desenho de uma política de investimento em infraestrutura social e ambiental para enfrentar os desafios dos ODS 1, 2, 6, 11 e 13. Isso implica rever prioridades orçamentárias, além de mobilizar bancos públicos, fundos de desenvolvimento e outras formas inovadoras de financiamento. A literatura sobre desenvolvimento sustentável é clara ao demonstrar que infraestrutura social e ambiental é condição necessária para reduzir desigualdades, aumentar produtividade e fortalecer a resiliência climática (Sachs, 2015; UNDP, 2023). Assim, tal política de investimento poderia contemplar: financiamento habitacional, universalização do saneamento básico, infraestrutura urbana, além de projetos em adaptação climática.

Por último, destacamos a necessidade de uma reconfiguração profunda da política fiscal e financeira para superar os desafios associados aos ODS mais críticos. Essa reconfiguração envolve quatro eixos:

- i) **Revisão da política fiscal para viabilizar investimentos anticíclicos e de longo prazo.** Tal política deverá, assim, deixar de considerar o investimento público como um resíduo orçamentário e, de acordo com as orientações da Agenda 2030, incorporar métricas de sustentabilidade social e ambiental. Essa mudança é coerente com a literatura que defende o papel ativo do Estado no investimento estruturante (Blyth, 2013).
- ii) **Ampliação do papel dos bancos públicos como indutores de investimento social e ambiental.** Para que o Brasil possa avançar no cumprimento das metas dos ODS mais críticos, é necessário fortalecer a atuação dos bancos públicos como agentes de desenvolvimento, especialmente em áreas nas quais o financiamento provado se mostra insuficiente ou instável. Isso implica, entre outras iniciativas dos bancos públicos, expandir linhas de crédito para infraestrutura social e ambiental; financiar projetos de inovação; apoiar projetos de adaptação climática; e reduzir custos de capital para empreendimentos alinhados à Agenda 2030. Essa proposta está alinhada à visão de Mazzucato (2018), que

destaca o papel dos bancos públicos como catalisadores de inovação e transformação estrutural.

- iii) **Reorientação de subsídios e incentivos para setores alinhados à Agenda 2030.** Uma nova política financeira deve promover uma reorientação estratégica desses recursos públicos, de maneira a avançar em direção a uma economia de maior valor agregado, compatível com os ODS 9, 13, 14 e 15. Dentre outras ações, cabe ressaltar: redirecionamento de subsídios para energias renováveis e tecnologias de baixo carbono; eliminação de incentivos a atividades que degradam o meio ambiente; condicionamento de benefícios fiscais a contrapartidas de inovação, emprego e sustentabilidade; integração de critérios ESG e métricas de impacto social nas políticas de subsídios e incentivos.
- iv) **Criação de fundos garantidores e instrumentos financeiros inovadores** para mobilizar o capital privado de maneira e ampliar o financiamento de longo prazo. Entre os instrumentos possíveis, podemos citar: fundos garantidores para projetos de infraestrutura sustentável; *blended finance*, combinando recursos públicos e privados, nacionais e internacionais; fundos climáticos nacionais, articulados com mecanismos globais; títulos verdes, sociais e sustentáveis emitidos por diferentes esferas do setor público.

3. Considerações finais

Sem a definição de uma estratégia estruturante, o Brasil permanecerá reproduzindo desigualdades sociais sem conseguir avançar no ritmo necessário para cumprir os compromissos assumidos na Agenda 2030. Um novo desenho de política econômica é crucial para enfrentar os desafios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mais urgentes.

Em suma, consideramos que a redefinição de um padrão de investimento articulado às necessidades estruturais do Brasil requer uma transformação profunda na lógica de alocação de recursos públi-

cos e privados, que permita ampliar a capacidade de investimento do Estado e estimule projetos privados.

Referências

- BLYTH, M. *Austerity: The History of a Dangerous Idea*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- GOVERNO DO BRASIL. *Relatório Nacional Voluntário – Agenda 2030*. Brasília: Governo Federal, 2024.
- MAZZUCATO, M. *The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths*. London: Penguin, 2018.
- OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Economic Survey of Brazil*. Paris: OECD Publishing, 2023.
- ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. Nova York: United Nations, 2015.
- ONU MULHERES. *Relatório Anual*. Nova York: ONU Mulheres, 2023.
- SACHS, J. *The Age of Sustainable Development*. New York: Columbia University Press, 2015.
- UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Human Development Report*. Nova York: UNDP, 2023.

A Hora da Estrela: terras raras

Mônica Beraldo¹

Economia mineral é a aplicação da teoria econômica à indústria mineral, com o conhecimento da tecnologia mineral e das peculiaridades da indústria. Portanto, trata-se de uma área de conhecimento essencialmente interdisciplinar, com necessidade de capacitação de profissionais, para resultar num valioso intercâmbio de experiências. Em 1984, a Divisão de Economia Mineral – DEM, do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, do Ministério de Minas e Energia – MME, recebeu um grupo de jovens profissionais, selecionados para atuar na pesquisa e na autoria das publicações *Perfil Analítico*, *Balanço Mineral* e *Sumário Mineral*. Engenheiros de minas, engenheiros químicos, engenheiros geólogos, geólogos e economistas formaram o grupo interdisciplinar que estreou no *Sumário Mineral Brasileiro 1985*.

A publicação, que era anual, e está mantida até hoje, cuja série se iniciara em 1981, era considerada uma obra de referência, inspirada na publicação americana *Mineral Commodity Summaries (U.S. Geological Survey)*, com um conjunto de dados estatísticos retratando o desenvolvimento de dezenas de bens minerais para a conjuntura mineral brasileira: água mineral, minerais metálicos, não metálicos e gemas (nome dado ao grupo de pedras preciosas) e diamantes, con-

¹ Mônica Beraldo é bacharel em Ciências Econômicas pela AEUDF, com especialização em Engenharia Econômica (ICAT/AEUDF) e Economia Mineral (FGV/PLANFAP/MME). Economista aposentada da Agência Nacional de Mineração – ANM. Ex-presidente do Corecon/DF (2005-2006) e ex-conselheira federal do Cofecon (2020-2025). E-mail: beraldo.monica@gmail.com

a investir em todo o processo da cadeia produtiva, da mineração ao refino, dentro e fora do país. Além disso, para a transição energética do século 21, desenvolveu políticas integradas para os minerais, suas tecnologias distintas, indústria e comércio exterior.

Nos anos 1980, o Brasil tinha reservas expressivas do mineral monazita, de onde era extraído o concentrado de terras raras, que era comercializado pelas empresas estatais Nuclebrás e Nuclemon (incorporadas pela Indústrias Nucleares do Brasil – INB em 1994). A partir de 1992, o País passou a importar produtos de terras raras, em consequência do cenário instável da produção interna. Os motivos que impediram o desenvolvimento da indústria de terras raras no País se devem, principalmente, à insuficiência de tecnologia, redução dos preços no mercado internacional, falta de perfil para competir com países produtores e problemas ambientais.

Atualmente, o Brasil é uma referência e detém a segunda maior reserva de terras raras do mundo, agora também em argilas iônicas. O diferencial dessas argilas é o menor custo na produção. Em função das intempéries (ações climáticas e atmosféricas que interferem na estrutura geológica), elas não precisam ser moídas (cominuição), pois apresentam granulometria muito fina. Os impactos ambientais são muito baixos e o rejeito de argila pode ser aproveitado para fertilizantes. Suas aplicações são diversas, com destaque para três setores: *smartphones*, indústria bélica e carros elétricos. O neodímio (Nd) é o componente principal para os ímãs permanentes, que são insubstituíveis.

Com os debates sobre transição energética, minerais críticos e estratégicos e soberania nacional, o Brasil tem que ter um olhar diferenciado para o bem mineral terras raras. É a China quem domina praticamente toda a cadeia de produção – desde a mina até o ímã – e a separação das terras raras é a fase mais complexa. A tecnologia é sofisticada, cara e demorada.

Em termos econômicos, 1.000 kg de minério pode gerar 1 kg de concentrado de terras raras, que atualmente custa entre \$ 5 e 10. Para agregar mais valor, é necessário fazer a separação, pois o quilo do

óxido vale de \$ 60 a 80. Com relação ao ímã, o produto final, o quilo pode custar \$ 100 dólares.

O assunto tomou conta da mídia mundial, com disputa entre países querendo ter domínio sobre as reservas do planeta Terra. As montadoras automobilísticas dependem da China. Assim como o restante do mundo, é urgente e necessário que o Brasil estabeleça políticas e estratégias de longo prazo para integrar educação, ciência, tecnologia, indústria e mercado, específicos para as terras raras.

Em 2025, especialistas foram convidados para o debate. Por meio da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, o Senado Federal já realizou duas Audiências Públicas para tratar de dois temas: impacto econômico da mineração e beneficiamento das terras raras e regras para exportação de terras raras e fortalecimento da cadeia mineral estratégica brasileira para agregar valor à produção nacional (Projeto de Lei 2.197/2025), com participação da Agência Nacional de Mineração – ANM/Ministério de Minas e Energia; do Serviço Geológico do Brasil – SGB/Ministério de Minas e Energia; do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/Ministério da Ciência e Tecnologia; da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP; do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (SP); de empresas de mineração; e de consultores independentes.

Alguns pontos importantes citados durante as audiências e que merecem atenção, porque o Brasil pode mais por ter a segunda maior reserva de terras raras do mundo e é preciso conhecer as etapas deste processamento: Código de Mineração (Decreto Lei nº 227/1967); PL 2.195/2025; fortalecimento da Agência Nacional de Mineração e suas competências regulatórias, do Serviço Geológico do Brasil e Instituições de Pesquisa. Recomendações: Investimentos em Institutos de Pesquisa Tecnológica; governo, com políticas públicas e planejamento estratégico de longo prazo, específicos para o mineral em questão; academia, para atrair e preparar a formação técnica especializada de profissionais: engenheiros, químicos, geólogos, economistas, dentre outros; indústria e tecnologia, porque a sociedade demanda o produto final.

Referências

- LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio. *Geologia Geral*. Cia. Editora Nacional, 1978.
- PEREIRA, Eliezer Braz. *Princípios de Economia Mineral*. Plano de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – PLANFAP/Ministério das Minas e Energia. 1985.
- VIEIRA, Elbert; LINS, Fernando. *Concentração de Minérios de Terras raras*: Uma Revisão. Ministério da Ciência e Tecnologia/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Centro de Tecnologia Mineral – CETEM. 1997.
- Senado Federal. Audiências Públicas. Terras raras. Setembro de 2025 e março de 2026.
- Sumário Mineral/Terras raras. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM/MME 1985/2008.
- Sumário Mineral/Terras raras. Agência Nacional de Mineração – ANM/MME. 2025.

Educação como eixo civilizatório: inclusão social e redução da pobreza pela porta da escola

Nancy Gorgulho Braga¹

Introdução

Todo país que sonha com um futuro mais justo precisa entender uma verdade simples: o desenvolvimento não começa no PIB – começa na escola. A educação é o eixo civilizatório que organiza sociedades, amplia horizontes, estrutura a cidadania e cria pontes para que uma geração entregue à seguinte mais do que recebeu. É pela educação que se reduzem desigualdades, que identidades se constroem, que talentos florescem, que vidas se transformam.

A educação é o que permite a uma sociedade existir como projeto comum. Como argumenta Hannah Arendt (2005), educar é assumir responsabilidade pelo mundo e prepará-lo para a continuidade. Não se trata apenas de transmitir conteúdos, mas de introduzir as novas gerações na vida pública, formando cidadãos capazes de compreender, julgar e agir.

A educação, quando é de verdade, não é apenas uma política pública – é um projeto de humanidade.

Embora essa constatação seja universal, sua força se multiplica quando observamos histórias concretas: comunidades inteiras que ascenderam socialmente graças a boas escolas; famílias que mudaram de destino porque encontraram um bom professor; cidades pequenas

1 Nancy Gorgulho Braga é economista, PhD em Business Administration pela FCU – Florida Christian University (USA), empresária, consultora financeira, autora e coautora de vários livros na área de Economia. E-mail: pronancy@terra.com.br

que se tornaram centros de formação de excelência sem jamais terem grandes orçamentos, mas sempre tiveram grandes convicções.

É pela educação que se ampliam capacidades humanas fundamentais. Como argumenta Amartya Sen (2000), o verdadeiro desenvolvimento ocorre quando as pessoas expandem suas liberdades substantivas – e a educação é uma das principais condições dessa expansão.

Há caminhos que iluminam destinos individuais. Há caminhos que iluminam nações inteiras. A educação é esse caminho – o mais direto, o mais duradouro, o mais civilizatório. É pela escola que um país organiza seus sonhos, estrutura sua cidadania, reduz desigualdades e abre portas que, de outro modo, permaneceriam fechadas.

Embora pareçam grandes e abstratas, essas ideias se tornam muito concretas quando lembramos histórias reais: escolas pequenas que geraram gigantes, comunidades modestas que formaram profissionais brilhantes, cidades interioranas que fizeram da cultura e do estudo seu patrimônio mais valioso.

Foi assim em Dom Viçoso, cidade onde nasci. Foi assim em Itajubá, cidade onde vivi. É assim em cada lugar onde a educação é tratada como prioridade.

Por isso dizemos – com base na vida, e não na teoria – que a força transformadora da educação é imbatível. Porque a educação ainda é, e continua sendo, o melhor caminho.

1. Educação como eixo civilizatório

Educação é o que permite a uma sociedade existir como projeto comum. É o que torna possível discutir o mundo, intervir nele e transformá-lo. Um povo educado lê a realidade com mais nitidez, rejeita manipulações, identifica oportunidades e constrói respostas coletivas mais maduras. É ela que forma:

- a visão crítica,
- a sensibilidade cultural,
- a capacidade de diálogo,

- o respeito à diversidade,
- o senso de pertencimento.

Ela dá vocabulário para o diálogo, espinha dorsal para o pensamento crítico, repertório cultural para compreender o mundo e imaginação para transformá-lo. Nesse sentido, a escola entrega algo que vai além do conteúdo formal: ela forma capital cultural.

Pierre Bourdieu (1998) demonstra que o capital cultural – incorporado na linguagem, nos hábitos, no repertório simbólico – influencia profundamente as trajetórias sociais. A escola pode ser instrumento de reprodução das desigualdades, mas também pode ser ferramenta poderosa de superação delas.

Quando a educação é forte, a sociedade é mais madura, mais paciente, mais aberta, mais capaz de construir consenso. Quando é fraca, abre-se espaço para a intolerância, para o improviso, para a desigualdade e para a manipulação.

Por isso pode-se afirmar que a educação é um eixo civilizatório: porque sem ela não há civilização – apenas sobrevivência –, porque ela não se limita a ensinar conteúdos – ela ensina a viver.

Quando um país coloca a educação no centro, ele reorganiza prioridades. É como alinhar a bússola moral de uma nação. A escola se torna o lugar onde se aprende a conviver, a ouvir, a discordar com respeito, a organizar o pensamento, a exercitar a curiosidade e a assumir responsabilidades. Por isso, países que avançam – independentemente de cultura, idioma ou regime político – têm algo em comum: decidiram que a escola vem primeiro.

Curiosamente, alguns exemplos mais poderosos dessa tese não vêm de grandes centros, mas justamente das cidades pequenas, onde a educação estruturada, exigente e afetiva se tornou a espinha dorsal de comunidades inteiras.

Quando olhamos para histórias concretas, esse poder fica claríssimo. Afinal, uma sala de aula pode ser pequena, mas seu alcance é gigantesco.

2. Uma história que confirma a tese: Dom Viçoso e a força de um primário bem-feito

Nasci e fui criada numa cidadezinha de Minas Gerais chamada Dom Viçoso. Minha mãe, Dona Zuzu (Maria de Jesus Gorgulho Chaves), era a diretora da escola e, como toda grande educadora, ela era firme, exigente e dedicada. Era rígida – como eram os bons educadores da época –, mas sobretudo comprometida. Ela acreditava que o primário precisava dar às crianças a base que lhes sustentaria pela vida inteira. Assim foi.

Hoje sabemos, inclusive do ponto de vista científico, que essa base inicial é determinante. Pesquisas de James Heckman (2006) demonstram que investimentos nas fases iniciais da educação geram os maiores retornos sociais e econômicos ao longo da vida, influenciando renda, estabilidade profissional e autonomia.

A escola era simples, mas muito séria e sua missão era profunda: formar e formar bem. Não havia atalhos nem improvisos. Havia disciplina, leitura, tabuada, ditado, redação, cuidado e rigor. Havia um olhar humano e uma cobrança firme – a combinação que faz a diferença na vida de toda criança. Os frutos desse rigor floresceram com o tempo.

Os resultados não demoraram para aparecer.

Todas as crianças e meus colegas que estudaram o primário em Dom Viçoso naquele período foram bem-sucedidos – e “bem-sucedidos” aqui, não no sentido superficial, mas no sentido profundo: cada um encontrou caminhos duradouros, profissões dignas, estabilidade, capacidade de continuar aprendendo.

Alguns ex-alunos tornaram-se médicos; outros seguiram para o ITA, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, alguns lá se tornaram professores; outros foram estudar no Rio de Janeiro; muitos ingressaram em carreiras públicas. Todos, sem exceção, carregavam uma formação sólida e seguiram com segurança, porque receberam uma base que sustentou seus trajetos; uma base que não permitia tropeçar no restante do caminho.

A lição é evidente e poderosa: é cristalina.

Uma escola de qualidade no início da vida, no curso fundamental é a mais democrática e eficaz das políticas públicas, porque entrega às crianças algo que jamais se perde: o que ninguém pode tirar – uma base educacional firme e sólida.

Dom Viçoso é prova viva de que a educação transforma não apenas indivíduos, mas gerações inteiras. Aquele pequeno curso primário, naquela pequena cidade, é prova viva de que o lugar não define o futuro – a educação, sim.

3. De Dom Viçoso a Itajubá: educação como identidade coletiva

Depois, quando eu já estava com 14 anos, minha família mudou-se para Itajubá, também em Minas Gerais, outra cidade cuja identidade é inseparável da cultura do estudo e marcada pela força da educação. Ali, estudar não era exceção nem virtude – era quase um modo de existir. Era uma cidade onde a cultura e a educação eram parte do ar. Ali, aprender não era um fardo – era um valor coletivo.

Estudos internacionais confirmam que não é apenas o tempo de escolaridade que importa, mas a qualidade da aprendizagem. Hanushek e Woessmann (2007) demonstram que o domínio real de competências – leitura, matemática, raciocínio – é o fator que mais impacta o crescimento econômico sustentável.

Itajubá parecia intuitivamente compreender isso.

No ginásio e no científico (da época), havia exigência forte, profissionalizante, com professores preparados, ambiente de estudo, espírito comunitário e uma comunidade envolvida, que respeitava a escola. Também havia algo mais raro: o entendimento tácito de que quem desejasse estudar teria todas as condições. Ali se dizia, com naturalidade: “Em Itajubá, não estuda quem não quer”.

Itajubá havia se consolidado como um polo de formação técnica, cultural e profissionalizante. Uma cidade onde se crescia cercado de exemplos de dedicação. Uma comunidade que respeitava professo-

res, valorizava bibliotecas, incentivava concursos, estimulava leitura e admirava quem buscava conhecimento.

Não era arrogância – era constatação –, porque a cidade oferecia ambiente, estrutura, incentivo, expectativa. Quando a comunidade inteira valoriza o estudo, ou seja, quando a educação se torna valor cultural, cria-se um ecossistema de oportunidade.

Esses dois mundos – Dom Viçoso e Itajubá – revelam algo essencial: quando a educação é prioridade, o tamanho da cidade deixa de importar; o que importa é o tamanho do compromisso. Esse ambiente formador é um contraponto à realidade de muitas regiões do País onde a escola ainda luta para se manter de pé. Em Itajubá, a educação não era apenas infraestrutura – era identidade.

Quando uma cidade inteira abraça a educação como valor, ela se torna civilizatória na prática. Gera coesão social, diminui a desigualdade, reduz a violência, aumenta a empregabilidade, cria expectativas de futuro e estimula trajetórias profissionais que ultrapassam gerações.

Dom Viçoso e Itajubá, cada uma a seu modo, são microcosmos do que o Brasil poderia ser se tratasse a educação como prioridade absoluta.

4. Educação e inclusão social: a escola como o primeiro degrau para a cidadania

Observa-se que a educação é o instrumento mais poderoso e eficaz de inclusão social já inventado pela humanidade. Cada ano a mais de estudo amplia renda, reduz vulnerabilidade, fortalece autonomia. No Brasil, desigualdades históricas só podem ser enfrentadas estruturalmente pela ampliação do acesso à educação de qualidade.

Reiterando o que argumenta Amartya Sen (2000), desenvolvimento não é apenas crescimento econômico, mas expansão de capacidades – e a escola é o principal meio de expansão dessas capacidades. Mais do que isso: a escola oferece capital simbólico, que é tão poderoso quanto o capital financeiro. Ela entrega vocabulário, repertório,

autoestima, capacidade de argumentação, leitura crítica de mundo, linguagem. Ela dá às crianças a consciência de que são capazes, de que pertencem, de que podem chegar longe.

O capital cultural – incorporado na linguagem, nos hábitos e no repertório – influencia diretamente as trajetórias sociais, muitas vezes definindo quem terá acesso às melhores oportunidades, como demonstra Pierre Bourdieu (1998).

No Brasil, acredito que é pela educação que:

- se amplia o acesso ao mercado de trabalho,
- se reduz o ciclo intergeracional da pobreza,
- se democratizam oportunidades,
- se combate a exclusão racial e regional.

Educação transforma porque estrutura vidas. Ela rompe ciclos de pobreza, amplia horizontes, produz autonomia e dignidade, promove a inclusão. Se quisermos falar de inclusão de fato – não apenas de discurso – precisamos olhar para três pilares:

4.1. Primeira infância: onde tudo começa

É o momento em que a criança desenvolve linguagem, convivência, coordenação, curiosidade. A primeira infância é decisiva. James Heckman (2006) demonstra que, quanto mais cedo se investe, maiores serão os retornos sociais.

Quanto mais cedo a criança aprende – linguagem, convivência, coordenação, estímulo – maior será sua capacidade cognitiva adiante e maiores, os retornos sociais. Creches e pré-escolas de qualidade são o maior acelerador social silencioso que um país pode ter. São uma arma silenciosa contra as desigualdades.

Diversos estudos mostram que investimentos na primeira infância geram retornos sociais superiores a qualquer outra fase educacional. Heckman (2006) demonstra que o desenvolvimento precoce de habilidades cognitivas e socioemocionais impacta diretamente renda futura, empregabilidade e estabilidade social.

4.2. Ensino fundamental forte

Creio que este é o coração do processo educacional. Sem um fundamental sólido, todo o restante se fragiliza. Dom Viçoso é o exemplo perfeito e prova concreta disso: um primário bem-feito gerou uma geração inteira de profissionais que mudaram suas próprias vidas, criou cidadãos capazes de trilhar qualquer caminho e que contribuíram com o País.

Penso que aqui mora o segredo.

4.3. O ensino médio conectado ao mundo real

O jovem precisa enxergar propósito, ver caminhos, vislumbrar futuros possíveis. Quando a escola dialoga com o mercado, com a ciência, com a cultura, com a tecnologia e com o mundo profissional, esse diálogo se torna ponte para a vida adulta – e não obstáculo ou um corredor vazio.

Educação é inclusão porque redistribui capacidades, não apenas renda.

5. Como a educação reduz a pobreza – e por que ela ainda é o melhor caminho

Todos os estudos internacionais apontam: o maior determinante de ascensão social em longo prazo é o nível educacional e não só dos indivíduos: das famílias, das comunidades e das regiões.

Esses estudos internacionais reiteram que a educação tem impacto direto na redução da pobreza e que a qualidade educacional está diretamente associada ao crescimento econômico sustentável. Pesquisas de Hanushek e Woessmann (2007) mostram que não é apenas o tempo de escolaridade que importa, mas a aprendizagem efetiva – isto é, o domínio real de competências.

Organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, reforçam que países que investem consistentemente na qualidade da educação reduzem desigualdades intergeracionais. Porém, além da estatística, há

algo mais definitivo: a vida real das pessoas. A educação gera mobilidade porque:

- melhora a produtividade,
- aumenta salários,
- reduz a informalidade,
- amplia a empregabilidade,
- fortalece as instituições,
- cria cidadania consciente,
- transforma trajetórias familiares,
- fortalece a democracia,
- quebra padrões de desigualdade,
- rompe ciclos de exclusão.

Não existe política pública mais contínua, mais barata e mais eficaz do que garantir boas escolas desde o primário.

Dom Viçoso, com sua escola pública rigorosa e formadora, é um laboratório real dessa tese. Seus ex-alunos saíram para o mundo com uma base que lhes permitiu conquistar profissões de excelência. Itajubá, com sua cultura local de estudo consistente, mostra que comunidades inteiras prosperam quando valorizam a escola.

A lição é simples, porém profunda: a pobreza não é um destino – é um fenômeno que se enfrenta com livros, professores, rigor e afeto.

Nada disso acontece por decreto. Acontece por décadas de sala de aula, de professores comprometidos, de famílias que acreditam, de comunidades que valorizam a escola.

A pobreza não é apenas falta de renda – é falta de acesso, de repertório, de oportunidades, de horizontes – e a escola oferece exatamente esses quatro pilares.

Por isso dizemos, com segurança e experiência acumulada: a educação ainda é – e continuará sendo – o melhor caminho para reduzir desigualdades e construir um país forte.

6. O país que podemos ser: a força transformadora da educação

Se o Brasil decidisse fazer pela educação o que fez por alguns setores econômicos, ou seja, se decidisse tratar a educação como prioridade absoluta, teríamos condições de viver uma transformação profunda e termos outra nação em duas gerações. Não há milagre – há decisão política. Essa mudança passa por:

- valorização real do professor, com salário digno e formação continuada;
- infraestrutura adequada, para que a escola seja um espaço de dignidade;
- currículo moderno, que dialogue com o mundo contemporâneo;
- combate às desigualdades regionais, para que a geografia não defina o destino;
- avaliação séria, que permita corrigir rumos;
- foco no ensino fundamental;
- gestão eficiente, que faça cada real valer;
- responsabilidade e continuidade.

Porém, acima de tudo, passa por uma convicção coletiva: acreditar que educação não é gasto – é investimento civilizatório. Investimentos civilizatórios mudam o país de baixo para cima, como aconteceu com aquela pequena escola de Dom Viçoso e com tantas famílias que floresceram graças ao que aprenderam ali. Quando vemos os resultados de Dom Viçoso e de Itajubá, percebemos que essa convicção não é utopia: é possibilidade concreta.

Como lembra Arendt, cada geração recebe o mundo e tem o dever de renová-lo. Essa renovação começa na escola.

Conclusão

A educação é, ao mesmo tempo, a raiz e o fruto da civilização. É ela que nos prepara para compreender o mundo e, quando necessário, para reescrevê-lo. A educação tem uma força transformadora

que atravessa gerações. É o caminho mais seguro, mais ético, mais democrático e mais eficiente para construir um país mais justo. Essa verdade está escrita não apenas em livros, mas na vida concreta das pessoas.

Histórias como a da escola de Dom Viçoso, liderada por Dona Zuzu, com rigor e amor, mostram que pequenas comunidades podem gerar gigantes, e cidades, como Itajubá, que abraçam a educação como vocação, revelam que o ambiente cultural é um fertilizante de destinos.

Dom Viçoso mostrou o poder de um primário rigoroso.

Itajubá mostrou o poder de uma cultura que valoriza o estudo.

O Brasil mostra, todos os dias, que ainda há muito a fazer – mas também há reservas enormes de talento, capacidade e vontade.

O País será maior no dia em que entender que a escola não é apenas o lugar onde se aprende a ler e a escrever, mas onde se formam cidadãos capazes de construir um país mais justo, mais inclusivo e mais humano.

A teoria confirma o que a experiência já ensinou: educação expande capacidades (Sen), forma capital cultural (Bourdieu), exige compromisso ético (Freire), produz retornos sociais duradouros (Heckman) e sustenta crescimento econômico (Hanushek).

A educação transforma.

É a ferramenta mais poderosa contra a pobreza.

É o alicerce sobre o qual se constrói tudo o que vale a pena sustentar.

Como mostra minha própria história: quando a educação é bem-feita desde cedo – em qualquer cidade, por menor que seja –, ela transforma vidas para sempre.

Sim: a educação transforma.

Sim: educação é o eixo civilizatório que nos organiza como sociedade.

Ao final, quando se pode afirmar que a educação constitui o verdadeiro eixo civilizatório, não se trata de metáfora retórica, mas de evidência concreta. Basta observar o caso recente da cientista brasileira Dra. Tatiana Coelho de Sampaio, responsável por desenvolver tecnologia (pela descoberta da molécula polilaminina), que possibilita que pacientes tetraplégicos retomem movimentos e, em alguns casos, voltem a andar – um avanço que sintetiza décadas de formação científica, investimento em pesquisa e acumulação institucional de conhecimento. Trata-se de um feito que ultrapassa o campo biomédico: é um marco civilizatório.

Contudo, o fato de essa inovação não ter recebido o respaldo necessário para o adequado registro e patenteamento internacional, em razão da ausência de apoio governamental consistente, revela uma contradição estrutural: produzimos excelência, mas falhamos em protegê-la e projetá-la globalmente. Esse descompasso evidencia que educação e ciência não sobrevivem apenas da genialidade individual: dependem de política pública estável, financiamento contínuo e visão estratégica de Estado. Uma nação que não sustenta suas próprias descobertas compromete não apenas sua competitividade, mas sua própria soberania intelectual. Educação, portanto, não é gasto – é infraestrutura civilizacional – e onde ela não é prioridade permanente, o futuro torna-se contingente.

Pelo exposto acima, evidencia-se que a educação ainda é, e continuará sendo, o melhor caminho para um país melhor, para um Brasil grande, justo e civilizado.

Um Brasil que pode mais. Muito mais.

Referências

- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HANUSHEK, Eric A.; WOESSMANN, Ludger. The role of education quality in economic growth. World Bank Policy Research Working Paper, 2007.

OECD. *Education at a Glance*. Paris: OECD Publishing, edições recentes.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNESCO. Relatório Global de Monitoramento da Educação. Paris: UNESCO, edições recentes.

O Brasil pode mais na Educação

Odilson Gomes Braz Júnior¹

O austríaco Stefan Zweig fugiu da Segunda Guerra Mundial para o Brasil e, encantado com a harmonia e abundância de recursos, em 1941 escreveu o livro *Brasil, Um País do Futuro*. O nome do livro se tornaria um mantra otimista, voltado a valorizar uma nação em desenvolvimento, sugerindo calma e perseverança. Ou até mesmo fé! Ao final da Introdução de sua obra, Zweig assevera a energia do otimismo com o Brasil: “Por isso na existência do Brasil, cuja vontade está dirigida unicamente para um desenvolvimento pacífico, repousa uma das nossas melhores esperanças de uma futura civilização e pacificação do nosso mundo devastado pelo ódio e pela loucura”.

Porém, o ufanismo poético não podia ser observado na realidade brasileira. Zweig enxergou um futuro em que o País estaria desenvolvido, com tecnologia, sem favelas e menores desigualdades sociais, áreas da sociedade brasileira em que esse futuro parecia não chegar nunca.

Passados 85 anos da obra de Zweig, pode-se observar, em aproximação realista e sem grandes esforços, que o futuro, como antecipado pelo autor, não só ainda não chegou, como parece estar distante. Ano após ano a contradição entre o ufanismo poético e a realidade nacional fizeram com que o mantra passasse a ter também um cunho irônico, de crítica à lentidão do desenvolvimento.

1 Odilson Gomes Braz Júnior é economista, especialista em Análise Econômica e mestre em Desenvolvimento Regional. Foi secretário de Finanças de São José dos Campos (SP). E-mail: junior_braz@terra.com.br

Em visita ao Brasil em 1994, a ex-primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher afirmou que “O Brasil é o país do futuro, mas, para tanto, é preciso decidir que o ‘futuro’ é amanhã. E, como bem sabem, isso significa que as decisões difíceis têm que ser tomadas hoje”. Para ser realmente o “País do Futuro”, o Brasil terá que poder mais! As medidas nesse sentido são imediatas.

Por meio da análise de dados obtidos principalmente junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), o presente texto identifica a educação como um dos pilares do desenvolvimento, capaz de alavancar a qualidade do capital humano nacional, promovendo os avanços necessários. Uma nação com tecnologia, moradia digna e qualidade de vida deverá dedicar-se à qualidade de sua educação – e não apenas à quantidade. Tendo como ponto de partida a realidade brasileira antes da Constituição, passa pelas alterações introduzidas pela Carta Magna e suas consequências, finalizando com uma quebra de paradigma para se buscar o salto de qualidade necessário.

O Brasil caminha para os 40 anos da promulgação da Constituição de 1988 e se, por um lado, ela trouxe significativos avanços, por outro, acabou por deixar implícitos dois paradigmas na sociedade brasileira: o de que o crescimento econômico é o principal eixo de evidência do desenvolvimento e o de que maiores investimentos financeiros garantem, por si só, melhores resultados. A ruptura de ambos é imprescindível para que se tenham avanços qualitativos na educação. Segundo Joseph Schumpeter, as mudanças na economia se dão por meio de mudanças revolucionárias. Sem exageros, a ruptura desses paradigmas tem o potencial para tanto.

Desenvolvimento

A definição do significado da palavra *desenvolvimento* em dicionários direciona para o conceito implícito de movimento. Para se desenvolver é preciso sair de determinado ponto e atingir outro. De maneira geral, associado a crescimento e evolução, desenvolvimento espelha a dinâmica da variação do crescimento. Em termos sociais, no Brasil, desenvolvimento está demasiadamente associado

ao crescimento econômico, sendo praticamente sua definição única, como se fossem sinônimos.

Contudo, Schumpeter analisa o desenvolvimento como um todo social indivisível e deve então ser estudado e analisado sob múltiplos pontos de vista: econômico, social, cultural e ambiental. A qualidade de vida de uma população é o principal indicador do grau de desenvolvimento dessa sociedade. Dessa forma, sob os múltiplos pontos de vista, o desenvolvimento se apresenta com três características que compõem o todo social. Desenvolvimento é multidimensional, heterogêneo e assíncrono.

É multidimensional, pois, além da dimensão econômica, a vida humana tem sua dimensão social em movimento, assim como suas dimensões cultural, ambiental e política. Adicionalmente, cada uma dessas dimensões pode ser subdividida em outras. As dimensões do desenvolvimento se interrelacionam como causa e efeito umas das outras. Desenvolvimento social influencia desenvolvimento cultural que, por sua vez, influencia, e até chega a definir, o desenvolvimento político de uma sociedade.

A heterogeneidade do desenvolvimento é evidenciada ao se observarem as diferentes formas pelas quais as sociedades evoluem. As dimensões sociais, culturais, políticas e ambientais têm processos próprios de evolução que caracterizam seu desenvolvimento. Cada país ou região tem ainda, dentro de sua territorialidade, características específicas que definem e direcionam seu desenvolvimento – sendo a multidimensionalidade e a heterogeneidade elementos intrínsecos a esses processos. As múltiplas dimensões do desenvolvimento ocorrem de maneira diferente em cada região, caracterizando sua heterogeneidade. A heterogeneidade é observada também com a inserção de inovações existentes em outros lugares, mas inéditas no local da análise.

O desenvolvimento é assíncrono na assimetria temporal do desenvolvimento de cada dimensão e em cada local. A busca por maior qualidade de vida varia conforme a sociedade. O que é prioridade para uma nação não necessariamente o é para outra. A Pirâmide de

Maslow, adaptada do indivíduo para a sociedade, não terá que necessariamente seguir a mesma ordem. Ou seja, as diferenças culturais, políticas e tecnológicas criam ambientes onde cada sociedade irá definir seu desenvolvimento e em que tempo. Assim, observa-se que as dimensões do desenvolvimento evoluem em tempos diferentes, sendo que, em cada sociedade, esse tempo será relativizado.

Os paradigmas da gestão pública

O Estado Social e Democrático, consolidado no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, atribuiu aos cidadãos, por meio do artigo 6º, direitos sociais como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, além de assistência aos desamparados. Esses direitos configuram obrigações do Estado perante os cidadãos, resultando em estruturas de gestão pública progressivamente mais complexas. Os investimentos e despesas com serviços públicos correspondem a aproximadamente 40% do Produto Interno Bruto brasileiro.

O aparato administrativo estatal tornou-se o principal agente econômico do País. As despesas relacionadas a pessoal, consumo de materiais, infraestrutura, políticas sociais e demais requisitos para cumprimento do artigo 6º da Constituição destacam a política fiscal e a eficiência administrativa como temas centrais de discussão.

No Brasil e globalmente, a administração pública tende a adotar práticas tradicionalistas, priorizando o atendimento das exigências mínimas estabelecidas pela legislação na alocação de recursos e relegando a eficiência a um papel secundário.

A Constituição Federal, em seu artigo 212, determina a aplicação compulsória de porcentagens das receitas dos entes federativos em educação – 18% para a União e 25% para estados e municípios. A obrigatoriedade de investimentos mínimos, contudo, não assegura resultados proporcionais nos serviços ofertados nem a qualidade adequada.

Na administração pública, a ampliação dos investimentos financeiros e humanos é frequentemente considerada solução para desafios

de desenvolvimento, correlacionando-se diretamente ao crescimento econômico. Em cenários de escassez de recursos, alternativas viáveis consistem na modernização da gestão pública, envolvendo implementação de novos serviços e abordagens inovadoras de administração.

Não é raro observar os gestores públicos demonstrarem a ênfase de seu governo em determinado assunto demonstrando o valor investido, como se os processos de desenvolvimento fossem máquinas que funcionassem com a inserção de recursos. De maneira geral, enfrentamentos conceituais raramente são vistos. Ainda de maneira geral, as narrativas “do mais” são comumente aplicadas para demonstrar o sucesso: mais escolas construídas, mais vagas nas creches, mais professores contratados, bem como o aumento de salários de forma vegetativa. Ou seja, o crescimento da rede de ensino comprovaria o compromisso com o desenvolvimento da educação e a aplicação cada vez maior de recursos financeiros confirmaria o compromisso.

Essa é uma postura anacrônica que tem respaldo em praticamente todo o ecossistema que circunda a educação. Gestores públicos querem deixar sua marca e superar seus adversários ou os gestores que o antecederam. Sindicatos focam suas conquistas em aumento de salários e benefícios, com pouca ou nenhuma ênfase em qualificação profissional. Empresas e organizações buscam participar do processo da educação ao oferecer serviços e produtos que soam muito bem como marketing de gestão, mas muitas vezes são supérfluos e de baixo impacto no desenvolvimento educacional.

A expansão – de 1960 a 1980

Não é raro ouvirmos das pessoas que frequentaram escolas públicas em períodos que antecedem os anos da década de 1970 um saudosismo de um período em que a educação pública brasileira tinha um ótimo nível e preparava seus alunos para o mundo profissional ou para ingressarem nas melhores universidades públicas no País. “No meu tempo a escola pública era melhor que qualquer particular. Para entrar no científico, era preciso ser aprovado em vestibular!”. O ensino público brasileiro era referência de qualidade em todas os seus

níveis. Escolas particulares eram vistas como última alternativa de alunos com dificuldades de aprendizagem ou comportamental – e, claro, oriundos de famílias com alto poder aquisitivo.

Na outra ponta havia a valorização profissional. Professores eram referências que muitas vezes permaneciam por vários anos lecionando a mesma matéria na mesma escola, criando forte vínculo com a comunidade local, valorizados e respeitados como parte relevante da sociedade brasileira à época. Os diretores das escolas eram respeitados como autoridade. A expulsão de uma escola pública era motivo de vergonha para a família. A autoridade do diretor se assemelhava à dos delegados de polícia, tal a magnitude de sua função social. Sua posição social era tão relevante quanto a dos delegados, juizes, oficiais militares, gerentes de banco, dentre outras carreiras de alto reconhecimento social. Porém, essa qualidade elevada atendia uma pequena parcela urbana da população, evidenciando seu elitismo. As transformações em curso no País nesse período tiveram impacto gigantesco na habilidade do Estado em prestar serviços públicos de educação.

Um dado que evidencia a pouca abrangência da educação no período é o percentual de analfabetismo no País. Em 1960, cerca de 40% da população era analfabeta. Nível alarmante para uma nação! Os avanços não são desprezíveis, mas o percentual caiu para 33% na década de 1970 e para 25% nos anos de 1980. Mesmo com esse avanço, o País era massivamente analfabeto, dada a lentidão do avanço.

O Brasil desse período era um país em franco crescimento econômico, com elevado crescimento populacional e forte êxodo rural. Um país eminentemente agrário estava se transformando em uma nação urbanamente adensada. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1940 a população urbana brasileira correspondia a 30%. Já em 1960, o êxodo rural elevava a população urbana a cerca de 60% do total, culminando com cerca de 90% atualmente – mudança bastante significativa, que exigiu mudança no foco da política educacional.

O sistema escolar nacional não estava preparado para tamanha alteração demográfica. O êxodo rural evidenciou o elitismo urbano

do modelo anterior, trazendo às cidades pessoas desqualificadas para o mercado de trabalho e analfabetas em grande parte. Os problemas sociais que advêm desse processo estão presentes até hoje.

Em 1971, foi sancionada a Lei nº 5.692/71, que reestruturou o sistema educacional, com foco na educação básica e secundária. Estabeleceu a obrigatoriedade do ensino por oito anos e enfatizou o foco vocacional para o segundo grau. Outro efeito da Lei foi o incentivo ao ensino privado, que viria a desempenhar relevante papel. A Lei nº 5.692/71 vigorou até 1996 quando foi substituída pela Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O número de matrículas no País triplicou entre as décadas de 1960 e 1980 – de 7 para 22 milhões. Uma forte expansão da oferta, mas ainda com pouca qualidade evidenciada pela baixa permanência e alta repetência. O sistema educacional brasileiro passava por um processo de massificação, que visava atender quantitativamente ao crescimento populacional que se somava ao forte adensamento urbano. Contudo, o desenvolvimento de professores e profissionais da educação não foi suficiente para acompanhar o crescimento quantitativo mantendo o nível de qualidade, ocasionando ensino primário incompleto para grande parte da população, baixa transição para os níveis mais altos do ensino, altas taxas de evasão e uma forte desigualdade regional.

A educação não era a principal dimensão a ser desenvolvida naquele período. O foco estava em crescimento econômico por meio de industrialização e investimentos em infraestrutura. Os gastos com educação variaram de 2,5% do PIB em 1960 para 3% em 1970. Nível baixo para padrões internacionais, mas típicos de países em industrialização – crescimento econômico primeiro, capital humano, depois.

Consolidação do modelo quantitativo – de 1990 a 2020

A partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a aplicação compulsória de porcentagens das receitas dos entes federativos em educação – 18% para a União e 25% para estados e municípios – exerce forte papel na ampliação da estrutura da rede de ensino. Os gastos com educação dobraram em 40 anos, saltando dos 3% do

PIB na década de 1970 para 6% na década de 2010. Em termos reais, o gasto por aluno aumentou significativamente.

Também a criação de marcos institucionais relevantes, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), vigente entre 1996 e 2006, e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), instituído em 2007 e em vigor. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu a ambiciosa meta de gastos em educação em 10% do PIB.

O aumento nos gastos com a educação trouxe ganhos significativos como a redução do analfabetismo para 6%, com forte ênfase na população de idosos e nas regiões Norte e Nordeste, denotando a persistência da desigualdade regional. A universalização do ensino fundamental está próxima dos 100%, mas ainda incompleta no ensino médio. Houve redução da evasão escolar no ensino fundamental, mas ela ainda persiste no ensino médio.

O Brasil não gasta pouco, gasta mal. Gasta com má distribuição e baixa eficiência. O gasto total do País segue os padrões de gastos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas o resultado comparativo fica bem abaixo da média. Os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) de 2022 mostram que 73% dos estudantes brasileiros não atingiram o nível básico de proficiência em matemática. Em leitura, 50% não conseguem entender a ideia central de um texto.

Há uma sólida argumentação indicando que, em termos per capita, o Brasil gasta, em dólares, bem abaixo da média dos países da OCDE – quase quatro vezes menos –, e que essa diferença seria a principal causa da disparidade nos resultados do PISA, ou seja, repisando a tese de aumento de gasto gerar automaticamente ganho de qualidade.

Primeiramente, essa comparação deveria ser feita levando em consideração a paridade do poder de compra da moeda e não apenas adotar o dólar como referência, o que causa uma forte distorção. Em segundo lugar, dados do INEP derrubam a tese de quanto maior o gasto, maior o desempenho.

Criado em 2007 pelo INEP, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mede a qualidade do ensino no Brasil, bem como estabelece as metas educacionais.

Tabela 1 – Relação entre o IDEB esperado e o IDEB médio

ANO	IDEB MÉDIO	IDEB MÉDIO ESPERADO	GAP	GASTO POR ALUNO
2005	3.4	3.4	100%	800
2010	3.6	4.1	114%	1500
2015	3.7	5.1	138%	2500
2020	3.9	6.1	156%	3500
2024	4.3	7.1	165%	4500

A Tabela 1 traz a coluna GAP, que apresenta a relação entre o IDEB esperado e o IDEB médio. Quanto maior o GAP, menor a eficiência. Os dados do INEP trazem, então, fortes evidências da desconexão entre mais investimentos e melhores resultados.

A Tabela 2 apresenta os cinco estados com maior IDEB e os cinco estados com maior FUNDEB per capita. Dos estados com maior IDEB, nenhum figura entre os cinco com maiores FUNDEB per capita e, dos cinco estados com maior FUNDEB per capita, nenhum figura entre os cinco com maior IDEB.

**Tabela 2 – FUNDEB per capta e IDEB médio
(estados selecionados)**

ESTADO	FUNDEB PER CAPITA	IDEB MÉDIO
Paraná	610.44	5.70
Goiás	500.21	5.53
Espírito Santo	448.56	5.47
São Paulo	546.77	5.47
Ceará	306.90	5.47
Amapá	1,320.59	4.37
Acre	1,290.23	4.87
Roraima	1,175.69	4.43
Distrito Federal	999.68	5.20
Rondônia	911.58	4.87

Ambas as tabelas demonstram a desconexão direta entre gasto e desempenho, permitindo inferir que as políticas de educação focaram o acesso e não a aprendizagem. A carreira dos docentes tem baixo incentivo alinhado a desempenho. A prestação de contas quanto aos resultados é praticamente inexistente. Planos de salários são chamados, equivocadamente, de planos de carreira. O incremento do investimento público em educação proporcionou avanços significativos em termos de acesso e alfabetização. No entanto, os efeitos sobre a qualidade do ensino, particularmente no nível secundário, permaneceram restritos, em razão de questões relacionadas à eficiência, governança e estrutura institucional.

Conclusão: o Brasil pode mais

O Brasil encontra-se em uma janela de oportunidade para o aumento da eficiência na educação, em decorrência do efeito demográfico: o crescimento populacional está desacelerando e a população está envelhecendo. Combinados, esses fatores estão reduzindo o número de alunos matriculados: de 55 milhões em 2005 para 47 milhões em 2023. Ou seja, temos uma espécie de “Bônus Demográfico Educacional”. Esse bônus tem causado um aumento estrutural per capita, principalmente em gastos e na relação professor/aluno. Se o desafio do século passado foi expandir e garantir o acesso, o desafio atual é melhorar a qualidade do ensino. É preciso aproveitar essa janela!

O desenvolvimento do País já passou pela dimensão do crescimento, mas agora o gargalo está na formação de capital humano, que tem como base a educação. Não serão obtidos novos resultados por meio da ampliação das mesmas políticas expansionistas de cerca de 50 anos atrás. É nítida a assincronia e a heterogeneidade do desenvolvimento brasileiro. Para o Brasil poder mais, os paradigmas da educação precisarão ser quebrados.

A obrigatoriedade de gastos de pelo menos 25% da receita tem se mostrado ineficiente em termos qualitativos. A redução do número de matrículas fará com que os gastos per capita sejam cada vez maiores, porém, sem um plano focado em qualidade, corre-se o risco de desperdício de recursos com programas supérfluos e ineficazes.

O professor James Heckman, da Universidade de Chicago, publicou estudos com fortes evidências de eficácia muito maior oriunda de investimento em educação nos primeiros anos de vida. Investir na fase realmente inicial – de zero a cinco anos, principalmente em crianças socialmente vulneráveis, apresenta ganhos muito maiores nas demais etapas da vida. A Curva de Heckman, como ficou consagrada sua teoria, demonstra os ganhos futuros desses investimentos nas idades iniciais, indicando que começar ao redor de três ou cinco anos tende a não ter os mesmos resultados. Uma alteração dessa magnitude nos limites legais de obrigatoriedade de gastos poderia trazer ganhos futuros para a formação de capital humano no Brasil.

Não há educação sem professores! O salto de qualidade que o Brasil precisa depende da qualidade de nossos professores. Como fazer com que tenham o prestígio de outros tempos? Limitar a satisfação profissional a aumento de salário é limitar o desejo humano por satisfação.

A carreira docente deve ser atraente, de forma que os jovens que ingressarem no mercado de trabalho com vontade e vocação de lecionar encontrem uma carreira tão promissora e respeitada como a engenharia, o direito, a economia e a medicina. Que os vestibulares das faculdades de formação docente sejam tão concorridos quanto os das carreiras citadas.

O universo que envolve a educação certamente fará forte oposição a mudanças qualitativas no desenvolvimento profissional dos docentes e ainda mais forte para alterações na política de obrigação de gastos mínimos, como a resistência observada recentemente. Para o Brasil poder mais serão necessárias vontade política e coragem para quebrar os paradigmas citados.

Não é simples e nem fácil – mas é preciso.

O Brasil pode mais!

A importância da atuação dos tribunais de contas na gestão eficiente e responsável dos recursos públicos

Paulo Brasil Corrêa de Mello¹

A medida que venho propor-vos é a criação de um Tribunal de Contas, corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura que, colocado em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional, sem risco de converter-se em instituição de ornato aparatoso e inútil.

[...] Não basta julgar a administração, denunciar o excesso cometido, colber a exorbitância ou a prevaricação, para os punir. Circunscrita a esses limites, essa função tutelar dos dinheiros públicos será muitas vezes inútil, por omissa. tardia ou impotente. Convém levantar entre o poder que autoriza periodicamente a despesa e o poder que quotidianamente a executa um mediador independente, auxiliar de um e de outro, que, comunicando com a legislatura e intervindo na administração, seja não só o vigia como a mão forte da primeira sobre a segunda, obstando a perpetuação das infrações orçamentárias por um veto oportuno aos atos do executivo, que direta ou indiretamente, próxima ou remotamente, discrepem da linha rigorosa das leis de finanças.

Rui Barbosa

Exposição de motivos do Decreto nº 966-A,
de 7 de novembro de 1890, referente à criação do
Primeiro Tribunal de Contas do Brasil.

1 Paulo Brasil Corrêa de Mello é economista, contador e advogado. Especialista em Orçamento, Finanças e Auditoria Pública. E-mail: paulo.brasilcmello@gmail.com

Introdução

Ao aceitar o convite do Instituto de Inteligência Econômica – IIE para colaborar com o livro *O Brasil pode mais. Muito mais...*, optei por tratar de um assunto ao qual estou intimamente ligado pessoal, profissional e academicamente, de enorme relevância e relacionado tanto com a ciência econômica quanto com a qualidade de vida do cidadão: a importância dos tribunais de contas na fiscalização quanto à probidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão dos recursos públicos.

Na abertura deste texto, reproduzi o trecho da Exposição de Motivos de autoria do insigne Rui Barbosa. Perceberemos a grandiosa importância, não só jurídica, mas econômica, dos princípios relacionados à legalidade, probidade e transparência dos gastos públicos, assim como a responsabilidade do uso devido dos recursos públicos. Não somente nos preocupa a correta aplicação, mas também os resultados que afetam diretamente a qualidade de vida do cidadão, resultando em uma sociedade mais justa e influenciando nos fatores fundamentais do crescimento econômico e aumento da produtividade.

Diante dessa introdução, é evidente que o presente texto se encaixa no tema “O Brasil pode mais”, considerando que essa atuação seja implementada corretamente, sem nuances políticas e ideológicas que atrapalhem, de maneira que os resultados sejam extremamente positivos.

História e surgimento das cortes de contas públicas

Este tema tem aspectos jurídicos e institucionais que merecem ser destacados, mormente com relação à história e o surgimento do controle dos recursos públicos.

Desde a Antiguidade, existem registros de iniciativas de controle da administração pública. Essa preocupação remonta a períodos anteriores à era medieval, principalmente em civilizações mais organizadas, onde existia preocupação com os regramentos e o bem-estar da sociedade.

As primeiras manifestações deram-se por volta de três mil anos antes de Cristo, no Egito, na Índia (Código de Manu), na Pérsia, na Fenícia e nos escritos romanos de Cícero e Plínio. Posteriormente, temos registros na França, com o surgimento da “Chambre de Comp-tes”, e, na Inglaterra, onde surgiu o “Exchequer”, composto de senhores feudais que separavam as operações de contabilidade daquelas referentes ao administrativo judiciário.

Tais iniciativas eram acometidas de maiores ou menores intensidades, dependendo do estado democrático e de cada momento da história da humanidade.

Criação do tribunal de contas no Brasil

Três modelos influenciaram a formação dos tribunais de contas no Brasil: o italiano, o belga e o francês. O início da preocupação com o controle do gasto público no Brasil está associado à chegada da família real portuguesa, quando o Brasil deixou oficialmente de ser uma colônia, ganhando maior autonomia política e administrativa. Diversos foram os momentos e tentativas de criação da Corte de Contas, sempre questionado por gestores que não se sentiam à vontade de prestar contas.

A ideia surgiu em 1826 com o “Tribunal de Revisão de Contas”, mas a implantação definitiva ocorreu somente em 1891 por iniciativa de Rui Barbosa. A Constituição de 1988 consagrou plenamente a competência do tribunal de contas, outorgando-lhe poder para exercer efetivamente suas funções.

Jurisdição e competência dos tribunais de contas da União, dos estados e dos municípios

No Brasil, o controle de contas na esfera federal cabe ao Tribunal de Contas da União e, em âmbito estadual e municipal, aos tribunais de contas estaduais, como instâncias máximas de parecer ou julgamento das contas dos respectivos governos.

Os tribunais de contas existem nos estados, no Distrito Federal e em apenas dois municípios (São Paulo e Rio de Janeiro), e obedecem

às mesmas normas estabelecidas para o Tribunal de Contas da União no tocante à organização, à composição e à fiscalização.

Quanto à competência

Dentro do elenco das diversas de atribuições que a Constituição reserva ao TCU, e as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas Municipais, destacam-se:

- apreciar, mediante parecer prévio, as contas prestadas anualmente pelo chefe do Poder Executivo em cada esfera;
- julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos, e daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;
- apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões;
- realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nos órgãos e entidades sob sua jurisdição;
- fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo ente federado mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a estado, ao Distrito Federal ou a município;
- acompanhar a arrecadação da receita da União e das entidades da administração indireta;
- aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, multa proporcional ao dano causado ao erário, além de outras sanções previstas em lei.

Outras atribuições relevantes têm sido atribuídas por leis infra-constitucionais aos tribunais de contas. Entre elas destacam-se:

- fiscalização das privatizações das empresas, com o objetivo de examinar e acompanhar, concomitantemente, todas as fases do respectivo processo;

- controle das declarações de bens e rendas das autoridades e servidores públicos;
- apreciação dos contratos de gestão, de modo a permitir uma avaliação quantitativa e qualitativa do desempenho e do cumprimento das metas pactuadas.

Não obstante as competências e atribuições destacadas, os tribunais de contas, cada um em sua esfera e jurisdição, têm se ajustado a novas demandas decorrentes de novos modelos de gestão principalmente quanto à Parceria Público-Privada, a nova legislação relativa aos procedimentos licitatórios, a informatização dos processos, assim como uma crescente preocupação com demais assuntos relacionados a atendimento à população e pautas sociais.

Importância e obrigatoriedade da boa gestão dos recursos públicos

A gestão dos recursos públicos exige competência, aplicação que gere resultados e responsabilidade. Diferentemente do que se pensa, os recursos pertencem a toda a sociedade. A correta destinação reverte-se em bem-estar social: sistemas de ensino e serviços de saúde, segurança e infraestrutura repercutem na produtividade de uma nação.

O Poder Público deve planejar, orçar e executar seu orçamento objetivando atender à sociedade. As despesas e os investimentos devem ser feitos com responsabilidade, visando à otimização dos recursos provenientes da receita pública (tributos), os quais devem ser despendidos por meio de devido processo legal licitatório, sem fraudes. São os tribunais de contas que zelam pela fiscalização, controle e apuração desses gastos.

A escassez e a aplicação de recursos com responsabilidade

Sendo a economia a ciência da escassez, a aplicação dos recursos é fundamental para uma gestão proativa. Não é difícil perceber que os recursos são escassos diante da alta demanda imposta pela sociedade. O descaso com o equilíbrio das contas públicas, com ex-

cesso de gastos frente à arrecadação, interfere diretamente na economia como um todo.

Recentemente, a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Plano Real demonstraram que esse equilíbrio resulta em melhora na qualidade de vida do cidadão. Entretanto, a irresponsabilidade para encontrar caminhos que desviem dessa proposta, como brechas na execução do orçamento, impedem resultados almejados.

O fortalecimento dos tribunais de contas, em conjunto com o Ministério Público de Contas, é fundamental. O desequilíbrio fiscal interfere na definição da taxa básica de juros, impedindo investimentos em setores produtivos.

A importância do equilíbrio das contas públicas e seu efeito na economia

Desde o início do Império existe um descaso com relação ao equilíbrio das contas públicas, com excesso de gastos frente à arrecadação de tributos e demais receitas. Esta situação não se auge tão somente pelas diversas demandas da sociedade, mas também pelo mau uso destes recursos.

Situações como políticas equivocadas, gastos desnecessários autorizados legalmente e processos licitatórios e contratos questionáveis interferem diretamente na economia como um todo, seja por resultados muito aquém do que se espera, seja pelo acúmulo de déficits públicos e aumento do endividamento.

Recentemente, com a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, os resultados decorrentes do controle do gasto público, da otimização dos recursos, demonstraram na prática que esse equilíbrio resulta em melhora na economia e na qualidade de vida do cidadão.

A todo momento nos deparamos com propostas vindas do próprio Poder Legislativo de minimização desse controle, objetivando a liberdade de autorização de despesas, aumento de permissão e emendas parlamentares sem a devida justificativa e apresentação dos recursos para cobertura – tudo isso em um jogo de poder político e de troca de interesses.

Não obstante, os diversos instrumentos de controle da gestão pública, tais quais sistemas de monitoramento da execução, emissão de alertas por parte dos tribunais de contas e a possibilidade de rejeição de contas, impedem essa prática deplorável de mau uso dos recursos públicos. O fortalecimento e as ações dos tribunais de contas, em conjunto com os recém-criados Ministérios Público de Contas, são fundamentais para resultados positivos na economia.

Atualmente a preocupação com a relação dívida *versus* PIB nos assombra a todo momento. Os técnicos dos tribunais apontam esta situação constantemente. Esse desequilíbrio e a necessidade, a todo instante, de aumento de recursos interferem diretamente na economia e na definição da taxa básica de juros. O resultado é a maior taxa de juros do mundo, impedindo assim investimentos em setores produtivos, que estão associados diretamente à oferta de empregos, à competitividade e ao crescimento econômico.

Nesse sentido, os tribunais de contas têm função primordial, não somente de verificação da legalidade e formalidade do gasto público, mas, hoje, está acrescida da verificação de indicadores econômicos, os quais são avaliados e que são fundamentais na identificação de uma gestão proba e eficiente.

No meu entendimento, e de muitos outros economistas, os tribunais de contas têm papel extremamente relevante quanto ao controle e até como alerta relacionado à gestão de recursos públicos. Cada vez mais, os aspectos e princípios econômicos se associam aos fatores contábeis e jurídicos na verificação das contas públicas.

O princípio fundamental da transparência dos gastos públicos

Cabe ao gestor público zelar pela transparência; aos tribunais de contas, sua verificação. A transparência está relacionada não só à legalidade, mas à credibilidade e à segurança jurídica que abrem as portas para investimentos internos e externos. O investidor no setor produtivo garante à economia o crescimento sustentável e recorrente.

O efeito quanto à credibilidade, confiança e segurança judicial e econômica no desenvolvimento de uma nação

Na mesma esteira do que foi registrado, a credibilidade, a confiança e a segurança jurídica e econômica são fundamentais no desenvolvimento. Considerando que o tema desta obra está relacionado à expressão “O Brasil pode mais”, essa credibilidade e confiança vêm a ser extremamente importantes em termos de investimento para o setor produtivo e consequente crescimento econômico.

Existe um enorme mercado de capital em busca de investimento que garanta rentabilidade com risco calculado e com grau de certeza de confiança e credibilidade.

A obrigatoriedade quanto ao respeito das normas jurídicas e legislação competente

Embora pareça desnecessário, nunca é demais lembrar que a obrigatoriedade e o respeito às normas jurídicas são essenciais em relação aos princípios constitucionais ou à legislação infraconstitucional. Nesse sentido, não só os indicadores econômicos são importantes, como também um mercado que tenha regras claras, que sejam seguidas e respeitadas, sempre terá preferência sobre mercados em que a insegurança reside.

O impacto direto na qualidade de vida e bem-estar do cidadão

A atuação efetiva dos tribunais de contas está intimamente relacionada à melhoria de qualidade de vida. O tripé educação, saúde e segurança é incontestável. Um sistema de saúde bem gerenciado permite mão de obra saudável e aumento de produtividade. A questão educacional tem relação direta com a qualidade da mão de obra. Infraestrutura, transporte e saneamento também são competências do setor público cujo resultado positivo da aplicação correta dos recursos tende a ser efetivo.

Principais pontos relacionados ao aumento de produtividade e crescimento econômico

- Melhor qualidade de vida e saúde da população.
- Segurança jurídica e patrimonial da sociedade.
- Melhoria na qualidade do ensino e qualificação profissional.
- Otimização da utilização dos recursos arrecadados.
- Resposta e justificativa à elevada carga tributária.

Objetivos quanto à economia global, aumento de produtividade e competitividade

Um dos principais questionamentos quanto à economia do Brasil diante dos demais mercados está relacionada à necessidade do aumento de produtividade e consequente competitividade. Nesse sentido, a atuação dos tribunais de contas se torna fundamental.

É preciso que tenhamos credibilidade, que estejamos preparados para um mercado global altamente competitivo – e os exemplos estão à nossa frente. Como exemplo, políticas públicas e econômicas implantadas na Coreia do Sul e China demonstram a importância da qualidade de vida e da educação no desenvolvimento profissional.

Não se pode desperdiçar recursos públicos com segmentos tão importantes como o sistema educacional público, infraestrutura, saneamento, saúde pública e segurança. O desperdício e a má gestão dos recursos públicos impedem que o País esteja preparado para essa competitividade.

Propostas de alteração na atuação e aumento da credibilidade dos tribunais de contas

Quanto à atuação dos tribunais de contas, entendo ser interessante reforçar uma atuação mais incisiva quanto aos aspectos econômicos, os quais têm grande relevância e não somente aos de natureza contábil e jurídica, que envolvem a aplicação dos recursos públicos.

Não obstante a competência da atuação do fisco quanto à receita pública, seja na esfera federal, estadual ou municipal, e embora os

tribunais de contas acompanhem a correta contabilização quanto à arrecadação dos tributos, assim como o comprometimento e as ações relativas ao recebimento e controle da dívida ativa e tenha informação quanto aos dados comparativos da arrecadação, entendendo que esta atuação ainda é tímida.

O acompanhamento e a manifestação quanto ao correto e devido recebimento de receitas é fundamental para a gestão pública, inclusive questionamento quanto à eficácia dessa arrecadação, impedindo, assim, desvios de conduta da fiscalização.

Outro ponto relevante e que chama a atenção é a composição do corpo de ministros e/ou conselheiros, os quais são empossados obedecendo a uma regra de transição, de indicações políticas, isto é, a substituição do ministro e/ou conselheiro tem se mostrado uma queda de braço política, exercida entre os poderes Executivo, Legislativo, Ministério Público e dos próprios tribunais.

Apesar de ser amplamente divulgado que os critérios para a ocupação da vaga estão relacionados à competência, notório conhecimento e reputação ilibada, as nomeações têm se apresentado como uma negociata política e troca de favores. Essa situação seria minimizada se o mais alto posto da carreira nos tribunais de contas fosse alçado entre os representantes do corpo técnico de cada casa, os quais seriam tecnicamente avaliados por meio de provas e títulos entre os diversos auditores da casa.

Conclusão

Em apenas uma linha, “O Brasil pode mais”, pois tem potencial para alcançar um patamar elevado, desde a gestão pública dos recursos gerenciados e aplicados de maneira séria, competente e definitivamente proba.

O quarto país desenvolvido, democrático e continental será o Brasil ao longo do século XXI

Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior¹

Considerações iniciais

Ao longo da história da economia mundial, poucos países conseguiram reunir simultaneamente escala territorial continental, população de alta renda, abundância de recursos naturais, instituições democráticas estáveis e capacidade de inserção internacional soberana. Entre eles, destacam-se três países desenvolvidos, democráticos e continentais: o Canadá, os Estados Unidos da América e a Austrália.

O Brasil, por sua vez, já reúne praticamente todos esses atributos estruturais, embora ainda não tenha alcançado plenamente o status de país desenvolvido. É um país emergente de escala continental, uma nação de renda média, que reúne condições objetivas singulares para se tornar o quarto país desenvolvido, democrático e continental do mundo ao longo do século XXI, desde que supere entraves históricos e consolide um projeto nacional de desenvolvimento de longo prazo, orientado por produtividade, educação, saúde, ciência, tecnologia, infraestrutura logística (portos, ferrovias, aeroportos e estradas) e comércio exterior (com mais exportações de produtos industrializados).

Este texto busca contribuir para a construção de um futuro melhor para o Brasil, atualmente a décima primeira maior economia do mundo em termos de Produto Interno Bruto (PIB) nominal, mas

1 Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior é economista. conselheiro do Corecon-PB, membro do Fórum Celso Furtado de Desenvolvimento e colunista no Portal North News, em Toronto. E-mail: paulogalvaojr@gmail.com

que, paradoxalmente, permanece entre as nações mais desiguais do Grupo dos Vinte (G20), conforme evidenciado por seu elevado Coeficiente de Gini.

Principais indicadores do Canadá, Estados Unidos, Austrália e Brasil na atualidade

Entre os países desenvolvidos, democráticos e dotados de vastos territórios, destacam-se Canadá, Estados Unidos e Austrália. Os dois primeiros localizam-se no continente americano, mais precisamente na América do Norte, enquanto o terceiro situa-se na Oceania.

Esses três países lograram combinar escala territorial, estabilidade institucional, elevada renda per capita e democracias consolidadas, transformando suas dimensões geográficas em vantagem econômica e estratégica, seja no Novo Mundo, seja no Novíssimo Mundo.

Vale destacar que o Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial, atrás de Rússia, Canadá, China e Estados Unidos. Trata-se de uma nação de escala continental, com expressiva população, abundância de recursos naturais e mercado interno relevante.

O Brasil integra o conjunto de países classificados como democracias, inserindo-se no seleto grupo das grandes nações que adotam regimes democráticos no cenário internacional, caracterizando-se pela realização periódica de eleições diretas, pela vigência do Estado Democrático de Direito, pela separação entre os três poderes e pelo reconhecimento formal dos direitos humanos.

Essa combinação de dimensão territorial, regime democrático e diversidade econômica confere ao Brasil um posicionamento singular na economia internacional, reforçando seu potencial para alcançar, ao longo do século XXI, um patamar de desenvolvimento compatível com sua escala e com suas possibilidades históricas em relação ao Canadá, aos Estados Unidos e à Austrália, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Principais indicadores na atualidade de Canadá, Estados Unidos, Brasil e Austrália

Indicador	Canadá	EUA	Brasil	Austrália
Área territorial (milhões de km ²)	9,984	9,371	8,510	7,692
População (milhões de habitantes)	41,6	333,3	213,4	27,1
Densidade demográfica (hab./km ²)	4	34	24	3
PIB nominal (US\$ trilhões)	2,28	30,61	2,25	1,82
PIB per capita (US\$)	47.569	81.630	10.673	65.946
IDH	0,939	0,938	0,786	0,958
Esperança de vida ao nascer (anos)	82,6	79,3	75,8	83,9
Índice de Gini	31,0	39,4	53,4	44,9

FONTE: FMI, BANCO MUNDIAL E PNUD.

Os dados comparativos internacionais do Quadro 1 indicam que o território do Brasil é inferior ao do Canadá e dos Estados Unidos, e superior ao da Austrália; sua população é maior que a do Canadá e da Austrália, e menor do que a dos Estados Unidos; seu PIB nominal no ano de 2025 é significativamente inferior ao dos Estados Unidos, ligeiramente inferior ao do Canadá e superior ao da Austrália; e sua densidade demográfica situa-se em patamar superior à do Canadá e da Austrália, porém inferior à dos Estados Unidos, o que sugere espaço econômico e territorial ainda disponível para expansão produtiva e integração logística.

Apesar dessas vantagens relativas de escala, o Brasil apresenta PIB per capita substancialmente menor que o dos três países desenvolvidos analisados, refletindo baixa produtividade do trabalhador. Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil permanece distante dos padrões observados na Austrália, no Canadá e nos Estados Unidos. Os três países são de IDH muito alto, enquanto o Brasil é de IDH alto no ano de 2023, revelando deficiências estruturais em educação, renda e saúde.

A esperança de vida ao nascer reforça esse diagnóstico do IDH brasileiro, ao evidenciar desempenhos menos favoráveis no sistema de saúde e nas condições de vida da população. Nesse indicador de saúde, o Brasil apresenta uma expectativa de vida ao nascer significati-

vamente inferior à observada em países como Austrália e Canadá, além de situar-se ligeiramente abaixo da registrada nos Estados Unidos.

Contudo, o indicador mais crítico é o Índice de Gini, no qual o Brasil apresenta nível de desigualdade significativamente superior ao dos países comparados, confirmando que o principal entrave ao desenvolvimento brasileiro não é a falta de recursos, renda e riqueza, mas a incapacidade histórica de distribuí-los de forma eficiente e equitativa.

A comparação internacional demonstra que o desafio central do Brasil não reside na dimensão territorial, no tamanho do mercado ou na disponibilidade de fatores produtivos, mas na qualidade das instituições democráticas, na produtividade do trabalhador e na capacidade de transformar crescimento em desenvolvimento. A diferença fundamental entre o Brasil e os três países analisados não reside nos fatores físicos, mas na capacidade de converter vantagens comparativas em vantagens competitivas sustentáveis no Novo Mundo.

Neste sentido, Canadá, Estados Unidos e Austrália demonstram que países intensivos em recursos naturais podem ser plenamente desenvolvidos desde que combinem: i) Estado eficiente e previsível; ii) educação de alta qualidade; iii) inovação tecnológica contínua; iv) integração comercial estratégica; e v) estabilidade institucional.

O Canadá, os Estados Unidos e a Austrália fazem parte do G20 desde 1999 e da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) desde 1989. A APEC é um relevante fórum regional multilateral criado para a cooperação econômica entre os 21 países integrantes e com sede em Singapura.

A economista italiana Mariana Mazzucato (2025) ressalta o papel do Estado empreendedor como vetor fundamental para a geração de avanços tecnológicos. Para o Brasil, que aspira integrar o seleto grupo de países desenvolvidos, dimensão continental e regime democrático, o fortalecimento do papel estratégico do Estado na promoção da inovação tecnológica constitui um elemento decisivo para consolidar o desenvolvimento.

Os três principais concorrentes do Brasil: Rússia, China e Índia

A comparação entre nações emergentes, como a Rússia, a China, a Índia e o Brasil, revela que esses países compartilham grande escala territorial e peso demográfico, mas apresentam trajetórias distintas quanto à industrialização, à governança, à integração do espaço nacional e à sustentabilidade institucional, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Principais indicadores da Rússia, China, Brasil e Índia na atualidade

Indicador	Rússia	China	Brasil	Índia
Área territorial (milhões de km ²)	17,124	9,596	8,510	3,287
População (milhões de hab.)	144,5	1.411	213,4	1.429
Densidade demográfica (hab./km ²)	9	140	24	414
PIB nominal (US\$ trilhões)	2,54	19,39	2,25	4,12
PIB per capita (US\$)	7.742	12.990	10.673	2.191
IDH	0,832	0,797	0,786	0,685
Esperança de vida ao nascer (anos)	73,2	78,0	75,8	72,0
Índice de Gini	42,3	46,7	53,4	35,7

FONTES: FMI, BANCO MUNDIAL E PNUD.

Os dados comparativos globais do Quadro 2 indicam que o território brasileiro é significativamente inferior ao da Rússia, menor do que o da China e substancialmente superior ao da Índia, o que confirma sua condição de país de escala continental intermediária entre as grandes potências emergentes. Em termos populacionais, o Brasil apresenta população bem inferior à da China e da Índia, mas superior à da Rússia.

A densidade demográfica brasileira situa-se em patamar consideravelmente inferior ao da China e, sobretudo, da Índia, e superior à da Rússia, o que indica maior disponibilidade relativa de espaço econômico e menor pressão populacional sobre infraestrutura, recursos naturais e serviços públicos, criando condições potenciais mais favoráveis para planejamento territorial e expansão produtiva em território brasileiro.

No que se refere ao PIB nominal, em 2025 a economia brasileira apresentou dimensão semelhante à da Rússia (com forte valorização do rublo em relação ao dólar americano), significativamente inferior à da China e inferior à da Índia. O PIB per capita brasileiro supera o da Rússia e, de forma expressiva, o da Índia, mas permanece inferior ao da China, refletindo nível intermediário de produtividade do trabalhador.

O IDH do Brasil é inferior ao da Rússia e ao da China, embora bem superior ao da Índia. A Rússia tem IDH muito alto, enquanto China e Brasil têm IDH alto. Já a Índia tem IDH médio, conforme os dados de 2023 do PNUD.

Segundo a mesma fonte, o Brasil apresenta expectativa de vida ao nascer superior à da Rússia e da Índia. Entretanto, permanece abaixo da China, que registra o melhor resultado entre os quatro países e se destaca por ganhos sustentados em saúde pública e redução da mortalidade infantil. A Índia apresenta a menor esperança de vida ao nascer e apresenta sérios problemas de saneamento básico.

O Coeficiente de Gini alto revela que o Brasil é o país mais desigual entre os quatro emergentes analisados, confirmando que a elevada desigualdade de renda constitui um dos principais entraves estruturais ao seu desenvolvimento. O Índice de Gini do Brasil é de 53,4, logo, bem superior aos Coeficientes de Gini da China (46,7), Rússia (42,3) e Índia (35,7).

O economista Celso Furtado (1920-2004), em seu último livro, *Em busca de um novo modelo*, refletiu criticamente sobre os rumos do Brasil no início do século XXI (2002, p. 15):

O Brasil é um dos poucos países que dispõem de nível de renda per capita e de grau de urbanização suficientes para, em prazo relativamente curto, erradicar a fome e a miséria. Nosso maior problema – o da pobreza – tem solução se adotarmos uma política adequada. Vontade e ação política: é disso que necessitamos.

Vale destacar também que cerca de 70% dos brasileiros que trabalham ganham até dois salários mínimos (SMs) por mês, segundo o

Censo Demográfico 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, enfrentam, ao mesmo tempo, 95 tributos vigentes no País, que são cobrados de pessoas físicas e jurídicas.

A comparação internacional demonstra que o Brasil ocupa posição intermediária entre Rússia, China e Índia em termos de escala, renda per capita e bem-estar social, combinando vantagens estruturais relevantes com fragilidades institucionais e distributivas. Essa configuração reforça a tese de que o desafio brasileiro não é de ordem física ou demográfica, mas de produtividade do trabalhador e de governança.

A Índia, embora muito populosa, não integra o grupo de seis países efetivamente continentais, dado seu território relativamente menor. Apresenta altíssima densidade populacional e profundas desigualdades sociais e regionais, além de uma parcela de 2,3% da população em situação de pobreza extrema. De acordo com o Banco Mundial, 33 milhões de pessoas no país asiático vivem com renda inferior a US\$ 2,15 por dia.

O Brasil, a Rússia, a China e a Índia integram simultaneamente o G20 e o BRICS (em inglês, *Brazil, Russia, India, China, and South Africa*), grupo econômico formado em 2006 e atualmente composto por dez países-membros. Considerado o principal fórum de cooperação econômica do Sul Global, o BRICS realizou sua primeira cúpula em 16 de junho de 2009, na cidade de Ecaterimburgo, na Rússia, e sua última, na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, entre 6 e 7 de julho de 2025.

O Brasil é o único entre os quatro países que combina escala continental com democracia

No Brasil, a forte dependência do modal rodoviário e a baixa densidade da malha ferroviária elevam os custos logísticos. Com a guerra no Oriente Médio, o preço do barril de petróleo do tipo Brent vem subindo no mercado internacional, encarecendo o transporte de mercadorias por caminhões e de pessoas, por ônibus, carros e motos.

O País é reconhecido mundialmente como uma potência agrícola, energética e ambiental, com grande relevância na produção e exportação global de alimentos. É o maior exportador mundial de soja, café, açúcar, suco de laranja concentrado e congelado, carne bovina, carne de frango, algodão, celulose e tabaco.

Por outro lado, a forma de organização política influencia diretamente a capacidade de coordenação econômica e territorial. Por exemplo, a Rússia opera sob um regime autoritário centralizado, o que facilita as decisões rápidas e a integração territorial, mas limita a diversificação produtiva; além disso, já são mais de quatro anos da invasão russa ao território ucraniano.

A China, governada por um regime de partido único, demonstrou elevada capacidade de planejamento e execução, integrando território e cadeias produtivas em escala inédita. Contudo, esse modelo de economia socialista de mercado enfrenta limites crescentes, associados a envelhecimento populacional, restrições ambientais e tensões geopolíticas com os Estados Unidos, após a guerra comercial iniciada pelo presidente americano Donald Trump.

A Índia é reconhecida como a maior democracia do mundo em termos populacionais. Embora democrática, apresenta elevada fragmentação institucional, o que dificulta a coordenação de políticas industriais e de infraestrutura em escala nacional.

É preciso enfatizar também que o Brasil é o único entre os quatro que combina escala continental com democracia consolidada, oferecendo maior sustentabilidade institucional no longo prazo. Porém, precisa superar o alto Índice de Gini.

A China enfrenta um acelerado processo de envelhecimento populacional; a Rússia lida com um persistente declínio demográfico; e a Índia, embora apresente expressivo crescimento populacional e forte crescimento econômico, encontra dificuldades estruturais para converter quantidade em capital humano altamente produtivo.

Apesar de se encontrar em estágio avançado de transição demográfica, o Brasil ainda dispõe de uma janela estratégica de oportuni-

de para elevar a produtividade de seu trabalhador, desde que implemente políticas públicas consistentes e voltadas ao fortalecimento da educação e da saúde de qualidade, ao estímulo à ciência, à inovação tecnológica e à qualificação da força de trabalho.

Ressalta-se que a China consolidou a mais ampla base industrial e exportadora do mundo; a Rússia especializou-se em energia (petróleo e gás natural) e defesa; a Índia avança em serviços, em especial, Tecnologia da Informação (TI), *startups* e satélites.

O Brasil, apesar do processo de desindustrialização registrado desde meados da década de 1980, dispõe de importantes vantagens comparativas e estruturais que o credenciam a exercer um papel relevante na condução da transição agroindustrial, energética e ambiental em escala global ao longo do século XXI.

Considerações finais

Diante do exposto, constata-se que a existência de um extenso território e de vastos recursos naturais somente se converte em condição de país de alta renda e de desenvolvimento humano muito elevado quando esses fatores estão articulados a instituições democráticas sólidas.

A China e a Rússia avançaram economicamente sob modelos autoritários que apresentam limites estruturais crescentes. A Índia cresce em escala e democraticamente, mas ainda precisa transformar quantidade em qualidade.

O Brasil, ao contrário, possui a rara combinação de escala continental, democracia e abundância de recursos naturais, condição decisiva para um desenvolvimento sustentável. É precisar revelar que o País tem o maior reservatório de água doce do mundo, o Sistema Aquífero Grande Amazônia (SAGA), e a segunda maior reserva de terras raras do planeta, atrás apenas da China.

O País continua sendo um dos países mais desiguais do planeta e precisa confiar em si mesmo e assumir a responsabilidade de definir, de forma soberana, os rumos de seu próprio desenvolvimento,

orientando-se para a construção de uma nação dotada de uma economia avançada e de IDH muito elevado. Para tanto, é fundamental elevar a produtividade do trabalho, reduzir as desigualdades sociais e regionais, investir de maneira consistente em educação e saúde de qualidade, agronegócio, turismo, energia limpa (solar, eólica, biomassa, maremotriz, undimotriz e hidrogênio verde), terras raras, ciência e tecnologia, além de aprimorar o ambiente de negócios verdes e sustentáveis, como carros elétricos, tratores elétricos e motos elétricas.

Diante dessas condições objetivas, o país sul-americano reúne os elementos necessários para se afirmar, ao longo do século XXI, como uma das quatro nações desenvolvidas, democráticas e continentais do mundo, ao lado do Canadá, dos Estados Unidos e da Austrália. Assim, não se trata de ufanismo, mas de realismo estratégico: o Brasil pode mais.

Referências

- BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators*. January 19, 2026. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 4 fev. 2026.
- FMI. *World Economic Outlook Databases*. Disponível em: <https://www.imf.org/en/publications/weo>. Acesso em: 5 fev. 2026.
- FURTADO, Celso. *Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- IBGE. *Censo demográfico 2022*. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 mar. 2026.
- MAZZUCATO, Mariana. *O estado empreendedor*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2025.
- PNUD. *Human Development Report 2025*. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2025reportpt.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2026.

Por uma distribuição de renda socialmente justa

Reinaldo Cesar Cafeo¹

1. Introdução

Ao longo da história econômica brasileira, a tônica no tocante à eliminação das desigualdades sociais e à consequente melhoria na distribuição de renda da população foi a “teoria do bolo” – uma metáfora para defender a ideia de que o país deve primeiro focar em aumentar a riqueza nacional (o crescimento do PIB) para, somente em um segundo momento, realizar a distribuição de renda entre a população. No Brasil, essa tese ficou famosa durante o período do “milagre econômico” (1968-1973). O argumento dessa teoria é que não é possível distribuir o que ainda não foi produzido e, portanto, o foco inicial deve ser o investimento e a eficiência produtiva.

Na argumentação do tema, aceita-se que, na fase inicial de desenvolvimento, a renda pode se concentrar nas mãos de quem tem capital para investir, sob a premissa de que os benefícios “transbordarão” para o restante da sociedade no futuro. É a máxima de que é preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo.

O que se viu, na prática, é que o Brasil cresceu economicamente com taxas de dois dígitos naquele período, mas a desigualdade social aumentou significativamente, gerando uma forte concentração

1 Reinaldo Cesar Cafeo é graduado em Economia e Contábeis, doutor em Agronomia, mestre em Comunicação; especialista em Engenharia Econômica; professor convidado da Fundação Dom Cabral e da FEA-USP; presidente vitalício da Associação Comercial e Industrial de Bauru; consultor empresarial. E-mail: reinaldo@cafeo.com.br

de renda, que não foi “dividida” como sugeria a metáfora. Modernamente, o que é sugerido é que o aumento da renda dos mais pobres impulsiona o crescimento do Produto Interno Bruto e a concentração da renda no topo da pirâmide populacional não é capaz de fomentar a economia.

Neste texto serão levantadas reflexões sobre o tema e sobre quais são os caminhos para que, além do crescimento econômico, da geração de emprego, do controle inflacionário, o País possa efetivamente eliminar as desigualdades sociais com uma distribuição de renda justa.

2. Crescimento econômico x desenvolvimento econômico

O crescimento econômico, segundo o *Manual de economia* da equipe de professores da Universidade de São Paulo, pode ser definido como “um processo por meio do qual a renda per capita de uma sociedade se eleva positivamente”. Além disso, ele permite avanços significativos na oferta de bens públicos e privados, criando um ciclo de oportunidades e prosperidade.

Ainda segundo o *Manual de economia*, o desenvolvimento econômico “pressupõe que, paralelamente ao primeiro processo (*crescimento econômico*, grifo do autor), a maior parte da população dessa sociedade seja a principal beneficiária das mudanças em andamento”. Isso se reflete na melhoria da qualidade de vida das pessoas e, portanto, criar condições para que a economia cresça é uma primeira etapa, mas a busca efetiva é pelo desenvolvimento econômico.

3. As medidas da concentração de renda

A economia, como ciência social, busca, na inter-relação com outras ciências, a mensuração dos dados econômicos, permitindo, muito além da estatística, efetuar a análise e indicar soluções para os graves problemas sociais, entre outras finalidades. No tocante a medir o quanto a riqueza está concentrada ou distribuída em uma sociedade, existem algumas medidas, como, por exemplo, o Índice de Gini.

3.1. Índice de Gini

Corrado Gini (1884-1965), estatístico, desenvolveu a medida de concentração de renda, conhecida como *Índice de Gini*. Ele estabeleceu uma escala que varia de 0 (igualdade total) a 1 (desigualdade máxima) e, assim, resume a desigualdade de toda a pirâmide social em um único número.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil apresentou níveis elevados de concentração de renda. Na década de 1960, o Índice de Gini variou entre 0,50 e 0,53, quando a economia brasileira era considerada rural e com nível elevado de concentração. Mesmo na década de 1970, com o advento do “milagre econômico”, a concentração não cedeu: o índice variou entre 0,56 e 0,59. Na década de 1980, o País teve o pico histórico, com o índice variando entre 0,60 e 0,63; depois o que se observou foram quedas sucessivas, mas longe do ideal. Nas décadas seguintes, os índices foram de 0,58 a 0,60 na década de 1990; de 0,55 a 0,57, na década de 2000; de 0,51 a 0,54 na década de 2010; e de 0,50 a 0,53 na década de 2020.

Esses números indicam que, nos anos 1960, havia uma estrutura concentrada em renda, terra e capital humano, e uma industrialização não inclusiva. Nos anos 1970, houve forte crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro, com o emprego formal não compensando a concentração salarial. Já nos anos 1980, o que se registra é o pico da desigualdade, quando o País conviveu com elevado endividamento público, hiperinflação e perdas de renda significativas para a população menos favorecida. Nos anos 1990, o Plano Real (1994) reduziu a inflação, o que impactou positivamente a vida financeira dos mais pobres, com queda parcial da desigualdade.

A expansão do salário mínimo, com ganhos reais (acima da inflação), e a introdução do Bolsa Família permitiram o que se pode denominar de inflexão estrutural, possibilitando que, nos anos 2000, o índice de Gini cedesse. A crise econômica mundial de 2015 elevou a desigualdade, com alta significativa em 2021 devido aos efeitos da pandemia de covid-19, mesmo tendo-se observado no ano anterior, 2020, queda da concentração com a implantação do Auxílio Emergencial.

De 2023 até os dias atuais, a opção do governo federal por adotar um modelo econômico com forte participação do setor público na economia, sendo este o indutor do crescimento econômico, com a injeção bilionária de recursos em programas sociais, a concentração de renda cedeu, com queda em indicadores, tal como a taxa de desocupação, contudo, essa visão assistencialista não garante sustentação econômica ao longo do tempo, o que gera momentaneamente a sensação de bem-estar, criando dúvidas se o modelo se sustenta ao longo do tempo. Para ilustrar, o Índice de Gini de 2024, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) foi de 0,504.

4. Participação na renda nacional

Os dados recentes do IBGE, do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e do FGV Social (Fundação Getulio Vargas), confirmam que, embora o Brasil tenha atingido seu menor nível de desigualdade histórica, a concentração de renda no topo da pirâmide permanece extremamente elevada. Os 10% mais ricos ficam com cerca de 41% de toda a renda gerada no País, enquanto os 10% mais pobres detêm apenas 1,1% da renda total.

O rendimento proveniente de “outras fontes” (que inclui o Bolsa Família) tem sido decisivo para a queda da concentração da renda no Brasil. Nas casas que recebem o benefício, a renda média subiu significativamente, ajudando a “puxar” a base da pirâmide para cima.

A Região Nordeste apresenta o maior Índice de Gini (0,509) e a menor renda média per capita. Já a Região Sul possui o menor Gini (0,454) e a segunda maior renda per capita do País.

5. Bolsa Família: distribui renda ou não?

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que foca em famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O modelo atual (reformulado em 2023) funciona por meio de uma combinação de valores fixos e adicionais, dependendo da composição familiar. A regra principal é a renda per capita. A família deve perceber uma renda mensal de, no máximo, R\$ 218 (duzentos e dezoito reais)

por pessoa. O benefício não é um valor único para todos; ele é montado por “peças”:

- i. Benefício de Renda de Cidadania: R\$ 142,00 por pessoa da família;
- ii. Benefício Complementar: garante que nenhuma família receba menos de R\$ 600,00 no total;
- iii. Benefício Primeira Infância: adicional de R\$ 150,00 para cada criança de 0 a 6 anos;
- vi. Benefício Variável Familiar: adicional de R\$ 50,00 para gestantes, crianças/adolescentes (7 a 18 anos) e nutrizes (mães que amamentam).

As “Condicionalidades” para a pessoa receber o auxílio governamental:

- i. *Educação*: frequência escolar mínima (60% para crianças de 4 a 5 anos e 75% para jovens de 6 a 18 anos);
- ii. *Saúde*: acompanhamento pré-natal (gestantes), cumprimento do calendário de vacinação e acompanhamento nutricional (pesagem) de crianças.

Há a chamada *regra de proteção*. Se alguém da família conseguir um emprego e a renda subir, a família não perde o benefício imediatamente. Se a renda por pessoa ficar entre R\$ 218 e R\$ 706, a família pode permanecer no programa por até 24 meses, recebendo 50% do valor do benefício. Se a renda ultrapassar meio salário mínimo por pessoa ou se o prazo da regra de proteção acabar, a família é obrigada a sair do programa.

O Bolsa Família trouxe melhoria no Índice de Gini do Brasil, que atingiu seu piso histórico de 0,504. Estimativas apontam que, sem os benefícios de programas sociais, como o Bolsa Família, esse índice seria cerca de 7,5% maior, saltando para 0,542.

Há impacto na base da pirâmide à medida que o programa faz com que o dinheiro chegue de forma muito eficiente aos mais po-

bres. Com isso, houve redução da extrema pobreza, sendo o programa responsável por uma queda de aproximadamente 25% na extrema pobreza e 15% na pobreza em termos nacionais. Porém, apesar de o programa “segurar” o Índice de Gini e evitar que crises econômicas aprofundem o abismo social, há muitas críticas a esse modelo “assistencialista”. Embora seja reconhecido internacionalmente pela eficácia na redução da pobreza extrema, especialistas e órgãos de fiscalização apontam diversos desafios e críticas estruturais que podem ser considerados aspectos negativos ou limitadores do programa Bolsa Família.

5.1. Principais críticas e aspectos negativos

- *Desincentivo ao trabalho formal* (efeito acomodação): críticos argumentam que, com o aumento dos valores dos benefícios nos últimos anos, algumas famílias podem optar pela informalidade ou por não buscar emprego formal para evitar ultrapassar o limite de renda e perder o auxílio;
- *Ciclo de dependência*: existe o receio de que o programa crie uma dependência assistencial a longo prazo, em vez de atuar apenas como uma ponte temporária para a autonomia financeira;
- *Falhas de focalização e fraudes*: auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) e investigações identificaram milhões de cadastros irregulares, incluindo pessoas com renda acima do permitido e até pagamentos feitos a pessoas falecidas;
- *Impacto nas contas públicas*: o crescimento substancial do número de beneficiários e do valor médio do benefício gera pressão fiscal sobre o orçamento da União, especialmente quando o programa gasta mais do que o inicialmente estimado para erradicar a pobreza;
- *Falta de “portas de saída” efetivas*: aponta-se que o governo foca muito na transferência de renda, mas falha em oferecer serviços complementares de capacitação profissional e educação, que permitam às famílias se emanciparem do programa.

6. Sistema tributário injusto

O sistema tributário brasileiro experimenta em 2026 o início de mudanças estruturais importantes. Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, foi instituído o novo modelo de tributação sobre o consumo, o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA). O período de implementação se estenderá até 2033.

Como ao longo de sua história o Brasil optou pelo incremento do imposto indireto – e não do direto –, o sistema tributário cometeu e comete injustiça tributária, penalizando os mais pobres, à medida que o tributo indireto não guarda proporção com a renda das famílias, o que o imposto direto, progressivo, contempla.

Assim, tentar praticar justiça social e buscar reduzir a desigualdade social tendo como argumento tributar os mais ricos e redistribuir para os mais pobres não se sustenta quando os impostos não são progressivos – aqueles que incidem majoritariamente sobre a renda e patrimônio.

A reforma tributária em curso somente reverterá esse quadro se efetivamente for implementado o *cashback* tributário – devolução personalizada do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Estudos do FGV/Ibre estimam que o *cashback* elevará a renda das famílias pobres em cerca de 10%, em média.

Além disso, os governantes precisam ser rigorosos com a isenção tributária na cesta básica nacional e, ainda, com a implementação da tributação no destino, gerando menos distorções regionais.

Apesar de a reforma tributária criar expectativas positivas, vale destacar os riscos presentes, tais como: a definição da alíquota do IVA, que pode ser a mais elevada do mundo (simulações estão em curso); as exceções que beneficiem setores que poderiam oferecer mais ao País e conseguem vantagens com seu poder econômico (*lobby*); há, ainda, que se considerar as possíveis falhas operacionais no sistema do CadÚnico, ferramenta para a utilização do *cashback* e, finalmente, a falta de governança estatal estruturada.

Tudo indica que, em função de não ter focado na redução da carga tributária, como era a expectativa dos agentes econômicos, mas somente na eventual simplificação, a reforma tributária não irá melhorar a distribuição de renda no curto e no médio prazos, não resolvendo entre outros pontos a regressividade do imposto indireto. Se não houver uma reforma estrutural da tributação da renda e do patrimônio, as desigualdades sociais permanecerão como estão.

7. Visão liberal para reduzir as desigualdades sociais e de renda

Economistas liberais, como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, afirmaram que a desigualdade é vista como consequência natural da divisão do trabalho, sendo resultado de diferenças de talento, esforço, preferências e até de sorte. Esse quadro é inevitável em sociedades livres. Nessa visão, o alvo não é eliminar a desigualdade, mas evitar a miséria, os privilégios artificiais e as barreiras injustas.

Na visão econômica clássica, há distinções cruciais em alguns pontos. Um deles é que a pobreza absoluta é moral e socialmente inaceitável. Já a desigualdade de renda é aceitável até certo ponto. Os privilégios legais são inaceitáveis e a mobilidade social é essencial. Uma sociedade pode ser desigual e justa, ou igualitária e opressiva.

O que é subtraído desses conceitos é que o crescimento econômico deve ser sustentado ao longo do tempo e que deve atingir o desenvolvimento econômico. É a prosperidade da sociedade a condição mais favorável para os pobres, à medida que ocorre aumento dos salários reais e se ampliam as oportunidades de emprego, reduzindo a pobreza, mesmo que a desigualdade relativa permaneça. A história econômica comprova que toda queda da pobreza veio do crescimento econômico – não da redistribuição de renda pura.

Outros aspectos relevantes referem-se à igualdade de oportunidades. É fundamental que todos os cidadãos tenham acesso à educação básica e acesso aberto aos mercados; que não haja barreiras legais e prevaleça o Estado de Direito.

Não menos importante é a existência de um sistema tributário justo, com menor incidência de impostos indiretos e com moderados impostos diretos, progressivos.

Há que se combater os monopólios estatais, os cartéis protegidos, o excesso de subsídios e as isenções tributárias direcionadas a grupos com poder econômico e político, fortalecendo a regulação e evitando a intervenção estatal na economia.

Há que se oferecer uma cortina de proteção mínima aos menos favorecidos, como a assistência a quem não pode trabalhar e o apoio transitório a quem caiu na pobreza. Também surge como proteção o imposto de renda negativo, cujo tema será abordado a seguir.

Fica evidente, na visão clássica, que não se elimina a desigualdade de renda por meio de decreto; tampouco se congelam preços ou salários, se nacionalizam meios de produção, se expandem impostos sem limites ou se usa o Estado para “corrigir” todo resultado desigual. Todas essas estratégias são ineficientes, geradoras de estagnação econômica e com potencial para produzir novas desigualdades via poder político.

8. Imposto de Renda Negativo

A ideia clássica do Imposto de Renda Negativo (IRN) proposta pelo liberalismo econômico indica que é possível garantir uma renda mínima usando-se o próprio sistema de imposto de renda, em vez de um conjunto amplo de programas sociais. Dessa maneira, quem ganha pouco recebe dinheiro do Estado em vez de pagar imposto. A proposta considera que, acima de certo nível de renda, a pessoa deve pagar o imposto sobre essa renda, como é o sistema atual brasileiro. Já a pessoa que recebe rendimento abaixo desse nível, recebe um complemento de renda do governo, o chamado *Imposto de Renda Negativo*. No ponto de corte do rendimento, a pessoa não recebe, mas também não paga imposto de renda. O vínculo do modelo é a renda declarada.

Nessa visão liberal, o Imposto de Renda Negativo combate a pobreza com simplicidade – ou seja, substitui os vários programas so-

ciais fragmentados. Além disso, diminui a burocracia na concessão do benefício, reduzindo os custos operacionais do governo.

O Imposto de Renda Negativo retira de cena o “jeitinho brasileiro” de burlar o sistema, como ocorre atualmente no recebimento do Bolsa Família. Hoje, o beneficiário do programa social omite que trabalha ou não busca o emprego formal porque, se o fizer, a renda per capita familiar se eleva e ele perderá parte do benefício, saindo do programa após determinado período. Na proposta do IRN, ninguém perde tudo se começar a trabalhar, mas somente se ultrapassar a renda estabelecida como neutra. A renda cresce sempre que o esforço aumenta.

Outro aspecto importante é a autonomia do cidadão: ele gasta o benefício como quiser, evitando que o Estado defina o que “é melhor” para o pobre.

Obviamente, é preciso mitigar os riscos desse modelo. Um deles é a classe política não levar em conta os aspectos técnicos e calibrar o nível de renda de forma equivocada, o que pode levar a um custo fiscal elevado. Também é preciso avaliar se não haverá desestímulo ao trabalho formal para alguns grupos sociais. Outro aspecto diz respeito ao mercado de trabalho brasileiro no tocante à informalidade. Dados recentes da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) apontam que cerca de 40 milhões de brasileiros trabalham como informais.

De qualquer maneira, o Brasil pode mais com a discussão e a possível implementação do Imposto de Renda Negativo.

9. Conclusão

O maior problema brasileiro não é somente a desigualdade, mas, sim, o crescimento baixo, com os privilégios do setor público concentrados e a baixa mobilidade social. Utilizar programas sociais assistencialistas sem viés transformador redistribui a renda, mas não ataca a causa e, sim, os sintomas, além de não mudar a engrenagem.

A história econômica nos mostra que a redução da desigualdade social e a melhor distribuição de renda vêm do efetivo controle da inflação, com menor carga tributária sobre o consumo (imposto indireto) e com a sustentação do crescimento econômico, buscando-se, de maneira contundente, o desenvolvimento econômico.

A educação deve ser o vetor da transformação da realidade das pessoas, gerando condições de mobilidade social e de exercício pleno da cidadania, evitando a dependência do Estado. A geração de riqueza com um Estado enxuto e com foco em produtividade – um Estado eficiente, com oportunidades iguais para a população – é que reduzirá as desigualdades sociais e de distribuição de renda.

Discutir alternativas ao programa Bolsa Família, como, por exemplo, a introdução do Imposto de Renda Negativo, desmitificar a teoria do bolo, entender o empreendedorismo como alicerce para a melhoria do padrão de vida das famílias trarão respostas à questão central: o Brasil pode mais? Sim, pode e merece.

Referências

- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André Arruda (org.). *Economia brasileira contemporânea: 1945-2015*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
- PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei (org.). *Manual de economia: equipe de professores da USP*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. *Fundamentos de economia*. 7. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2023.

O papel estratégico do setor comercial

Rodrigo Simões Galvão¹

O setor comercial brasileiro ocupa posição central na dinâmica econômica nacional. Mais do que um canal de distribuição de bens e serviços, o comércio funciona como elo entre a produção e o consumo, refletindo em tempo real os movimentos da renda, do crédito, da confiança das famílias e das decisões empresariais. Trata-se de uma atividade estratégica para o País, responsável por gerar empregos, arrecadar tributos e impulsionar a circulação de riqueza em todas as regiões.

É no comércio que boa parte da atividade econômica se materializa no cotidiano da população. É a etapa final em que bens e serviços chegam ao consumidor, tornando-se indicador sensível do humor da economia. Quando o comércio cresce, normalmente há melhora da renda, maior disposição ao consumo e ambiente econômico mais favorável. Quando desacelera, costuma sinalizar perda de poder de compra, restrição de crédito ou aumento das incertezas.

Os números comprovam sua relevância. Segundo a Pesquisa Anual do Comércio (PAC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor comercial brasileiro movimentou aproximadamente R\$ 7,1 trilhões em receita operacional líquida em 2023 e empregou mais de 10 milhões de pessoas, somando as atividades de

¹ Rodrigo Simões Galvão é economista, contador, administrador e professor da Faculdade do Comércio de São Paulo (FAC-SP). Mestrando em Economia pelo IDP SP, é membro do Comitê de Avaliação de Conjuntura da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e possui carreira consolidada como executivo financeiro no setor do varejo. E-mail: rodrigosisimoesgalvao@gmail.com

comércio varejista, atacadista e de veículos, peças e motocicletas. São dados que demonstram a dimensão de um setor essencial para o funcionamento da economia brasileira.

A capilaridade do comércio é uma de suas maiores forças. Presente em praticamente todos os municípios do País, o setor tem papel importante na inclusão produtiva, na geração de renda local e na abertura de oportunidades para milhões de brasileiros. Em momentos de crise econômica, frequentemente é no pequeno negócio comercial que muitos encontram alternativa de sustento e empreendedorismo.

Ao mesmo tempo, essa amplitude revela fragilidades históricas. Grande parte dos estabelecimentos ainda convive com baixa produtividade, informalidade, dificuldades de acesso ao crédito e limitações gerenciais. Muitos empreendedores operam sem controles financeiros adequados, sem indicadores claros de desempenho e com baixa utilização de tecnologia. Isso reduz competitividade, compromete margens e dificulta decisões estratégicas.

Milhares de pequenos negócios ainda operam sem fluxo de caixa estruturado, sem precificação técnica e sem indicadores mínimos de desempenho. A agenda de produtividade do comércio brasileiro passa necessariamente pela profissionalização da gestão e pela educação financeira empresarial.

Em economias emergentes, o comércio depende fortemente do crédito ao consumidor e do capital de giro empresarial. Taxas de juros elevadas comprimem vendas, dificultam investimentos e reduzem a capacidade de expansão de empresas comerciais, especialmente as de menor porte.

Sobre as empresas de pequeno porte, de acordo com o Sebrae, as micro e pequenas empresas (MPEs) respondem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado.

Em minha trajetória profissional em mais de três décadas acompanhando empresas do setor, observei que excelentes negócios muitas vezes deixam de crescer não por falta de mercado, mas por au-

sência de gestão estruturada. Empresas com bom produto, clientela fiel e localização adequada acabam perdendo eficiência por falhas simples de controle, formação de preço, gestão de estoque ou planejamento financeiro.

Outro desafio relevante está na logística nacional. A forte dependência do transporte rodoviário, associada às deficiências de infraestrutura, aumenta custos operacionais e reduz eficiência na cadeia de suprimentos. Para o comércio, isso se traduz em preços mais elevados ao consumidor final, menor competitividade e dificuldades adicionais especialmente para empresas localizadas fora dos grandes centros.

Apesar desses obstáculos, o setor comercial brasileiro vem passando por mudanças importantes. A digitalização transformou a relação entre empresas e consumidores. O avanço do comércio eletrônico, dos marketplaces e dos modelos omnichannel redesenhou estratégias empresariais e elevou o nível de exigência do mercado. Hoje, preço competitivo já não basta: experiência de compra, conveniência, velocidade e relacionamento passaram a ser fatores decisivos.

A pandemia de covid-19 acelerou esse movimento. Negócios que demorariam anos para ingressar no ambiente digital precisaram se adaptar em poucos meses. Muitos aprenderam a vender pelas redes sociais, estruturar canais online, integrar estoques e rever processos internos. O resultado foi um setor mais dinâmico, mais competitivo e mais atento ao comportamento do consumidor.

Dentro desse contexto, o franchising merece destaque. O sistema de franquias consolidou-se como uma das formas mais eficientes de expansão empresarial no Brasil, reunindo marca estruturada, padronização operacional, escala e suporte ao empreendedor. Segundo a Associação Brasileira de Franchising (ABF), o setor superou, pela primeira vez, a marca de R\$ 300 bilhões em faturamento em 2025, alcançando R\$ 301,7 bilhões e crescimento nominal de 10,5%.

O desempenho das franquias mostra que, quando o empreendedorismo encontra método, gestão e modelo replicável, o País transforma talento individual em crescimento econômico sustentável. Trata-se

de um ambiente que beneficia tanto novos empreendedores quanto empresários experientes em busca de expansão estruturada.

Outro segmento estratégico é o de shopping centers. Mesmo diante do crescimento do e-commerce, os shoppings continuam exercendo papel relevante no varejo nacional ao reunir comércio, lazer, gastronomia, serviços e conveniência em um único ambiente. Segundo a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), o setor atingiu faturamento recorde de R\$ 200,9 bilhões em 2025, com 658 empreendimentos distribuídos em 253 cidades e geração superior a um milhão de empregos diretos.

Os shopping centers demonstram que a experiência física continua relevante. Se o comércio eletrônico representa conveniência, os centros comerciais representam convivência, experiência e dinamismo urbano. O consumidor contemporâneo busca ambos os formatos e os negócios mais preparados são justamente aqueles capazes de integrar esses canais.

Entretanto, o Brasil ainda convive com profundas desigualdades regionais – e isso também se reflete no comércio. As regiões Norte e Nordeste concentram grande população, riqueza cultural, potencial turístico e mercados consumidores relevantes, mas historicamente receberam menor volume de investimentos logísticos, industriais e comerciais quando comparadas ao eixo Sul-Sudeste.

O resultado é perda de oportunidades econômicas, menor integração produtiva e expansão desigual do mercado interno. Um país continental como o Brasil não pode desperdiçar o potencial de regiões inteiras por ausência de infraestrutura adequada, crédito direcionado ou políticas de estímulo ao investimento.

Diante desse cenário, afirmar que o Brasil pode mais no setor comercial não é slogan: é constatação econômica. O País dispõe de mercado consumidor robusto, capacidade empreendedora, diversidade regional e empresas resilientes. O que falta, muitas vezes, é remover barreiras antigas que limitam a produtividade e dificultam o crescimento.

Os caminhos são conhecidos. Simplificação tributária, ampliação do acesso ao crédito, redução estrutural do custo financeiro, investimentos em infraestrutura, qualificação da mão de obra, digitalização dos pequenos negócios, segurança jurídica e estímulo permanente à inovação.

Sobre o sistema tributário brasileiro, esperamos que a modernização do sistema tributário venha a produzir efeitos relevantes sobre o comércio nos próximos anos. Simplificação de tributos, maior transparência fiscal e redução de distorções podem diminuir custos administrativos e melhorar o ambiente de negócios. Para pequenas e médias empresas, isso pode representar ganho de competitividade e mais tempo dedicado à atividade produtiva.

Nenhuma dessas agendas, contudo, avançará de forma consistente sem diálogo institucional maduro. Entidades empresariais, associações comerciais, federações setoriais e organizações representativas conhecem a realidade de quem produz, emprega e investe. São elas que identificam gargalos cotidianos e podem transformar demandas fragmentadas em propostas concretas.

Da mesma forma, o setor público precisa atuar como parceiro estratégico do desenvolvimento, ouvindo a iniciativa privada e formulando políticas públicas conectadas à realidade econômica do País. Crescimento sustentável exige cooperação, previsibilidade e visão de longo prazo.

Defendo que o comércio brasileiro precisa ser tratado como agenda nacional de desenvolvimento. Quando o comércio avança, o emprego cresce, a renda circula, os municípios arrecadam e a atividade econômica ganha tração. Fortalecer o setor comercial significa fortalecer uma das bases mais relevantes da economia brasileira.

Ao analisar este segmento no qual atuei por mais de três décadas, mantenho a convicção de que o Brasil reúne todas as condições para inaugurar uma nova etapa de prosperidade. Temos mercado, talento empreendedor e capacidade de adaptação. Com ambiente de negócios mais moderno, eficiente e competitivo, o setor comercial poderá

entregar ainda mais inovação, produtividade e oportunidades para milhões de brasileiros.

Em síntese, o Brasil pode mais e o comércio brasileiro pode muito mais.

Referências

- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Anual do Comércio – PAC 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2025_4tri.pdf.
- ABF. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FRANCHISING. Mercado de franquias supera os R\$ 300 bilhões em 2025 e impulsiona o crescimento da economia brasileira. ABF, 2025. Disponível em <https://abf.com.br/mercado-de-franquias-supera-os-r-300-bilhoes-em-2025-e-impulsiona-o-crescimento-da-economia-brasileira/>.
- ABRASCE. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SHOPPING CENTERS. Censo Brasileiro de Shopping Centers 2025. São Paulo: Abrasce, 2025. Disponível em <https://loja.abrasce.com.br/produto/censo-brasileiro-de-shopping-centers-2025/>.

Estratégia nacional de desenvolvimento verde

Sergio Volk¹

Um antigo provérbio chinês diz: “*A melhor época para se plantar uma árvore foi há 20 anos. A segunda melhor época é agora*”.

O Brasil tem todas as condições de liderar a pauta de meio ambiente no quesito da ESG (*Environmental, Social, and Governance*), tanto no efeito estufa quanto na falência hídrica. Não só liderar, mas proporcionar aos brasileiros um ganho no bem-estar social.

O funcionamento da economia envolve a extração de recursos naturais, sob a forma de matéria-prima e energia, a serem consumidos pela sociedade e o lançamento de rejeitos no meio ambiente, que os neutralizará por meio de mecanismos próprios dos ecossistemas.

Durante a maior parte da história, essa relação com o meio ambiente obedeceu à sua capacidade de suporte. Contudo, o processo de desenvolvimento econômico, da maneira como conhecemos desde o início da Revolução Industrial, ou seja, um processo de mudança estrutural na direção de setores e atividades econômicas com maior valor adicionado per capita, tem causado desequilíbrios substanciais e crescentes em termos ambientais, colocando em risco o funcionamento da economia, bem como o bem-estar e a sobrevivência da humanidade. Por isso, na grande maioria dos países, a agenda atual de

1 Sérgio Volk é economista, mestre em finanças e contabilidade pela PUC-SP. Kursou doutorado em economia pela EPGE-FGV/RJ. Especialista em gestão e avaliação de empresas, foi CFO de várias empresas e é professor em cursos de pós-graduação na FEI. E-mail: volk@uol.com.br

desenvolvimento econômico converge com a ambiental, justamente para dar sustentabilidade a esse processo.

A Declaração do Rio durante a ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável e discutiu um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico. Esse conceito, baseado na internalização das externalidades ambientais, é decisivo para a busca do desenvolvimento sustentável, indicando que as autoridades nacionais deveriam buscar maneiras de internalizar os custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, considerando que o poluidor deve arcar com o custo da poluição.

Externalidades ocorrem quando o consumo e/ou a produção de determinado bem afetam os consumidores e/ou produtores em outros mercados, e esses impactos não são considerados no preço de mercado do bem em questão. Note-se que essas externalidades podem ser positivas (benefícios externos) ou negativas (custos externos). O meio ambiente é, por excelência, o reino das externalidades sociais.

Após a Rio 92, em 1995 foi dado o início das COPs (Conferência das Partes), sendo a primeira realizada em Berlim, na Alemanha. Em novembro de 2025 ocorreu a COP 30, realizada em Belém, no Brasil. Ou seja, são 30 anos discutindo a mudança do clima.

A preocupação com a mudança do clima levou os países da Organização das Nações Unidas (ONU) a assinarem acordos que estipulassem algum tipo de controle sobre as intervenções humanas no clima. Nesse sentido, tivemos um acordo denominado Protocolo de Kyoto em 1997, no Japão, e o Acordo de Paris, em 2015, na França. O primeiro estipulou a redução das emissões de gases de efeito estufa e o segundo estabeleceu como meta limitar o aumento da temperatura global a 1,5° C em relação aos níveis pré-industriais.

O Brasil emite anualmente em torno de 2,3 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa (CO²).

Carros, caminhões e outros veículos terrestres contribuem com 10% dos gases, enquanto o desmatamento contribui com 55%, seguido

da pecuária, com 25%, e outros, com 10%. A poluição atmosférica representada pelo dióxido de carbono (CO_2) pode provocar dificuldades respiratórias, incluindo resfriados, gripes, amigdalites, faringites, otites e sinusites, e agravar doenças já instaladas, como pneumonia e tuberculose. No Brasil, o resultado dessa poluição provoca a morte de 50 mil pessoas por ano, um gasto de US\$ 15 bilhões com o sistema de saúde e perda de produtividade, ou seja, 0,75% do Produto Interno Bruto (PIB).

Uma das maneiras de o poluidor arcar com o custo da poluição é descarbonizar ou comprar dióxido de carbono no mercado; no entanto, o custo é elevado. No final do ano de 2023, segundo o Banco Mundial no Canadá, por exemplo, onde o mercado é regulamentado, uma tonelada de carbono custava US\$ 48; já na Europa, onde também é regulamentado, um crédito de carbono custava 85 euros.

A outra maneira que o poluidor dispõe, ao invés de comprar dióxido de carbono, é participar de um projeto de manejo florestal sustentável – uma abordagem de gestão das florestas que visa equilibrar as necessidades ambientais, sociais e econômicas para garantir que os benefícios das florestas estejam disponíveis tanto para a geração atual quanto para as futuras. Esse conceito é crucial para a conservação da biodiversidade, a mitigação das mudanças climáticas e o desenvolvimento econômico das comunidades dependentes das florestas. No Brasil, temos diversos biomas, como a Amazônia, a Mata Atlântica, o Cerrado, o Pantanal, a Caatinga e o Pampa, e ecossistemas, como os Campos Sulinos e o Manguezal.

Vou citar o exemplo de um projeto na Amazônia. A escolha se dá por ser o maior bioma brasileiro e suas espécies de árvores absorvem maior quantidade de CO_2 . Utilizarei a palmeira de açaí, muito comum na região amazônica, para exemplificar.

Segundo dados da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o custo por hectare do plantio é de R\$ 30 mil com espaçamento entre palmeiras de 5 metros por 5 metros, ou seja, 400 palmeiras por hectare. Sabemos que sete palmeiras de açaí reduzem uma tonelada de CO_2 em 20 anos, isto é, 50 quilos de CO_2 por ano, considerando um crescimento linear, já que nos três primeiros anos se dá seu crescimento e a

absorção é menor. Portanto, cada hectare absorve 2,9 toneladas de CO² por ano, o que resulta em um custo de US\$ 2 por tonelada.

A compensação da emissão do CO² anual custaria cerca de US\$ 5 bilhões, ou seja, 0,25% do PIB, sendo, assim, menor que o custo e a queda de produtividade de 0,75% do PIB.

Outro ponto muito importante é que as empresas ou os indivíduos, ao zerarem a pegada, estão internalizando as externalidades, incorporando o custo social ao privado. O saldo de 0,50% do PIB poderia ser revertido em benefício das empresas ou dos indivíduos que zeraram sua pegada, tipo um *cashback*. Além do benefício social, há o benefício econômico do consumo e/ou venda do açaí.

Note-se que não foi considerado o custo da terra, propositalmente, já que partimos da premissa de que o projeto teria a disponibilização de áreas degradadas do governo (União e estados), povos originários e ribeirinhos para as empresas e indivíduos levantarem sua Pegada Ecológica. Seria, assim, uma Parceria Público-Privada (PPP), coordenada por uma integradora sob supervisão do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) e do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

É bom notar que mais que 50% da Amazônia é constituída de terras públicas, como florestas nacionais, parques e unidades de conservação, terras devolutas, áreas militares e áreas sob gestão de estados e da União.

A solução para essa questão passa pela institucionalização de um mecanismo de interação entre os setores privado e público, além de um mix de política fiscal, industrial, comercial e regulatória que não só induza os agentes privados a internalizar os benefícios sociais e os custos de investimentos em tecnologias sustentáveis em suas atividades, como permita ao Estado liderar, por intermédio de seus investimentos, a mudança estrutural ecológica naqueles setores e atividades nos quais a incerteza dificulte ou impossibilite o investimento privado.

Nesse contexto, o Estado tem o papel de prover informações para os demais agentes, identificando oportunidades de diversificação setorial da economia que contribuam para as metas de sustentabilidade ambien-

tal, como as emissões de carbono. Também deve antecipar as tendências tecnológicas de longo prazo, fomentar a consolidação de mercados para novos produtos e prover os incentivos necessários para que a economia se beneficie da mudança estrutural em curso, possibilitando que surjam firmas nacionais pioneiras nos setores ambientalmente sustentáveis. Vale ressaltar que essas empresas podem adquirir vantagens competitivas em nível internacional, decorrentes do pioneirismo, ampliando seus mercados, dominando tecnologias de fronteira, aumentando a escala de produção e ditando novas tendências de mercado.

Isto posto, o Estado poderia incentivar o Manejo Florestal Sustentável, que vem a ser uma abordagem de gestão das florestas que visa equilibrar as necessidades ambientais, sociais e econômicas para garantir que os benefícios das florestas estejam disponíveis tanto para a geração atual quanto para as futuras. Como já assinalado, esse conceito é crucial para a conservação da biodiversidade, a mitigação das mudanças climáticas e o desenvolvimento econômico das comunidades dependentes das florestas.

O projeto de Manejo Florestal Sustentável depende da orquestração e da integração de quatro atores fundamentais: uma empresa como integradora, os viveiristas, os receptores e os patrocinadores. Cada um desses atores desempenha papel vital no ciclo de 15 anos de manejo florestal, assegurando que os benefícios econômicos, ambientais e sociais sejam plenamente realizados. A seguir detalhamos o papel de cada ator e a importância da empresa como integradora para garantir o sucesso do projeto.

Os viveiristas são responsáveis pelo desenvolvimento das mudas, desde a identificação das espécies nativas até o plantio final. Os receptores são proprietários de terras que cedem o direito de uso de suas propriedades para o projeto e manejam as florestas plantadas ao longo dos 15 anos. Os patrocinadores são empresas que financiam o projeto, obtendo benefícios econômicos (*cashback*) de imagem e créditos de carbono.

A empresa integradora do projeto coordena todos os aspectos do processo e assegura que os objetivos sejam alcançados de maneira eficiente e sustentável, utilizando inteligência de dados, implementando

a tecnologia *RFID* (*Radio Frequency Identification*) para a rastreabilidade completa das árvores, garantindo transparência e controle, e utilizando câmeras hiperespectrais para monitorar o sequestro de carbono e a saúde das florestas.

Portanto, faz-se necessário uma parceria do governo com as corporações privadas, de maneira que se trabalhe em prol da redução dos gases de efeito estufa e de objetivos sociais. Seriam Parcerias Público-Privadas (PPPs) para realização conjunta de projetos de interesse da população. As vantagens desse modelo de parceria consistem em um ciclo virtuoso, em que:

1. o empresário não precisa investir na compra de uma área de plantio para, em contrapartida, obter o benefício do crédito de carbono;
2. a comunidade se beneficia na venda da coleta de sementes e no fruto do plantio de vegetação de seu interesse, como as palmeiras de açaí, castanheiras etc.;
3. o plantio geolocalizado facilita a auditoria, a certificação e, principalmente, evita o *greenwashing* e desestimula a grilagem;
4. a integradora garante a rastreabilidade por 15 anos, garantindo a medição da absorção do carbono e agregando valor ao produto, que é a madeira.

Outro ponto muito importante é que as empresas ou os indivíduos, ao zerarem a pegada, estão internalizando as externalidades. Resumidamente as PPPs voltadas ao meio ambiente podem resolver as necessidades governamentais, empresariais e sociais.

Essa proposta, além de solucionar a questão do efeito estufa, ajuda a evitar a falência hídrica. Segundo relatório da Universidade das Nações Unidas, a humanidade está gastando os fluxos renováveis de água, como, rios, lagos, córregos, reservatórios e aquíferos rasos, com voracidade maior que a capacidade de reposição, inclusive mais da metade dos grandes lagos do planeta está encolhendo.

Concluindo, vamos adotar o provérbio chinês.

A questão fiscal

Vera Martins da Silva¹

A carga tributária tem aumentado ao longo das últimas décadas. Grande parte disso decorre da determinação de direitos pela Constituição de 1988, mas não é apenas esse o motivo. Efetivamente, num país com imensa desigualdade de renda e oportunidades, é razoável a luta dos diversos grupos de pressão por mais direitos e pela absorção de parte dos orçamentos públicos. O problema é que a aquisição de direitos, seja diretamente por despesas orçamentárias, seja por redução de tributos a serem pagos, acabou gerando um sistema caro, complexo e disfuncional, quando benefícios e custos tributários se embaralham e acabam anulando-se mutuamente.

Já passou da hora de parar a expansão do gasto público e se promover a adequação com qualidade dos gastos públicos ao efetivamente disponível no que diz respeito aos gastos correntes. Não é razoável a ampliação da carga tributária, mas, sim, seu melhor uso, ou seja, melhorar a efetividade dos gastos.

A atual regra fiscal, que propõe um crescimento real das despesas em linha com o crescimento real da economia, é razoável, incluindo a possibilidade de realização de política anticíclica, caso a economia desacelere. O que não é adequado é o uso sistemático de mecanismos de fuga da regra geral, especialmente o uso de interpretações favoráveis ao aumento de gasto, com intenção clara de fragilização da regra e absorção contínua de recursos fiscais. É fundamental acabar com

1 Vera Martins da Silva é economista, com mestrado e doutorado pela FEA/USP. E-mail: veramartins2702@gmail.com

os valores “extrateto” e “altíssimos salários”, normalmente localizados nos Poderes Judiciário e Legislativo.

A importante separação e autonomia entre os Poderes não pode ser pretexto para a manutenção de uma oligarquia pública com clara intenção de absorver recursos cuja destinação seria mais efetiva em outras atividades, como saúde, educação, segurança, desenvolvimento tecnológico e demais prioridades definidas no processo democrático. Os contribuintes estão cada vez mais descontentes com o alto custo da burocracia pública e a baixa qualidade de muitos serviços ofertados pelo setor público.

Contudo, a atual regra fiscal do governo federal apresenta um problema basilar, que é a permanência de gastos com saúde e educação atrelados ao desempenho de receitas públicas. Acontece que, em um momento de expansão da atividade econômica, as receitas públicas crescem acentuadamente e as despesas vinculadas, também. O problema é que nem sempre ocorre expansão da economia. Em períodos de recessão ou crise sanitária, como no caso da pandemia de covid-19, é necessário um gasto setorial muito superior ao destinado pela vinculação de receitas. Ocorre também que, dado o limite de crescimento real das despesas, a vinculação de gastos a receitas tributárias acaba comprimindo as demais despesas, especialmente o investimento público e a própria manutenção dos serviços existentes. De fato, inúmeras instituições públicas têm apresentado deficiências em seu funcionamento corriqueiro. Exemplo disso são as universidades públicas, com severas restrições financeiras, e agências reguladoras, sem recursos suficientes para um desempenho minimamente funcional.

Como princípio básico da política econômica, o ajuste fiscal permanente deve ser reforçado, com a revisão sistemática de receitas e despesas a cada ciclo orçamentário, dentro de um escopo de planejamento de médio prazo dado pelo Plano Plurianual (PPA), de quatro anos, onde as diretrizes do governo eleito devem ser explicitadas em objetivos e metas claros e transparentes.

Conforme determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, há que se ampliar a transparência quanto às receitas que são previstas e

arrecadadas, e aquelas que são “inexistentes” por mais variados mecanismos de redução de receitas. As despesas também devem sofrer a crítica sistematicamente. Priorizar programas e ações públicas é fundamental. Não se trata de reduzir custos inexpressivos, mas de usar os recursos onde os resultados são mais efetivos, com uma visão de longo prazo e de sustentabilidade ambiental. A boa gestão pública é baseada em definição de prioridades, monitoramento sistemático e revisões quando necessário. Especialmente no setor público, que se move por meio de regras formais, é necessária sua constante revisão e adequação, dentro de um contexto de transparência total.

Ressalte-se que há um emaranhado de regras fiscais que tornam a gestão pública engessada. Para simplificar e dar maior coerência a essas regras, algumas medidas são aqui sugeridas:

1. Adequação do atual arcabouço fiscal, com a exclusão de uma série de excepcionalidades criadas, seja no próprio arcabouço fiscal, seja por criatividade fiscal. Tem sido fabulosa a capacidade de escape das regras fiscais por meio de novas regras, que ampliam os gastos ao mesmo tempo em que garantem que essa expansão esteja fora do âmbito da regra oficial. Essa é uma situação farsesca desde a implantação da primeira versão da regra do teto de gastos (governo Temer) e que apenas diminui a credibilidade das regras. Deveriam ser admitidas apenas duas exceções – os gastos com investimentos públicos e precatórios –, destravando o necessário investimento para garantir a manutenção e a expansão de infraestrutura. Do mesmo modo, os precatórios deveriam ser entendidos como dívidas das administrações públicas e não ser objeto de restrição por regra de teto de gastos ou de resultado primário.
2. Desvinculação de despesas em relação às receitas fiscais. Os gastos com saúde e educação deveriam ser corrigidos, no mínimo, pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), do IBGE, podendo ir além, caso seja dada prioridade a algum programa desses setores pela administração pública. O sistema SUS deve ser fortalecido, incorporando novas tecnologias

na área da saúde, especialmente oriundas do setor privado nacional, e realizando parcerias com o setor privado para a oferta de serviços. Já os gastos com parceiros privados na área de educação precisam ser revistos, dada a forte expansão do ensino superior, com deficiências notórias em qualidade.

3. Para melhorar a qualidade do gasto, a transparência é fundamental. Todos os programas de governo, além de serem acompanhados e analisados, conforme já previsto pela legislação, deveriam ser ainda mais divulgados, colocando-se luz sobre como os tributos são usados e avançando-se na disseminação das informações de gastos públicos, com abrangência e profundidade de análises gerenciais maiores ao longo dos próximos anos.
4. Um novo arcabouço para investimentos públicos, que têm sofrido sistematicamente compressão pelo conjunto de regras vigentes. Um exemplo notório é o caso das emendas parlamentares, que têm crescido fortemente nos últimos anos, desprovidas de qualquer racionalidade sistêmica e atendendo apenas a demandas pontuais dos representantes do Legislativo. A proposta é o fim de emendas parlamentares e a criação de uma comissão formada por membros do Poder Executivo e do Poder Legislativo, para a definição dos investimentos prioritários e seu acompanhamento sistemático. Dada a escassez de recursos e admitindo-se a relevância conjunta de membros do Poder Executivo e dos parlamentares na destinação de recursos, a solução seria não só a busca conjunta pela definição de prioridades, como a incumbência de acompanhamento de sua execução. Os investimentos seriam escrutinados por essa comissão, baseada em análises técnicas e discussão pública, no sentido de melhorar a aplicação de recursos oriundos de financiamento por dívida pública, portanto, com cuidado para não haver sua expansão descontrolada. Novamente, a transparência é fundamental para corrigir desvios dos recursos públicos.

Quanto à dívida pública, a mais desarranjada é a dívida pública federal, de modo que a proposta aqui é:

5. As políticas fiscal e monetária deveriam ser harmoniosas, em que pese a autonomia dos entes públicos envolvidos: Tesouro Nacional e Banco Central. Não tem cabimento uma parte do governo federal agir em um sentido por meio de uma política fiscal expansionista e a outra, no sentido inverso, com uma política de juros agressiva. A resultante é incerta e as distorções econômicas vão se acumulando. Há que se ter alguma convergência de atuações; caso contrário, o resultado de uma política fiscal expansionista contrabalançada por uma política monetária contracionista só faz piorar a despesa total do governo federal com o aumento dos juros da dívida pública. Além disso, uma política fiscal expansionista deve ser usada com parcimônia, em momentos de forte redução de atividade econômica, ou seja, de modo anticíclico – e não para seguir o calendário eleitoral ou os resultados das pesquisas de opinião.
6. Apesar das pressões políticas e do ciclo eleitoral, a política econômica deveria focar no desenvolvimento de longo prazo da economia brasileira, ressaltando-se uma ação anticíclica em decorrência de um choque macroeconômico adverso. Portanto, a ação fundamental do Estado, em seus vários níveis de governo, deveria ser no sentido de melhorar a qualidade do capital humano e do capital físico, incentivar a pesquisa e a inovação, e disseminá-las ao longo das cadeias produtivas. São fundamentais também ações para a melhoria das condições de concorrência e o combate a falhas de mercado. Nesse sentido, identificar e remover gargalos é primordial, assim como é imprescindível compatibilizar a atuação pública micro e macroeconômica. Taxas de juros excessivamente restritivas ou uma taxa de câmbio valorizada acabam sendo problemas centrais para o bom desempenho das empresas.

7. Manutenção e aprimoramento das políticas de redistribuição de renda, considerando-se a elevada desigualdade de renda no País. As políticas públicas de redistribuição de renda devem ser focadas em grupos específicos segundo suas necessidades, com ênfase no acompanhamento de seu desempenho e na correção de desvios. Essas políticas devem ser entendidas como ação do Estado e não devem ser usadas como instrumentos de captação de votos nos ciclos eleitorais.
8. Maior interação entre as instituições formadoras de pessoal e o setor privado. Apesar de o objetivo principal das universidades ser o fornecimento de recursos humanos especializados, há um enorme abismo entre esses dois mundos: são, praticamente, universos paralelos. Há uma baixa integração entre universidades públicas e setor produtivo. Há que se estabelecer maior trânsito de informações entre esses mundos, seja por obrigatoriedade de estágios ou cursos de atualização, seja pelo incremento de pesquisas *in loco* de pesquisadores públicos junto ao setor produtivo.

Ainda na formação de pessoal, na pesquisa aplicada e na sua capacidade de aumento da produtividade do trabalho, há que se considerar o Sistema S. Esse Sistema, financiado por recursos de natureza fiscal, atua no segmento de formação e qualificação do trabalho, mas apresenta um nível de autonomia muito elevado, desvinculado da ação pública como um todo. Formam-se núcleos de formação profissional que constituem, efetivamente, ilhas de excelência, mas com atuação fragmentada. A sugestão é que as atividades educativas profissionalizantes do Sistema S sejam orientadas pelo sistema público de ensino, com amplo foco na melhoria da qualidade da educação básica, sendo o governo federal responsável pelas avaliações e pelo monitoramento do sistema, e os níveis subnacionais de governo, pela sua implementação e gerenciamento.

9. No contexto da educação, o Programa Pé-de-Meia deveria ser reformulado para Programa de Estágio na Escola. Ao invés de direcionar os recursos diretamente para os alunos do ensino médio, os valores seriam destinados às escolas públicas do ensino médio para a realização de oficinas de aprendizagem e/ou laboratórios, sob supervisão da escola, onde os alunos fariam estágio de trabalho ou ensino supervisionado. Isso garantiria que os recursos fossem aplicados na melhoria da capacitação da mão de obra.
10. Revisão vigorosa da burocracia, redução de formulários e simplificação dos processos de entrada e saída de empresas dos mercados. O problema é a existência de desconfiança prévia generalizada, mas, na tentativa de melhorar o sistema de negócios, acaba-se caindo no extremo oposto, inviabilizando muitos deles. A tecnologia pode e deve ser usada para minorar esse problema, assim como os dados devem ser compartilhados entre as agências públicas. Note-se que a simplificação não significa abolição de restrições e autorizações, especialmente das de natureza ambiental.
11. A questão ambiental deve ser incorporada em todos os setores, desde sua inserção nos conteúdos escolares até sua inclusão na avaliação de projetos e sua apropriação como um ativo comum a ser preservado – e não destruído ao longo do tempo. Aqui o cuidado na liberação de licenças deve ser maior, tendo em vista que a pressão por essas licenças tem um forte aspecto de curto prazo, enquanto a preservação e os cuidados ambientais seguem uma lógica de longo prazo. Note-se que, dado o tamanho do País e suas estruturas econômicas regionais distintas, há que se pensar em consórcios regionais para o enfrentamento de questões climáticas e para a recuperação de áreas danificadas.
12. Revisão da legislação tributária, incluindo-se as últimas alterações na tributação do consumo, visando sua efetiva simplificação e dando ênfase à questão federativa. A reforma sobre

o consumo reduziu drasticamente o espaço fiscal dos estados e municípios, os quais, acreditando que terão aumento de receita, aderiram a um sistema que vai reduzir sua autonomia e gerar atritos e judicialização sistemática. Esse aumento da centralização tributária não é razoável em um país com a extensão e a diversidade regional como o Brasil. Ou seja, em um país com as dimensões que tem, o federalismo fiscal deve ser um pilar que não pode ser descartado. Dificilmente a existência de uma estrutura interestadual e com participação dos municípios vai resolver a questão e, provavelmente, serão criados outros problemas.

13. Revisão e simplificação do Imposto de Renda (IR) para todas as empresas, revisitando a questão da tributação de dividendos *versus* a tributação na própria empresa, que foi alterada recentemente, mas continua sendo um problema a ser enfrentado. Uma solução seria reduzir a tributação na pessoa jurídica e passar a tributar os dividendos na pessoa física por meio da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), a qual deveria passar por atualização anual. Note-se que a não correção dessa tabela é uma grande fonte de ajuste fiscal feito por parte do governo federal, mas que recai sobre os contribuintes, ou seja, o ajuste é sobre a renda disponível das pessoas. Quanto ao Sistema Simples, deveriam ser reduzidos os limites para as empresas poderem entrar nesse sistema, problema que tem aumentado a dificuldade de financiamento da Previdência Social.
14. Revisão dos parâmetros para obtenção de benefícios previdenciários, com a redução das diferenças existentes entre homens e mulheres, assim como entre aposentadoria rural e urbana. Também deveriam ser aprimorados os requisitos para a obtenção do BPC – Benefício de Prestação Continuada. Contudo, além das mudanças pelo lado dos mecanismos de acesso aos benefícios, há que se reestruturar as fontes de receita da Previdência e Assistência Social, reduzindo-se fortemente as isenções e imunidades existentes. Apesar de

existirem regras fiscais no sentido de reduzir essas vantagens previdenciárias, o fato é que o sistema previdenciário se encontra em forte desequilíbrio, o qual deve ser corrigido dentro do próprio sistema e não como ocorre atualmente com os déficits previdenciários sendo custeados pela redução de despesas em outras áreas.

15. O Imposto Territorial Rural (ITR) deveria ser administrado sempre pelo governo federal e repartido com os municípios à razão de 50%. Atualmente, esse imposto pode ser administrado por municípios e, nesse caso, a arrecadação cabe em 100% a eles. O fato é que o ITR tem apresentado uma arrecadação muito baixa e poderia render muito mais do que atualmente, em especial com os sistemas de informações georreferenciados. Contudo, o ITR deve ser gerenciado em nível federal, uma vez que, se for administrado em nível municipal, há uma forte pressão local para sua subutilização.

Melhoria do ambiente de negócios

Vladimir Fernandes Maciel¹

Introdução

Há 250 anos, o pai da ciência econômica, Adam Smith, preconizava que indivíduos autointeressados negociando entre si resultariam no bem comum. Por trás dessa ideia estava o pressuposto de que um ambiente com as devidas instituições (como Estado de Direito, respeito à propriedade privada e liberdade contratual), agentes econômicos tomando decisões descentralizadas (sem planejamento estatal), conseguiriam promover o uso eficiente dos recursos escassos, auto-organizando a atividade econômica, de modo a maximizar o bem-estar social (Smith, 2026).

Transcorrido esse tempo, o Brasil ainda deixa a desejar nas condições de promover uma economia de mercado pujante, a despeito das lições centenárias de Adam Smith. O objetivo deste texto, portanto, é discutir a melhoria do ambiente de negócios do Brasil como um dos requisitos para desenvolver sua economia.

O texto está dividido em três partes, além desta introdução. A primeira parte apresenta uma breve revisão teórica do conceito de ambiente de negócios; a segunda, o desempenho do Brasil nas di-

1 Vladimir Fernandes Maciel é economista pela FEA-USP, mestre em economia de empresas e doutor em administração pública e governo pela FGV-SP (com estágio doutoral no MIT). Coordenador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica e professor do Mestrado Profissional em Economia e Mercados da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Sócio da Urbana Consultoria em Desenvolvimento Econômico e Social. E-mail: vladimir.maciell@mackenzie.br

ferentes pesquisas relacionadas a ambiente de negócios; e a terceira parte discute como o Brasil pode avançar na melhoria de seu ambiente de negócios.

1. O que se entende por ambiente de negócios

De acordo com a perspectiva da Nova Economia Institucional, capitaneada por autores como North (1990), Coase (1993) e Williamson (1989), o ambiente de negócios se refere ao arcabouço institucional no qual as firmas operam. Isto é, o conjunto de instituições formais (leis, regulamentos, políticas públicas) e informais (normas sociais, costumes, práticas) que afeta os custos de transação, os incentivos e as decisões de investimento e produção. Entende-se por custos de transação tudo aquilo que se gasta para realizar, monitorar e fazer cumprir uma transação. Não é um custo para produzir o bem e serviço em si.

Nessa perspectiva, o ambiente de negócios pode ser favorável (pró-mercado) ou desfavorável (corporativista) à atividade empreendedora. No primeiro caso, conforme afirmam Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), as instituições são inclusivas e favorecem as trocas de direitos de propriedade por meio do mercado. Isso ocorre pela facilitação das trocas, por meio de regras que reduzem o custo de transação.

Dessa forma, os negócios tendem a florescer, assim como o emprego e a renda de maneira generalizada, uma vez que competição, produção e trocas são favorecidas pelo arcabouço institucional. Isso inclui os indivíduos no mercado e determina uma trajetória de inovação, crescimento e prosperidade material à nação.

Já no segundo caso, ainda de acordo com Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), as instituições são extrativas quando criam barreiras às trocas e às atividades produtivas, e favorecem os grupos de interesse na busca por privilégios, barreiras comerciais, proteções setoriais e outros mecanismos de *rent-seeking*, que é o comportamento pelo qual indivíduos ou grupos buscam obter renda, lucros ou benefícios econômicos por meio de privilégios institucionais, e não por meio da criação de valor, da inovação ou do aumento da produtividade (Tullock, 2013). Portanto, o *rent-seeking* não é empreendedorismo,

mas um desvio de recursos de atividades produtivas para atividades politicamente orientadas.

A implicação disso é uma sociedade onde trabalhar, empreender e inovar não garantem bem-estar material *vis-à-vis* ao *lobby*, à rede de contato com pessoas influentes politicamente (os chamados “amigos do rei”). A trajetória de crescimento não apresenta apenas desempenho inferior, mas deixa de lado a prosperidade material generalizada e passa a ser de inequidades, falta de oportunidades e exclusão dos indivíduos do mercado, pois apenas uma elite se beneficia.

Na abordagem novo institucionalista, portanto, enfatiza-se a segurança jurídica, os direitos de propriedade, a simplicidade e a previsibilidade regulatória, o cumprimento de contratos e a qualidade do judiciário como aspectos que geram bons ambientes de negócios, reduzindo a incerteza e os custos de transação.

Na perspectiva do desenvolvimento econômico, como de Rodrik, Subramanian e Trebbi (2004), o ambiente de negócios é um mecanismo intermediário entre instituições e crescimento. Ambiente de negócios favorável é aquele que permite a alocação eficiente de recursos, promove inovação, incentiva investimento privado e sustenta crescimento de longo prazo.

Já os organismos internacionais, como Banco Mundial, OCDE e FMI adotam uma visão mais operacional e mensurável. Ambiente de negócios é o conjunto de regras, procedimentos e condições objetivas que afetam o ciclo de vida das empresas, desde a abertura até a expansão ou saída do mercado. Ou seja, o foco é a eficiência regulatória, que é medida geralmente por meio de indicadores como facilidade para abrir e fechar empresas, carga e complexidade tributária, acesso a crédito, comércio exterior, infraestrutura e regulação trabalhista.

Logo, ambiente de negócios pode ser definido como o conjunto de instituições, regras e condições econômicas que moldam os incentivos, os custos e as oportunidades enfrentadas pelas empresas, influenciando a alocação de recursos, o investimento privado, a produtividade e o crescimento econômico.

2. Como é o ambiente de negócios no Brasil?

Informalmente, quem empreende no Brasil se refere a si mesmo como um “herói da resistência”. Aquele sujeito que, a despeito de todas as adversidades, persiste. Comumente se refere ao Estado como o “maior sócio”, pois este fica com a maior parte do rendimento bruto, depois do pagamento de mão de obra, fornecedores e, eventualmente, credores. Todavia, não é só na carga tributária que se sente a “mão pesada” do Estado, mas também a complexidade de pagamento dos tributos, a burocracia para licenças, alvarás e fiscalizações – muitas vezes percebidas como parciais ou extorsivas.

No entanto, essas são percepções e podem vir acompanhadas de distorções e vieses. Assim sendo, a melhor forma de avaliar o ambiente de negócios brasileiro é por meio de pesquisas comparativas internacionais. Aqui destacamos três pesquisas que se complementam: *Doing Business*, do Banco Mundial, Índice de Competitividade Global, do IMD (GCI), e o Índice de Liberdade Econômica Mundial, do Fraser (EFW).

2.1. *Doing Business*

O *Doing Business*, do Banco Mundial, é o índice mais popular dentre os três citados. Entretanto, ele foi descontinuado em 2021 e substituído pelo *B-Ready (Business Ready)*, indicador derivado do projeto Business Enabling Environment (BEE). O Brasil não fez parte da primeira leva de 65 países analisados e, por isso, reportamos aqui o último relatório divulgado do *Doing Business*, que data de 2020.

Ele cobria dez dimensões referentes ao ciclo de vida da empresa, desde sua criação até seu eventual fechamento: (i) Abertura de empresas; (ii) Obtenção de alvarás de construção; (iii) Obtenção de eletricidade; (iv) Registro de propriedades; (v) Obtenção de crédito; (vi) Proteção de investidores minoritários; (vii) Pagamento de impostos; (viii) Comércio internacional; (ix) Execução de contratos e (x) Resolução de insolvência.

O desempenho do Brasil no último relatório foi de 59,1 pontos num escore que varia de 0 a 100 pontos, o que resultou na posição

124 de 190 países avaliados. A pontuação e o ranking em cada quesito são apresentados na Tabela 1.

**Tabela 1 – Desempenho do Brasil no Relatório
Doing Business (2020)**

Dimensão	Nota	Posição no ranking
Abertura de empresas	81,3	138
Obtenção de alvarás de construção	51,9	170
Obtenção de eletricidade	72,8	98
Registro de propriedades	54,1	133
Obtenção de crédito	50,0	104
Proteção de investidores minoritários	62,0	61
Pagamento de impostos	34,0	184
Comércio internacional	69,9	108
Execução de contratos	64,1	58
Resolução de insolvência	50,4	77

FONTE: WORLD BANK (2020).

A Tabela 1 evidencia um ambiente de negócios comparativamente pouco favorável. Observa-se, ademais, acentuada heterogeneidade entre as dimensões avaliadas. Os resultados mais críticos concentram-se em pagamento de impostos (34,0 pontos e 184ª posição) e obtenção de alvarás de construção (51,9 pontos e 170ª posição), o que sugere que a elevada complexidade tributária e os entraves burocrático-regulatórios constituíam os principais obstáculos à atividade empresarial no País. Mesmo em Abertura de empresas, que teve nota alta (81,3), o ranking foi muito baixo (138º), o que sugere que, mesmo quando o desempenho absoluto não parece tão ruim, outros países conseguem fazer muito melhor.

Em contraste, o Brasil apresentou desempenho relativamente melhor em execução de contratos (64,1 pontos e 58ª posição) e em proteção de investidores minoritários (62,0 pontos e 61ª posição), indicando condições comparativamente mais favoráveis nos aspectos institucionais e jurídicos. Assim, a principal conclusão decorrente da Tabela é que as fragilidades do ambiente de negócios brasileiro esta-

vam menos associadas à ausência de marcos legais e mais ligadas à morosidade, à burocracia administrativa e, sobretudo, à complexidade do sistema tributário.

2.2. Índice de Competitividade Global (GCI)

O Índice de Competitividade Mundial do IMD (*IMD World Competitiveness Ranking*), frequentemente chamado de Índice de Competitividade Global do IMD (GCI do inglês *Global Competitiveness Index*), avalia a capacidade dos países de criar e sustentar um ambiente no qual as empresas possam competir de forma eficiente. Ele combina indicadores objetivos e percepções de executivos, de modo a capturar tanto os resultados econômicos quanto as condições institucionais e estruturais que moldam o ambiente de negócios.

O índice está estruturado em quatro grandes dimensões (fatores), que capturam desde o desempenho macroeconômico até condições institucionais, empresariais e estruturais: (i) Desempenho Econômico; (ii) Eficiência do Governo; (iii) Eficiência dos Negócios; (iv) Infraestrutura. Dessa forma o *GCI* pode ser interpretado como uma medida mais abrangente da competitividade, enquanto o *Doing Business* é uma medida mais estrita do ambiente regulatório. No relatório de 2025, a posição do Brasil no ranking foi 58ª dentre 69 países avaliados. A pontuação e o respectivo ranking em cada um dos quesitos são apresentados na Tabela 2. Assim como o *Doing Business*, o escore varia de 0 a 100 pontos.

Tabela 2 – Desempenho do Brasil no *IMD World Competitiveness Ranking (2025)*

Dimensão	Nota	Ranking
Desempenho Econômico	55,3	30
Eficiência do Governo	15,0	68
Eficiência dos Negócios	29,7	56
Infraestrutura	29,8	58

FONTE: IMD (2025).

A análise da Tabela 2 sugere que a competitividade do Brasil permaneceu baixa em termos agregados. O principal aspecto que

chama a atenção é a forte assimetria entre as dimensões do índice. De um lado, o País apresenta desempenho relativamente melhor em Desempenho Econômico, com 55,3 pontos e 30º lugar, o que indica condições macroeconômicas comparativamente menos desfavoráveis. De outro, os resultados em Eficiência do Governo são extremamente críticos, com apenas 15,0 pontos e 68ª posição (penúltimo lugar), constituindo, de longe, o pior indicador da Tabela e sugerindo que a atuação estatal, a qualidade regulatória e a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas configuram um dos maiores entraves à competitividade do País.

Também se observam desempenhos fracos em Eficiência dos Negócios (29,7 pontos e 56º lugar) e Infraestrutura (29,8 pontos e 58º lugar), o que reforça a percepção de que as limitações brasileiras não decorrem principalmente do desempenho econômico agregado, mas sobretudo de deficiências institucionais, regulatórias e estruturais.

2.3. Índice de Liberdade Econômica do Fraser Institute (EFW)

O Índice de Liberdade Econômica do Fraser Institute (*Economic Freedom of the World*) foi desenvolvido pelo economista canadense Michael Walker em conjunto com uma equipe de pesquisadores, com destaque para Milton e Rose Friedman e Douglass North, dentre outros. Como medir liberdade é uma tarefa complexa, o EFW identifica fatores que restringem a liberdade e que possam ser mensurados. Dessa forma, o índice é composto por cinco dimensões – (i) Tamanho do governo; (ii) Sistema legal e direitos de propriedade; (iii) Credibilidade monetária; (iv) Liberdade para transacionar internacionalmente; e (v) Regulação sobre negócios, crédito e mercado de trabalho –, oferecendo uma medida ampla das condições institucionais que moldam os incentivos econômicos, o ambiente de negócios e o crescimento de longo prazo. Essas cinco dimensões são calculadas por meio de 42 variáveis e o escore varia de 0 (ausência de liberdade econômica) a 10 (plena liberdade econômica).

No Relatório de 2025, o Brasil ocupou a 87ª de 165 jurisdições, com nota de 6,57. O desempenho do País em cada uma das dimensões é apresentado na Tabela 3.

**Tabela 3 – Desempenho do Brasil no
Economic Freedom of the World (2025)**

Dimensão	Nota	Ranking
Tamanho do governo	6,54	90
Sistema legal e direitos de propriedade	5,07	87
Credibilidade monetária	8,60	56
Liberdade para transacionar internacionalmente	7,49	73
Regulação sobre negócios, crédito e mercado de trabalho	5,14	144

FONTE: GWARTNEY, LAWSON E MURPHY (2025).

A análise da Tabela 3 indica que o Brasil apresenta um nível intermediário inferior de liberdade econômica (terceiro quartil da distribuição, partindo-se do maior para o menor valor), com desempenho bastante desigual entre as dimensões. O aspecto que mais chama a atenção é o contraste entre a boa avaliação em credibilidade monetária, na qual o País obteve 8,60 pontos e 56^a posição, e os resultados significativamente mais baixos em sistema legal e direitos de propriedade (5,07 pontos e 87^o lugar), e, sobretudo, em regulação sobre negócios, crédito e mercado de trabalho, dimensão em que o Brasil alcançou apenas 5,14 pontos e 144^a posição, configurando o pior resultado das dimensões.

Esse padrão sugere que, embora o País apresente condições relativamente mais favoráveis no campo da estabilidade monetária, persistem fragilidades importantes no ambiente institucional e regulatório, especialmente no que se refere ao excesso de regulação e às restrições ao funcionamento dos mercados. Os desempenhos em tamanho do governo (6,54 pontos e 90^a posição) e em liberdade para transacionar internacionalmente (7,49 pontos e 73^a posição) reforçam a ideia de uma posição mediana inferior, sem destaque positivo expressivo, o que limita o avanço do País em termos de liberdade econômica e, consequentemente, do ambiente de negócios.

Analisando comparativamente os três indicadores, percebe-se que o ambiente de negócios no Brasil é desfavorável em termos comparativos internacionais, ainda que com diferenças importantes entre dimensões e indicadores. Os três índices analisados convergem

para um diagnóstico semelhante: o País não se destaca propriamente por fragilidades macroeconômicas absolutas, mas sobretudo por problemas institucionais, regulatórios e burocráticos que reduzem a competitividade, dificultam a atividade empresarial e limitam a liberdade econômica. No *Doing Business*, os maiores entraves aparecem na complexidade tributária e na burocracia para licenças e alvarás; no *GCI*, o ponto mais crítico é a baixa eficiência do governo, que compromete a competitividade sistêmica; e, no *EFW*, sobressai a excessiva regulação sobre negócios, crédito e mercado de trabalho, além das fragilidades em sistema legal e direitos de propriedade.

Em contrapartida, alguns resultados relativamente melhores em execução de contratos, proteção de investidores, desempenho econômico e credibilidade monetária mostram que o problema brasileiro não está na ausência completa de capacidades institucionais ou de estabilidade, mas na persistência de obstáculos estatais, regulatórios e estruturais que tornam o ambiente de negócios mais custoso, lento e incerto. Não é a pior situação dentre os países, mas está muito longe de ser a melhor. Se fosse um aluno universitário, o Brasil seria um aluno medíocre, que carregaria diversas reprovações (DP – dependência – no linguajar discente).

3. Avanços na melhoria do ambiente de negócios

O Brasil tem avançado na última década na melhoria de seu ambiente de negócios, porém a passos lentos. A Lei da Liberdade Econômica representou um marco importante ao afirmar princípios como a presunção de liberdade para atividades de baixo risco, a valorização da boa-fé e a interpretação pró-liberdade econômica e pró-contrato. Em seguida, a Lei Federal nº 14.195/2021 aprofundou a agenda de desburocratização, com medidas voltadas à abertura e ao funcionamento de empresas, à proteção de investidores, ao comércio exterior e à simplificação societária. Somam-se a isso os avanços na digitalização de procedimentos, como os sistemas integrados de registro e licenciamento, que contribuíram para reduzir custos de transação e tornar mais ágil a formalização empresarial.

Também houve progresso em áreas estratégicas para a expansão da atividade econômica. O Marco Legal das Garantias buscou melhorar o ambiente de crédito, ampliando a segurança jurídica e criando condições para maior oferta de financiamentos. Já a reforma tributária sobre o consumo, embora ainda em implementação, foi muito celebrada por vários agentes por reduzir, em tese, distorções históricas. Todavia recebeu críticas importantes. A primeira diz respeito ao risco de, ao final de sua implementação, a carga tributária total aumentar. A segunda crítica é que a tão esperada redução da complexidade tributária parece se perder no longo período de transição entre os sistemas e nas diferentes alíquotas de tributação entre diversos setores.

Apesar desses avanços, os desafios para aprofundar e sustentar esse processo permanecem significativos. O País ainda convive com excesso de regulação, morosidade administrativa, insegurança jurídica e baixa coordenação entre União, estados e municípios. Muitas reformas produzem efeitos limitados porque sua implementação é desigual ou incompleta. Além disso, o problema frequentemente não é apenas aprovar reformas, mas garantir execução homogênea entre União, estados e municípios, com estabilidade regulatória, previsibilidade decisória e menor insegurança jurídica. Sem isso, persistem obstáculos que desestimulam o investimento, dificultam a entrada de novas empresas e reduzem a competitividade.

Para que haja uma melhora mais definitiva, os próximos passos precisam combinar continuidade reformista com capacidade de implementação. Isso envolve consolidar a regulamentação da reforma tributária com foco em simplicidade e neutralidade; aprofundar a revisão de licenças e exigências de baixo valor público; expandir a integração digital entre entes federativos; fortalecer a segurança jurídica em contratos, garantias e direitos de propriedade; e avançar em qualidade regulatória, transparência e integridade da administração pública. Também será decisivo preservar estabilidade macroeconômica e credibilidade monetária – um dos poucos pontos relativamente mais favoráveis do diagnóstico do capítulo –, mas sem perder de vista que o grande gargalo brasileiro continua sendo institucional.

Assim, a melhora definitiva do ambiente de negócios dependerá menos de medidas isoladas e mais da construção consistente de um Estado que regule melhor, execute com mais previsibilidade e imponha menos custos desnecessários à atividade produtiva. Essa é uma das condições necessárias, porém não suficiente, para promover a inserção produtiva dos cidadãos brasileiros por meio do trabalho e do empreendedorismo. O Brasil pode mais!

Referências

- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. A. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. *American Economic Review*, v. 91, n. 5, p. 1369-1401, 2001.
- COASE, R. H. The nature of the firm (1937). *The nature of the firm: origins, evolution, and development*, p. 18-33, 1993.
- GWARTNEY, J.; LAWSON, R.; MURPHY, R. *Economic Freedom of the World: 2025 Annual Report*. [S. l.]: Fraser Institute, 2025.
- IMD (International Institute for Management Development). *World Competitiveness Yearbook*. Disponível em: <https://www.imd.org/centers/wcc/world-competitiveness-center/>, 2025.
- NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. [S. l.]: Cambridge University Press, 1990.
- RODRIK, D.; SUBRAMANIAN, A.; TREBBI, F. Institutions rule: the primacy of institutions over geography and integration in economic development. *Journal of Economic Growth*, v. 9, n. 2, p. 131-165, 2004.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Madras Editora, 2026.
- TULLOCK, G. *The economics of special privilege and rent seeking*. [S. l.]: Springer Science & Business Media, 2013.
- WILLIAMSON, O. E. Transaction cost economics. *Handbook of Industrial Organization*, v. 1, p. 135-182, 1989.
- WORLD BANK. *Doing Business 2020*. Washington, DC: World Bank. DOI:10.1596/978-1-4648-1440-2.

O BRASIL PODE MAIS. MUITO MAIS..

Esta obra contém textos de 26 autores sobre desafios que o Brasil enfrenta para superar obstáculos que inibem seu desenvolvimento sustentado, satisfatório e inclusivo. Diferentemente de outros estudos de mesmo objetivo, o livro envereda por temas quase ausentes em coletâneas semelhantes, que costumam concentrar-se em aspectos como insustentabilidade fiscal, desequilíbrio macroeconômico, ambiente de negócios hostil, má qualidade da educação, baixa produtividade e desenvolvimento insatisfatório. Não que tais áreas não tenham sido analisadas, mas, ao caminhar por novos territórios, esta coletânea acresce muito de inusual.

Não me recordo, por exemplo, de ter visto a abordagem sobre o turismo como área relevante para a expansão da economia, nem o preconceito racial como causa da baixa produtividade e, assim, do apenas sofrível potencial de crescimento do País. Pode-se dizer o mesmo sobre a economia criativa, cuja entrada em cena realça sua contribuição para a diversidade cultural, a capacidade de inovação – crucial para proporcionar ganhos de produtividade – e de inclusão social. Outra novidade é a análise da Indústria 5.0, que complementa sua versão 4.0, que enfatizou o papel da automação, dos sensores, dos dados e da inteligência artificial. A Indústria 5.0 reorienta sua antecessora, realçando a maneira como se usa a tecnologia para fortalecer pessoas, sustentabilidade e resiliência para ganhar vantagem competitiva.

A sustentabilidade, tema explorado em outros documentos, é analisada sob lentes ampliadas, baseadas na Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (2015). Como se sabe, o documento criou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas destinadas a orientar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento em escala global.

Muitas outras realidades, vantagens e desvantagens da atual situação econômica e social do Brasil perpassam esta provocativa obra.

Mailson da Nóbrega

APOIO INSTITUCIONAL



ISBN 978-65-991738-3-7



9 786599 173837